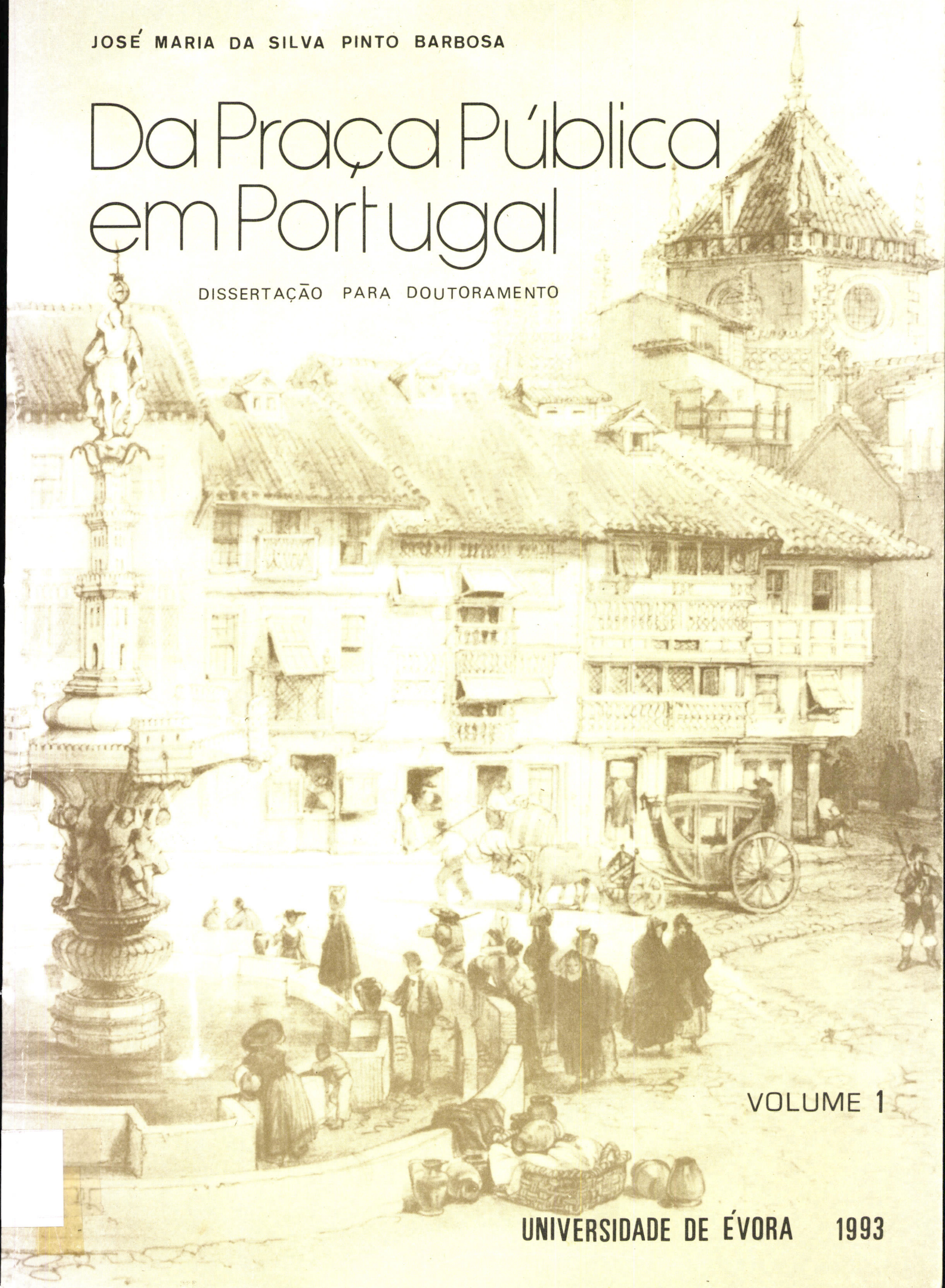


JOSÉ MARIA DA SILVA PINTO BARBOSA

Da Praça Pública em Portugal

DISSERTAÇÃO PARA DOUTORAMENTO



VOLUME 1

UNIVERSIDADE DE ÉVORA 1993

José Maria da Silva Pinto Barbosa

DA PRAÇA PÚBLICA EM PORTUGAL

VOLUME I



59538

Dissertação apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

1993

100

INDÍCE

VOLUME 1

PREFÁCIO	9
----------	---

CAPÍTULO I - O HOMEM E O MEIO

1.1 O Território	17
1.2 A Distribuição das Cidades no Território	20
1.3 A Paisagem Urbana	27
1.4 Formas de Uso	50
1.5 O Homem Português e o Espaço Público da Cidade	77

CAPÍTULO II - REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA PRAÇA PORTUGUESA

2.1 Ocupação Anterior - Romanos e Muçulmanos	89
2.2 O Século XIII - D. Afonso III e D. Dinis	94
2.3 O Século XIV - D. João I	106
2.4 O Século XVI - D. Manuel I	120
2.5 Dos Municípios	150
2.6 A Praça Pública no Urbanismo Colonial	156
2.7 Os séculos XVII e XVIII	179
2.8 Do Século XIX a Meados do Século XX	204

CAPÍTULO III - ESTUDO DE UM CONJUNTO DE PRAÇAS PÚBLICAS
PRINCIPAIS SITUADAS EM CENTROS URBANOS

3.1 - METODOLOGIA	227
3.2 - Os Sítios	233
3.3 - Evolução das Estruturas Urbanas	237
3.4 - Localização das Praças	245
3.5 - As Praças - Forma	252
Orientação	277
Dimensão	281
Arquitectura	298
Elementos Isolados	307
Vegetação	310
Ocupação Funcional	316
Percepção :	322
- Acessos	324
- Limites Visuais	330
- Relações Altura / Largura	332
- Claro-escuro, insolação	337
- Arquitectura	339
- O Carácter	344
 CAPÍTULO IV - CONCLUSÕES	 351
 BIBLIOGRAFIA	 387

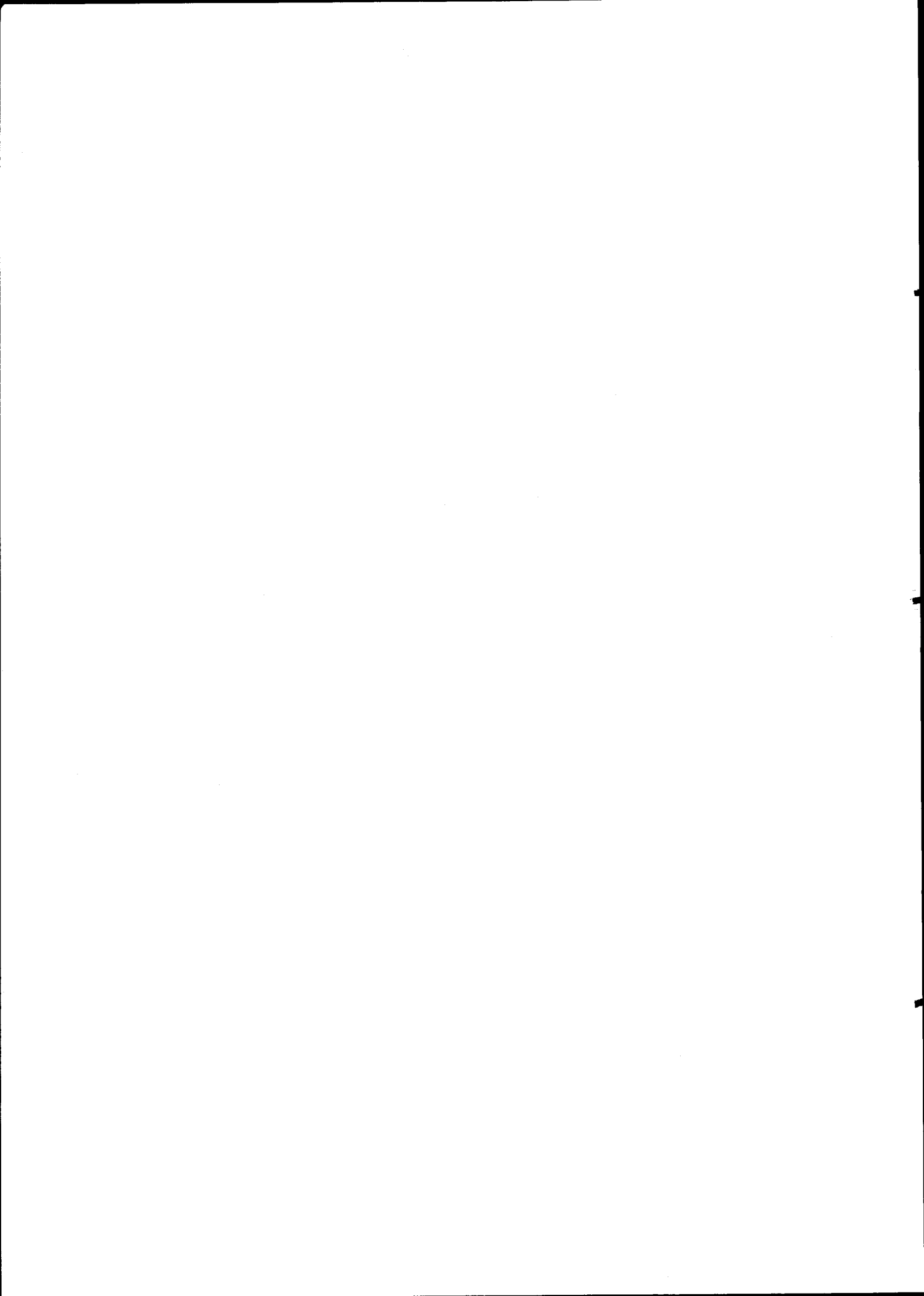
Reunimos trinta raios e chamamos-lhe roda,
Mas é o espaço onde não há nada de que
depende a utilidade da roda

Moldamos o barro para fazer um jarro,
Mas é no espaço onde não há nada de que
depende a utilidade do jarro

Abrimos portas e janelas para fazer uma casa,
E é no espaço onde não há nada
de que depende a utilidade da casa.

Portanto, tal como nós aproveitamos do que é
Deveríamos reconhecer a utilidade do que não é.

Tao Te Ching ,
(citado por Rudolf Arnheim, 1978; 77)



PREFACIO

O tema desta dissertação para doutoramento é a praça pública principal dos centros urbanos consolidados, em Portugal continental.

Sendo a praça um dos mais complexos espaços da cidade, com múltiplos aspectos passíveis de investigação, optamos por privilegiar as questões afectas ao urbanismo e à arquitectura, referindo de raspão outros aspectos, como os mais ligados à sociologia ou antropologia. A história das cidades em particular e do país em geral, serviu-nos de base para muitas das análises parciais dos lugares.

Os objectivos propostos para investigação foram, essencialmente, os seguintes:

- Caracterização do processo de formação da praça principal da urbes portuguesas, considerando que é esta praça a que melhor representa a ideia de centro ou lugar privilegiado de uso da população.

- Relações urbanísticas da praça com a urbe, tendo em conta a interdependência sempre existente.

- Descrição das praças nos seus diversos aspectos morfológicos, tipológicos e de imagem perceptiva, em função das respectivas avaliações pessoais.

- Proposta de uma grelha tipológica de praças, mediante a avaliação de um conjunto bem determinado.

A realização dos anteriores pressupostos é obtida através de três vias principais de investigação assim descritas:

1º) - A caracterização sucinta do território nos seus diversos aspectos biofísicos, relevantes para a constituição e desenvolvimento das urbes. Breve abordagem à psicologia do homem português, tomando como referência a linha defendida por Jorge Dias e outros, intentando por em relevo os aspectos que, eventualmente, mais se prendem com a construção dos espaços públicos e da paisagem urbana.

2º) - Uma incursão pela história do país, compilando variadas referências relacionadas com a praça e, principalmente, com o processo da sua constituição. Para isto socorremo-nos de importantes monografias locais existentes, infelizmente, não muitas, e de documentação da historiografia geral. Dada a vastidão deste campo de estudo, não se pretende que tenhamos levado a cabo uma compilação exhaustiva, mas apenas suficiente para apoiar as posições tomadas.

3º) - Uma análise sistemática, mediante critérios seleccionados, de um universo de casos retirados de uma primeira abordagem expedita e mais abrangente, contemplando-se quarenta e seis localidades, correspondendo a cinquenta e duas praças analisadas.

A síntese conclusiva resulta destas três abordagens, fundamentando o que se pretende seja uma caracterização da praça principal portuguesa.

A dissertação organiza-se em dois volumes: o primeiro é constituído pelos capítulos correspondentes às linhas de investigação, enquanto o segundo volume contém as fichas de levantamento e análise dos locais tratados, colocadas por ordem alfabética. O conjunto de informações do segundo volume representa um complemento pormenorizado do primeiro, contendo a informação gráfica traduzida em plantas topográfias dos sítios e locais, imagens fotográficas, desenhos e pormenores referentes aos itens considerados e respectivos textos avaliativos.

Sobre a pertinência do tema desta dissertação, as razões são diversas: - Os centros urbanos, independentemente da classificação formal de "centros históricos" ou não, podem considerar-se depositários de valores arquitectónicos, culturais, paisagísticos, etc., de real interesse para as comunidades. Na praça pública convergem os mais variados interesses de apropriação, transformação ou de adaptação a novas realidades. Dadas as suas capacidades polarizadoras, a ela afluem, tanto a população e o trânsito automóvel, como o comércio e os serviços ou as mais diversas manifestações colectivas. É, por isto, um lugar apetecível, exposto a diversas acções, mas de que não se sabe tanto como seria desejável.

Os estudos urbanísticos da realidade portuguesa são escassos e resumem-se, normalmente, a monografias de localidades, para determinados períodos históricos, embora se registre nas últimas décadas o surgimento de obras funda-

mentais nas áreas da história, geografia e arquitectura.

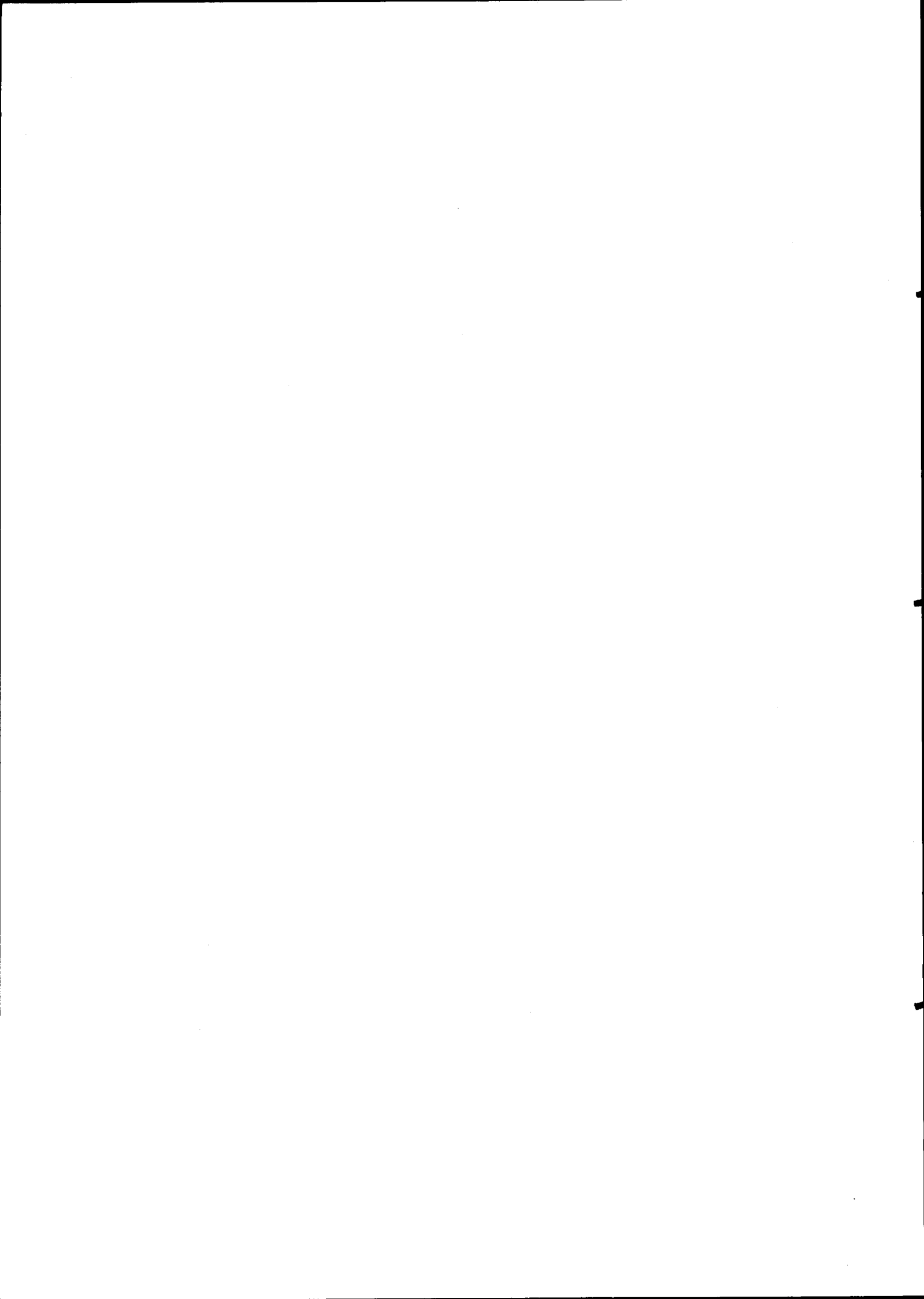
Esta dissertação intenta uma investigação sectorial nas áreas do urbanismo e da paisagem urbana, tomando por objecto de estudo esse elemento fundamental que é a praça pública.

Escusamo-nos de fazer uma abordagem às características fundamentais da praça europeia pondo em destaque a especificidade das criações de cada país. Fazer isso era, em parte, fazer a história do urbanismo, sem que isso contribuisse grandemente para o conhecimento do tema fundamental em questão. Da mesma forma, desistimos de fazer uma apologia da praça pública como espaço fundamental da cidade, criticando as penalizações de que tem sido alvo a partir de todos os fenómenos provocados pelo desenvolvimento industrial. Esses aspectos são hoje do conhecimento de todos os intervenientes nesta matéria. As correntes urbanísticas, postas em prática depois da década de setenta do presente século, têm-se encarregado de repôr a importância da praça. Lentamente vão ocorrendo obras em praças de diversas localidades do país, tendentes a condicionar o trânsito automóvel ou seu estacionamento, a repensar soluções paisagísticas anteriormente impostas, enfim a melhorar o ambiente geral da praça, devolvendo-a para o uso do quem lhe conferiu a verdadeira razão de existir - a população, estranhos à urbe ou não, que aí encontram o lugar dos múltiplos encontros, do espaço aprazível de estar na cidade.

Como se depreende, este trabalho não resulta de um inventário exaustivo das praças portuguesas, nem pretende tal. Aqui, como na história e outras áreas de investigação, fundamentamo-nos num conjunto de casos que consideramos suficientemente representativos para justificarem as conclusões apresentadas. Atitude espinhosa, por nos ter obrigado a excluir outros tantos casos interessantes, uma vez que não possível encontrar duas praças iguais, entre centenas que se observem. Procuramos através da concisão e do essencial compensar os aspectos quantitativos, que reputamos mais adequados a um inventário urbanístico do país.

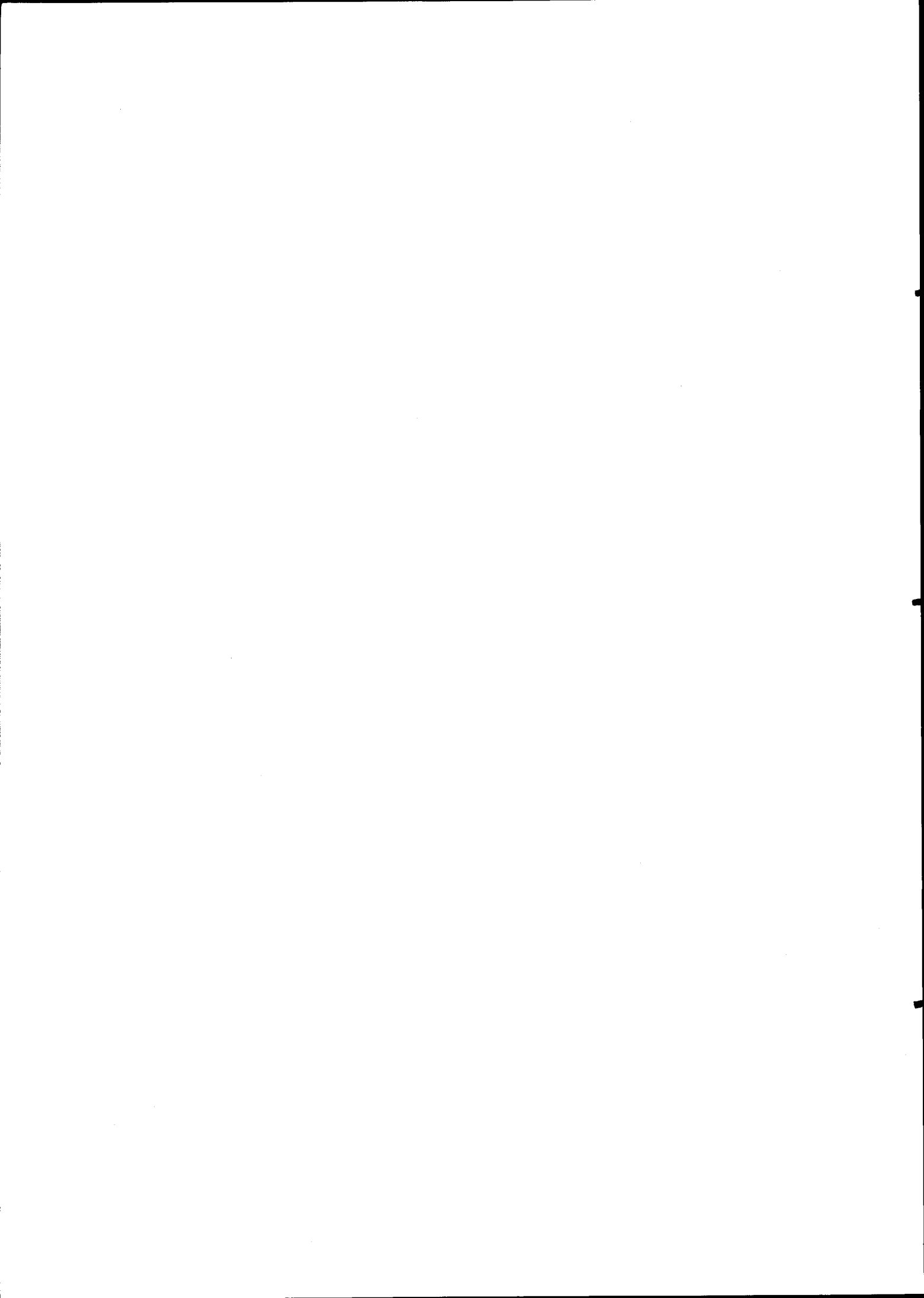
Cabe aqui referir a solicitude com que o Senhor Professor Gonçalo Ribeiro Telles sempre nos ouviu e orientou nos trabalhos para esta dissertação, pelo que expressamos os nossos reconhecidos agradecimentos.

Inúmeras são as pessoas e entidades que de algum modo nos apoiaram - desde o transeunte anónimo que se prestou a indicar-nos um caminho ou aspecto particular, ao funcionário da autarquia ou da biblioteca que nos disponibilizou a informação necessária, expresso o meu reconhecimento. E, por fim, para aqueles que durante estes últimos anos participaram na intimidade das minhas muitas e variadas angústias, convivendo com elas no dia a dia, aqui fica expresso quanto lhes devo. A eles é devidamente dedicada esta obra.



CAPÍTULO I

O HOMEM E O MEIO



1.1 - O TERRITÓRIO

A praça é indissociável da cidade e, em boa parte, dependente das características que esta lhe proporciona. Múltiplos factores influenciaram por sua vez essas particularidades urbanas; o território é o elemento determinante para a localização da urbe, imprimindo-lhe as características morfológicas que a individualizam, mediante as formas de adaptação ao lugar. Entre os diversos elementos físicos - relevo, água, clima, vias de comunicação terrestres e aquáticas, e a forma de viver do povo, estabelece-se um diálogo, com soluções diferentes consoante as culturas que no momento fazem a cidade.

As características físicas da Península Ibérica diferenciam-se bastante do resto da Europa além Pirinéus, o que leva a que ela constitua um mundo à parte; pela variedade e unidade que apresenta, deve considerar-se um pequeno continente (1).

No território português, limitado a cerca de um quinto da área da Península, ocorrem vigorosos contrastes

(1)-Veja-se Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, p. 28

de relevo, tanto entre o norte e o sul do país, como entre o litoral e o interior (1). As maiores áreas de relevos suaves e menores altitudes situam-se no interior sul e ao longo de toda a costa, constituindo as zonas de mais fácil comunicação terrestre. As vias fluviais, menos assoreadas em séculos anteriores, foram também importantes vias de comunicação; o rio Lima, servindo Ponte de Lima; o Mondego - Coimbra; o Tejo - Santarém e povoações do Ribatejo; o Sado - Alcácer do Sal; o Mira - Odemira e o Guadiana com Mértola, foram ligações fluviais importantes.

A enorme extensão de costa marítima em proporção à área do território, influencia de forma decisiva a fisionomia do país. A uma costa com frequentes recortes que oferecem boas condições para a navegação de cabotagem e localização de portos de pesca, alia-se o relevo suave e os solos adequados a variadas espécies de cultura, sobretudo em toda a faixa litoral a norte do rio Tejo e costa do Algarve. Temperaturas mais suaves e regulares, por influência atlântica, opõem-se às do interior, especialmente frias nas zonas montanhosas, ou abrasadoras nas depressões.

As terras férteis e profundas do noroeste, onde prolifera o granito, associa-se um maior índice pluviométrico, proporcionando a abundância de água. Resulta disto uma agricultura intensiva, de pequena propriedade e

(1)-A cordilheira central da Península, no seu prolongamento pelo território português, delimita em grande medida o Portugal do norte e o Portugal do sul. Cf. Jorge Gaspar (dir.), *Portugal em mapas e em números*, p. 12

povoamento disperso. O sul oferece um quadro oposto, de solos pobres, falta de água, grandes propriedades e povoamento concentrado; destas condições naturais, de grandes contrastes, resultaram duas civilizações, a do granito e a do barro, que se implantaram e floresceram (1).

É evidente que a influência dos factores geográficos não são os únicos determinantes na constituição de um país. Temos como flagrante exemplo a separação entre o Minho e a Galiza, ou entre o Alentejo e a Estremadura espanhola, de características físicas semelhantes.

A variedade física do território não deixa de reflectir-se na geografia humana, condicionando uma certa diversidade regional. Mas as características culturais acabam por ter uma importância decisiva. Exemplos: na pré-história a maior densidade de ocupação teria sido no sul, onde as planícies constituíam as vias de mais fácil penetração dos povos vindos do leste. Aí surgiu a "esplendorosa" cultura megalítica, como a arqueologia o demonstra. Mais tarde aconteceu o mesmo com as colonizações fenícias e gregas, que pouco tocaram no norte do país.

Da conquista dos romanos também nos ficaram indicações duma preferência pelo sul e centro do país, onde se encontram os mais expressivos monumentos; o mesmo aconteceu com os muçulmanos (2).

Os romanos, ao estenderem as estradas a todo o

(1)-Cf. Orlando Ribeiro, *Geografia e civilização*, p. 11

(2)-Cf. A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol I, pp. 10-35

território dominado, reduziram a importância dos factores geográficos, ao ponto de alguns autores defenderem a excepcional importância da estrada que vinda do sul atingiu o norte, proporcionando a formação de povoados ao longo dela e nos pontos de encontro com as vias fluviais (1).

Porém, foram as gentes do norte, adaptadas ao meio ambiente mais rude, com difíceis comunicações entre elas, que movidas por uma vontade espantosa submeteram todo o território ao seu domínio, demonstrando a importância das ideias para a constituição de um país e de como elas podem sobrepor-se às diferenciações físicas existentes.

1.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES NO TERRITÓRIO

Os romanos estabeleceram a primeira organização territorial, apoiada num sistema de estradas que cruzavam o território de norte a sul e faziam a ligação à rede dos centros urbanos da Península.

Com algumas alterações provocadas pelos povos que lhes sucederam, grande parte das povoações mantiveram a localização que tinham; apenas algumas se reimplantaram nas proximidades das urbes primitivas, em locais mais favoráveis à agro-pastorícia e às comunicações.

Os árabes, muito possivelmente pelas suas

(1)-Veja-se A. H. Oliveira Marques, op. cit., p. 35

características culturais, implantaram-se do centro para o sul do país, onde o território e o clima são mais mediterrânicos do que atlânticos. A sua vocação levou-os a concentrarem-se em cidades compactas, com um anel de hortas e pomares viçosos e amplos ferragiais à volta, de cereais e pastorícia (1). Assim eram Lisboa, Évora, Beja e Silves, esta, célebre pela eloquência e pureza do árabe que falavam (2), testemunho da requintada cultura muçulmana de toda a Andaluzia, que se estendia ao sul ocidental da Península.

A reconquista cristã aboliu a possível convivência entre as culturas do norte e do sul. Os muçulmanos mais cultos e os de maiores posses emigraram para a Andaluzia ou para Marrocos, ocorrendo uma acentuada recessão urbana. Mas, no dizer de Oliveira Marques (3), nunca houve um vazio demográfico que tornasse desertas as povoações, mantendo-se o predomínio das cidades no sul.

O numeramento das povoações portuguesas de 1527-1532, mostra-nos as principais aglomerações distribuídas entre as latitudes de Leiria e de Serpa, constituindo uma mancha contrastante com o restante território. Para norte surgem Coimbra e Aveiro isoladas e depois o Porto e as suas cidades satélites. Para sul apenas surgem as cidades antigas da costa algarvia. Todas as outras povoações que se espalharam pelo território tinham uma fraca expressão

(1)-Veja-se E. Lévi-Provençal, *La civilización árabe en España*, p. 27

(2)-Op. cit., p. 78

(3)-A. H. Oliveira Marques, op. cit., Vol I, p. 114

populacional. No total existiam catorze cidades para trezentas e oitenta e quatro vilas, disseminadas pelo país (1). A maior parte das cidades localizavam-se no centro e sul, onde impunham o maior índice de urbanidade. Foi este o panorama que se manteve até depois da Idade Média, enquanto outros factores ao surgirem não alteraram as relações existentes.

Segundo Orlando Ribeiro, entre 1515 e 1525 foi introduzido em Portugal, via Andaluzia, o milho grosso proveniente da América (2). Este novo cereal, cultura essencialmente de regadio, teve uma óptima adaptação às condições naturais do Minho. Na primeira metade do século XVII era já o cereal mais produzido, depois do trigo (3). Intercalado com outras culturas ou usado como cereal de sequeiro nas regiões mais húmidas, proporcionou um uso intensivo do solo, que por sua vez originou um povoamento disperso em pequenas aldeias e casais.

Até ao século XVIII o milho ocupou campos desaproveitados ou substituiu outros cereais menos produtivos. "A importância dessas transformações" - diz-nos ainda Orlando Ribeiro - "pode avaliá-la quem se lembrar que elas cobrem quase metade da área de Portugal, e que nessa área vivem

(1)-Cf. Júlia Galego e Suzanne Daveau, "O numeramento de 1527-1532", in *Memórias do centro de estudos geográficos*, pp 16-113

(2)-Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 113

(3)-Op. cit., p. 114

três quartas partes da sua população" (1), muitas vezes em condições promíscuas de terra, animais e gente.

Nos séculos XVII e XVIII desenvolveu-se a cultura da vinha, no vale do rio Douro e seus afluentes. No século XIX foi introduzida a batata nos planaltos de Trás-os-Montes, enquanto as planícies alentejanas mantiveram as ancestrais características latifundiárias de produção cerealífera de sequeiro e de criação de gado.

Outras vicissitudes pesaram na caracterização das cidades portuguesas: a dependência económica de um comércio que se iniciou nas especiarias do oriente e se estendeu a um vasto império colonial, reforçou a importância das cidades portuárias, em prejuízo das cidades do interior. Desaires políticos que se tornaram cruciais para o desenvolvimento do país, tais como foram as invasões francesas (2), seguidas de uma depauperante guerra civil entre absolutistas e liberais, a que se juntou a independência do Brasil, atrasaram o progresso urbano.

Deste quadro resultou o facto de Portugal disfrutar de uma industrialização tardia e lenta, e de baixo nível económico, provocador da emigração.

A maioria das cidades portuguesas mantiveram-se com dimensões reduzidas até à primeira metade deste século, apesar do aumento da população. Lisboa e Porto são

(1)-Op. cit., p. 122

(2)-Albert Silbert em *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*, p. 38, afirma: "As invasões francesas ao arruinarem uma prosperidade indiscutível tirava a Portugal as possibilidades do progresso económico que, num momento decisivo da história do ocidente poderia ter realizado."

a excepção à regra, pelo facto de se localizarem nas suas áreas metropolitanas grande parte das indústrias. O peso da ruralidade marcou as pequenas cidades portuguesas. Mesmo as situadas no litoral, com actividades que lhes advêm da situação marítima, como Viana do Castelo, Peniche, Setúbal, Portimão, etc, não conseguem suplantar as quantidades de peixe descarregadas pelos portos de Lisboa e de Leixões (1) e a sua população fica aquém de outras cidades secundárias.

Quase todas as cidades e vilas portuguesas têm uma fundação remota, reflectindo pela sua localização, estrutura e aspecto geral, a sua génese antiga. Umas tantas povoações evidenciam a ancestral localização castreja, pelos lugares altos e até escarpados onde se situaram (Santarém, Vila Real, etc.). A romanização, embora provocasse o abandono de muitos castros em lugares de difícil acesso, conservou outras implantações, em lugares proeminentes mas com acessibilidade facilitada. Da preocupação da escolha do local favorável à defesa, essencialmente dependente da topografia e, posteriormente, a ligação com as vias de comunicação - terrestres, fluviais e marítimas, resultou o facto de quase não existirem cidades planas em todo o país - Aveiro, Vila Real de Santo António, Póvoa do Varzim e mais uma ou outra localizadas no litoral e de crescimento recente, são os raros exemplos que dispo-

(1)-Veja-se Jorge Gaspar (cord.), *Portugal em mapas e em números*, p. 117

mos (1).

Os nossos principais rios têm vales pronunciados; as povoações situadas junto deles desenvolveram-se em anfiteatro a partir do antigo núcleo fortificado e junto do qual foi situada a primeira praça. Foi dada uma nítida preferência à localização em colinas sobranceiras às margens direitas dos rios, onde a insolação é mais favorável; Lisboa, Porto, Coimbra são os exemplos mais destacados, podendo ainda acrescentar-se como obedecendo aproximadamente a este esquema, Barcelos, Vila do Conde, Amarante, Mértola e Silves; em relevos mais suaves Setúbal, Lagos e Portimão.

As situações de povoações alcandoradas originaram, ao crescer a cidade baixa, uma segunda praça de mercado, feira, comércios e ligação com o porto ou com a estrada, a qual adquiriu a maior importância funcional.

A muitas das povoações foi imposto o traçado urbanístico romano, que outros invasores que lhe seguiram e o semi-abandono medieval fizeram apagar completamente, ou deixá-lo apenas perceptível na geometria prevalecente da sua estrutura viária - Braga, Beja, Serpa, etc, ainda conservam esses indícios; outras contêm testemunhos arquitectónicos da ocupação romana, como Évora, Lisboa e Coimbra (2).

(1)- Veja-se Orlando Ribeiro, "Cidade", in *Dicionário de História de Portugal*, vol I, p. 60 : "...*haverá poucos países com tantas cidades e vilas alcandoradas como Portugal.*"

(2)- Entre outros, veja-se o trabalho pioneiro da investigação sistemática dos traçados romanos em cidades portuguesas, de Vasco Gil Mantas, "Arqueologia urbana e fotografia aérea", in I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, pp.13-26



Ao contrário da ocupação romana, a ocupação muçulmana, que se implantou do centro para o sul do país, deixou-nos as marcas típicas das suas cidades: ruas e ruelas estreitas e tortuosas, becos, pátios abundantes e uma ausência total de grandes praças. Alfama é o exemplo paradigmático e indicador de como seria toda a cidade de Lisboa antes do terramoto.

Da mesma forma do que aconteceu com os traçados romanos, também os muçulmanos tenderam a ser alterados pelos cristãos (1), mas em sentido inverso - regularizando as ruas, abrindo mais espaços por demolição de casas, constituindo-se dessa forma pequenos largos e praças.

Como resultado final das predominantes influências culturais, tanto no norte como no sul resultaram traçados urbanos onde a irregularidade prevalece (2). No entanto, dadas também as diferentes condições ambientais do norte e do sul do país, as paisagens urbanas resultaram diferentes. A partir do centro para o norte aos relevos mais acentuados coincidem os solos mais ricos e as águas mais abundantes; disso resultou um povoamento disperso, de pequenas propriedades, de muitos pequenos povoados (3), com

(1)- Sobre a persistência do plano e a raridade dos monumentos muçulmanos que chegaram até nós, veja-se também Orlando Ribeiro, op. cit., p. 62

(2)- Os traçados urbanos geométricos reticulados, de raiz portuguesa foram raros. Os exemplos mais afirmados são Tomar, o Bairro Alto de Lisboa e as obras do urbanismo pombalino ou por ele influenciado.

(3)- Grande parte das cidades e vilas do norte tiveram a sua origem na vila rural romana, ou seja, uma génese essencialmente agrícola. Veja-se Alberto Sampaio, *As vilas do norte de Portugal*, vol I, p. 59

limites pouco precisos, pela imbricação com as parcelas rurais. À medida que o povoado sobe na hierarquia das povoações, tornando-se vila e cidade, aumenta a regularidade dos traçados e o cuidado dedicado aos espaços urbanos. Os espaços exteriores privados na aldeia surgem com frequência à frente ou ao lado da casa, constituindo pátios ou quintais de múltipla funcionalidade - guarda dos animais domésticos, das alfaias agrícolas, da lenha e dos produtos diversos; duma ou outra árvore e da frequente latada de vinha. Passaram esses logradouros nas vilas, mais para o lado traseiro das habitações, tornando-se hortos e jardins em substituição dos tradicionais eidos.

1.3 - PAISAGEM URBANA

A paisagem urbana para norte, sobretudo, tem a marca que lhe é dada pelos relevos acentuados e pela disposição do casario em anfiteatro. É por isso, uma paisagem "irrequieta", que muda constantemente à medida que a percorremos, oferecendo com frequência recantos inesperados de pequenos largos, de miradouros para as serras, vales e rios das redondezas. Não oferecem a opulência de conjuntos monumentais, de edifícios grandiosos de altas torres e cúpulas. O castelo ou as igrejas marcam a diferença na malha urbana. São as características morfológicas de todo o aglomerado que compensam essa modéstia pelos pitorescos cenários que oferecem. Diversidade formal, onde as cores do

granito, xisto e barro se integram nos tons vegetais das envolvências. No todo da paisagem rural, o aglomerado antigo harmoniza-se perfeitamente com o território, adaptando-se-lhe pelas formas e pelas cores.

A característica formal dinâmica junta-se o bulfício das pessoas, dos animais e viaturas, imprimindo aos aglomerados ambientes de grande vivacidade. No largo ou praça, onde os habitantes se juntam, surgem as árvores de sombra e o renque de flores. Variedade, onde o contraste entre a rudeza e ruralidade do meio com a ingenuidade dos pormenores fazem dos aglomerados tradicionais obras de arte colectivas, como em quase tudo que resulta da livre expressão da cultura autêntica local.

Para sul, a civilização do barro opõe-se à do granito (1), construindo outras paisagens e outras vivências. Persiste a irregularidade e a exiguidade dos espaços, mas a suavidade do relevo permitiu grandes regularizações e abertura dos espaços, possivelmente a partir da Baixa Idade Média (2). Subsistiu a influência muçulmana na arquitectura, que utilizou a taipa e o tijolo de barro, rebocados e caiados de branco; os pequenos vãos das portas e principalmente as janelas, reduzidas ao mínimo, que a adaptação a climas de grandes variações térmicas ensinou.

Uma estrutura de propriedade de grandes

(1)- Cf. Orlando Ribeiro, *Geografia e civilização*, pp. 13 e seguintes

(2)- Veja-se Jorge Gaspar, "A morfologia de padrão geométrico na Idade Média", in *Fimistera*, pp. 188-214

dimensões, que apenas se reduzem nas quintas e ferragliais envolventes de povoações, proporcionou limites urbanos muito bem definidos. Predomina a casa de piso único, alongada, que se conjuga com um pátio ou quintal cercado por muros altos a darem-lhe intimidade; pequenos hortos e jardins adivinham-se das ruas estreitas, pelo despontar das laranjeiras e limoeiros a galgarem os muros e pelo aroma das ervas de cheiro a envolver quem passa. À maneira muçulmana, manteve-se uma profunda divisão entre os espaços exteriores públicos e os privados, estes, completamente preservados dos olhares indiscretos, localizados sobretudo nas traseiras das casas. Não existe o pátio dianteiro com grandes portas de entrada para o carro de bois, tal como se encontra a partir da Beira Baixa para o norte. Os aglomerados do sul, densamente povoados e muito afastados uns dos outros, têm nalgumas aldeias a população das vilas do norte.

A paisagem urbana das planícies do sul é tranquila e regular, com um apreciável refinamento na arquitectura popular, em termos de depuramento e equilíbrio formal aliada à propriedade dos pequenos apontamentos de cor nas portas e janelas, nos rodapés, cimalkas e cornijas, que transfiguram os alvíssimos volumes das mais modestas casas em delicadas expressões estéticas.

Quanto ao ambiente destes lugares de contemplação, poder-se-á dizer que, de acordo com a expressão formal, são tranquilos, sem aquele bulício de

homens e animais; os grandes rebanhos ficam-se pelos montes, arredados das povoações.

Ao contrário do festelro e religioso homem nortenho, o do sul, sobretudo o alentejano é contemplativo e pouco dado a efusões fáceis, imprimindo mais calma aos ambientes que habita.

Ao mimetismo cromático das povoações do centro e norte, opõe-se no sul o contraste luminoso dos aglomerados, destacados dos campos envolventes. A brancura fere o olhar e faz parecer mais escuros os claros campos de relevos suaves. São duas expressões estéticas em que a harmonia é ora por similitude de cores e formas, ora por contraste, onde as formas se harmonizam com as grandes linhas predominantes da paisagem, os peniplanos da planície, e as cores se destacam pelo seu mais alto valor luminoso.

Generalizando, poder-se-á dizer que as povoações portuguesas localizadas, na sua maioria, em sítios proeminentes, de relevo irregular, muitas delas junto às margens de rios ou da costa, são especialmente valorizadas paisagisticamente quando vistas do exterior. A diversidade de situações, a visão do casario "apinhado", donde despontam as torres das igrejas, palácios, zimbórios ou pináculos, que se erguem e baixam por cabeços e encostas, forma paisagens urbanas de grande valor estético.

As condições naturais tornou-as especialmente pitorescas, suscitando-se uma contradição entre a visão distanciada e a visão pormenorizada dos interiores urbanos que, frequentemente, não corresponde às expectativas susci-

tadas pela primeira imagem (1).

Torna-se necessário, porém, chamar a atenção de que a "visão de conjunto" oferece um todo perceptivo claramente identificado, onde as partes se congregam umas com as outras para o resultado final. Quando isto não acontece como, por exemplo, quando ocorre a implantação de um edifício, fora da escala dos elementos de conjunto, dá-se o contraste, que poderá ser dissonante.

A visão de pormenor propõe outro tipo de relações, outra escala de observação: entre as visões de uma árvore e da sua folha, tem que haver necessariamente atitudes diferentes que, na maior parte das vezes, não ocorrem. Quantos estetas já enalteceram a beleza da folha da árvore? Para que o enaltecimento do pormenor ocorra é preciso que surja a flor...

No caso da imagem urbana, há ainda que ter em conta a diferença de situações que se estabelece entre a visão distanciada do conjunto urbano, em que a imagem se esbate sobre um fundo, e a visão no interior, em que nos encontramos envolvidos por limites edificados (2).

Sem pretendermos minimizar as críticas

(1)-Vejam-se, por exemplo, as afirmações de Raul Proença e de outros escritores estrangeiros que transcreve, da apreciação paisagística de Lisboa, in *Guia de Portugal*, vol. I - Lisboa e arredores, pp. 179-183

(2)-Luis Mendes de Vasconcelos não exalta a paisagem do interior de Lisboa, mas quanto ao que é possível dela avistar não poupa encómios: "...porque está de sorte assentada esta cidade que saindo dela alguns braços nobremente povoados abraçam entre si ameníssimos vales, plantados de hortas, que todo o ano alegam a vista (...) E assim da maior parte das casas se vê uma grande máquina de unidos edifícios, ou junto com isto o mar, ou verdes hortas; e se estas vistas são alegres, julgue-o quem as goza. Pois não só tem esta vária vista, mas estendendo-a mais sobre as espaçosas águas do rio...", in *Do sítio de Lisboa*, p. 134

anteriores, temos que reconhecer que nos aglomerados tradicionais existe uma eficaz relação entre os diversos elementos constituintes o que, em grande parte, contribui para a boa imagem de conjunto (1). Por isto, somos levados a considerar demasiado severas e simplistas as críticas liminares à paisagem urbana do interior dos aglomerados, sem atenderem a questões positivas que surgem duma leitura mais atenta. Porque não é só a falta de monumentalismo que há de se ter em conta, se sociologicamente não for considerado importante, quando muitos outros valores ambientais estão presentes.

Tem havido, sem dúvida, um esquecimento ou, se se quiser, um desprezo, pelo tirar partido das condições naturais que, gratuitamente nos oferecem uma beleza que todos são unânimes em reconhecer: as margens dos rios e as frentes marítimas não têm um aproveitamento condigno; os sítios de miradouro nunca são aproveitados para acrópole ou praça-miradouro (a praça de Luis de Camões, de Alenquer é um caso raríssimo na produção urbana portuguesa; o Terreiro do Paço é também outro exemplo isolado). Não é que nos falte a técnica construtiva - os inúmeros cais construídos e os espantosos escadórios de peregrinação são disso testemunho. O que não chega é a vontade de construir cidades para a felicidade de quem as habita.

Embora se possa dizer que " a paisagem é, real-

(1)- Como noutras situações, estamos a referir-nos ao aglomerado português tradicional. É por demais sabido como o desenvolvimento acelerado (ou celerado?...) deste século tem destruído o valor das relações entre as partes do todo urbano

mente, um estado de alma..." (1), parece-nos que o apelo a esse "estado de alma" varia consoante as potencialidades de cada sítio ou região, o espírito do lugar. Se determinadas imagens nos cativam de imediato, para outras é preciso estabelecer-se determinadas relações entre o observador e o observado, que passam pela descodificação dos aspectos particulares que nos escapam numa primeira leitura apressada de conjunto. Parece-nos, portanto, poder concluir que as paisagens têm diferentes graus de comunicabilidade ou de suscitar estados de alma, como qualquer outro elemento estético. A paisagem portuguesa tem essas diferenças particularmente marcadas para a dimensão do território que dispomos, daí que os aglomerados também se diferenciem em função das regiões. Por um lado as condições biofísicas que se oferecem, por outro as formas de adaptação do homem a cada um desses meios produzem as diferenças.

Está, pois, em jogo um processo simples mas duma grande autenticidade, pela maneira directa como reflecte a cultura de cada região. Esta autenticidade vai-se perdendo à medida que o aglomerado aumenta de dimensão e de importância, até que nas cidades um outro conhecimento se impõe, ora feito de erudição ora de atabalhoadas intensões; em qualquer dos casos é frequentemente perturbado o saber da adaptação do homem ao meio, ficando-nos apenas indícios da cultura genuína da região. O homem urbano, com outro conhecimento que o homem rural, por ventura mais complexo e

(1)-Miguel Torga, *Portugal*, p. 13

refinado, um tanto liberto da luta pela sobrevivência a que a dependência da terra obriga, vira-se para o deleite dos sentidos, para o conforto das suas habitações, para a fruição do jardim, para o prazer do convívio e da festa no espaço comum da praça.

À medida que o aglomerado cresce as edificações vão-se aperfeiçoando, reduzindo-se a presença de elementos rurais. Sem que seja determinante (lembramo-nos das grandes aldeias alentejanas) a escala da povoação é, frequentemente, um dos factores da urbanidade mas, realmente o que os aglomerados maiores ganham em aparato, perdem em carácter (1).

Não queremos, contudo, dar com estas apreciações a impressão de um lamento melancólico ditado por um paraíso perdido. Hoje, como em qualquer outra época, é possível construir aglomerados urbanos adequados à vida dos homens. Mas dadas as condicionantes do meio, essa aspiração tem a consistência de um sonho e, mais uma vez, ao bom jeito português, resta-nos acreditar "*que o sonho comanda a vida...*" (2).

Em quaisquer das situações, tanto no norte como no sul do país, a praça é sempre um espaço particularizado. A limitá-la, ou próximo dela, localizam-se os edifícios

(1)-Veja-se Francisco Keil do Amaral e outros, *Arquitectura popular em Portugal*, zona 3, vol. I, p. 230

(2)-António Gedeão, "Pedra filosofal", in *Poesias Completas*, pp. 35-37

importantes do uso colectivo - a igreja, a Casa da Câmara, a Misericórdia, os comércios; aí construíram também as suas moradas os indivíduos da condição social mais grada da terra, contribuindo para o prestígio do espaço.

Ao nível da aldeia ou pequena vila, a praça do norte do país tende a apresentar-se de contornos mais irregulares que no sul; as condições orográficas e as tipologias construtivas, derivadas dos diferentes modos de vida serão determinantes na marcação destas diferenças. Existe ainda outro aspecto que nos parece capaz de ter contribuído para as diferenças: a arquitectura realizada com materiais mais efémeros - a taipa e o tijolo - pode ter facilitado bastante ao longo dos séculos as regularizações dos traçados, alterando muito as irregularidades da malha muçulmana. Esta é uma hipótese a ter em conta, sem nos esquecermos da chamada *persistência do plano*, de que é exemplo a construção no século XVIII de casas de pedra em substituição das barracas de palha dos pescadores de Oihão, onde é mantido o traçado das ruas (1), e possivelmente, muitos dos limites das parcelas.

Só por uma implantação previamente controlada ou através de posteriores regularizações, é possível compreender determinadas zonas de Évora, por exemplo, em que a geometrização pela linearidade e paralelismo das ruas, conjugadas com a adaptação ao relevo, é bem patenteada. Aliás, já vimos exemplos de traçados geometrizados medie-

(1)- Cf. Orlando Ribeiro, "Cidade", in *Dicionário de história de Portugal*, p. 62

vais, um tanto independentes da latitude que têm no país -
- casos de Monsaraz e Torre de Moncorvo, entre outros.

A localização da praça tende sempre a apresentar-se centralizada em relação ao todo urbano, excepto quando é povoação fluvial ou marítima, em que a força polarizadora do porto provoca o deslocamento, aproximando-a de si. A Praça da Ribeira e o Terreiro do Paço, em Lisboa; a praça da Ribeira, no Porto; a Praça velha de Coimbra, ou a Praça do Sapal de Setúbal, são os principais exemplos.

A procura de centralidade da praça parece-nos ditada mais por razões funcionais do que conceptuais ou simbólicas: Veja-se como exemplo o caso dos rossios, nascidos para fins estritamente funcionais, e que o posterior crescimento urbano absorveu e tornou-os em espaços centrais. Nos aglomerados portugueses predominou uma estrutura urbana onde se distribuíram pequenos largos e praças, frequentemente com usos diferenciados e bem definidos a partir da Idade Média. Para os grandes acontecimentos - feiras, comemorações, etc - houve necessidade de um outro espaço, suficientemente amplo para viabilizar quaisquer dos eventos.

O rossio tornou-se "*um dos traços mais característicos da estrutura urbana portuguesa*" (1), localizando-se à margem do aglomerado, sem limites edificados, mas sombreado com arvoredo para amenizar esse grande espaço de reunião. Esta como que autêntica Praça Maior confinava

(1)-Orlando Ribeiro, *Geografia de Portugal*, vol III, pp. 871-872

com o campo e a ela vinham os hortelões das terras próximas vender os seus produtos; aí se reuniam e comercializavam ou reuniam os gados, em improvisados "currais do Concelho" (1). A feira tornava esse local de quase ida obrigatória para toda a população local e dos arredores.

Em várias terras o espaço aprazível do rossio convidava ao passeio, ao espalhar fora do espaço espartilhado da cidade, como era o caso de Portalegre (2), e de tantas outras povoações.

Muito possivelmente o uso do espaço perimetral amplo e adjacente a uma das portas das muralhas, se as havia, será anterior à nacionalidade. Leite de Vasconcellos menciona um documento de 1295 que já refer o rossio de Lisboa e acrescenta outros, com idênticas designações, para o Alvito, Porto, Beja, Ponte de Lima e Castelo Branco, datados entre os séculos XIII e XVIII (3). É de concluir que a designação foi utilizada em todo o país (e ainda na Galiza, segundo Robert Ricart), sendo duvidoso, por isso, cairmos na tentação de considerarmos este tipo de espaço como herdado da cultura muçulmana.

É um facto que os muçulmanos utilizaram sempre um tipo de espaço equivalente ao rossio - a *massala* ou

(1)- Cf. Túlio Espanca, in Boletim da cidade de Évora, Nº 3, p. 80

(2)- "Tem este arrabalde um rossio que se chama do Espírito Santo, muito espaçoso e alegre, onde os moradores da terra vão espalhar as tardes de verão. Nele correm cavalos e jogam canas e fazem muitas outras festas" - Diogo Pereira Sotto Maior, *Tratado da cidade de Portalegre*, p. 53

(3)- Cf. J. Leite de Vasconcellos, *Etnografia portuguesa*, vol. II, pp. 342-345

massala, para compensarem a exiguidade dos espaços públicos das suas cidades sem praças. Mesmo quando ocuparam cidades fundadas pelos romanos eliminaram o espaço livre do *forum*, construindo aí a mesquita, socorrendo-se da *massala* para as grandes manifestações que não cabiam ou eram impróprias na mesquita (1). Não tinham outra hipótese para resolver a questão.

Nas povoações portuguesas isso não aconteceu tanto assim, porque sempre houve o cuidado de se preservar praças ou largos distribuídos pela malha urbana; em povoações com uma praça central suficientemente ampla, como Aveiro, Leiria, Abrantes, Portalegre, Vila Viçosa, Lagos (2), Évora e outras, continuaram a usar o *rossio*.

Esta dualidade da praça centralizada e de praça periférica (*rossio*) ocorre também em Espanha, tanto em cidades de substrato muçulmano como noutras que não tiveram essa influência (3). No entanto, na cidade portuguesa não foi tão acentuada a importância atribuída à praça central, (a Maior, a Grande, do Pelourinho, etc.), o *rossio* tomou-lhe frequentemente o lugar para os grandes eventos, tornando-se um espaço urbano fundamental.

Estamos, obviamente, no domínio das conjecturas e das deduções a partir de uns tantos factos conhecidos,

(1)- Veja-se Robert Ricart, "Apuntes complementarios sobre la plaza mayor española Y el *rossio* português", in *Estudios geograficos*, nº 47, pp. 229-237

(2)- *Ibidem*

(3)- *Ibidem*

uma vez que não se possui um conhecimento documental dos princípios e intenções urbanísticas. Mesmo a origem do próprio vocábulo "rossio" levanta dúvidas, sendo com frequência aplicado com significados diversos, que nada têm a ver com o espaço urbano que tratamos (1).

Encontram-se referências ao rossio, no sentido de praça, nas seguintes localidades (2):

LISBOA	- rossio ou praça D. Pedro IV
AVEIRO	- rossio
UISEU	- Praça da República
COIMBRA	- rossio de Santa Clara
LEIRIA	- rossios
ALCOBAÇA	- rossio
ABRANTES	- Praça da República
ROSSIO DE ABRANTES	- povoação fronteira a Abrantes
ALENQUER	- rossio
MAFRA	- rossio
VILA NOGUEIRA DE AZEITÃO	- Praça da República
PORTALEGRE	- rossio do Espírito Santo
ELVAS	- rossio do Calvário
ESTREMOZ	- rossio
VILA VIÇOSA	- Largo de Machado de Castro
ÉVORA	- rossio de S. Brás
ALVITO	- rossio
LAGOS	- rossio da Trindade

Em todas as povoações o rossio não deixou de constituir um espaço de transição entre o rural e o urbano, um local de encontro entre as duas formas de viver. Se tivermos em conta que a grande parte das nossas cidades ficam situadas em lugares proeminentes, torna-se fácil perceber que o rossio surja ao rés da base ou do limite da

(1)- Veja-se Leite de Vasconcellos, op. cit., e ainda: João Batista da Silva Lopes, *Diccionario postal e chorográfico do reino de Portugal*, p. 253; A. C. Frazão, *Novo diccionario corográfico de Portugal*, p. 586; Américo Costa, *Diccionario corográfico de Portugal continental e insular*, pp. 417-419

(2)- Adaptamos a lista elaborada por Robert Ricart, op. cit., p. 235, com algumas alterações

cidade, em situação de fácil relação com vias de acesso e que, por isso, seja um local potencialmente importante para o encontro e reunião.

A arquitectura envolvente da praça contribui como é óbvio, de forma decisiva para a caracterização física da praça. Por isso se pode perguntar o que tem sido a nossa arquitectura, como tem evoluído e determinado esse espaço urbano.

Desde logo se reconhece que a arquitectura está em íntima ligação com o meio onde se insere: a casa de alvernaria de pedra incerta, da aldeia, evolui na cidade para a casa de pedra aparelhada, quanto mais não seja na fachada virada para o espaço público. A escala contida, reduzida ao mínimo que a funcionalidade exige, torna-se folgada, onde a urbanidade se afirma por códigos que o exigem. Quanto mais desenvolvido e aberto às relações externas é o meio urbano, mais os processos de produção arquitectónica se desligam da tradição local. A partir de meados de Oitocentos esta abertura às influências foi-se progressivamente acentuando, a par e passo com a dependência cultural da Europa Central.

Nos finais de Oitocentos e nos primeiros anos do século seguinte, por via da influência cultural da geração de 90 e seu romantismo, veio à baila a discussão sobre as características da casa portuguesa, manifestando-se o desejo apriorístico do aportuguesamento da arquitectura por reprodução de modelos antigos, em desfavor das influências

estrangeiras (1). Destacaram-se nesse movimento Rocha Peixoto, João Barreira e outros, mas, principalmente Raul Lino. Numa linha de pesquisa da evolução histórica da casa portuguesa, o arquitecto Lino começou por determinar a inexistência duma tipologia de casa com originalidade estrutural no contexto europeu, mas reconheceu a existência de determinadas características, como sejam a pouca afirmação da arquitectura pelo jogo dos volumes e das proporções; o uso frequente do alpendre para estabelecer a transição entre o espaço exterior e o interior do edifício; a frequente ocorrência de varandas frontais, sobretudo nos largos e praças; um empenho ao nível decorativo, epidérmico, na valorização do edifício por aplicação de elementos - forma expedita de compensar a pouca criatividade formal. A marcação apilastrada dos cunhais, dos rodapés e cimalkas com pedra ou com uma cor destacada da superfície geral; o emolduramento de portas e janelas, o destaque do portal principal, o esgrafito nos rebocos da casa do sul; o destaque do portal principal e a imponência posta na escadaria exterior de acesso; o decorativismo das chaminés e os arrebiques dos telhados, etc, são exemplos dessa estratégia decorativista preocupada com a boa imagem da fachada (2).

Reconhecendo também a inexistência de um único tipo de casa susceptível de ser tomado por modelo

(1)- Cf. José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XIX*, vol. II, p. 149

(2)- Veja-se Raul Lino, *A casa portuguesa*, p. 5 e seguintes

(1), Lino expõe as profundas diferenças entre a arquitectura do norte, feita de "*inteireza do risco e robustez no pormenor*", a que a pedra dura obriga, e a arquitectura do sul, onde a construção de tradição mudéjar produziu obras de variados enxertos, acrescentos e imbricamentos que um material dúctil como o barro permitiu fácilmente.

Estas referências servem para a arquitectura doméstica de cariz popular ou tradicional, que até meados do século XIX constituiu a grande maioria dos edifícios existentes. A outra arquitectura, a de cariz erudito, evoluiu ao longo dos séculos, em simbioses das influências estrangeiras de cada época, com o gosto e as condições nacionais. É sobretudo desta arquitectura utilizada nos edifícios de maior dimensão e de prestígio que os historiadores de arte se têm socorrido para elaborar um fio condutor da nossa produção arquitectónica. Apoiada em factos isolados, essa historiografia não patenteia a realidade do país que somos, mas sim aquilo que dela se destaca.

A arquitectura erudita emancipou-se em boa parte das influências locais: encontram-se igrejas de formas muito próximas tanto no norte como no sul, diferenciando-se sobretudo pela adaptação dos materiais mais abundantes em cada região. O mesmo se passa com os palácios, solares e

(1)- Cf. Raul Lino, op. cit., p. 8

conventos (1). Porém a influência cultural fez com que o românico se restringisse ao norte e o barroco atingisse também aí todo o seu esplendor, enquanto no sul foi o mudéjar dominante.

Até ao século XVIII os edifícios de arquitectura erudita foram tratados como peças isoladas e desligadas da produção do espaço urbano, alterando-se esta situação com as obras pombalinas de Lisboa e sua influência a outras cidades (2). Pelo que poderá, de facto, afirmar-se que " o pombalino surge como uma estrutura imagética articulada não em edifícios ou objectos urbanos particularmente significativos, nem em frentes-fachada particularmente ricas, mas em espaços urbanos, espaços-rua, espaços-praça, esses sim carregados de significado, e neste caso o que constitui o "discurso" urbano é o espaço-rua objectivado em si mesmo e por si mesmo constituindo um valor" (3). Valor efémero que o século XIX voltou a esquecer até quase às últimas décadas, porque a nossa vocação para a construção do espaço no solo pátrio nunca foi grande. Bem à medida do nosso temperamento, preferimos as miragens das longínquas terras de além mar, e a construção de outros mundos, do tamanho do

(1)- Veja-se a propósito, Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol I, p. 67: "O velho solar, escondido adentro da quinta de granjeio ou sombreando um largo de cidadezinha provinciana, é ainda a construção que mais característica se nos depara do norte a sul de Portugal"

(2)- Veja-se Pedro Vieira de Almeida, "A arquitectura do século XVIII em Portugal", in *Bracara Augusta*, vol. XXVII, nº 64(76), 1973, p. 456. É certo que já tinham surgido obras de forte cariz urbanístico, como foram os casos de Tomar, do Bairro Alto de Lisboa, de extensões de Braga e de Coimbra; mas é com o pombalino que se explicitam, segundo regras precisas, as relações do edifício com o espaço urbano que determina.

(3)- Op. cit., p. 457

sonho.

A paisagem urbana portuguesa surge pelas razões invocadas - diferenciações regionais para a arquitectura autóctone e evolução dos estilos para a arquitectura erudita - como uma paisagem diversificada, feita de justaposições dos elementos variados e coexistentes. A diversificação dos elementos é mais acentuada no norte, onde a casa de paramentos de pedra à vista foi sendo substituída por obras feitas com pedra irregular argamassada, rebocada e pintada a cores claras, reservando-se a pedra à vista para os elementos de ornamentação, como se referiu atrás ao evocarmos a questão da casa portuguesa e seus elementos caracterizadores. Como se percebe, esta nova expressão arquitectural não teve um impacto visual tão grande no sul, onde o reboco sempre foi utilizado; os elementos ornamentais não atingiram a exuberância do norte do país e o granito foi aqui muitas vezes substituído pelo mármore, que pouco se diferencia da brancura dos paramentos; ou pelo xisto escuro, mas numa expressão sóbria e refinada.

Mas como não bastasse já a abundância de expressões arquitectónicas, o século XX trouxe-nos novos resultados. Entre 1900 e 1920 definiu-se uma época em que os portugueses emigrados no Brasil e outros países da América e que genericamente foram apodados de "brasileiros", vieram introduzir novos modelos: por influência da casa colonial dos engenhos do Brasil e das casas victorianas dos Estados Unidos, que por sua vez,

derivavam das fábricas italianas do século XVIII, Impõem nas suas novas habitações uma dimensão e um repertório formal de volumes assimétricos dominados por torres, telhados ponteagudos, rendilhados decorativos, azulejos de cores variadas, etc, profundamente contrastantes com a arquitectura préexistente (1).

Esta importação de outras expressões arquitectónicas foi continuada com os emigrantes dos países europeus, mantendo-se até à actualidade. Mas agora já não é totalmente o gosto do emigrante que se expressa mas também a criatividade desregrada de desenhadors e mestres de obras locais, com quem o emigrante, em estadia de férias, contrata a obra. Por isto, também se vai notando a influência da moderna arquitectura turistiqueira do Algarve, que de traço comum apresenta a brancura das formas variadas.

Não podemos olvidar uma referência a um material que, pela abundância de utilização atingida, tornou-se num *ex-libris* da nossa arquitectura; referimo-nos ao azulejo.

Desde fins do século XV que o azulejo foi utilizado em Portugal, mas sempre no enriquecimento de interiores ou de exteriores privados em contacto com pátios ou jardins.

A partir do século XVIII o azulejo passou a ser muito utilizado no revestimento de fachadas, sendo um

(1)- Veja-se Clara Vieira e Raúl Veríssimo, "As casas dos emigrantes na região de Aveiro", *Arquitectura*, nº 145, 1982, pp. 25-28

processo de compensação da singeleza formal duma arquitectura adversa ao jogo de volumes. O azulejo veio então criar profundidades, perspectivas ilusórias, com os seus painéis representativos de espaços irreais.

As obras pombalinas foram especialmente objecto de enriquecimento arquitectónico através do azulejo, que em padrões geométricos, de fabrico mais industrializado, forrou muitas fachadas, dando a Lisboa uma paisagem única no contexto europeu.

O brilho cerâmico deste material possibilitou uma riqueza cromática e uma luminosidade, de efeitos eridiscantes, que muito bem compensou a arquitectura utilitária. Por outro lado, os grandes painéis de azulejos alegóricos aplicados em fachadas de igrejas, produziram verdadeiros cenários urbanos desconhecidos até aí. Modernamente a produção industrializada e o uso indiscriminado de padrões de fraca qualidade estética levou a uma degradação que atingiu conotações depreciativas de difícil superação.

Perante as condições descritas, a praça foi também sujeita à arquitectura envolvente, às influências do momento, perdendo muito da unidade espacial que até ao século XIX mantivera. Uma procura de afirmação individual por cada edifício inviabilizou soluções unitárias do tipo da praça maior espanhola. A arcada, um dos elementos tipológicos mais significativos da praça clássica europeia, nunca conseguiu afirmar-se completamente, de forma que nos restam apenas exemplos parciais nas praças principais de Évora, Guimarães, Viana do Castelo, Porto, S. João da

Pesqueira, Beja e pouco mais. O exemplo pombalino da praça do Comércio de Lisboa não teve, infelizmente, continuidade, finando-se com o poder que a produziu.

A praça portuguesa apresenta-se assim, pouco monumentalista, tanto pela dimensão, fruto de um desenvolvimento urbanístico orgânico, como pela arquitectura diversificada que a compõe. Mas isto não significa que não tenha uma importância fundamental de uso e de significado na estrutura em que se inscreve (1).

Esta heterogeneidade de formas, estilos, épocas tem sido percebida também pelos historiadores que têm estudado estes aspectos: "*nas cidades portuguesas o antigo agoniza lentamente e entrecruza-se com o moderno, prolongando-se para além dos limites cronológicos que vulgarmente se atribuem à Idade Média, não sendo raro encontrar neles reminiscências medievais, no presente*", afirma Beirante ao estudar Santarém (2), o que é válido para muitas outras cidades.

Nos contextos regionais foi o Alentejo que melhor conservou as ligações à matriz cultural, mantendo a

(1)- Será oportuno referir que também a praça maior programada espanhola, tem uma fraca representatividade no conjunto das praças do país vizinho - não parecendo exceder os 9%, segundo Bruno Vayssière, em *La plaza mayor dans l'urbanisme hispanique. Essai de typologie*", pp. 44-77. Poderá referir-se, no entanto uma mais frequente ocorrência de arcadas nas praças, do que em Portugal; mas quanto às dimensões, forma e diversidade arquitectónica envolvente encontram-se analogias em ambos os lados da península. A praça programada espanhola foi devida principalmente à "*mentalidade rigorosa e racionalista, sem dúvida herdada dos germânicos Habsburgos*", como nos diz Luis Cervera Vera em *Plazas mayores de España*, p. 339. Causa análoga representou para nós o Marquês de Pombal, líder de um absolutismo monárquico tardio e que, por isso mesmo, não conseguiu prosseguir nem fazer escola no urbanismo

(2)- Maria Angela Beirante, *Santarém medieval*, p. 11

preocupação de continuar com uma arquitectura integrada nas préexistências. Região que conservou um sistema económico muito próprio, fechado sobre si mesmo e adverso às intervenções externas, tem preservado muito das suas características ambientais. Os seus aglomerados apresentam uma grande coerência formal, que se reflecte na unidade das suas praças.

Para quaisquer das regiões podemos dizer que a arquitectura portuguesa raramente demonstrou o gosto por aquela expressão de acentuada verticalidade que dominou na Itália medieval e depois na Europa gótica do norte. Como diz Reynaldo dos Santos, "*o gótico em Portugal adaptou-se mais à singeleza plástica das ordens mendicantes, que aos voos místicos que fizeram a glória de Chartres, Reims, Laon ou Wells*" (1). Mesmo nas obras onde o gótico mais se afirma - Alcobaça, Santarém, Évora, Beja, etc, contém sempre formas fortes, um tanto pesadas, adversas às finas torres e pináculos a quererem furar as nuvens. Nas épocas posteriores marcou-se então muito mais o gosto pelas linhas predominantemente horizontais, em construções de pouca altura. Vejam-se os solares de extensas fachadas, que não excedem dois pisos e toda a outra arquitectura doméstica, onde a predominância das linhas horizontais é evidente nas suas proporções, que uma cornija e beirado saliente reforçam. As coberturas com águas laterais em que a empena é fachada, conforme a tradição do norte da Europa, é aqui

(1)-Reynaldo dos Santos, *Oito séculos de arte portuguesa*, vol. II, p. 120

quase a aberração.

A praça portuguesa inscreve-se mais na expressão urbano-arquitectónica do sul da Europa do que na do norte, onde as torres se erguem como filigranas em fortíssima expressão ascensional, a darem monumentalidade ao espaço (1) .

É certo que também na Itália surge a torre a marcar a envolvência da praça, ou mesmo o seu interior, (Piazza del Campo de Siena, S. Marcos de Veneza, Piazza della Signoria de Florença, etc, são alguns exemplos), mas em obras que vão para além do medievo. O renascimento foi substituindo a irregularidade da silhueta envolvente da praça pela regularização, afirmando a horizontalidade e simetria de todo o conjunto.

Se tivéssemos que escolher um elemento arquitectónico isolado, típico da praça portuguesa, a escolha teria que recair, sem dúvida, no pelourinho.

Apesar da razia que as transformações políticas do século XIX provocaram, ainda hoje inúmeras aldeias, vilas e cidades conservam o seu pelourinho como um dos elementos mais significativos da paisagem e história da urbe. Encontrando-se o pelourinho, sabemos onde foi a praça mais prestigiada, odiada e festejada, onde o foro se reunia nos acontecimentos que lhes diziam respeito. Elemento estruturador do espaço da praça que, a par da Casa da

(1)-A torre em Portugal surge ligada à estrutura defensiva do castelo, ou isolada no campo, como morada e reduto senhorial. Veja-se entre outros, J. Leite de Vasconcellos, op. cit., vol. II, p. 594

Câmara, se opôs como poder temporal à força polarizadora da igreja.

1.4 - FORMAS DE USO

Sem dúvida que o balanço das formas de uso de um sítio serve-nos de barómetro da sua vitalidade no conjunto urbano. Ao longo das vinte e quatro horas de um dia os tipos de uso do espaço vão mudando com os frequentadores, com as acções que aí decorrem. A praça não está inteiramente submetida ao ciclo solar, porque desde a madrugada de um dia, à mais profunda noite, é utilizada das mais inesperadas formas. Começa o dia com aqueles que regressam dos trabalhos nocturnos e aqueles que o iniciam, ainda sem sol - os padeiros e pasteleiros, os comerciantes do mercado de abastecimentos, os trabalhadores dos variados serviços públicos que não têm "noite", etc. Para todos esses a praça é percorrida desinteressadamente, quase ignorada. Termina o ciclo de vida diária na praça com os noctívagos, os boémios, que nela permanecem a fazer ouvir o seu vozear de foliões. E quase sempre é curto o período em que a praça seja, de facto, um lugar ermo: entre as quatro e as cinco horas é a altura mais provável disso acontecer (1).

Mal começa a amanhecer a praça prepara-se activamente para mais um dia. São os vendedores de jornais que arranjam as suas bancas; são os que vão de viagem e a percorrem apressados de apanharem os transportes; são os

(1)- Informação da Polícia de Segurança Pública

que se dirigem para os serviços que se iniciam mais cedo ou funcionam por turnos. Os empregados dos bancos e dos cafés são os primeiros a vir para aí trabalharem. Depois das oito horas vai aumentando o afluxo de gente variada cuja função é pôr a praça a funcionar, a receber aqueles que a ela vêm. Antes das nove surge o primeiro cauteleiro, o mais madrugador, que se empenha no aliciamento dos passantes. Abre a igreja e nela entram algumas pessoas isoladas e taciturnas.

Ainda as lojas não abriram e já ali estão os primeiros homens estacionados, olhando, esperando, perscrutando os outros que chegam, ou passando os olhos pelos títulos dos jornais. Vão ocorrendo com mais frequência as pessoas apressadas, deligenciando chegar à hora devida, mal olhando a praça, um ou outro mira apressadamente uma mostra, volta atrás e vê um preço, retoma o andar.

No verão o turista chega cedo à praça; esse quer vê-la bem, gravar a sua imagem, sentar-se na esplanada a gozar a refeição matinal e descobrir o que há de novo ali. Antes das dez horas vem uma senhora dar milho aos pombos, e pouco depois vem outra trazendo a neta pela mão. A menina tira do saquito os pequenos pedaços de pão demolido e atira-os um tanto sem jeito, entre receosa e fascinada com o bando das aves irrequietas voando à sua volta.

Os balcões dos cafés enchem-se, porque os que trabalham têm pouco tempo para se sentarem e esperar, como acontecia antigamente. Nas últimas décadas aumentou muito o ritmo de vida: as cidades cresceram e simultaneamente atiraram os cidadãos para os subúrbios. O tempo passou a

escassear e tudo a fazer-se mais apressadamente - os transportes, as refeições, os encontros.

Tudo se conjugou para que a praça perdesse muito das suas potencialidades, de suscitar encontros e permanência, e se tornasse num mero local comutador de trânsito.

Mas o centro urbano ainda teima em manter o seu antigo prestígio: a meio da manhã aumentam aqueles que vêm às compras ou a tratar de assuntos diversos: o dia decorre num vai vem de gente que flue, que oscila com as horas - abranda durante a hora de almoço e recomeça logo, até à noite, quando do regresso a casa.

Os vendedores ambulantes instalam as suas banquetas e esforçam-se por reunir interessados à sua volta: as maquinetas e os produtos fantásticos são exibidos. Um orador faz a sua apologia interminável da salvação das almas, mas já poucos querem ouvi-lo...

A praça é o espectáculo gratuito, espontâneo e imprevisto da cidade.

Depois das horas de trabalho muita gente debanda da praça - os cauteleiros, engraxadores, vendedores ambulantes, os ociosos e reformados, etc, deixam-na até ao dia seguinte. Pela noite, são outros os frequentadores; ali se encontram para irem jantar ou aos espectáculos. São poucas as pessoas que fazem da praça o local de ócio do fim do dia. Em Portugal não existe como em Espanha aquele gosto pelo "passeo", aquela vontade de esquecer o trabalho e

gozar o convívio dos amigos e suas conversas divertidas e empolgantes. Parece-nos que o português tem uma incapacidade congénita para tirar partido das suas horas de lazer. E, talvez por isso, facilmente permite que as suas cidades nada façam para que isso se altere. Para que as suas praças sejam também espaços lúdicos de permanência e convívio. Os poderes económicos alteram-nas violentamente expulsando a habitação e ocupando-a com escritórios; fechando cafés e restaurantes e abrindo bancos e companhias de seguros. Atulhando-as de viaturas estacionadas e pouco fazendo para que o local seja dos peões, para que a cidade devolva prazer a quem nela está.

A praça é também um território de áreas bem demarcadas, embora invisíveis à primeira vista; quem trabalha nela, quem aí está reunido com os amigos, etc, tem as suas zonas, frequenta diariamente certos locais. Mesmo aqueles que vão à praça esporadicamente para se encontrarem com alguém, têm os seus locais preferidos. As demarcações oscilam, por vezes, com as estações do ano e estão relacionadas com as classes sociais. Como diz Jane Jacobs, "*as pessoas não se sentem bem juntas quando são de condição muito diferente*" (1). É necessário que exista uma possível afinidade, tal como serem do mesmo clube desportivo, de ramos profissionais próximos, mesma terra ou raça, etc. Mas a praça também tem como que zonas neutras onde se encontram representantes de diversas classes etárias ou profissio-

(1)-Jane Jacobs, *The death and life of great american cities*, p. 67

nais (1).

Em Portugal diz-se: "*Do homem a praça, da mulher a casa*" (2), aforismo que define bem um aspecto social típico relativo ao uso do espaço público. Uma mulher que frequenta a praça, sobretudo sózinha, é olhada com a desconfiança de ser "mulher da rua".

Pela dimensão socializante e como lugar de manifestações culturais, a praça pôde assumir um âmbito bastante vasto na vida da comunidade. Âmbito esse que evoluiu com os tempos, em sucessivas adaptações. Cada praça numa cidade adquiriu a sua atmosfera própria, ainda que a arquitectura seja bastante semelhante (3).

As particularidades dependem muito dos tipos de usos, e estes, por sua vez, relacionam-se também com o tipo de ocupação funcional dos edifícios limitantes do espaço. Assim é que se estabelecem enormes diferenças ambientais entre uma praça com instituições conceituadas e outra onde abundam as pensões baratas, os alojamentos modestos, os bares frequentados pelos operários, etc. Daí poder-se considerar que o êxito ou vitalidade de uma praça actual depende muito mais da sua envolvência do que de outros factores como, por exemplo, uma arquitectura e um tratamen-

(1)- Sobre este tema veja-se o pertinente estudo de Edward T. Hall, *A dimensão oculta*, que é perfeitamente aplicável ao comportamento dos cidadãos portugueses no espaço público. Um exemplo de "zona neutra" é dada pelos bancos à volta da fonte, na praça do Giraldo, de Évora

(2)- Citado por Raul Lino em *Casas portuguesas*, p. 55

(3)- Procuraremos adiantar caracterizações na análise sistemática das praças estudadas. Como exemplo vejam-se as descrições das quatro praças residenciais de Filadélfia, que nascidas do mesmo plano inicial, tiveram destinos completamente diferentes, por Jane Jacobs, op. cit., pp. 100-103

to monumentalista do espaço.

A praça é o lugar dos acontecimentos imprevisíveis, das manifestações excepcionais; tanto ocorre nela o divertimento ingénuo do quotidiano, como as festas de pompa e circunstância, os grandes actos solenes ou também os bárbaros e cruéis. Muito do ocorrido nas praças passou a constituir a longa lista de eventos que fazem a história do país.

Como é óbvio, torna-se inviável tentar descrever a multiplicidade de acontecimentos, ainda que só numa praça de uma cidade qualquer, tal é a vastidão de aspectos susceptíveis numa abordagem. Muitos deles terão melhor cabimento nas áreas de história e da sociologia urbana, do que em estudos de paisagem urbana, ou da arquitectura.

Estabelecendo apenas caracterizações gerais quanto aos diferentes tipos de uso, propõe-se o quadro seguinte, apontando uma sistematização em função da periodicidade de ocorrência

SÍNTESE DE TIPOS DE USOS OCORRIDOS NA PRAÇA PÚBLICA

PERIODICIDADE	DESIGNAÇÃO
USOS DIARIOS	<ul style="list-style-type: none">-Comutador de circulação da rede urbana-Acesso a transportes públicos diversos-Encontro e estadia lúdica-Mercado e comércio-Serviços públicos-Locais de culto-Restaurantes, cafés, bares e tabernas

	<ul style="list-style-type: none"> -Elementos simbólico-decorativos <ul style="list-style-type: none"> - fontes e chafarizes - pelourinho - estátuas -Serviços ambulantes - escritões, tabeliões, vendedores cauteleiros, engraxadores, etc -Mendicidade -Actuações artísticas
USOS PERIÓDICOS	<ul style="list-style-type: none"> -Mercados e feiras -Missa dominical -Encontros especializados <ul style="list-style-type: none"> -oferta de mão de obra -encontro de lavradores, etc -Eventos religiosos - procissões, bênçãos, etc -Festas tradicionais - carnaval, santos populares, etc -Comemorações anuais -Actuações artísticas - coreto, etc
USOS OCASIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> -Entradas reais -Reuniões decorrentes de acontecimentos - políticos, sociais -Torneios, jogos, corridas de touros -Justiciamentos -Autos de fé

USOS DIÁRIOS

Os usos diários são análogos ao pulsar cardíaco, são eles que mantêm a vida regular da praça. Quando são reduzidos, a praça não adquire importância na vida da cidade. Ainda que o espaço seja de bela arquitectura, torna-se meramente cenográfico. Isto não ocorre nas praças portuguesas, em que o urbanismo e a arquitectura nunca foram pela criação de espaços monofuncionais, como em França ou na Inglaterra aconteceu.

A praça portuguesa é na maioria das vezes um "centro" primário ou secundário e, portanto, um local de afluência de actividades diversificadas.

Existe um ou outro exemplo em que apenas uma função domina, mas sem o ser absolutamente exclusiva. É o caso da Sé de Viseu, onde as fachadas opostas das duas igrejas e os edifícios adjacentes, actuais museu e biblioteca pública, não excluem completamente a banda lateral de prédios de habitação com comércio. Pode ser referida a quase monofuncionalidade do Terreiro do Paço, traçado de um "jacto", em condições especialíssimas que não permitiram a emergência dos hábitos culturais. Um pouco mais tarde, a escola urbanística pombalina já atendeu mais ao modelo cultural da praça, quando projectou Vila Real de Santo António.

Com o urbanismo do Estado Novo foram construídas praças exclusivamente habitacionais nas urbanizações novas do Areeiro e de Alvalade, mas que não criaram raízes na prática urbanística portuguesa.

A - A CIRCULAÇÃO

As características da praça como "centro" da estrutura urbana dão-lhe, desde logo, as potencialidades de comutador de circulação (1). Desde as estruturas radiocêntricas aos raros exemplos que temos de retículas, a nossa praça é um espaço que proporciona o encontro de

(1)- A partir do século XVIII adquiriu importância o passeio pelas ruas da cidade, descrito na época como o advento de um gosto italiano. Roma de Sixto V (séc. XVII) ao estruturar-se em função de praças ligadas entre si por vias rectas, permitiu facilmente o passeio, a contemplação dos monumentos marcantes. Formou-se o gosto pela fruição da paisagem urbana, com toda a sua variedade de aspectos. O mesmo aconteceu um século mais tarde em Londres e em Paris: Veja-se: Richard Sennett, *O declínio do homem público*, p. 112

caminhos e as mudanças de direcção. Apenas algumas praças de cidades ou vilas portuárias mantêm uma localização periférica, pela atracção do porto, como já vimos.

A centralidade foi adequada enquanto o fluxo de trânsito não ultrapassou os limites que vieram a verificar-se na segunda metade deste século, sobretudo depois dos anos sessenta. A partir daí, muitas das praças tornaram-se em grande parte "nós" do tráfego motorizado, em prejuízo do ambiente adequado à estadia.

Outro aspecto decorrente deste aumento de taxa de motorização está na falta de espaço para estacionamento dos veículos automóveis. Praças com características excepcionais, como o Terreiro do Paço, de Lisboa, a Praça da Ribeira, do Porto, as praças de Camões e da República, de Chaves, o Adro da Sé, de Viseu, e muitas outras, estão sacrificadas ao estacionamento.

Assinale-se que algumas cidades, ainda poucas, remodelaram o desenho das suas praças de maneira a libertá-las mais para o uso dos peões. São disso exemplo a praça da Batalha, do Porto, a praça Velha, de Coimbra, a praça do Giraldo, de Évora, as praças da Oliveira e de Santiago, de Guimarães e a praça Sousa Oliveira, da Nazaré.

Entretanto, o município lisboeta anuncia a intenção de remodelar a sua praça pombalina, transformando o monumental espaço ocupado com "lataria", noutra mais aprazível. Estas acções demonstram a consciência por parte de muitos cidadãos de como as praças urbanas foram maltra-

tadas e submetidas a desastres urbanísticos de toda a ordem. O aumento da capacidade de novos edifícios, geradores de um tráfego desproporcionado para a capacidade do tecido urbano (1), a substituição de actividades existentes por outras menos convenientes ao ambiente dos lugares, é infelizmente, o "pão nosso de cada dia".

A construção de parques automóveis subterrâneos, a exemplo do que foi feito nos Restauradores, em Lisboa, torna-se prática frequente adoptada em muitas praças europeias (2). É de crer que esse tipo de solução seja também adoptado entre nós, libertando o espaço para o peão e reinventando a sua utilização.

Existem outros aspectos que se prendem com o aumento do uso automóvel e se repercutem sobre toda a cidade ao nível da sociologia urbana. Referimo-nos à taxa de mobilidade dos cidadãos, às grandes distâncias que facilmente percorrem, à facilidade de mudarem de residência e não se ligarem afectivamente a um sítio, à dispersão dos membros das famílias e de seus amigos, etc. São aspectos da vida moderna decorrentes do progresso tecnológico e económico, que romperam com as teias de ligações sociais convenientes à vida do bairro, da rua e da praça.

Relacionadas com a fácil mobilidade surgem novas estruturas comerciais depois dos anos setenta, os centros comerciais, os super e os hipermercados, que já nada têm a

(1)- Vejam-se as alterações de cercas ocorridas na praça Velha de Coimbra, por exemplo

(2)- Foi a solução praticada na Plaza Mayor de Madrid, e a que está em estudo para a de Salamanca e outras

ver com a cidade tradicional. Em alguns casos separam-se mesmo da cidade e instituem um "paraíso" comercial no meio do campo.

Estas novas formas de uso que a mobilidade facilita acabarão por ter as suas consequências sobre o centro da cidade, nomeadamente sobre a pequena loja desligada das grandes cadeias comerciais, mas que muito contribui para a necessária diversidade da praça.

É impensável opôrmo-nos ao progresso; não é contra ele que nos colocamos; mas já não diremos o mesmo do processo urbanístico em curso.

B - ENCONTRO E ESTADIA LÚDICA

Damião de Góis refere-se com espanto e entusiasmo ao quadro único da Praça do Pelourinho de Lisboa, com os seus muitos homens sentados, afirmando: "*Nunca vi fazer semelhante coisa em nenhuma outra cidade da Europa. Por aqui se pode fácilmente avaliar a grandeza de Lisboa e número dos seus habitantes*" (1). A forma de avaliar a cidade pelo número de homens que permanecem na praça parece ter sido um indicador importante para Damião de Góis.

O uso generalizado e frequente da praça prendeu-se com aspectos diversos, que vão desde o desconforto das antigas habitações, referido por diversos cronistas e historiadores, até situações sócio-culturais que propicia-

(1)- Damião de Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, p. 54

vam as conversas entre homens da terra. À sombra de um negrilho, ao balcão da taberna para com um copo de vinho selarem um acordo, ou sentados onde se proporcionava, aí ficavam por longas horas de ócio. A praça principal da povoação estava para a reunião de habitantes do aglomerado, como a feira para os homens da região.

Entre as praças da aldeia e da cidade não é só a dimensão que as diferencia, mas principalmente, a dinâmica dos acontecimentos. À medida que a importância do aglomerado aumenta intensifica-se o imprevisto, tornando-a mais interessante. Tanto ocorrem os simples actos quotidianos da gente que passa na sua faina, como os que partem ou chegam de longe. Aí acontece o divertimento ingénuo ou os actos solenes e bárbaros que embasacam a multidão (1).

Na evolução da cultura surgem aspectos que se prendem com as mudanças do convívio e com as alterações de conceitos sobre o espaço público e privado. Diz-nos Philippe Ariés que "*outrora não era conveniente a um homem de bem estar sozinho, a não ser para rezar*" (2). E esse aspecto ocorria nas diversas classes sociais. O isolamento era considerado uma privação que gerava o tédio e que só os eremitas conseguiam enfrentar, por ser contrário à natureza humana. Mas nos finais do século XVII esta forma de sentir estava a mudar, como o provam as afirmações de personagens

(1)-Veja-se Norbert Elias, *O processo civilizacional*, p. 238 e seg.

(2)- Philippe Ariés, "Do renascimento ao século das luzes", in *História da vida privada*, dir. Philippe Ariés e Georges Duby, vol.III, p. 10

sobre o prazer que disfrutavam ao estarem sózinhas, passearem pelo parque arborizado ou lerem um livro.

Igualmente a família e a casa deixam de ser uma sujeição e passam a ser encaradas como lugar de refúgio, claramente separado do espaço público (1). Toda esta transformação de atitudes faz-se gradualmente atingindo o seu auge nos séculos XIX e XX. Explicita-se o conceito de espaço público no sentido da praça pública ou do jardim público, como ponto de encontro de pessoas que não se conhecem mas que se sentem felizes por estarem juntas (2). Noutra perspectiva é considerado público o que não escapa ao controle do estado, ao contrário do privado.

Recorde-se ainda que nas sociedades em que o estado é fraco ou meramente simbólico, a vida social depende em grande parte dos sistemas de entre-ajuda que inviabilizam uma vida completamente privada e, pelo contrário, provoca a sociabilidade.

Fácil é de concluir que os hábitos de uso do espaço público e da prática de acções conjuntas, está dependente da estrutura social. Da mesma forma se percebe que a aquisição de conhecimentos apenas por determinadas classes, favoreceu um distanciamento entre elas. Houve um tempo em que os representantes das diversas classes permaneciam naturalmente na praça, aí assistiam às cenas de

(1)- Cf. Richard Sennett, *O declínio do homem público*, p. 35, onde afirma: "Usando as relações familiares como padrão, as pessoas percebiam o domínio público não como um conjunto limitado de relações sociais, como no Iluminismo, mas consideravam antes a vida pública como moralmente inferior"

(2)- Cf. Philippe Ariés, *op. cit.*, p. 16

teatro de rua, aos números circenses ou às simples altercações entre cidadãos. O vocabulário utilizado era comum e facilmente entendido por todos. Com a divulgação de certas obras literárias (1), marcaram-se diferenciações nas formas de cada classe se expressar, destacando-se a classe erudita da popular.

As rivalidades entre famílias e classes sociais ou laborais sempre existiram. A propósito disso, Teófilo Braga evoca lugares específicos dos espaços públicos das cidades mediterrânicas, onde se juntavam os grupos para uma prática de crítica social (2).

Outros fenómenos surgiram, ao nível do quotidiano: as classes sociais de maiores posses adoptavam a prática da leitura em casa, constituindo as suas bibliotecas, onde passavam longas horas. Isto traduz-se numa interiorização dos momentos de ócio, um afastamento do convívio praticado até aí.

A leitura acabou por tornar-se um hábito e anseio de muita gente. Surgiu a prática da leitura em voz alta perante um auditório atento, reunido na praça. Foram novos hábitos, que tanto provocaram o isolamento como a

(1)- Referimo-nos especialmente aos tratados de boas maneiras e de etiqueta divulgados na Europa. Veja-se, por exemplo, D. Francisco Manuel de Melo (1611-1667), que em *Apólogos dialogais* afirma: "Toda a pessoa polida deve fugir que entre grão limpo das boas palavras, honestas e significativas, se intrometa a "ervilhaca" e joio desses anexins próprios de regateiras, etc." - citado por Teófilo Braga em *O povo português*, vol. II, p. 252

(2)- "Na Grécia chamava-se a certos lugares públicos onde os ociosos se juntavam para conversarem e bisbilhotar, ao calor do sol, de "lesche", este mesmo costume se observa em Roma nas "stationes" e "toustrinas". É ao que em Portugal se chama "ocalheiro", nas aldeias chama-se-lhe "raposeiro", e em algumas cidades o "pasmatório" - Teófilo Braga, op. cit., vol. I, p. 89

reunião, quer no espaço público, quer em clubes que se constituíram para o efeito.

Este progredir na cultura proporcionou acções diversificadas que diluíram a força atractiva da praça como espaço único do convívio e da festa (1).

Entre as grandes transformações sociais ocorridas, não se pode omitir a emancipação da mulher. Em França, a partir de 1880, tornou-se possível ver respeitáveis senhoras a frequentarem as esplanadas dos cafés e as casas de chá, tal como os homens frequentavam há muito as tabernas, os botequins e, posteriormente, os cafés e as cervejarias que rodeavam a praça ou lhe ficavam próximas. A interiorização das reuniões públicas foi-se acentuando. Os lugares de encontro multiplicaram-se, particularizaram-se em função das classes sociais (2).

A redução dos frequentadores da praça inviabilizou a continuidade dos artistas ambulantes que, por sua vez recorreram também à interiorização do espectáculo, remetendo-o para os "pátios das comédias", teatros e circos. O acesso ao espectáculo passou a fazer-se pelo pagamento prévio, anulando-se a contribuição facultativa usada no espectáculo de rua. Com isto o espectáculo ganhou em refl-

(1)- Um dos fenómenos apontados como típicos e surgido nas transformações do século XIX foi o do silêncio em público, único modo considerado decente para esta sociedade onde abundavam os estranhos recentemente chegados à cidade. Veja-se, entre outros, Richard Sennett, *O declínio do homem público*, p. 43

(2)- Em Portugal, periferia da cultura europeia, estas práticas impuseram-se bastante mais tarde. Quase não se conhecem os refinados clubes, à inglesa; as associações têm um marcado cunho popular. Para ilustrar o atraso português, recorde-se que ainda nos anos sessenta, era praticamente interdita a entrada de senhoras sózinhas nos cafés das cidades alentejanas.

namento, o que foi perdendo da graça ingénua da cultura popular (1).

Como já referimos no capítulo anterior, o século XIX português intensificou a construção de jardins públicos em diversas cidades do país e, por via desse anseio de embelezamento urbano, iniciaram-se também as arborizações e ajardinamentos de praças públicas.

A praça ajardinada reduziu em muito as potencialidades de usos diversos que o espaço amplo oferecia. Tornaram-se, por vezes, locais algo semelhantes aos jardins públicos, como são os casos da praça de Almada, da Póvoa do Varzim, da praça da República, do Porto e de outras tantas que pelas suas dimensões generosas adquiriram mais o ambiente de jardim do que de praças. Mas, a maior parte, de menores dimensões, ficaram-se ambiguamente entre uma coisa e outra.

O ajardinamento das praças constituiu um novo apelo à permanência, que o coreto, quando o havia, reforçava, com os concertos musicais das tardes de domingo da época estival.

Deixando um tanto a desejar enquanto soluções paisagísticas, a praça ajardinada é actualmente detentora da virtude de ser um forte impedimento ao uso do espaço como mero local de estacionamento automóvel, facto que

(1)- Os primeiros espaços públicos fixos, para representações, surgiram no século XVI, montados em becos ou pátios, mas ainda muito ao jeito dos palanques portáteis. Só por volta dos anos 20 e 30 do século XVIII, surgem espaços especialmente construídos para teatros. Veja-se Maria Alexandre Trindade da Câmara, "Os espaços teatrais da Lisboa setecentista", in *Adágio*, nº 7, Dez. de 1991, pp. 25-31

outros espaços que permaneceram desimpedidos não conseguiram.

Em resumo, poderemos concluir por dizer que, apesar de todas as alterações sócio-culturais, que se reflectiram nas formas de uso da praça, ela continua plena de capacidades para congregar os cidadãos, para lhes oferecer o local das suas manifestações, dos seus regosijos ou anseios. Mais uma vez estamos a lembrarmo-nos do Terreiro do Paço... exemplo maior das virtudes e maus tratos, palco extraordinário da capital portuguesa.

C - MERCADO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

A capacidade polarizadora da praça atraiu desde sempre as funções mais necessárias à vida diária dos cidadãos: o mercado, o templo, os serviços administrativos, os quais procuraram localizar-se nas praças principais de cada aglomerado.

As cidades grandes, mas de múltiplas e pequenas praças, como é frequente em Portugal, criaram praças especializadas no comércio de certos produtos. Toponímias como a "praça do pão", "praça da erva", "praça do peixe", etc, que perduraram até às primeiras décadas do século XX, são o exemplo dessa antiga especialização espacial (1). Mas esse facto nunca significou a exclusão total de outras funções,

(1)- A especialização das praças existiu em muitas das cidades da Europa, mas diluiu-se com o tempo. Parece existir ainda em países não desenvolvidos: veja-se a interessante descrição actual das três praças de Abbiy Addi, na Etiópia, as praças de mercado de cereais, do sal e do gado, por Michel Perret, "El mercado de Abbiy Addi: los campesinos y la ciudad", in *Culturas*, 1978, V, 4, pp. 98-107

como a habitação e artesanatos diversos.

Poderá dizer-se que nas cidades portuguesas apenas um espaço - o mais amplo e de limites indefinidos, o rossio - tende para uma certa funcionalidade: é o espaço privilegiado dos grandes ajuntamentos, ou seja, das feiras ou acontecimentos extraordinários, fortemente apelativos à concentração duma multidão que inclui os moradores na área de influência regional da cidade. Quando o rossio foi envolvido pela cidade em expansão, tornou-se num espaço plurifuncional de feira, mercado diário, comércios diversos, habitação, etc, ou seja, adquiriu a plurifuncionalidade das grandes praças urbanas.

Na praça reúne-se também uma pequena multidão de indivíduos que procuram tirar partido da afluência de gente: desde os antigos mercadores, artesãos, escrivões, pantomineiros e frades pregadores, até aos actuais vendedores de jornais, cauteleiros, engraxadores, mendigos, músicos ambulantes, vendedores de fruta da época, de flores, de relógios de contrabando e de outros comércios menos lícitos, etc. Para todos, a moral cidadina atrai um olhar desconfiado, não acreditando muito naqueles que sem uma ocupação fixa, vivem de expedientes. Raros os consideram animadores do espaço urbano, gente que de alguma forma contribui para o colorido e ambiente da cidade.

A existência da plurifuncionalidade da praça parece-nos um aspecto fundamental para a sua importância na cidade. Como nos diz Sennett, "*a função (exclusiva) destrói*

a natureza de uma praça pública, que é a de mesclar pessoas e diversificar actividades" (1). De facto, todas as praças que observamos numa situação em que parecem cristalizadas no tempo, com uma fraca dinâmica urbana de uso, possuem actualmente actividades pouco diversificadas. Uma porque a mesma mentalidade que as envolve, exclui actividades consideradas impróprias ao seu ambiente; outras, porque a transformação da cidade retirou-lhes actividades de uso diário ou frequente, que mantinham a necessária atracção.

A praça onde apenas se destaca a igreja, o solar, Paço ou Câmara, tem hoje uma expressão limitada na vida quotidiana.

É um facto que a praça sempre atraiu para si as actividades mais prestigiadas, como a igreja ou a Casa da Câmara, a Casa Paroquial e a Misericórdia. Mas sem excluir outras mais modestas, como a taberna, com ou sem comidas, verdadeiro lugar de encontro popular; as pensões, os hotéis, restaurantes, cafés e todos os comércio especializados. Isto tudo sem excluir a habitação, quer do opulento palácio ou do edifício modesto, porque é a permanência constante dos habitantes que vivifica o espaço, quando ele perde os frequentadores temporários.

O desmesurado crescimento levou à concentração no centro das cidades das actividades terciárias e dos

(1)- Richard Sennett, op. cit., p. 26. Este mesmo autor sublinhou o facto de um homem como Hardouin-Mansard, autor do traçado global de várias praças parisienses e noutras cidades francesas, ter-se empenhado por eliminar destas, as barracas, bandos de acrobatas e de outras formas de comércio de rua e manter os cafés contidos no interior das suas portas. Para este arquitecto a praça deixara de ser o lugar de estadia para ser a da passagem e dos transportes. Veja-se também p. 75 da mesma obra.

serviços, provocando o aumento extraordinário dos valores dos solos e dos imóveis aí localizados. A partir daí, as mais variadas estratégias visando os benefícios económicos provocaram a substituição da habitação das zonas centrais por escritórios de empresas, serviços, companhias, bancos, etc. Ou seja, todo o centro - praças e ruas adjacentes - se foi esvaziando duma ocupação permanente de moradores, desequilibrando-se o uso do espaço, ora saturado, ora transformado num ermo, conforme os horários de trabalho.

D - ELEMENTOS FUNCIONAIS E SIMBÓLICO-DECORATIVOS

As fontes e chafarizes foram elementos fortemente contributivos da vivência nas praças públicas. Tanto surgem antes como depois da praça constituída e sempre requerem folga de espaço ao seu redor.

Bem essencial da sobrevivência de pessoas e animais, a água só passou há relativamente pouco tempo a fazer parte do uso domiciliário; até ao fim do século XIX e, em muitas cidades portuguesas, até às primeiras décadas do século XX, a água canalizada era privilégio de grandes senhores, do clero, dos mosteiros e misericórdias.

A grande maioria da população tinha que abastecer-se da fonte ou chafariz da praça ou largo. Aguadeiros que, por vezes, tinham o seu abastecimento próprio, percorriam as povoações, possibilitando uma venda porta a porta, a quem podia usufruir dessa comodidade.

A fonte, local de encontro obrigatório, tinha

outros aproveitamentos complementares típicos dos ajuntamentos - o falar e maldizer, a propagação de notícias, o namoro e, por isso, "fonte" também de inspiração poética.

A fonte aliou à sua importância funcional o interesse artístico, vindo a desempenhar papel relevante no embelezamento do espaço, como tratámos no capítulo anterior.

Cidades sujeitas a um reduzido abastecimento de água viram-se limitadas no seu desenvolvimento até que vultuosas obras de hidráulica conseguiram superar essas situações. Enquanto isso não aconteceu, eram frequentes as disputas e zaragatas nas fontes que serviam uma população numerosa.

Hoje são meros elementos decorativos, que raramente motivam arquitectos e escultores, muito embora a água continue a lançar um profundo apelo aos sentidos e mantenha um simbolismo genesíaco fundamental.

Com a fonte, o pelourinho foi o elemento presente em todas as praças principais que se prezavam. Símbolo da autonomia municipal e local de justiciamento, foi também o local consagrado para a leitura de éditos ou para a reunião dos munícipes, a tomarem decisões. Nas tardes soalheiras sentavam-se as gentes nos seus degraus, a conversar paulatinamente. Em Arcos de Valdevez, quando o pelourinho estava na Valeta, aí se reuniam as criadas, quando iam lavar a roupa ao Vez (1).

(1)- Cf. Luis Chaves, *Os pelourinhos*, p. 39

Na actualidade o pelourinho continua a ser um local de reunião de muitas aldeias. Elemento de forte simbologia e por isso poderoso estruturador do espaço da praça, o pelourinho sujeitou-se às alterações políticas do século XIX, que lhe retiraram o significado e o uso, promoveram o derrube de inúmeros exemplares para mais tarde, passados os ardores das revoluções, serem transformados em colunas escultóricas, e referências da nossa história municipal.

Para além desses dois elementos tradicionais das nossas praças, a fonte e o pelourinho, a praça portuguesa é relativamente pobre em obras de arte que possam proporcionar algum uso ou significado que não seja o da celebração do facto histórico ou da personagem ilustre.

O século XIX com o seu incremento dos passeios lúdicos por jardins, parques e praças ajardinadas, divulgou o coreto para exibição de bandas musicais. À volta dele os passantes interrompiam o seu deambular para se manterem desconfortavelmente estáticos em pequenas multidões, ouvindo religiosamente os acordes que os músicos atacavam "furiosamente". Grande parte dos coretos caíram em desuso, substituindo-os os palcos desmontáveis e as sofisticadas aparelhagens que preenchem por essas terras fora do país, o verão do nosso contentamento.

USOS PERIÓDICOS

A - MERCADOS E FEIRAS

No mercado teve a praça uma das suas primeiras razões de ser. Tanto este como as feiras secundárias mantiveram-se nas praças de muitas cidades até fins do século XIX, altura em que a implementação de medidas higiénicas mais exigentes levaram à construção de mercados fixos, cobertos.

Por sua vez as feiras foram deslocadas dum forma geral para os rossios ou espaços excêntricos mais desafogados. Hoje são poucas as cidades que ainda usam o centro para a realização do mercado ou feira, como acontece ainda nas Caldas da Rainha ou em Lamego. Entretanto pequenas feiras especializadas podem vir animar as praças, como já vai acontecendo com as feiras de livros e de velharias.

B - ACÇÕES DE CULTO

Portugal, como o resto da Península, tem uma profunda tradição religiosa, atingindo as raias do paradoxismo em certas manifestações.

Poucas são as praças principais de cidades e vilas que não contenham uma igreja. Esta, procura frequentemente uma localização relevante no espaço e um adro adequado à reunião dos participantes dos diversos actos.

A missa dominical é a mais frequentada da semana; nas aldeias e pequenas povoações muitos a frequentam, especialmente as mulheres. Os homens que não participam no acto religioso reúnem-se no adro, aperaltados nos seus negros fatos e chapéus domingueiros, num tributo indirecto ao dia santificado. Aí falam dos seus assuntos, enquanto esperam a saída da missa, para o encontro de todos. Depois, uns ainda ficam à conversa, os rapazes olham embevecidos as cachopas, e a gente lá vai dispersando aos poucos.

Festas cíclicas ocorrem na igreja e também na praça: procissões e outros actos, como a benção do gado nas povoações de Trás-os-Montes (1).

C - AS FESTAS

Grande parte das festas populares têm uma forte relação com as comemorações religiosas ou com a obtenção de um favor divino durante uma época de crise. Assim acontece com o Carnaval, precedente da Quaresma; com as festas dos Santos Populares e com inúmeras procissões feitas por todo o país, sobretudo durante as épocas de primavera e verão. É sempre na praça que essas manifestações adquirem maior expressão - aí se improvisam palanques, arraiais e barracas de petiscos, num apelo às comesainas e à folia.

(1)- Veja-se Ernesto Veiga de Oliveira, *Festividades cíclicas em Portugal*, pp. 254-260

D - ENCONTROS ESPECIALIZADOS

A praça serve também para encontros relacionados com o trabalho prevalecente na região. As chamadas "Praça de Jorna", "Praça dos Homens" e outras designações similares indicam o ajuntamento de assalariados rurais numa determinada praça, em dias fixados, com o fim de "tomarem patrão". A "praça de trabalho" é, portanto, um mercado de mão de obra, onde vão assalariados e proprietários rurais ou os seus delegados. Este tipo de uso da praça é por alguns autores considerado uma reminescência dos mercados medievais da força de trabalho ou do mercado de escravos, segundo outros. As praças das jornas funcionam todos os dias ou semanalmente, quer aos domingos de tarde, quer às segundas feiras de manhã ou um dia coincidente com a existência de antigas feiras.

A reunião dos homens na praça é feita noutros casos para negócio de compra e venda dos produtos relacionados com a agricultura e pecuária e, por isso, tanto servem os produtores agrícolas como os compradores de produtos, vendedores de adubos e produtos químicos, maquinaria, etc. A este ajuntamento de profissões vêm também assalariados à procura de novo patrão, mas não é essa a função prevalecente deste tipo de reunião, autêntica bolsa do mercado de produtos rurais, como acontece nas terças-feiras de Évora, na praça do Giraldo. Tudo indica que estas reuniões derivam dos antigos encontros nas feiras semanais. Embora actualmente a feira ocorra mensalmente, manteve-se o

hábito da reunião na antiga periodicidade.

Tanto a "praça da jorna" como o "dia da feira" ocorrem em várias cidades e vilas do Alentejo (Évora, Beja, Elvas, Campo Maior, etc). Mas existiram também na Beira (Torres Novas, por exemplo) até ao segundo quartel do nosso século (1).

A "praça da jorna" é activada nas épocas de tarefas agrícolas sazonais - cavas, podas, enxofra, ceifas, vindimas, apanha da azeitona, do figo, etc (2).

USOS OCASIONAIS

A - ACTOS SOLENES E FESTIVOS

A perda progressiva de importância da praça coincide com o abandono de uns tantos usos que nela tradicionalmente ocorriam e que tinham grande impacto: entradas reais, com todo o fausto cenográfico da transformação da praça num enorme palco das cerimónias e festas, onde decorriam na altura as representações teatrais, os torneios e jogos diversos, e a infalível corrida de touros. Também os actos "exemplares" dos justiciamentos e autos de fé, de má memória, encheram as praças. De tenebrosos que eram, não

(1)- Agradecemos o interessante inédito que nos foi facultado por Bertino Coelho Martins, director da Biblioteca Municipal de Santarém, intitulado "Lapas. A Praça dos Homens", 1991

(2)- Veja-se, entre outros, Soeiro Pereira Gomes, "A Praça da Jorna", rev. da Organização dos Técnicos Agrícolas, Lisboa, 1976. No Porto existiu a "Feira dos Moços", onde eram contratados os criados para a lavoura, conf. Teófilo Braga, *O povo português*, vol. I, p. 143

deixaram de ser espectáculos onde toda a população era coagida a ir, sob pena de ser acusada de opinião contrária, se o não fizesse.

Todas estas manifestações, programadas minuciosamente, seguiram a tendência geral das manifestações públicas - foram passadas para o interior dos edifícios, com assistência seleccionada. O rádio e a televisão procuram dar as compensações, para essa interiorização levando aos espectadores, confortavelmente instalados, a "visão electrónica" dos factos. À praça nada foi dado em troca, a não ser um maior número de estacionamentos de automóveis...

1.5 - O HOMEM PORTUGUÊS E O ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE

Tal como ao abordarmos uma obra de arte literária, musical, visual ou qualquer outra, se torna indispensável conhecer os dados biográficos do autor e saber em que contexto actuou para que melhor seja compreensível, assim também o conhecimento das características do povo português poderão ajudar à compreensão do espaço construído que temos.

Parece-nos absolutamente pertinente a afirmação de Jorge Dias: "*A única constante dum povo é o seu fundo temperamental, e não os múltiplos aspectos que a cultura reveste, porque é ele que os selecciona e transforma de acordo com a sua sensibilidade específica*" (1)

Será despropositado no contexto desta dissertação pretender-se uma inventariação exaustiva do arquétipo do homem português, de que se têm ocupado vários autores (2). Vamos antes pôr em evidência as características comumente aceites que consideramos mais

(1)- Jorge Dias, *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 7

(2)- Sobre os vários estudos do arquétipo do Português, veja-se António Quadros, *Portugal, Razão e Mistério*, pp. 75-83, onde é intentado um inventário sintético de obras, às quais acrescentamos as seguintes, que reputamos de interesse:

- J. Leite de Vasconcelos, "O Povo Português", in *Etnografia portuguesa*, vol. IV, 1942;
- Aquilino Ribeiro, "O Homem", in *Guia de Portugal*, dir. Raul Proença e outros, vol. I, p. 61;
- Orlando Ribeiro e outros, *Geografia de Portugal*, vol. III, p. 769 ;
- Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*;
- Maria de Lourdes Belchior, "Portugal: O Labirinto da Saudade", in *rev. História Económica e Social*, Nº 4, 1979, pp. 1-14.

responsáveis pela forma da produção urbano-arquitectónica.

Sonhador e homem de acção, idealista na realidade, poeta e comerciante, matemático e aventureiro, contemplativo e herói, o homem português é citado por variados autores como o que procura conjugar os contrários, perdendo nisso muitas das suas energias. Não tem o calculismo, a frieza e a persistência do homem centro-europeu. Os seus "altos" e "baixos" leva-o ao desânimo e à descrença, em quedas abissais na mediocridade, donde inesperadamente pode erguer-se num fugaz triunfo. O seu destino compara-se a um gráfico de linha quebrada, de sucessivas ascendências e quedas.

Conjugado com o destino irregular, o português desenvolveu um espírito nostálgico, como o mostra o vocábulo "saudade", intrinsecamente português. As suas acções são muito mais motivadas pela emoção do que por um comportamento racional desprendido.

Uma grande capacidade de adaptação a todas as situações e de convívio com todos os povos tornou-o num homem essencialmente cosmopolita.

O arquétipo do homem português é absolutamente adverso à prática do planeamento, ou seja, à previsão abstracta e rigorosa de todas as acções futuras e ao seu futuro cumprimento. "Que prazer não cumprir um dever", como diz um dos poemas de Fernando Pessoa (1) é bem sugestivo. O português pode dizer alegremente que as Leis não são para

(1) - Poema " Liberdade ", in *Poesias*, p. 246

se cumprirem, senão não precisavam delas. Ainda que em muitas situações queira ser mais rigoroso e eficiente e consiga elaborar planos, os inúmeros intervenientes hão-de fazer o possível para não os cumprir ou para conseguir alterá-los. Disto se recente o território, o urbanismo e a arquitectura.

A resistência do português ao planeamento estará, porventura, muito dependente da sua maneira de ser, de um congénito pessimismo que perpassa pela melancolia que traz agarrada. Não acredita no futuro e na sua capacidade de calmamente o construir. Mas sob a emoção de uma emergência mostra uma extraordinária capacidade de improvisação para salvar-se de apertos. Muito mais levado pelos aspectos emocionais, como a amizade e a dedicação, do que necessita para se realizar. Se acreditam nele e é estimado é capaz de realizar obras notáveis; mas se o remetem para os trabalhos vulgares, rotineiros, cai na mediocridade e no desânimo. Que melhor síntese temos desta postura de um povo do que os tão significativos versos de Pessoa:

... "Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena"(1).

(1)- Fernando Pessoa, "Mar Português", in *Mensagem*, p. 70

Podemos dizer: o português "não sabe viver sem sonho e sem glória"(1), é nisso que encontra o seu lucro.

Povo dado mais à fatalidade do que à crença no porvir, à improvisação empírica do que ao trabalho regular que procura a perfeição, deixou-se ficar até muito tarde com um dos mais altos índices de analfabetismo da Europa moderna, resultante duma falta de dinâmica sócio-cultural.

É tentador associarmos esta psicologia tão complexa com as características espaciais das urbes portuguesas, com a sua arquitectura e o seu ambiente. Embora, claro, isto não passe, em princípio, duma mera hipótese de trabalho.

Ao longo da nossa história, desde a 1ª dinastia até ao século XVIII, são os indivíduos das classes cultas - da nobreza e do clero - que promoveram as grandes obras. Foram homens viajados, que viveram noutros países ou foram educados por estrangeiros, adquirindo visões universalistas que lhes permitiram distanciar-se dos horizontes limitados do meio português. Por isso mesmo foram acções isoladas no tempo e no espaço, sem continuidade e sem uma adopção generalizada. O que prevaleceu foi o decorrente da psicologia atrás esboçada - a falta de um planeamento urbanístico continuado, embora existindo as ideias e os conhecimentos fundamentais para tal, como indicam as cartas régias para a fundação das cidades coloniais, por exemplo.

(1)- Cf. Jorge Dias, "Os elementos fundamentais da cultura portuguesa", p.28 .

Da mesma maneira a nossa dificuldade em elaborar concepções abstractas pode ter dificultado uma concepção architectónica de mais rica tridimensionalidade; é na decoração formal dos edifícios que o engenho português está mais à vontade - o rendilhado manuelino da pedra, a azulejaria, a talha, dão-nos belos exemplos desta aptidão.

A dificuldade em programar e, sobretudo, executar de acordo com um plano (1); ou seja, acredita-se mais numa qualquer opinião de momento do que na decisão profissional especializada do architecto. Estas características mantêm-se agora como há séculos atrás: a maior parte das habitações, por exemplo, ainda continuam a ser projectadas por não architectos, tal como os curandeiros e adivinhos continuam a concorrer com os médicos, e por aí fora. Isto não significa que menosprezemos a architectura popular, quando proveniente das razões culturais autênticas e não de estranhas influências.

Os obstáculos postos na realização de obras architectónicas de conjunto, definindo a praça rigorosamente planeada, foram constantes. Só perante situações excepcionais, como foi o terramoto de 1755 em Lisboa, os propósitos momentaneamente se alteraram. Mas para isso foi necessária a actuação de espíritos dados a maior rigor, como foi o caso do Marquês de Pombal e dos engenheiros militares que formaram as equipas projectistas. Os archi-

(1)- C.F. Merveilleux conta como os nobres começavam os seus palácios segundo bons planos e os acabavam sempre mal, seguindo as opiniões de momento de qualquer frade ignorante ou de qualquer operário seu compadre, conforme citação de José-Augusto França in *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p.35.

tectos nem sequer surgiram em cena.

Outras qualidades do homem português, como o seu profundo individualismo (1), a que se liga o gosto pela ostentação, determinam um especial interesse pelos edifícios diferenciados dos demais. Adversos às atitudes de integração em conjuntos arquitectónicos, sentindo-se muito mais felizes pelo seu palácio, solar rural ou a sua casa "à brasileiro" serem imediatamente reconhecidas pelo destaque das demais. Como é evidente, este individualismo inviabiliza em grande parte o carácter monumental que só as grandes obras de conjunto possibilitam atingir (2). É certo que temos belas peças de arquitectura, porém os conjuntos coerentes e harmónicos são raros. Disto se ressentem as praças que, embora constituindo unidades espaciais propícias à procura de expressões arquitectónicas de conjunto, fogem à simetria, à regularidade e a ritmos pré-estabelecidos. Só nos breves momentos do Pombalino o gosto pela monumentalidade urbana conseguiu sobrepor-se à afirmação individualista obtida pelo edifício isolado. Mesmo nas urbes que ainda mantêm um carácter extraordinário, enquanto conjuntos urbanos, é fácil de perceber por uma visão atenta, como são profundos os contrastes formais entre determinadas casas senhoriais onde se

(1)- "O individualismo e a diversidade da população põem constantemente em risco as obras colectivas, às quais tem faltado quase sempre o apoio unânime" - Francisco Cunha Leão, *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, p.120 .

(2)- Afirma Cunha Leão: "Amado o português a pompa (morra o homem fique a fama),... nele impressionam, em contrapartida, a tendência oposta, para o que é pequeno, uma simplicidade natural, como ainda a mesquinhez da escala posta em muitas obras, mormente arquitectónicas, in op. cit., p. 127.

expressa a regularidade e continuidade, e os edifícios comuns de múltiplas expressões.

O vincado individualismo, o pouco gosto por uma convivência geradora de um dinamismo intelectual, remetem o português, sobretudo, para as relações familiares (1).

É proverbial o pouco gosto da sociedade portuguesa pelo convívio e pelo uso do espaço público como espaço lúdico, embora isto tome aspectos diferentes com as regiões: enquanto que no Norte a frequência da taberna é nefasta, no Sul ela é um espaço de convívio. No Alentejo é nas tabernas que os homens reunidos improvisam os seus cantares, tornando-os espaços de agradável frequência, embora só masculinos. Em 1796 Carrêve visitando Lisboa e o seu Passeio Público afirmava: *Há que convir, contudo, que esta espécie de logradouros públicos são inúteis em Lisboa: os portugueses não passeiam e as portuguesas ainda menos. Esta particularidade provém, provavelmente, do velho ciúme dos maridos e do tradicional hábito de aferrolhar as mulheres e impedir que sejam vistas*" (2). E mais à frente acrescenta: *Os portugueses convivem pouco uns com os outros*

(1)- Conforme Jorge Dias, "as relações fora da família são raras. A maior parte dos homens têm as suas relações masculinas que encontram nos cafés, ou nos escritórios, mas as famílias não se dão. (...) Até em Lisboa, apesar de uma vida mais cosmopolita e de hábitos de viver em apartamentos, ainda se observam vestígios destas formas de vida que imperam no norte", op. cit., p. 441.

(2)- J.B. Carrêve, *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 31. É certo que no século XIX, no período do romantismo, instituiu-se a moda do Passeio Público para o desfile de elegâncias, mas por pouco tempo e muito à custa da influência do rei consorte, um estrangeiro, que a fomentou. É claro que modernamente alteraram-se muitos dos hábitos antigos, mas o seu rasto ainda não se perdeu.

e menos ainda com os estrangeiros (1) É claro que esta maneira de ser faz a praça não ter a importancia que já tem, por exemplo, na vizinha Espanha, onde outros hábitos proporcionam um uso regular do espaço público - praças, alamedas, jardins (2).

Colocados estes aspectos das possíveis relações entre a psicologia do homem português e o seu habitat urbano, ainda que sucintamente, cremos poder afirmar que a praça portuguesa provém em grande parte das condicionantes apontadas; mais do que duma possível falta de informação ou de um possível "barbarismo" atribuído por estrangeiros pouco atentos. Só assim percebemos o menor investimento posto na praça portuguesa enquanto obra global e afirmação de conjunto arquitectónico, o que não obsta a que exista uma ideia da sua importancia como facto urbano, como a história nos confirma pelos múltiplos e variados usos, comuns aos de outros países.

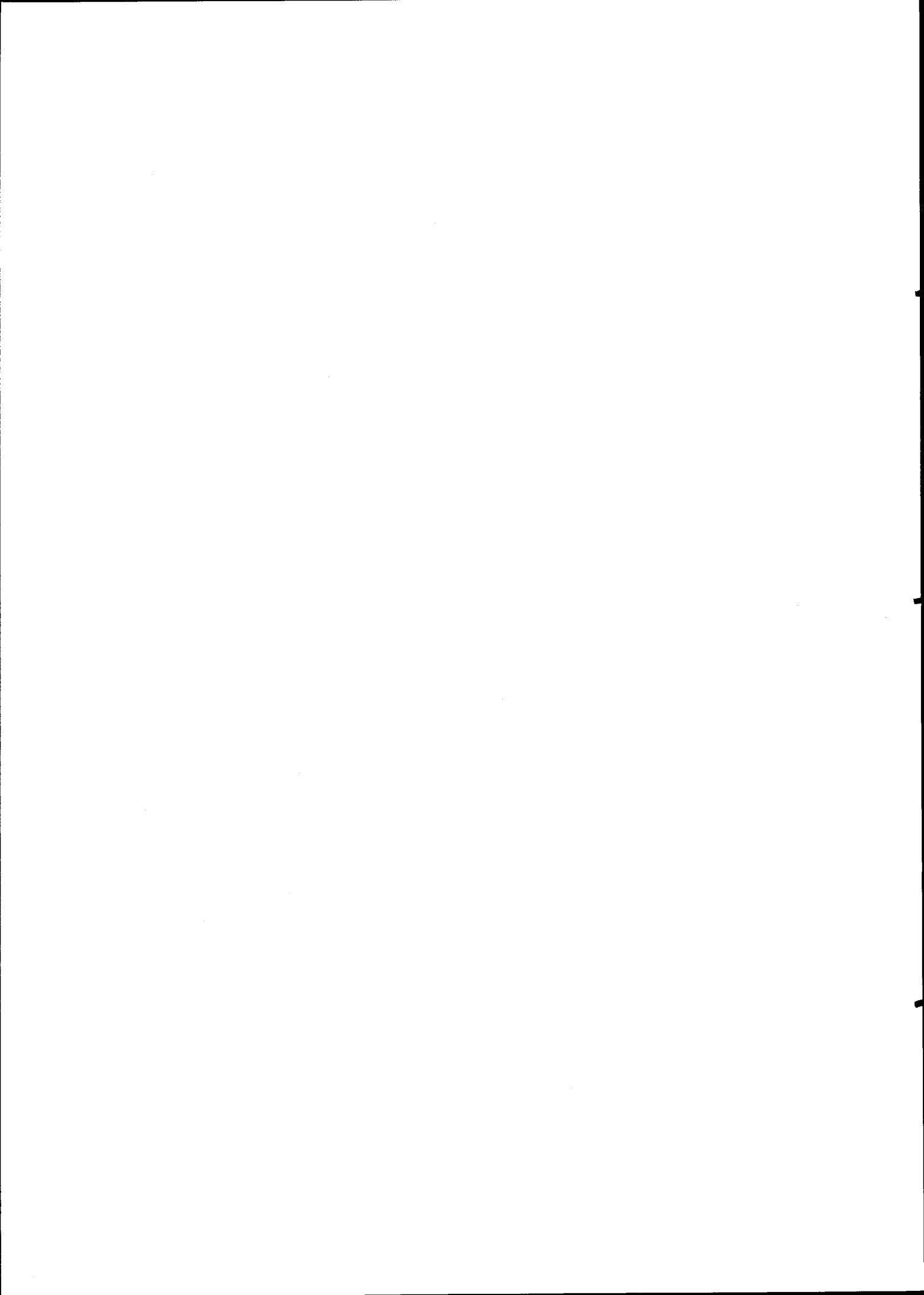
A obra urbanística do período colonial confirma a ideia particular sobre a praça, mas, ao bom gosto português, não a determina com o rigor dos espanhóis.

"Sonhador activo", como é frequentemente designado, o homem português tem, com frequência, muitas ideias, mas poucas obras que correspondam à medida dos seus sonhos. A praça portuguesa e as cidades em geral, patentel-

(1) - Op.cit., p.49

(2)- Vejam-se as interessantes descrições de uso de praças espanholas, como as de Salamanca, Segóvia e Lugo, por A. Bonet Correa, in *Morfología y ciudad*, p.47; aí se evidencia o "paseo" a par de costumes onde a separação por sexos ou por classes sociais é patente, mas sem que tal inviabilize a fruição do espaço por todos.

am os sucessivos adiamentos. Mas, controverso como é, ao querer conciliar os contrários, espanta-nos com a grandiosa obra urbano-arquitectónica que levou a cabo pelas mais diversas paragens. É nisto que reside o mistério desta raça, difícil de perceber à luz do racionalismo.



CAPÍTULO II

REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA PRAÇA PORTUGUESA



2.1 - OCUPAÇÃO ANTERIOR: ROMANOS, MUÇULMANOS

Para o surgimento de Portugal urbano, a conquista romana foi o acontecimento de maior vulto, ao ter substituído a antiga cultura de pastores guerreiros, testemunhada pelas citânias e castros, cujas ruínas chegaram até nós, por outra cultura que nos transmitiu muitos dos saberes da antiguidade clássica.

As citânias de Briteiros e Sabroso mostram-nos uma organização dos aglomerados visando principalmente a defesa - grossas cinturas de muralhas de pedra comprovam um empenhado esforço colectivo. As suas habitações apresentam uma disposição particular, ao juntarem-se em grupos de poucas casas à volta de um pátio ladrilhado comum, o que patenteia uma determinada organização comunitária (1).

Em alguns castros, como o de Briteiros e de Bagunte percebe-se uma marcação de percursos, sugerindo até uma ortogonalidade, mas que não são indícios claros de ruas ou praças, no sentido urbano habitual, mas antes caminhos de serviço, que separam os recintos familiares (2).

Os espaços colectivos de reunião , sem estarem

(1)- Cf. Alberto Sampaio, *As vilas do norte de Portugal*, pp. 18-22

(2)-Cf. A. Garcia y Bellido, *Urbanística de las grandes ciudades del mundo antiguo*, p. 195

patentes, é possível prevê-los nas áreas residuais, sem habitações, entre o aglomerado e as muralhas. Em Briteiros são evidentes duas grandes áreas livres nos extremos, a norte e a sul.

A estratégia urbanística dos romanos foi no sentido de criar urbes, convenientemente localizadas quanto aos meios de produção e à estrutura viária. Como nos diz Alberto Sampaio, "*fazer descer a população dos píncaros estava tanto na sua política, como nos hábitos da sua sociedade*" (1). Isto por um lado, enquanto por outro o seu modelo urbanístico rígido requeria uma localização onde o traçado geométrico encontrasse viabilidade de aplicação.

As cidades portuguesas onde o modelo urbanístico romano se patenteia, quer pelo traçado da malha urbana, quer por estruturas arquitectónicas presentes, localizam-se em relevos de pendentes suaves : Braga, a Alta de Coimbra, Conimbriga, Idanha-a-Velha, Santarém, Lisboa, Évora, Beja, Serpa e Faro, são uns tantos exemplos, entre outros possíveis. Em algumas cidades o antigo *fórum* romano manteve a centralidade e importância, como no caso de Évora, Beja e Idanha-a-Velha. Noutras, foi parcialmente ocupado na Idade Média com a construção da catedral, também ela local de reunião, como é o caso de Braga, em que a Sé foi implantada no espaço livre do antigo *fórum*. Também em Faro, no espaço envolvente da Sé, resultante das demolições provocadas pelo terramoto de 1755, as escavações arqueológicas

(1)-Alberto Sampaio, op. cit., p. 23

comprovaram a localização do *fórum* nesse local (1). Também em Évora a Sé e o antigo palácio do bispado ocuparam parcialmente a zona do *fórum*.

Duma forma geral, percebe-se com dificuldade os vestígios do urbanismo inicial. Afirma Gil Mantas que "*nas cidades portuguesas, os vestígios do quadriculado característico do urbanismo romano estão longe da nitidez evidente dos que se encontram noutras regiões do mundo romano (...)*" (2), o que parece lógico. Como consequência das diversas invasões e cataclismos, os padrões urbanísticos degradaram-se irremediavelmente. Depois de Braga, são as cidades de Évora, Serpa e Beja, as que melhor conservam traços representativos dos planos ortogonais primitivos.

Se os invasores germanos deixaram poucas marcas da sua estadia entre nós, por pertencerem a sociedades essencialmente agrárias e pastoris, não aconteceu o mesmo com os muçulmanos. Estes, povos com o gosto pelo comércio e pela cultura, encontram na cidade, talvez pela lembrança do deserto, um "oásis" ideal para viverem.

Onde se processou uma ocupação muçulmana duradoura, nomeadamente no centro e sul do país, as anteriores estruturas urbanas foram irremediavelmente alteradas.

Os muçulmanos criaram poucos núcleos urbanos na

(1) - Cf. Vasco Gil Mantas, "Arqueologia urbana e fotografia aérea", in *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, pp. 21-22

(2) - Op. cit., p. 14

Península; no começo do século XIII já existiam um número suficientemente abundante para que apenas se fizesse uma adaptação das cidades existentes aos novos ocupantes.

Da presença muçulmana resultou o confronto de duas culturas de conceitos bastante diferenciados (1). Se os romanos tinham um modelo urbanístico muito preciso, complementado mais tarde com os preceitos do Direito, os muçulmanos não se empenharam nunca num possível modelo material de cidade e as suas leis relativas ao seu governo eram mínimas, visando a segurança o saneamento e outros aspectos fundamentais. Mas nunca com uma preocupação de construir cidades para atingirem determinados ideais estéticos ou políticos. As prescrições e leis do Islão, são antes de tudo prescrições litúrgicas, de orações e ao mesmo tempo de disposições legislativas (2), que não continham nada definido sobre o espaço que deveria ser do domínio privado e o que deveria ser do domínio público. Enquanto que os romanos fizeram questão em ter na cidade um ou mais espaços públicos plurifuncionais, onde ocorriam variadas manifestações; os espaços de reunião dos muçulmanos eram nas mesquitas, e sómente para cumprimento das funções religiosas e educacionais.

Para as grandes reuniões utilizaram a *mussalla*, espaço fora da muralha, junto às portas da cidade, plano e

(1) - Cf. Leopoldo Torres Balbas, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, p. 47

(2)-Op. cit., p. 72

amplo (1), que nos parece corresponder ao *rossio* português. Era na *mussalla* que se reunia a multidão para as orações em datas assinaladas, para realizarem paradas militares, corridas de cavalos, exercícios de tiro ao arco, etc.

Os romanos sacralizaram a urbe através de rituais diversos, que tinham a mais profunda força simbólica no *mundus*, situado no centro, em coincidência com o *forum*. Os muçulmanos colocam a mesquita em lugar sensivelmente central, mais por uma razão prática, de fácil acessibilidade do que por qualquer outra, que tenha a ver com o simbolismo do centro.

A atitude perante o espaço público levou a que as ruas fossem apertadas e labirínticas, muito ao critério das intervenções individuais, que sempre que era possível a invadiam. Ocorrem becos com frequência, onde pelo reduzido número de moradores que servem, são quase ruas privadas.

Em contrapartida o interior da habitação muçulmana é cuidadosamente preservado e cuidado: "*O interior da tua casa é um santuário*", refere o Corão (2). À tela labiríntica das ruelas opõe-se o pátio privado, com árvores de fruto, flores e plantas aromáticas, à volta do qual a casa se organiza. É esta estrutura de ruelas, mesquita, casas e pátios, que se sobrepõe à ocupação anterior,

(1)-Veja-se op. cit., p. 219

(2) - Versículos 4 e 5 do capítulo XLIX do Corão, citado por Fernando Chueca Goitia, *Breve história do urbanismo*, p. 11

de que resultaram cidades sem praças públicas (1).

A cultura greco-romana levou-nos a repudiar a cidade islâmica e os seus modos de vida. E, tal como anteriores conquistadores, também os portugueses após a reconquista trataram de impor os seus hábitos, não tendo muito em conta a riqueza da cultura moura. Lembremo-nos que no Sul de Espanha estabeleceram-se importantes centros, depositários de muito do saber da Antiguidade, influenciando então os povos cristãos.

Para Lévi-Provençal a Andalucía será o que foi a Grécia para Roma quando passou a ser uma província do Império (2), pela medida da sua influência científica.

2.2 - O SÉCULO XIII: AFONSO III E D. DINIS

Em Portugal não sucedeu o mesmo que em Espanha. A reconquista portuguesa, antecedendo bastante a espanhola, levou à emigração das classes mais poderosas e cultas, quer para Espanha, quer para Marrocos. Mas as cidades não foram destruídas e refeitas, pelo contrário, os cristãos procuraram adaptar-se às cidades existentes. Transformaram as mesquitas em templos cristãos e, gradualmente, foram

(1)-Cf. Fernando C. Goitia, *op. cit.*, p. 12

(2) - E. Lévi-Provençal, *La civilización Árabe en España*, pp. 24 e 64. Veja-se também Leopoldo Torres Balbas, "Edad Média" in *Resumen histórico del urbanismo en España*, p. 68

construindo espaços públicos ao seu gosto.

A crónica do cruzado Osberno, sobre a conquista de Lisboa, dá-nos algumas indicações do que era a cidade então: "*Os seus edifícios estão aglomerados tão apertadamente que a não ser entre as dos comerciantes, difficilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura*" (cerca de 2,40 metros, à medida actual do pé inglês) (1)

É claro que o cruzado Osberno encarava este tipo de cidade como anárquico, sem religião obrigatória, refúgio dos homens mais depravados, etc (2).

Volvidos seiscentos anos, Lisboa permanecia na altura do terramoto, em 1755, ainda uma cidade tipicamente muçulmana, onde as intervenções cristãs - a rua Nova, o Rossio, o Terreiro do Paço e a Ribeira, contrastavam com o todo. Alfama permanece a indiciar o que seria Lisboa seiscentista. Das outras cidades que mantiveram impressa a marca muçulmana, Évora é uma das que bem a patenteia: as suas ruas estreitas e os seus edifícios de poucos vãos, abrindo-se para pátios e quintais interiorizados por altos muros, por onde despontam os limoelros e laranjeiras, exemplos vivos da influência moura. Lembremo-nos ainda da predominância de utilização do barro como material de construção das casas do sul, a que se opõe o granito e o

(1) - Júlio Castilho, *Lisboa Antiga*, complemento ao vol. II, p. 66

(2) - *Ibidem*

xisto do norte (1); da utilização das açotelas no Algarve e das inúmeras reminescências nos hábitos de vida. Em Lagos, no princípio do séc XIX, ainda eram frequentes os barcos mouros na costa e as mulheres conservavam o rebuço, usado pelas mouras para encobrir o rosto, até 1892, ano em que o governador civil da cidade proibiu esse costume (2).

A ascendência muçulmana foi um dos elementos que muito contribuíram para diferenciar as cidades peninsulares das cidades de além-Pirinéus. Não só pelas marcas urbano - arquitectónicas e culturais mas também pelo processo político ocorrido: a reconquista cristã reforçou o poder real e evitou o feudalismo das disputas entre cidades, como vigorou no resto da Europa (3). Por consequência disso não houve aquele engrandecimento urbano a que levaram as rivalidades, como sucedeu em Itália.

A reconquista portuguesa durou até ao século XIII; Silves e Faro foram conquistadas em 1249, atingindo-se a unidade territorial, aumentando-se a segurança e a fixação das populações. Foi então possível ocorrer um renascimento das cidades retraídas nas suas posições defensivas. A partir daí, principalmente as igrejas com os seus adros e os conventos com os terreiros adjacentes, vão constituir núcleos, onde a cidade vai tender a crescer. Da

(1) - Veja-se Orlando Ribeiro, *Geografia e civilização*, p. 35

(2) - Cf. Manoel Paulo Rocha, monografia *As forças militares de Lagos nas guerras da Restauração*, p. 21

(3) - Consulte-se, entre outros, Pierre Lavedan, *L'urbanisme au Moyen age*, p. 106

mesma forma surgem depois as residências senhoriais que geram à sua volta novas habitações, donde saem vias radiais de ligação ao centro da povoação (1). Como foi típico da época, as novas ruas vão-se adaptando ao relevo e a elementos pré-existentes, visando as ligações mais curtas, sem imposição da linearidade. A mesma atitude acontece com os largos e praças que se estabelecem, a marcar a diferença com o anterior desenho da cidade dos mouros. Este processo de expansão parece-nos comum tanto ao norte como ao sul do país. Será mais a topografia, onde os declives suaves facilitam os traçados lineares, ou as tipologias construtivas, que marcam as diferenças.

A Reconquista permitiu a unidade territorial e a afirmação do país, possibilitando uma acalmia social e o renascimento urbano, acompanhado do desenvolvimento do comércio, proporcionado pelas feiras que então começaram a instituir-se: - no séc XIII criaram-se quarenta e três das noventa e cinco feiras conhecidas - segundo Oliveira Marques (2), apontando para um progresso que, eventualmente poderia ter provocado uma maior transformação dos núcleos urbanos. Isso não aconteceu; logo em 1252 rebentaram desentendimentos com os vizinhos castelhanos. A primeira ratificação da fronteira entre Portugal e Castela ocorreu

(1) - Cf. Jorge Gaspar, "A propósito da originalidade da cidade muçulmana", in *Finisterra*, vol. IV - 7, p. 22; e Maria Angela Beirante, *Santarém medieval*, pp. 10-11

(2) - Cf. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, p. 137

em 1267 (1), mas não obstou a que a partir daí os castelhanos fossem encarados como potenciais inimigos, o que em parte se confirmou. Por isso, não só as cidades foram mantidas nas suas localizações estratégicas, como foi construído um conjunto de castelos fronteiriços, que deram origem a cidades contidas intramuros - Almeida, Castelo Mendo, Elvas, Miranda do Douro e Valença são alguns exemplos. Todos estes castelos foram criados pela Coroa, não tendo nada a ver com os castelos feudais que então surgiram pela Europa.

Esta situação de sujeição das povoações a uma estrutura defensiva existente e necessária, e que foi continuada e reforçada, teria produzido uma atitude mais de acomodação e adaptação ao existente, do que de inovação. Os casos de criação de novas povoações são raros em Portugal, porque a preocupação defensiva, primeiro em Portugal e depois nas colónias, levou ao desenvolvimento da engenharia militar, secundarizando e submetendo o urbanismo àquela (2). Daqui resulta que o centro urbano, representado pela praça, não seja encarado como um elemento fundamental, de génese, mas antes como uma consequência da estrutura eclesiástica, administrativa, comercial ou outra.

Os primeiros tempos da nacionalidade foram dedicados à reconstrução dos castelos e à construção ou

(1) - As povoações do Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vila Maior, Castelo Bom, Almeida, Castelo Melhor e Monforte só foram consideradas portuguesas com D. Dinis. Veja-se: Duarte Nunes Leão, *Crónicas dos reis de Portugal*, pp. 202-203

(2) - Veja-se entre outros Rafael Moreira, "Engenharia Militar" in *Dicionário Ilustrado de história de Portugal*, vol.I, p. 209

reconstrução das grandes catedrais, que ainda existem; excepto a Sé de Braga, que foi restaurada em 1070, todas as outras - Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Santarém, Tomar, Alcobaça e Silves, foram objecto de obras a partir do século XII. Depois do castelo e de suas muralhas é a igreja que surge como obra de importância capital.

Afonso III introduziu um novo dado que, embora indirectamente, sublinhou a importância que os portos já tinham para o comércio, ao proibir, em 1254, a exportação de metais preciosos (1). É uma indicação de que todas as povoações que menciona tinham o porto como via de comunicação importante, uma vez que por ele podiam exportar. Por outro lado significa também que essas povoações, localizadas intramuros, podiam já estar sujeitas a um apelo de se expandirem na direcção do porto, como de facto aconteceu com muitas delas, ocorrendo até a transferência ou a alternância da localização do centro urbano - caso de Lisboa, Coimbra e Porto.

A reanimação dos portos torna-se evidente na costa norte a partir do século XII (2). Já Afonso III teve uma notável acção em Valença e em Viana da Foz do Lima, constituindo nesta última, uma nova fundação em 1258, de que resultou um povoado urbanizado, que se concluiu com

(1) - Cf. José Mattoso, *Identificação de um país*, p. 309, onde menciona os portos de Lisboa, Almada, Sesimbra, Palmela, Setúbal, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Aljezur, Lagos, Silves, Porches, Albufeira, Faro, Tavira, Cacela e os portos interiores de Mértola, Serpa, Moura, Aroche e Aracena.

(2) - Veja-se Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Alto Minho*, p.74

amuralhamento, terminado em 1374.

O desenho urbanístico de Viana medieval é dos poucos exemplos que subsistem desse período, e que por ser uma "fundação nova" apresenta bastante regularidade. O principal espaço público intramuros é o do adro da Sé; mais tarde foi construída a praça no antigo rossio vindo a compartilhar da importância que tinha o adro da Sé, acabando mesmo por se tornar o verdadeiro centro urbano.

Também com D. Dinis que as acções urbanísticas dos primeiros reis adquirem relevo, tanto na reconstrução de povoações como em novas fundações (1). A obra deste rei tem vindo a ser olhada com mais atenção nas últimas décadas, alterando-se com isso a ideia feita de que a Idade Média foi um período que em Portugal teve unicamente morfologia urbana irregular (2). Sem que haja até agora um estudo sistemático das povoações dinisinas, podemos, no entanto, pôr em confronto povoações dessa época que mantiveram uma estrutura urbana bastante nítida e sem grandes alterações. Comparando Monsaraz com Torre de Moncorvo (núcleo amuralhado), verificamos uma extraordinária semelhança: ambas têm uma forma alongada, fusiforme, com uma rua principal longilínea, que vai duma porta até ao

(1) - Da *Crónica de D. Dinis*, de Rui de Pina, inserta em *Crónicas dos reis de Portugal*, p. 255, pode ler-se: "E porque do tempo dos mouros havia em Portugal muitos lugares desabitados e ermos, outros arruinados, e sem muros e defensão, os ermos povoou de novo, e neles fez lugares, e lhes deu foros, e os caídos ou mal murados refez e fortaleceu, em grande ornamento e utilidade do reino. Porque ele levantou quasi dos fundamentos os castelos de riba de Guadiana (...) e de novo fundou *Redondo e Açumar, Montargil* e de primeiro fundamento fez *Vila Real*, em Ribatejo fundou as vilas de *Muja, Salvaterra, Atalaia e Ceiceira* (...) em Lisboa fez muitos edificios e a rua Nova dos Ferros e os paços da Alcáçova".

(2) - Veja-se Jorge Gaspar, "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", in *Finisterra*, IV-8, pp. 188-214

castelo situado no outro extremo; ambas as povoações possuem outra rua quase paralela à primeira e ambas são cortadas por uma transversal, sensivelmente a meio do comprimento. A praça situa-se na rua principal, a rua Direita, e é obtida pelo recuo da igreja. Na praça situa-se também um poço (no caso de Moncorvo) ou uma cisterna (em Monsaraz). Há demasiadas coincidências para que estas povoações sejam consideradas espontâneas e não obedecendo a um modelo; embora não tendo o rigor geométrico das bastides francesas ou das vilas novas espanholas (1). Alegrete também teve uma estrutura idêntica a estas. O Redondo apresenta uma solução ligeiramente diferente, mas também com um planeamento perceptível. Haverão outras povoações onde, provavelmente, o urbanismo da época de D. Dinis foi utilizado. Por exemplo Nisa, cuja implantação actual corresponde a um novo aglomerado medieval, por abandono do antigo, teve a construção das muralhas nessa época (2), e a sua estrutura intramuros também apresenta uma assinalável regularidade.

As póvoas marítimas são consideradas por alguns autores, os melhores exemplos das cidades "novas",

(1) - Segundo Leopoldo Torres Balbás " A tradição do plano regular conservou-se e foi transmitida à Idade Média mediante o exemplo dos acampamentos militares nos quais em ordenação, essencialmente prática, não sofreu eclipse algum", in *Resumo Histórico...*, p. 111.

(2) - Numa carta de D. Dinis dirigida ao senado da Câmara dizia: "Vija vossa carta e estranho muito que, tendo-vos remetido há pouco 6000 reis para edificação dos muros me digeis na vossa que já se gastou esse dinheiro actual. Aí vão, pois, mais 2000 reis e continuem as obras sem cessar", citado em *Guia de Portugal, Estremadura, Alentejo e Algarve*, dir. Sant'Ana Dionísio, p. 402



construídas a partir do século XIII (1). De facto, se compararmos Viana do Castelo com Caminha encontramos uma estrutura semelhante - uma rua central que atravessa o interior amuralhado, de porta a porta, a que se juntam outras ruas paralelas e perpendiculares, muito próximas da ortogonalidade; a igreja está em ambas numa posição descentrada, criando-se à sua volta um adro e terreiro. Também se percebe um paralelismo das maiores ruas à direcção da costa, que não será fruto do acaso, mas de uma cuidada implantação. Aliás, parece-nos que estes traçados geométricos da Idade Média, tanto em Portugal como noutros países, não podem ser restringidos apenas a uma herança romana. O traçado ortogonal surgiu desde remota antiguidade em vários locais do mundo, sem que os gregos ou romanos tivessem qualquer influência. Para Jorge Gaspar o padrão geométrico da Idade Média depende sómente do poder do rei e da gente que o serve (2). Pensamos que só esses dois elementos não chegarão. Será necessário também que ao poder se junte um saber, que estabeleça regras de planeamento, ainda que incipientes. Repare-se que os surtos de urbanismo coincidem com a reunião dos elementos apontados, desde D. Dinis ao "despotismo esclarecido" de Pombal.

Estas conclusões servem então para inferir que se desde a Idade Média existiram em Portugal acções de planeamento urbano, então também ocorreram praças urbanas

(1) - Cf. Joel Serão e A. H. Oliveira Marques, *Nova história de Portugal*, vol. IV, p. 190

(2) - Jorge Gaspar, *op. cit.*, p. 214

minimamente planeadas, uma vez que a praça é, em grande parte, consequência da cidade e está sempre em relação com ela. Poderá pôr-se em questão o tipo de planeamento, mas está fora de dúvida que desde a Idade Média os espaços públicos em Portugal, em variadas situações, não ocorreram unicamente de forma espontânea ou orgânica, como é corrente considerar-se. Parece-nos então oportuno procurar uma abordagem que nos indique grandes tipos morfológicos de aglomerados urbanos, e a partir daí tentar fazer o cruzamento com os tipos de espaços públicos que apresentam.

Oliveira Marques (1), intenta uma classificação para as cidades portuguesas em função dos elementos morfológicos mais evidentes, propondo os seguintes tipos:.pm

TIPO I - Cidades com fortes marcas de ocupação muçulmana, ruas estreitas e irregulares, ausência de praças, cidades comprimidas pelas muralhas: Lisboa, Santarém, Abrantes, Guimarães, Ponte de Lima, Guarda, Castelo Branco, Estremoz, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Bragança, Portel, Marvão, Castelo de Vide, Silves, Óbidos, Torres Vedras, Serpa.

(1) - A. H. Oliveira Marques, "Portugal na crise dos séc. XIV e XV", in *Nova história de Portugal*, vol. IV, pp. 187-190

TIPO II - Cidades com forte tradição romana, conservando a regularidade e a praça central no cruzamento dos eixos. O foro foi ocupado total ou parcialmente pela igreja: Braga, Évora, Beja, Serpa.

TIPO III - Coexistência da influência da cidade hamita e cidade romana, com os elementos essenciais da nova cidade surgida à margem: Coimbra, Porto, Viseu, Elvas, Portalegre, Trancoso, Barcelos, Bragança, Faro, Abrantes, Sabugal, Penamacor, Ponte de Lima, Óbidos, Marvão.

TIPO IV - Cidades "novas" construídas a partir do séc XIII; os exemplos melhores (mas muito alterados alguns deles) são as povoações marítimas: Setúbal, Lagos, Aveiro, Caminha, Viana do Castelo; Tomar é outro interessante exemplo deste período.

A proposta de Oliveira Marques, baseada na topografia e na planta, não pretenderá uma caracterização global definitiva, pois, como é fácil de verificar, pertencem ao mesmo grupo cidades cujas características não só morfológicas mas também ambientais, são muito diferentes. Basta pensarmos para o tipo I, em Lisboa, cidade portuária, e noutra cidade como Estremoz, do interior e de planície. Ou no Porto e em Trancoso, para o tipo III, por exemplo.

Para os aspectos que nos interessam, parece-nos

pertinente procurar outro tipo de abordagem classificativa, em que a praça surja relacionada com a cidade, mas esta, por sua vez, se relacione com o território.

Na caracterização da cidade portuguesa é muito importante a situação em relação à costa marítima ou às vias fluviais; também a proximidade da fronteira terrestre é outro elemento a considerar e cuja importância pode ser avaliada pela simples observação directa: povoações como Elvas, Almeida, Miranda do Douro, Valença, etc, contidas pelo seu envólucro defensivo até há poucas décadas, são casos evidentes do peso da localização no território. Há ainda o clima, outra variável a considerar. Ou seja, a caracterização de um núcleo urbano é sempre uma tarefa complexa, pelas inúmeras questões intervenientes.

Excluindo-se o período do reinado de D. Dinis, que já referimos, depois disso as únicas referências de importância urbanística que encontramos referem-se à persistente construção de muralhas. Essa tarefa culminou com D. Fernando (1367-1383) ao concluir os perímetros amuralhados de Beja, Porto, Viana do Castelo, Braga e Ponte de Lima; e empreendendo a construção das muralhas de Santarém, Coimbra, Óbidos e Lisboa (1). Foi o monarca que mais contribuiu para as cercas, destacando-se como mais importante a de Lisboa, conhecida por muralha fernandina.

(1)-Cf. A. H. Oliveira Marques, op. cit., p. 183

2.3 - O SÉCULO XIV - D. JOÃO I

É com D. João I, (1385-1433), que voltamos a encontrar referências de intervenções urbanas em diversas cidades do país: Ponte de Lima, por exemplo, era uma vila realenga onde cabia ao rei o papel de "mecenas". A igreja existente mostrava-se insuficiente para as necessidades, pelo que o rei concedeu a possibilidade de derrubar algumas casas para a construção da nova igreja (1). Em consequência dessa obra, teve o rei a ideia de constituir à volta da Matriz "*hua muy boa praça com hum chafaria todo muito solenne*" (2). Talvez que esta praça tenha sido "mais sonhada do que consumada", como diz Amélia Andrade; porém, o facto dá-nos indicações de muito interesse, tais como:

- o novo espaço nasce, eventualmente, da demolição de casas no tecido urbano da vila.

- o novo espaço era como um complemento da igreja construída, mostrando com isso uma indissociabilidade que persistiu até ao século XIX; entre o espaço urbano com características de praça, pela sua polivalência, e a sua ligação frequente ao templo.

- a igreja era valorizada sempre que dispunha de um espaço mais amplo adjacente; espaço esse desejado tanto pelo clero como pela vereação municipal.

(1) - Veja-se Amélia Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p. 22

(2) - Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Perg. 24; citado por Amélia Andrade, op. cit., p. 22

Importa ainda evidenciar os conceitos estéticos que o documento revela: "*hua muy boa praça*" indica-nos a existência de ideias bem determinadas para o que poderia ser o novo espaço; pena é que não nos dê indicações precisas quanto à dimensão, forma e envolvimento arquitectónico. Mas um aspecto é evidente - a obra de arte, traduzida pelo "*chafaria todo muito solenne*" seria o remate de toda a obra. Muito possivelmente não só pela grandiosidade concedida ao espaço mas também pela importância funcional que a presença da água lhe dava, no consumo diário da população.

A nova praça de Ponte de Lima medieval não teria conseguido a grandeza desejada, mas nem por isso deixou de ser um espaço importante: "*aí se comerciava; aí se assistia à procissão do Corpo de deus; aí se sentavam os tabeliães para escrever os seus documentos*" (1). Em suma, se não tinha conseguido ser "*muito solenne*", era concerteza muito concorrido. Quanto ao chafariz ele foi de facto realizado na segunda metade do século XVI, pelo mestre João Lopes, "O Moço", mas está hoje no largo de Camões, com toda a sua solenidade que esse excepcional espaço urbano lhe confere, tal como fora a ideia inicial.

O exemplo de Ponte de Lima mostra-nos também que os principais elementos estruturantes do tecido urbano

(1) - Amélia Andrade, op. cit., p. 23

estavam constituídos entre os séculos XIV e XV: a "casa do Concelho" existia já no último quartel do século XIV e nela se faziam as reuniões da vereação; em 1406 foram construídos novos açougues, segundo o modelo dos existentes em Braga; no segundo quartel do século XV foi construída a Matriz; também um chafariz (o primeiro) é referido em 1444 (1).

A cidade da Guarda oferece-nos também indicações interessantes referentes ao seu período medieval. Tendo a sua génese apenas numa torre ou vigia, existente já na segunda metade do século XII, acede à designação de *civitas* no século XIII (2). É portanto um núcleo urbano de constituição tardia, numa situação duplamente fronteiriça, tanto em relação ao reino de Leão, como ao domínio muçulmano, situado a sul, e que D. Sancho I pretende povoar. Com D. João I beneficia de um segundo período de construção de muralhas e torres, circunscrevendo-lhe claramente os limites.

Rita Costa Gomes identifica dois tipos de praças na cidade medieval, convergentes frequentemente num só local - a praça da igreja e a praça do mercado (3). A reconstituição da praça de S. Vicente, da Guarda, em 1395, mostra um espaço que se expande sobretudo em relação com o

(1) - Op. cit., pp. 22-24

(2) - Para estas e outras informações coligidas veja-se Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval, 1200-1500*, p. 26 e seguintes

(3) - Op. cit., p. 50. A autora apoia-se aqui igualmente em P. Lavedan e Huguenay, *L'Urbanisme au Moyen Âge*, pp. 148-154, e ainda em J. Pahl, "La place publique du Moyen Âge à l'époque du Baroque", in *Cultures*, V (1978), 4, pp. 28-44.

alçado lateral esquerdo da igreja. Aí se localizam, a definir o espaço, casas sobradadas e alpendres para a realização do mercado, que a tal serviam como documenta a petição que o procurador da cidade fez a D. Pedro I, em 1364: *"de sempre se husou na dicta cidade de uenderem o pam cozido e o pescado e marçaria e panos de burel e de linho e fructas na praça que he apar da igreja de san Viçente"* (1). Esta exposição do procurador da cidade vem na sequência da acção do corregedor régio, de querer mudar a localização do mercado para a praça da igreja de Santa Maria. O concelho opõe-se, acrescentando: *"o mudamento dessa praça era grande desenparamento dessa cidade e danoso aos camjnhantes que per si pasuam porque a praça de sam vicente estaua em na rua per que uaaos os que per essa cidade pasam E a praça de santa maria esta alongada da dicta rua e em lugar nom camjnhante"* (2).

Este caso da Guarda reforça o que já se tinha visto para Ponte de Lima - a praça do mercado localizava-se, junto à igreja, constituindo com ela uma unidade urbano-arquitectónica. Isto é reforçado no caso da Guarda ao sucederem mudanças de localização da praça do mercado sempre para junto de outra igreja, possivelmente mais grandiosa e que requeria junto de si essa função complementar. À unidade referida, igreja-mercado, juntava-se por

(1) - ANTT, Chancelaria de D. Pedro I, livro I, f61. 101, referido por Rita Costa Gomes, op. cit., pp. 51-52. Nesta praça já existia um alpendre, indicador de mercado, desde 1295, como refere esta autora, na p. 51, nota 47

(2) - *Ibidem*

vezes um cemitério adjacente, sobretudo se eram igrejas paroquiais.

A Praça do Mercado acabou por mudar-se para junto da igreja de Santa Maria e aí se constituiu um segundo centro urbano, conforme os moldes que vieram a tornar-se clássicos: existência do pelourinho face ao edifício dos Paços do Concelho, já referido no século XIV, tendo a cadeia adjacente (1).

Entretanto uma nova Sé catedral foi iniciada em 1390 (D. João I), prolongando-se a sua construção até 1516; à sua volta iria reorganizar-se um novo centro urbano, que se conservou, em parte, até à actualidade (2).

Do exterior da sua arquitectura importa pôr em relevo o portal lateral norte da Sé, possivelmente inspirado na Batalha, e realizado antes de 1426. Este portal, pela sua contrastante arquitectura e pela relação que estabelece com a praça adquire mais importância que o portal principal da Sé, que está virado para um espaço inexpressivo e bastante mais acanhado.

Este aspecto da valorização do portal lateral da igreja, pela ligação com uma praça adjacente, ocorre com certa frequência na arquitectura religiosa portuguesa. Mendes Atanázio estabelece uma interessante relação entre

(1) - Cf. Rita Costa Gomes, op. cit., p. 57

(2) - Segundo Rita Costa Gomes, op. cit., p. 84, "...com o acordo (e apoio material) do rei, os bispos-cortesãos do séc. XV pretenderam implantar, no interior da cidade e nas proximidades dos paços do Concelho, a marca do seu poder, num projecto de "engrandecimento" do quadro citadino em que esse poder, mais do que nunca, se inscreve".

os portais manuelinos e a arquitectura efémera do Renascimento, sugerindo que alguns destes portais são uma reminiscência dessas decorações festivas, feitas sobretudo com ramos de árvores, de que resultou a decoração vegetalista deste período (1). Por outro lado, reforça a ideia com o facto de ser utilizado o arco do triunfo desde os tempos de Roma, e que daí passou para as basílicas paleocristãs, mas sobretudo para a entrada dos presbitérios (2).

Uma igreja, sobretudo se for matriz, é um edifício à volta do qual se desenvolvem variadas acções litúrgicas, frequentemente conjugadas com festas profanas em coexistência com elementos de várias espécies (3); pelas ocasiões de feira, com coretos para a música e os indispensáveis "comes e bebes", com arcos e flores de papel a decorar o espaço festivo (4).

A festa popular, sacro-profana, é também uma demonstração de poder, do momento de pagar promessas, entregar dádivas e fazer votos. As ornamentações, acompanhadas com a música e o fogo de artifício completam a encenação. É sempre a praça junto da igreja, sobretudo em

(1) - Cf. M. G. Mendes Atanázio, *A arte do Manuelino*, pp.51-55

(2)-Ibidem

(3) - Veja-se entre outros, Ernesto Veiga de Oliveira, *Festividades cíclicas em Portugal*, p. 217

(4) - Até há poucas décadas eram construídos "arcos" decorativos que pela sua dimensão e engenho eram verdadeiras obras de arte popular. Actualmente vulgarizaram-se os arcos feitos com elementos pré-fabricados, de um material plástico, o que deitou a perder a antiga arte dos arcos de madeira e ornamentos de papel.

aldeias e pequenas vilas, que serve de cenário a estas representações, e onde o altar-mor e o portal se tornam os palcos das festividades sacras e profanas, respectivamente.

Os pórticos das igrejas serviram desde a Idade Média à representação teatral de peças de invocação religiosa. Com o tempo essas manifestações foram adquirindo uma feição mais lúdica que religiosa, o que teria levado o bispo de Évora, em 1534 a proibir as peças que não tivessem uma permissão especial (1). Ora isso não abalou o prestígio do portal. Por vezes era o povo das freguesias que encomendava o pórtico da sua matriz aos canteiros locais, os quais, como afirma Mendes Atanázio, "*inspirando-se nos arcos e demais arranjos efémeros das festas, criam cenários fixos de pedra, de modo a serem armações monumentais para não desmerecerem perante as cores, as flores e ramadas dos dias de romaria e outras solenidades*" (2).

A cidade da Guarda não teve aquele tipo de evolução urbana que se tornou comum à maioria das povoações portuguesas; não nasceu nem se desenvolveu em torno da Sé. Antes, foram-se construindo várias igrejas, em diferentes locais que em cada época constituíram um centro urbano. Quando a Sé foi concluída já existia a estrutura de arruamentos que subsistem. A cidade cresceu de nascente para

(1) - Teófilo Braga, *História da poesia popular portuguesa*, p. 48: "...mesmo que elas (as peças) representem a paixão de Nosso senhor Jesus Cristo, ou Sua Ressurreição, ou o Natal (...) porque dessas peças surgem muitos inconvenientes, e elas muitas vezes escandalizam os que não são muito firmes em nossa fé católica, ao verem as desordens e excessos dessas encenações."

(2) - M. C. Mendes Atanázio, op. cit., p. 55

poente, no sentido da Cidadela ou Alcáçova, de que existe ainda a torre de menagem.

A Praça Velha ou Praça do Mercado, actual praça Luis de Camões, já existia em tempo de D. Dinis (1). Dela faz parte o edifício manuelino dos Paços do Concelho, e vários edifícios do século XVII e XVIII.

A cidade manteve-se contida intramuros até fins do século XVIII, princípios de XIX; fora de portas só existia, no séc XVIII, a actual morada do prior da cidade. Todas as ruas que ficam além da cerca e não estão no prolongamento das portas da cidade, são do século XIX e XX, segundo Adriano Rodrigues (2); esse crescimento criou como que um prolongamento da área central para junto das vias de tráfego intenso que atravessam a cidade, constituindo como que um centro alternativo ao centro monumental, que continua a ser a Praça Velha.

Outro exemplo de como a praça dependia das decisões reais é-nos dado pela carta dos vereadores e homens bons de Óbidos, pedindo ao rei dinheiro para satisfazer as indemnizações aos proprietários de terrenos expropriados para a construção da mesma (3)

(1) - Adriano Vasco Rodrigues, *Monografia Artística da Guarda*, p. 152

(2) - Op. cit., p. 153

(3) - Veja-se Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval, estruturas urbanas e administração concelhia*, p.63

Do período referente ao reinado de D. João I chegaram-nos de facto testemunhos, em diversas cidades, dos empreendimentos arquitectónicos e urbanísticos. Foi um período que se iniciou com uma revolução afirmativa da independência do país e contra a alta burguesia e os judeus ricos. Beneficiaram, com isso, as camadas baixas da nobreza e os filhos-segundos, desejosos de obterem parte dos bens dos poderosos senhores (1). É, portanto, um novo período onde se adivinha um dinamismo empreendedor de novas obras e de novas mentalidades, de que resultaram também expedições à costa africana. Insatisfeitos por já não terem mais muçulmanos para combaterem em Portugal, resolveram combater os mouros no seu próprio território, dando início à saga marítima - dilatadora da fé e do império, no dizer de uns; abandonando o solo próprio pela procura de vãs quimeras, no dizer de outros.

Nesta época, a maior parte das cidades possuíam no interior do perímetro amuralhado, grandes áreas devolutas, e a população escasseava. Vejamos o exemplo de Santarém, bastante bem estudada para o período medieval. Diz-nos Maria Ângela Beirante: *"Uma lamentação frequente nos Capítulos de Santarém nas cortes da primeira metade do século XV é o despovoamento cada vez mais acentuado da vila (...) Queixavam-se de que as calçadas, fontes e pontes estão danificadas e o próprio rei lhes lembrou que a renda*

(1) - Cf. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, p. 187

da barca de passar o rio deve ser por eles aproveitada para as obras do muro..." (1). Com população escassa e fracos proventos não podiam ser realizadas grandes obras de conjunto. Mas mesmo assim, já no século XIII Santarém possuía uma estrutura urbana suficientemente definida - iniciando-se pela localização na Alcáçova, tinha-se estendido por uma ampla e plana zona de festo, no sentido de Marvila.

Após a reconquista o clero adquiriu grande importância na cidade, primeiro por concessões do rei às Ordens dos Templários, Calatrava, de Avis e de Santiago, depois à Ordem do Hospital. Todas recebiam rendimentos das propriedades que possuíam nos arredores. Estabeleciavam-se rivalidades com o clero regular, enquanto várias igrejas iam surgindo e constituindo pólos de desenvolvimento da malha urbana. Uma primeira igreja teria sido edificada pelos cavaleiros Templários na Alcáçova, a igreja de Santa Maria, terminada em 1154 (2).

A igreja de Santa Maria não teria conseguido tornar-se um centro polarizador porque as dimensões acanhadas da Alcáçova, subordinadas à abrupta topografia, não permitiam nem a sua expansão nem a do aglomerado à sua volta. Um cordão umbilical unia a Alcáçova com o coração da urbe - a igreja de Marvila, já no século XIII o mais impor-

(1) - Maria Angela Beirante, *Santarém medieval*, p. 63

(2) - *Op. cit.*, p. 39

tante local. Aí se constituiu a "praça da vila" ou "praça de Marvila", designada actualmente por praça do Visconde da Serra do Pilar. A sua localização é de adjacência à rua Direita e ao alçado lateral esquerdo da igreja de Marvila. A situação faz lembrar a da catedral da Guarda, sem a monumentalidade e o amplo espaço que esta tem ao redor, mas com uma organização análoga - uma rua Direita, uma adjacência lateral da praça à igreja, e um adro fronteiro modesto; igualmente um portal lateral da igreja a dar para a praça, mas, no caso de Santarém mais modesto.

A igreja de Marvila teria sido construída pelos Templários, logo após a conquista de Lisboa, em 1244 passou a colegiada (1).

Nesta praça estava também localizada a autoridade municipal, com o Paço do Concelho ou Casa da Câmara (e respectivo pelourinho fronteiro) já referida em 1377 (2).

Ainda numa relação com o processo urbanístico da Guarda, está o facto da praça de Marvila não ter sido a primeira; dum outra, a "Praça Velha", encontrou referência M.A. Beirante, afirmando que junto à igreja de S. Nicolau, no actual espaço que vai desta igreja ao largo Manuel A. Neves, foi o centro mais antigo do burgo (3). Há portanto, como que uma itinerância ou deslocamento dos centros,

(1) - Cf. *Tesouros artísticos de Portugal*, cord. José Ferreira de Almeida, p. 497

(2) - M. A. Beirante, op. cit., p. 74

(3) - Op. cit., p. 79

possivelmente em função de factores diversos que vão ocorrendo - prestígio e maior clientela da igreja, acessibilidade, desafogo do espaço, actividades que vão surgindo no enquadramento da nova praça, etc.

Mais à frente verificaremos que este aspecto de permanência numa única zona central, constituindo a "praça grande", a principal, um continuado centro cívico ao longo dos séculos ou, pelo contrário, o deslocamento ou o desdobramento da área central acompanhando o crescimento urbano, são fenómenos ligados às características próprias de cada cidade.

Outro aspecto a comprovar o surto urbanístico dos séculos XIV-XV, está nas várias "Ruas Novas" que então surgiram em Lisboa, Santarém e Porto (1). Em Évora além de surgir uma Rua Nova, caracterizada pela sua linearidade e largura, também se ergueram as casas com arcarias, contribuição arquitectónica valiosa para a paisagem urbana desta cidade, sobretudo no trecho correspondente à Praça Grande ou do Giraldo (2). Também é nesta época que a cidade de Évora compra os terrenos do rossio de S. Brás à ordem de Avis (3), assegurando o local da feira anual, demasiado grande para caber na cidade intramuros. Ainda a propósito

(1) - Abertas algumas a partir de finais de Trezentos, como foi o caso de Lisboa

(2) - Cf. Maria Angela Beirante, *Évora na Idade Média*, (dissertação de doutoramento), Lisboa, p. 100

(3) - Op. cit., p. 114

de Évora, parece-nos interessante o documento encontrado por M. A. Beirante, em que "o rei considerava-se dono do chão da própria praça, razão pela qual, em 1413, obteve sentença contra o concelho que mandara ali fazer uma parede onde obrigava a vender as regateiras e fruteiras, a troco de certa renda" (1). Parece-nos um bom exemplo do poder real, ao assenhorear-se dos espaços públicos duma cidade.

Porém, o apelidado "surto urbanístico" deste período continuará a ter uma expressão de relativa importância se comparado com as inúmeras obras dedicadas às igrejas e mosteiros, levadas a cabo nos actuais distritos de Lisboa, Setúbal, Évora, Porto, Leiria e Santarém. Tanto mais que, em grande parte, construíram-se obras de grandes dimensões, que não estavam de acordo com as necessidades nem com as disponibilidades financeiras do país. Como nos diz Oliveira Marques, as Sés dessa altura eram autênticas praças públicas interiores, destinadas tanto aos ofícios divinos, como ao convívio, manifestações culturais ou assembleias para deliberações, local de refúgio, etc. (2).

A participação dos dinheiros da coroa nestas obras grandiosas para o clero terá prejudicado uma arquitectura laica necessária à vida concelhia, como eram os paços dos concelhos, os tribunais e cadeias; citamos apenas estas obras por serem as que tradicionalmente mais se

(1) - Op. cit., p. 100

(2) - A. H. Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 438

ligavam às praças e contribuíam para o engrandecimento desses espaços. Isto só veio a acontecer em épocas seguintes, uma vez que para o século XV são poucos os exemplos conhecidos de paços do concelho construídos para o efeito. Quanto à arquitectura doméstica desta época, o panorama é francamente confrangedor. As más condições de habitação eram apanágio dos portugueses, mesmo para os de melhor condição, o que teria levado Zurara a espantar-se com a magnificência das casas marroquinas, quando da tomada de Ceuta: "...*nós outros, mesquinhos, que andamos no nosso Portugal pelos campos colhendo nossas messes, afadigados com a força do tempo, e à derredeira (hora) não temos outro repouso senão pobres casas que em comparação destas, querem parecer choças de porcos*" (1). Esta apreciação de Zurara dispensa comentários, tão eloquente ela é.

Neste contexto, de abandono ao desconforto de moradas acanhadas, feias e escuras, num total desprezo pelas tipologias arquitectónicas mais adequadas ao bem estar parece-nos, (dado que estamos a fazer ilações com base em apreciações escritas e não numa observação directa de exemplos reais), que os rasgos urbanísticos então surgidos, como o desenho da cidade de Tomar, ou mesmo as "Ruas Novas", devem ter espantado pela sua ordem e rigor, e

(1) - E. Zurara, "Crónica da tomada de Ceuta", citado por Oliveira Marques, op. cit., pp 471-472

constituído factos extraordinários no país dessa época (1).

Outros exemplos surgidos para finais do século XV dão-nos indícios de que a situação já estaria a mudar. Em 1474, D. Afonso V, "manda desfazer em Lisboa balcões, sacadas, arcos e tudo o que pudesse embaraçar a servidão pública e a passagem da procissão do Corpo de Deus" (2). Era já a expressão de uma maior funcionalidade, embora motivada pelo acontecimento religioso. E, para o reinado de D. João II (1481-1495), Rui de Pina considerou feito notável que o rei mandasse fazer em Setúbal canalizações de água da serra de Palmela para a vila, e também a abertura de dois largos com os quais se embelezasse o povoado (3). Não seria demais considerar notável sobretudo a construção de dois largos, para embelezamento, numa época em que os espaços intramuros mantinham largas superfícies pertencentes à agricultura. No Porto, o convento de Santa Clara foi construído, no século XV, em terras de lavoura, tal como em terrenos de hortas foi aberta a rua das Flores.

2.4 - O SÉCULO XVI - D. MANUEL I

Em 1500, D. Manuel, ordena em Lisboa "que se

(1) - As cidades portuguesas mantiveram até bastante tarde as suas ligações ao mundo rural envolvente, como locais de comércio dos produtos e demais questões; e não só foram os locais de encontro como de refúgio. Veja-se João Lúcio de Azevedo, *Elementos para a história económica de Portugal, séc. XII-XVII*, p. 22

(2) - A. H. Oliveira Marques, *Antologia da historiografia portuguesa*, vol. II, p. 48

(3) - J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal económico*, p. 44

deribem os olivais de muros adentro" (1), por considerar desprestigiante uma capital de império tão ruralizada; em Braga existiam bosques de carvalhos e castanheiros, no sítio em que no século XV foram traçadas as ruas do Souto e a rua Nova; outras cidades como Coimbra e Santarém queixam-se dos bois que andavam à solta nos olivais, vinhas e hortas, bem como varas de porcos "*que fossavam nos adros, desenterravam os cadáveres, e enchiam de imundícies o povoado*" (2). Povoação e termo formavam uma unidade em que o carácter rural estava sempre presente (3).

A situação de despovoamento dos aglomerados urbanos começou a alterar-se depois de meados do século XV. Sobre isso temos o precioso testemunho de Rui Fernandes, artesão de Lamego e, por gosto, cronista da sua terra, que em 1531 relata a constituição da cidade em três bairros: o da praça, onde ocorrem as mercadorias e vivem os mercadores (actual praça do Comércio), era, segundo ele, "*a zona principal e aí se instalavam as justiças seculares, a Audiência, a Relação*"; o segundo bairro era o da Sé, onde viviam cónegos e a nobreza; e o último e mais antigo, o do

(1) - A.N.T.T.-Chancelaria de D. Manuel I, livro 12, fls. 160

(2) - J. Lúcio de Azevedo, *Elementos para a história económica de Portugal*, p. 23

(3) - José Marques caracteriza Braga, nos fins da Idade Média, da seguinte forma: "Em geral, as casas eram de pequenas dimensões e raramente tinham mais de um piso ou sobrado, não faltando também casas térreas e pardieiros, bem como almuíhas e exidos, que davam à cidade um ar ruralizado, pouco contrastante com o aro campesino envolvente", in *Braga Medieval*, p. 49

Castelo, já só com cinquenta habitantes (1). É evidente que a maioria da população tinha extravazado para fora de muros e a cidade começara a ocupar as zonas de meia encosta e do sopé do monte do Castelo. O censo de 1527 atribui-lhe mil e quinhentos habitantes (2), que nos indica bem o deslocamento do centro urbano que se operara.

O crescimento da povoação pela encosta abaixo, em forma continuada nuns casos, ou por constituição de um novo núcleo separado, quando as condições topográficas mais o aconselhavam, é muito frequente no país. Esta dinâmica visava sobretudo a aproximação das estradas, facilitando uma nova relação territorial, de que são típicas as cidades francesas de terminologia "ville-carrefour". Embora muitas das novas povoações tivessem a sua génese no alto dos montes, junto ao castelo, logo que a população aumentou e as condições comerciais se tornaram favoráveis ao comércio, procuram essa nova relação. Os crescimentos unidireccionais foram acompanhados, na maioria dos casos, de deslocamento do centro urbano ou, pelo menos, da criação de um novo centro alternativo.

Exemplo paradigmático tanto do crescimento demográfico e conseqüente aumento da área urbana, como do florescimento de uma nova atitude urbanística, levada a cabo segundo regras pré-estabelecidas, é encontrado no Bairro Alto, de Lisboa. Aqui a situação é inversa à de

(1) - Cf. Maria João Roseira, *Lamego, um passado presente*, p. 33

(2) - *Ibidem*

Lamego - a cidade cresce para o alto de uma colina, o que se explica, em parte, por ser uma cidade portuária, já com bastante ocupação ribeirinha, e os terrenos do novo bairro, em situação de extramuros, estarem disponíveis à construção, possivelmente por um valor mais reduzido daqueles que eventualmente existiriam no interior da cidade.

O empreendimento do Bairro Alto veio na sequência de medidas enérgicas empreendidas por D. Manuel, dar resposta à explosão demográfica que tornava ingerível a cidade, tanto para o saneamento como para o controle policial ou para a circulação (1). Em Dezembro de 1500, D. Manuel manda derrubar os olivais "de muros adentro", fossem de quem fossem, para que os terrenos se tornassem livres para construção. Os padres Trinos e do Carmo não esperaram por novos acontecimentos e, mesmo eles, se encarregaram do loteamento dos terrenos do interior das suas cercas, dando origem à Vila Nova do Olival, intramuros (2). Seguem-se a Vila Nova de Andrade e o Bairro Alto de S. Roque, ambos extramuros. Sem nos prendermos em considerações de ordem arquitectónica e urbanística sobre estes bairros, importa-nos antes tratar das suas relações com o centro. Claro que os novos bairros não tiveram força suficiente para constituírem um novo centro alternativo ao Rossio, ao Terreiro do Paço e à Ribeira, muito simples-

(1) - Cf. Helder Carita, *Bairro Alto*, p. 16 e seguintes

(2) - Op. cit., p. 18

mente, porque não houve a ideia de polarizar as novas zonas em torno de uma praça com força suficiente para constituir uma alternativa. Só mais tarde o Chiado veio a adquirir foros de zona chique da cidade, local de cafés, tertúlias e salões de chá com decorações afrancesadas, por onde desfilaram os elegantes e intelectuais, que do Rossio subiam até às antigas portas de Santa Catarina. É claro que o Bairro Alto veio a suscitar um novo tipo de ligações com a cidade baixa; numa cidade carecida de habitações, os novos bairros ocidentais chamaram a si muitas famílias da nobreza que até aí tinham vivido na encosta do castelo ou noutras zonas antigas de minguados espaços; os duques de Bragança, os condes de Vimioso, os condes da Vidigueira e outras numerosas famílias da alta nobreza, mudaram-se para os novos bairros, submetendo as suas novas casas ao loteamento programado e às novas cérceas, e imprimindo ao bairro a marca da sua presença, que aliás, contrastava bastante com os primeiros habitantes da Vila Nova de Andrade, mais ligada ao cais e, por isso, a uma população de marítimos.

De qualquer forma esses novos bairros ocidentais de Lisboa funcionaram mais como operações de loteamentos urbanos, significativos de acrescentos da cidade, do que unidades autónomas estruturadas, segundo ruas e praças. E com eles se inaugurou um dos grandes malefícios do urbanismo português que, exceptuando-se Tomar, as intervenções pombalinas e suas extensões a outras cidades, raramente apresentou soluções urbanísticas que não fossem de sucessivos acrescentos a procurarem tirar do solo o máximo rendi-

mento.

É claro que não pretendemos minimizar a intervenção urbanística manuelina. Ela já constituiu um assinalável progresso, numa cidade onde apenas a Rua Nova mostrava outra atitude perante o desenho da cidade. Mas podia-se esperar mais para uma cidade tão carecida de expansão. Em 1401 já houvera a urbanização da zona do Carmo (1), importante precedente; depois disso, já referimos o exemplo de Setúbal, em que D. João II determina a abertura de dois largos para embelezarem a povoação. Portanto, a importância atribuída à praça já era um facto.

Acresce ainda dizer que será de estranhar que os portugueses não tivessem conhecimento do que se passara na vizinha cidade de Badajoz, onde em 1458 fora construída a Plaza Mayor, "por derrube de bom número de habitações da cidade hislâmica" (2); exemplo tanto de adaptação da cidade herdada como da implantação e importância que a praça já tinha como local dos espectáculos públicos, e se reforçou posteriormente, a partir da reconstrução da Plaza Mayor de Valladolid. Entusiasmo que nunca passou a Portugal com igual intensidade. Aliás, as possíveis influências urbanísticas emanadas da Europa central ou mesmo de Espanha chegavam a Portugal "debilitadas. Foi o caso das "bastides" franceses e das vilas novas espanholas, cujos parentes mais

(1) - José Augusto França, *Lisboa: Urbanismo e arquitectura*, p. 126

(2) - L. Torres Balbás, *Resumen histórico del urbanismo en España*, p. 168

próximos encontrados em Portugal são casos como Monsaraz, Torre de Moncorvo, etc, já referidas, e que não conseguem expressar completamente o urbanismo medieval programado das primeiras. Com as praças sucedeu algo semelhante: tanto aquilo que poderá chamar-se influência espanhola, com o modelo da *plaza mayor*, ou a influência francesa e inglesa, com as *places royales* e as *squares*, chegaram a Portugal tarde e com reduzida força, o que teve como resultado escassos exemplos realizados ou a subversão dos modelos primitivos às condições locais do país. Aliás, duma forma ou de outra, é o que foi acontecendo com a arte portuguesa em geral, onde em raros momentos, como no manuelino, ou em alguns aspectos do barroco, foi afirmada uma criação liberta do jugo das influências europeias.

No entanto, não cremos que a situação referida signifique uma incapacidade dos artistas e architectos portugueses para duma forma continuada afirmarem a sua independência europeia, porque ela, de facto, afirmou-se sempre que as condições sócio-económicas acarinhavam as artes. Os ciclos económicos portugueses, que Lúcio de Azevedo tão bem nos explica, coincidem com os florescimentos artísticos: as especiarias da India, com o manuelino; o ouro e os diamantes do Brasil, com o barroco; mas em situações opostas a essas épocas altas da economia estão os períodos de contenção e de emergência, que encontra na arquitectura chã ou na pombalina a resposta adequada à época de crise.

Se a cultura portuguesa da segunda metade do

século XVI foi profundamente marcada pela influência da tratadística italiana, como defendem alguns historiadores contemporâneos (1), isso parece ter-se patenteado mais na arquitectura militar, a que Portugal teve de socorrer-se para assegurar o domínio do império colonial e, na sequência, na construção de novas cidades, que mais adiante referiremos.

Da época manuelina ficou-nos sobretudo variadas obras architectónicas, quer de raiz, quer de elementos de embelezamento acrescentados a edifícios existentes.

No campo urbanístico e no seguimento do desejo patenteado pelo monarca de engrandecer a capital, sobressai a construção do Paço da Ribeira; com esta obra, o rei marcou simbólicamente a supremacia do porto de Lisboa sobre o seu castelo, onde até aí habitava. E com as novas obras que são levadas a cabo, como a construção do cais, e do edifício da alfandega, o Terreiro do Paço toma foros de praça real (2) e sede do poder político.

D. Manuel seguiu com entusiasmo a construção de todo o espaço. Depois de o mandar aterrar, "*com grande trabalho e despesa, até se ganhar ao mar, como agora está*" (3), determinou a construção de um cais "*assy pello que dello se seguirá de muyta mais nobreza da cidade, como*

(1) - Veja-se entre outros Vitor Serrão, "Maneirismo", in *História da arte em Portugal*, Lisboa, vol.7, p. 135

(2) - Praça real, aqui como morada do rei e não de encenação para celebrar o monarca, como a *place royale* francesa o foi.

(3) - Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXV

pello melhor maueyo e prouimeto destas cousas do tranto da mercadareja, que tam geralmête a todos toca" (1), onde transparece o desejo de engrandecimento aliado à conveniência funcional do porto. A profícua prosa de Castilho leva-nos a acreditar que *"todos os dias vinha el-rei lá do alto, do seu ninho roqueiro da Alcáçova, assistir em pessoa à labutação dos carpinteiros, calafates e artilhadores dos galeões..."* (2), mostrando o seu empenhamento nos acontecimentos ribeirinhos.

O Terreiro do Paço foi adquirindo gradualmente o prestígio que D. Manuel desejava, como se verifica por acções posteriores: D. João III proibiu que na praia do terreiro novo se fizesse, como até então, vazadouro para os navios (3); foram já decisões que prepararam o embelezamento da vasta praça.

Cerca de cem anos depois da constituição do Terreiro, Frei Nicolau já podia escrever: *"...era o terreiro um nobre e desafogado logradouro, ufanía da população, e adorno da cidade"* (4). Espaço magnífico, virado ao incomparável estuário, morada de reis, representava um

(1) - Carta da C.M.L., livro I, "El-Rei D. Manuel I", fl. 54, citado por E. de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol I, p. 386

(2) - Júlio Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. II, p. 124

(3) - Carta da C. M. L., liv. III, "D. João I", fl. 64

(4) - Frei Nicolau de oliveira, *Grandezas de Lisboa*, p. 47

profundo contraste com a malha urbana medieval, onde a Rua Nova era excepção (1). A planta da cidade de João Nunes Tinoco, de 1650, mostra bem o contraste existente entre os dois grandes espaços - o Terreiro e o Rossio - com a malha labiríntica, de ruas irregulares, travessas e becos, onde os adros das igrejas surgem a destacá-las e a permitir as tradicionais funções, sem nunca se constituírem em praças formais, ainda que das maiores igrejas e conventos se tratassem.

Para Marcel Poète, "...o monopólio com o oriente e África era do estado, pelo que teve pouca influência sobre a cidade. Por outro lado os portugueses não têm a subtilidade dos venezianos que os precederam como comerciantes. As trocas com as Índias são mal feitas e daí que o mercado europeu com as Índias se estabeleça em Anvers" (2). Poète terá alguma razão, mas não toda. Os venezianos procuraram investir as suas riquezas na cidade, cobrindo-a de refinados palácios e de belas praças com faustoso enquadramento. Construíram uma paisagem urbana monumental, donde sobressaía a opulência e o requinte artístico, capaz de fazer morder de inveja as repúblicas rivais. Em Lisboa não existiam aspirações deste tipo. As preocupações de

(1) - Pela estreiteza das ruas e a introdução dos coches e sua vulgarização com Filipe I, o trânsito tornara-se problemático a tal ponto que no ano de 1686 (D. Pedro II) é ordenado que os coches, seges e liteiras que viessem da portaria do Salvador recuassem para a mesma parte. A determinação era anunciada por uma lápide na rua que, muito provavelmente, fazia parte das primeiras disposições europeias relativas a regras de trânsito. A resolução procurava evitar os frequentes desacatos e brigas que ocorriam no cruzamento de veículos, sobretudo quando os indivíduos transportados eram de condição social muito diferente. Cf. Júlio Castilho, *Lisboa antiga*, Vol. VIII, p. 260

(2) - Marcel Poète, *Introduction à l'urbanisme*, p. 40

D. Manuel foram em grande parte de ordem funcional. Excluindo-se o Paço da Ribeira e os edifícios administrativos, restavam os estaus, as igrejas e conventos e os raríssimos exemplos de ostentação de grandes senhores que, de certo modo, seguiam o exemplo do rei ao construírem palácios na Ribeira, como foi o caso do palácio de Corte-Real ou da Casa dos Bicos, do descendente de Afonso de Albuquerque (1).

O Terreiro do Paço evoluiu desde a praia onde varavam as pequenas embarcações e onde também se procedia a trabalhos de construção naval, à vasta praça régia que depois foi, servindo de átrio para a visita à corte ou aos edifícios envolventes. O Rossio teve desde sempre uma característica diferente, de zona central vocacionada para a realização do mercado, da feira, da reunião de gente, verdadeiro centro cívico portanto.

A mais antiga praça de mercado localizava-se junto ao exterior das muralhas do castelo, sendo então designada por "Chão da feira". Castilho descreve-o assim: "...é um terreiro, como uma rua larga, em frente aos bastiões mauritanos do castelo; terreiro estreito e mesquinho..." (2). No tempo de Afonso III, em 1273, era já insuficiente, para servir a população pelo que o monarca decidiu que o concelho determinasse outro local para o

(1)-A casa dos bicos foi construída em 1523, com risco de influência italiana, segundo vários autores. Veja-se A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, Lisboa, C.M.L., 1987, p. 123

(2) - Júlio Castilho, *Lisboa antiga*, vol. X, p. 8

mercado.

É curioso notar que esta primeira localização do mercado tem as características de primitivo rossio que as muralhas envolveram e deram centralidade.

Depois do "Chão da feira" o mercado lisboeta medieval passou por várias localizações, tais como a Ribeira, o Rossio, a praça da Alegria, o Campo de Santana. Em 1430 realizava-se a feira no Rossio (1), e no 12º quartel do século XVI fazia-se aí às terças-feiras (2), mostrando-se uma grande persistência de uso, facilmente justificada pela localização: até ao século XVIII o Rossio foi a grande entrada na cidade de quem vinha do norte e do interior do país, que se contrapunha ao Terreiro do Paço, para quem vinha pela via fluvial. Mendes de Vasconcelos justifica o sucesso das praças lisboetas pela sua localização, reportando-se às *Leis* de Platão e à *Política* de Aristóteles, para a sua descrição de Lisboa, no ano de 1608 (1ª edição) (3).

Quanto à apreciação espacial do Rossio, Mendes de Vasconcelos tem o seguinte juízo valorativo: " (...) *E aqueles que se recrearem de passar em grandes e espaçosas*

(1) - Cf. Chancelaria de D. João I, livro 42, fl. 126V, onde se encontra a designação de "Rossio da feira" e outras

(2) - Cf. Júlio Castilho, *op. cit.*, vol. X, p. 11

(3) - "...e assim vemos nesta cidade a Ribeira (que é a praça onde se vendem todas as coisas de comer), a Rua Nova e o Pelourinho Velho (onde se acham as de vestir e fazem as almoedas) assentadas de modo que da terra e do mar se vem a elas com grandíssima facilidade: porque os que vêm do mar ali desembarcam, e os da terra, sem subir nem descer nenhuma ladeira, por caminho chão suavemente chegam a estas partes" - Luis Mendes de Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, p. 133

praças, tem a do Rossio, que se não sabe em outra cidade outra tamanha, cercada de nobres casas e grandes templos" (1).

Poderíamos considerar que a apreciação de Mendes de Vasconcelos mais não era do que um arrebatamento momentâneo a que deveríamos conceder o necessário desconto. Porém, um espanhol de época próxima, Zavala, na sua extensa lista "*Decosas singulares de España*", ao inumerar grandezas e prioridades como, "*la mas alta torre de Sevilha*" (La Giralda) ou "*el mejor edificio y mas rico de casa de religion*" (El Escorial), incluye como "*la mejor plaza la Mayor de Valladolid*", só comparável, segundo ele, à do Ruxio (Rossio) de Lisboa a à de *Medina del Campo* (2). Isto dá-nos a certeza de que o Rossio de Lisboa no século XVI era uma das melhores praças da Península Ibérica. Nela a vida urbana fervilhava com a maior intensidade, como nos testemunha o padre Duarte de Sande, em 1584 (3), ao enumerar a grandeza do mercado e a variedade de pessoas que aí afluíam.

A praça do Rossio, como a maioria das praças portuguesas, não teve até ao século XVIII uma arquitectura

(1) - Op. cit., p. 138.

(2)-A. Bonet Correa, *Morfología Y ciudad*, Barcelona, Gustavo Gili, 1978, p. 39

(3) - "*É tão grande a multidão dos frequentadores e tanta a quantidade e variedade de géneros expostos à venda, em tendas bem proporcionadas, que parece bastariam não só para um só dia, mas para um mês, e para um ano; de sorte que ali acorrem não sómente os plebeus e os nobres, mas também as damas ilustres, sem aparato de criados, dizendo-se até que a própria rainha algumas vezes fazia o mesmo por curiosidade de ver a feira*" - "*Lisboa em 1584*" in *Archivo pittoresco*, Lisboa, tomo VI, p. 87

envolvente programada. Os edifícios foram-se fazendo e refazendo ao longo dos tempos. Começou por ser edificado nas vizinhanças da praça, na altura ainda rossio na verdadeira etimologia da palavra, o mosteiro de S. Domingos, obra de 1242. Já com a praça mais definida como tal (1), foi construído o Paço dos Estaus (no local onde actualmente se encontra o Teatro D. Maria II) (2), estando concluído em 1456. Pouco depois, de 1492 a 1501, foi construído o Hospital Real de Todos-os-Santos, ocupando todo o lado nascente. Tinha este edifício, em toda a sua fachada, uma arcada gótica que abrangia também o dormitório do Convento de S. Domingos. Essa ampla arcaria constituía uma autêntica rua comercial coberta, à semelhança da arcaria de Évora e também de outras "praças de mercado" europeias dessa época. Os restantes edifícios da praça eram de habitação ou de habitação e comércio.

A ocupação descrita indica-nos o alto grau de plurifuncionalidade que o Rossio continha, sobrepondo-se largamente, neste aspecto, ao Terreiro do Paço.

O plano pombalino não dedicou ao Rossio a importância que lhe era devida; as dimensões foram quase as mesmas, apenas os seus limites foram regularizados. Mas as

(1) - Os limites do Rossio foram sempre bastante irregulares, como se depreende das gravuras que documentam os lados norte e este, sobretudo; segundo - Iria Gonçalves, ainda durante o séc. XV o Rossio continuava a ser ocupado por hortas, em grande parte - Veja-se "Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média; o exemplo de Lisboa", in *separata de Estudos medievais*, p. 162

(2) - Mais tarde transformado em Paço da Inquisição, onde esteve até à extinção do Santo Ofício em 1820. Em 1846 foi o novo edifício do Teatro D. Maria II inaugurado, acabando com a memória do tribunal inquisitorial que, entretanto, sofrera um devastador incêndio

arcadas foram esquecidas, sendo colocadas no Terreiro do Paço, mais como elementos arquitectónicos de composição do que de necessidade de uso. E a arquitectura envolvente submeteu-se à característica utilitária e sóbria, com excepção do teatro, do século XIX.

Normalmente o período manuelino é citado pela sua arquitectura, objecto de variados estudos interpretativos. A acção urbanística desenvolvida nesta época está pouco estudada, sendo do conhecimento geral os aspectos mais flagrantes, como é o caso do Bairro Alto de Lisboa. Mesmo na capital, o monarca assumiu um conjunto de disposições, com importância urbanística e que estão menos divulgados. Por exemplo, entre 1499 a 1501 o rei determina várias demolições de balcões e balcoadas de casas, que ocupavam abusivamente o espaço público, dificultando a circulação (1). Mas outras disposições teriam ocorrido, uma vez que a partir das últimas décadas do século XV, novas preocupações tinham começado a surgir por toda a parte na Europa. Os gestores municipais empreenderam acções de melhoramentos urbanos para que a cidade projectasse de si uma boa imagem. Por tal, o embelezamento e a aprazibilidade passaram a constituir uma das preocupações dominantes. Isso traduziu-se na limpeza das ruas e praças, nas canalizações de água, em posturas que visavam conseguir um maior cuidado

(1) - Cf. Arquivo da C.M.L., Livro dos Reis, D. Manuel I, livro 12, doc. 38/1499, doc. 75/1502, doc. 82/1502 e do livro 32, doc. 1511. Referidos por : Helder Carita, *Bairro Alto*, p. 17; Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 169

higiénico da população, no calcetamento e na introdução de rede de esgotos, etc. Foram medidas que actualmente não são perceptíveis mas que representaram para a época um importante salto qualitativo no ambiente urbano.

Fazem parte desta dinâmica de transformação (1) o desejo de D. Afonso V, expresso em 1462, de que as moradias da Rua Nova de Lisboa "*fossem feitas sobre arcos de cantaria com paredes sobre elles de pedra e call atee o telhado, sem teerem frontaes de tauoado como ora tem*" (2); será de referir que esta rua tanto pela sua amplitude e lineariedade como pelo intenso uso que a população dela fazia, constituia como que uma praça. Aliás, nesta época grande parte da vivência das pessoas era feita no espaço público, tanto da rua como da praça (3); o desconforto das casas e o tipo de relações sociais existentes contribuíam para isso. A rua não teria a característica fortemente dinâmica e exclusiva do trânsito que hoje tem, porque as pessoas permaneciam nela como espaço de uso e permanência que era.

Interessante exemplo de um outro uso urbano ressalta na carta régia de 22 de junho de 1520: "*Havendo por bem que a Câmara não aforasse a André Silveira mais que trez a quatro braças de terreno do "Campo d'Alvallade, o*

(1) - Veja-se Iria Gonçalves, op. cit., p. 164-168

(2)-Op. cit., p. 170

(3) - Veja-se entre outros, Jean Pierre Leguay, *La rue au Moyen Age*, p. 11 e 207

grande"; p'que queremos que no dito campo fique e este
fformoso e despejado e nam ocupado, nem delle tomando
"cousa que o faça fycar deneficado""(1). Isto indica que o
espaço do Campo Grande como local aprazível remonta, pelo
menos, a princípios do século XVI; embora não tenhamos
indicações da localização precisa, as intenções de uso
lúdico do espaço parecem-nos evidentes e correspondem ao
florescimento da nova atitude que se desenvolvia com o
Renascimento.

Fora de Lisboa surgem também alguns factos que
perspectivam a postura atrás referida: quando da visita de
D. Manuel I a Elvas, ao apreciar as obras da igreja de
Santa Maria dos Açougues, que mandara construir, decidiu
que o adro também fosse ampliado e constituísse uma praça,
"e por modo que nella se podessem correr touros", derruban-
do-se então muitas casas e desaparecendo algumas ruas que
ficavam em frente do adro (2). Formou-se então a Praça
Nova, substituindo a primitiva praça de Elvas, que passou a
ser designada de "Praça Velha". O importante melhoramento,
em parte consequência da construção da Sé, que assim
ficaria com um cenário adequado ao enquadramento da sua
grandeza, deve ter principiado em 1511 (3), à custa, como
se disse, da demolição de muitas casas, o que significa bem

(1) - Cf. Eduardo Oliveira, *Elementos...*, vol. I, p. 451

(2) - Cf. A. Thomaz Pires, *As ruas de Elvas*, p. 44

(3) - Veja-se Eurico Gama, *Roteiro antigo de Elvas*.

a importância atribuída ao novo espaço.

De igual modo D. Manuel mandou fazer a praça de Beja, tornando-a no espaço principal da cidade (1), adornando-a com um chafariz.

Dos vários empreendimentos manuelinos, consideramos especialmente interessante a abertura da Praça Nova de Vila do Conde, para a qual é definida a localização e as dimensões, à custa da demolição de casas existentes (2) Isto também nos indica como a estrutura fundiária e os direitos de propriedade pesaram nas transformações urbanas.

Este movimento notável de reconversão urbana dos aglomerados de proveniência medieval, ocorreu em variadas cidades do país ao longo dos séculos XV e XVI, mas não originou povoações de raiz. Foi excepção à regra a fundação das Caldas da Rainha em 1485, pela rainha D. Leonor, mulher de D. João II, tendo como móbil o aproveitamento das condições termais existentes. Foi diante da então Misericórdia e do Balneário que se teria constituído o primeiro espaço público organizado, hoje designado por largo da Rainha D. Leonor.

Adossada ao hospital termal, foi construída a igreja de Nossa Senhora do Pópulo; aberta ao culto em 1496, foi dos primeiros exemplares arquitectónicos manuelinos de refinada arte, prestigiada pela presença regular dos reis

(1) - Cf. *Damião de Góis, Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, p.233

(2) - *Veja-se Monsenhor Augusto Ferreira, Villa do Conde e seu alfoz*, p. 21

portugueses.

A cidade das Caldas da Rainha não apresenta a tradicional matriz de espaços públicos organizados em função das igrejas. A praça principal, actual praça da República, sucedeu ao largo nascido junto ao hospital termal, funcionando actualmente como uma das mais interessante praça de mercado da região. Envolvida actualmente por uma arquitectura heterogénea resultante de especulações "selváticas", foi pontuada pelo edifício dos Paços do Concelho, obra pombalina, sensivelmente centrada no lado maior da praça, mas sem que tenha sido o seu elemento gerador.

No prosseguimento das referências históricas que temos vindo a expor, para o urbanismo quincentista, vamos fazer menção de dois casos - Braga e Coimbra - em que, ao contrário dos anteriores exemplos, as intervenções urbanísticas têm pouco a ver com as motivações originadas pela vontade real.

Para o estudo de Braga pode contar-se entre outros documentos, com o precioso mapa da cidade elaborado por Gaspar Álvares, em 1594. Nele a matriz romana está bastante evidenciada: as portas da primeira muralha em correspondência com os pontos cardeais; os quarteirões definidos por ruas ortogonais; a Sé isolada, situada a meio do amplo espaço que constituía o *fórum*.

No século XII o núcleo urbano original começou a crescer. Um documento datado de 12 de junho de 1161 assina-

la a elevação da igreja de S. João do Souto a sede de uma pequena paróquia suburbana (1), iniciando-se com este facto a extensão da cidade. No princípio do século XIV estavam em prosseguimento as obras de ampliação das muralhas, já abrangendo o que viria a chamar-se o Campo da Vinha, limite da cidade para norte (2); no entanto esta ampliação, feita entre os séculos XIII e XIV, já seria insuficiente no século XV, altura em que o arcebispo D. Martinho Pires da Charneca, "após ter consultado a vereação municipal dele dependente" (3), decidiu realizar obras.

A partir do exterior das portas da muralha de Braga é nítido o abandono do modelo de malha romana; as vias marcam um desenho radial irregular, contrastante com o existente intramuros.

O poder da igreja bracarense foi, a bem dizer, total até aos fins do século XVIII. Um exemplo que ilustra bem esse antigo poderio está no facto acontecido quando D. Manuel I regressava de Santiago de Compostela; antes de entrar em Braga teve que assinar um acordo com o Prelado sobre a interdição de praticar algum acto de jurisdição,

(1) - Cf. José Marques, *Braga Medieval*, p. 45

(2) - Op. cit., p. 47

(3) - Op. cit., p. 48. É de notar a sujeição da vereação municipal ao arcebispo, "verdadeiro dono" de Braga. De facto, Braga e o seu couto constituíam um senhorio eclesiástico desde 1112. A incorporação da cidade na jurisdição régia só foi feita em 1402, possivelmente de forma incompleta, porque a integração definitiva na coroa só ocorreu em 1790. Veja-se Mons. José Augusto Ferreira, *Factos episcopais da igreja primacial de Braga (séc. III-XX)*, vol. III, Braga, Mitra Bracarense, 1932, pp. 395-401. Também é interessante verificar nos documentos transcritos por José Marques, que o tabelião tanto funcionava na "praça" como no "claustro da Sé", "dentro da igreja de S. João do Souto", "no adro da igreja de S. João do Souto", etc, deduzindo-se que até à primeira metade do séc. XVI havia uma estrita relação entre o tabelião e a igreja

"senão as apelações das causas minimais", únicas permitidas no contrato entre a coroa e os arcebispos (1).

D. Diogo de Sousa foi o clérigo a quem se ficou a dever as primeiras grandes obras de expansão da cidade do século XVI. É relevante o facto deste arcebispo ter estado em Roma na altura do apogeu renascentista, transportando para Portugal os fulgores artísticos da época. Empreendeu então mudar a face da velha cidade dos arcebispos, construindo em volta dela uma outra cidade, generosamente aberta para o futuro.

Para além de ruas e travessas que mandou abrir, sobressai a construção de uma praça diante da Sé, desafiando o antigo adro medieval, e aí mandando levantar os Paços do Concelho, acto que nos parece significativo duma atitude valorativa da administração laica da cidade (2).

No espaço extramuros *"fundou então uma cidade nova, ampla e arejada, onde estão as melhores praças de Braga"* (3), então designadas por "Campo da Vinha", "Campo das Hortas", "Campo das Carvalheiras", "Campo dos Remédios", "Campo de Sant'Ana", etc. Esses campos rústicos, como indicam os topónimos, foram comprados por D. Diogo de Sousa para os converter em "rociós públicos", demonstrando

(1) - Mons. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 359

(2) - *Os novos Paços do Concelho eram "de cantaria de dois sobrados com três entablamentos e ameias de fora, e assentos para as audiências, e em cima armários para as escrituras e coisas da cidade, e em baixo um alpendre para se vender o pão; comprou para esta obra quatro moradas de casas que se derribaram (...)"*- Op. cit., p. 394

(3) - Op. cit., p. 393

conceitos urbanísticos excepcionais, sobretudo pela escala dos empreendimentos, que chegaram até à actualidade como grandes espaços públicos, talvez mais típicos de uma cidade barroca, que nítidamente antecipavam, do que da época renascentista de que procediam.

Os "Campos" nasceram duma situação de rossios, espaços amplos, não limitados por edifícios, ligados às portas da cidade, e repartindo-se por isso por todo o espaço envolvente extramuros.

O campo que se tornou polo de vivência urbana foi o de Sant'Ana. Aí Diogo de Sousa mandou construir a arcada da Lapa, para albergar os almocreves e os carros dos lavradores que traziam à cidade os mantimentos. No Campo de Sant'Ana existia já a ermida que lhe deu o nome; era de forma poligonal (renascentista?). Como curiosidade assinala-se que esta capela tinha o seu espaço exterior envolvente decorado com marcos miliários, provenientes das diferentes vias romanas que saíam desta cidade. É evidente que D. Diogo de Sousa também adquirira em Roma o gosto pelas "antigualhas", e com essa acção levava a cabo talvez uma das primeiras obras de preservação do património cultural do país. Em 1769 foi demolida a capela de Sant'Ana, ficando todo o espaço desimpedido para a "avenida central", que se estendeu até ao Largo da Senhora-a-Branca e se transformou no "jardim público" em 1863. Ao longo do tempo rodeou-se este espaço de igrejas e conventos, constituindo uma zona importante da cidade.

Numa perspectiva de evidenciar estas obras como

resultantes não apenas de um mero poder, mas sim de um poder esclarecido, culto, sabedor das tendências europeias da época, cabe citar a estadia do Infante D. Henrique em Braga, no ano de 1537, colaborando então com o arcebispado nas reformas da cidade. Mandou ele, no tempo do seu governo na cidade, abrir a rua do Infante, que depois se chamou dos Pelames, desde o Campo de S. Tiago ao rio Este (1).

Em 1741 deu entrada em Braga com todo o aparato digno das entradas reais, o novo arcebispo D. José de Bragança (irmão de D. João V). Das suas obras destaca-se a reedificação do Paço, "numa arquitectura mais elegante". O interessante conjunto monumental foi sendo constituído por adição de corpos, desde a inicial construção medieval até à época barroca do Paço do Campo de Touros, assim chamado por ter a fachada voltada para esse campo que passou a ser local de festas e aparato.

De época anterior foi o Largo do Paço, que pelas suas características pode ser considerado a praça portuguesa que melhor representa o Renascimento em Portugal. As suas dimensões são modestas, cerca de 37 x 40 metros, uma vez que o largo funcionava mais como átrio do Paço do que propriamente como praça urbana. É atravessado tangencialmente pela rua D. Diogo de Sousa, antiga rua do Souto que, morfológicamente corresponde a uma rua Direita tradicional.

A definição do largo foi obtida pelas seguintes

(1) - Mons. José Augusto Ferreira, op. cit., p. 417

edificações, todas promovidas por arcebispos (1):

- Casa do Auditório - D. Manuel de Sousa, 1545-1549
- Tribunal Eclesiástico - D. Manuel de Sousa, 1545-1549
- Paço da Galeria - D. Agostinho de Jesus, 1593
- Casa do Provisor - D. Rodrigo de Moura Teles, 1704-1728
- Ala central - D. Rodrigo de Moura Teles, 1709

A pontuar o espaço está colocada uma fonte, conhecida por " chafariz da galeria", obra de D. Rodrigo de Moura Teles, de 1723. A encimar a fonte está o brasão heráldico daquele arcebispo.

O breve enunciado das intervenções urbanísticas bracarenses, que abrangeu um período áureo do século XVI ao XVIII, põe em evidência o domínio eclesiástico nas obras públicas da cidade e o tom esclarecido dessas intervenções a que não será estranha uma primeira influência medieval de Santiago de Compostela e uma segunda de Roma, a partir do Renascimento. Os elementos estruturadores dos novos espaços foram sistematicamente edifícios eclesiásticos - Paço, igrejas e conventos - a que se juntaram solares, Paço Concelhio, alpendres de feira, etc, como elementos contrapontísticos a complementarem a importância dos espaços.

(1) - Veja-se Manuel Atanásio, *Largo do Paço*, (estudo para adaptação do edifício a serviços da Universidade do Minho)

Em Coimbra o processo de desenvolvimento quinhentista afirmou-se de forma diferente. Cidade com uma situação fisiográfica onde o pronunciado monte que lhe deu origem e o rio Mondego, navegável durante séculos, constituíram elementos geradores. Com D. Afonso Henriques iniciou-se a construção da ponte sobre o Mondego, no local onde oferecia melhores condições e que, não por mero acaso, estava situado junto ao sopé da colina da cidade. Assim, desde os alvares da nacionalidade, Coimbra viu-se situada numa posição privilegiada quanto às ligações territoriais. Por ela passaram expedições a Jerusalém e peregrinações a Santiago de Compostela, constituindo uma circulação de homens, produtos e ideias, que foram o fermento do desenvolvimento intelectual e espiritual. Este facto é atestado pelos monumentos românicos que a partir do centro - a Sé - se vão depois dispersar pela envolvência extramuros e constituíram polos de desenvolvimento. O mosteiro de Santa Cruz era já no século XIII um importante centro de formação cultural, com estreita ligação com a Europa, saindo dele grandes nomes da cultura portuguesa (1).

Embora apoiada no saber de que o clero era o depositário, a cidade tornou-se essencialmente universitária, contribuindo para isso as ordens religiosas que localizaram aqui os seus colégios de alojamento e de

(1) - Jaime Cortesão, *Guia de Portugal*, p. 188

estudo dos seus filiados. Foi a população estudantil que fez progredir Coimbra e lhe marcou as diferenças. Diferenças que também se evidenciaram a nível urbanístico: primeiro porque Coimbra teve uma marcada ocupação islâmica que alterou completamente a anterior estrutura romana; tal como nas outras grandes cidades do sul - Santarém, Évora, Lisboa - Coimbra portuguesa possuía um traçado urbano geomórfico, centrado na Alta da cidade.

Até 1537 a cidade manteve-se contida intramuros (1), exceptuando-se os templos e mosteiros, como o de Santa Cruz. Quando extravaza das muralhas não o faz por grandes rasgos espaciais a partir das portas da cidade, como aconteceu em Braga, mas por um tecido contínuo que lentamente foi ligando a cidade ao rio, pela encosta abaixo, à semelhança de Lisboa. Nesse ano, D. João III reinstalou os Estudos Gerais na cidade e surge então um clérigo que, em certa medida, foi o equivalente para Coimbra a D. Diogo de Sousa para Braga.

Natural de Braga, da família nobre dos Barros, primo do ilustre historiador João de Barros, foi primeiro moço cortesão, depois soldado em África, até que em 1516, com trinta e dois anos, professou entre os Jerónimos. O temperamento activo e empreendedor não consentiu a Frei Brás de Braga a submissão ao guetismo claustral; solicitou então autorização para estudar no estrangeiro, cursando Humanidades em Paris e doutorando-se teólogo em Lovaina.

(1) - Cf. Pedro Dias, *Coimbra, arte e história*, p. 14

Regressado a Portugal, Frei Brás de Braga foi nomeado por D. João III reformador da ordem, entrando no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1527 e aí transformando o sistema de vida dos cónegos, renovando e engrandecendo o mosteiro (1). Não se ficando por aí, Frei Brás estendeu a sua acção ao melhoramento e à expansão da cidade, fazendo ou beneficiando caminhos, adução e distribuição de água, etc. Destas obras destacam-se a construção da rua de Santa Sofia, vulgo, da Sofia, "*que é a mais nobre cousa da cidade, e para o fazimento dela deu toda a terra em que ora está (...)*" (2).

Fez ainda a Praça de Sansão, inicialmente designada por Terreiro, localizada frente à igreja de Santa Cruz, "*para o que derrubou muitas casas mas, isto à sua custa*" (3). A praça, depois da abertura da Rua da Sofia, tornou-se "*lugar público onde concorriam todos os estudantes da Universidade e todos os cidadãos a tratar dos seus negócios*" (4), indicando que um centro alternativo estava formado.

Operando por soluções urbanísticas diferentes, o urbanismo quinhentista de Braga e de Coimbra têm um ponto

(1) - Vergílio Correia, *Obras*, vol. I, p. 309

(2) - Manuscrito 175 do cartório de Santa Cruz, existente na Biblioteca Municipal do Porto; citado por Vergílio Correia, *op. cit.*, p. 309

(3) - *Ibidem*

(4) - Frei Hierónimo Roman; citado por Vergílio Correia, *op. cit.*, p. 275

em comum: ambos são promovidos por elementos do clero, viajados e cultos, que trouxeram para Portugal um dinamismo e um saber da época, transportando-o para as obras nas respectivas cidades. O poder municipal tem nelas um papel modesto, submetendo-se completamente às decisões do clero.

Caso análogo encontramos no Porto; mas aqui as decisões dependeram tanto da influência régia como do clero; primeiro com D. João I, promotor da Rua Nova ou Formosa, começada em 1395; depois com D. Manuel, que manda abrir a Rua das Flores, entre 1521-1525. Ambas as intervenções urbanísticas visavam uma maior funcionalidade ou uma reorganização de zonas, não a construção de um qualquer espaço público valorizador da cidade.

Apesar do período de afirmado desenvolvimento urbanístico porque passou o Porto na segunda metade do século XVII, não foi possível a construção de uma praça programada, tal como na altura acontecia em algumas cidades espanholas. Em 1687, por iniciativa do bispo D. João de Sousa, foi elaborado um primeiro plano de praça, situada no centro da cidade antiga, junto ao rio da Vila. Tratava-se de um espaço rectangular fechado, com cerca de 100 metros no lado maior e quatro entradas monumentais através de arcos; o pavimento era solucionado por engenhosos desníveis. As recusas de cedência dos proprietários de alguns terrenos necessários à concretização das obras,

inviabilizaram o projecto (1).

Posteriormente, por contrato entre a municipalidade do Porto e o Cabido da Catedral, proprietário do "Campo das Hortas", que se estendia a partir do exterior das muralhas, entre a Porta do Olival e a Porta dos Carros, para norte, é acordada a construção de uma praça pública (2). Depois de arrastadas negociações, conjugaram-se as condições para a construção do que poderia ter sido uma praça de forma quadrada, com cento e vinte metros de lado, envolvida por arcaria e quatro entradas, através de pórticos, a meio de cada lado. Dificuldades políticas fizeram lograr este segundo projecto, promovido pelo bispo D. Tomás de Almeida.

Entre o período de 1718-1740 tomou o cabido da Sé a iniciativa de um terceiro projecto, destinado ao Campo das Hortas, como para o segundo. De mais modestas dimensões para que fosse viável e melhor adaptado à topografia do terreno, *" tinha a vantagem de levar a uma recuperação financeira mais imediata, dado que a área construída seria superior e, por conseguinte, permitia aumentar os rendimentos"* (3). Este dado situa o empreendimento mais no plano económico do que noutro qualquer, diferindo aí do conjunto de intenções que, por essa época, levava à construção das

(1) - Cf. Manuel Luis e Rui Tavares, "Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto", in rev. *Povos e culturas*, Nº 2, p. 402

(2) - Marie-Thérèse Mandroux França, "Quatre phases de l'urbanisation de Porto...", in *Colóquio-Artes*, Nº 8, pp. 35-38

(3) - Manuel Luis e Rui Tavares, op. cit., p. 403

plazas mayores espanholas, por decisão régia. Estas, para além de mercado, como a maior parte das praças eram, sobretudo, o centro da actividade cívica e social, locais de procissões, autos de fé, de corridas de touros, etc. Em muitas cidades a *plaza mayor* é o lugar do *paseo* ao fim do dia, o lugar onde todos se encontram (1). A *plaza mayor* é consequência mais da necessidade de um centro urbano, como local de todos os acontecimentos colectivos, foro da cidade, do que espaço urbano arquitectónico feito à margem dessas motivações e, para mais, situado espacialmente numa periferia, em situação de rossio, como foi o Campo das Hortas do Porto. É certo que o rossio de Lisboa quase tinha essas características de marginalidade. Mas tinha a seu favor ter sido, desde havia muito, um espaço público de mercado, de acesso fácil, protegido pela última cintura de muralhas, e constituir um espaço amplo contrastante com o meândrico tecido urbano da cidade muçulmana.

O local desta terceira praça do Porto fez-se do nada, de um campo, de propriedade privada. Por isso a sua formação teve que ser muito mais à custa de interesses económicos do que de interesses sociais.

Este terceiro empreendimento referido, mais realista perante as condições locais, vingou e deu mais tarde origem à Praça D. Pedro IV (hoje Praça da Liberdade), tornada centro urbano no século XIX. Nela se instalou a

(1) - Veja-se Robert Ricard, "La Plaza Mayor en Espagne et en Amérique espagnole", in *Annales*, Nº 4, pp. 433-438

Câmara Municipal e se construíram edifícios de cariz aristocrático. Espaço de forma trapezoidal, adjacente ao eixo viário, formado pela Calçada dos Clérigos e Rua de Santo António, perdeu completamente as características das propostas iniciais - uma grande praça "*capaz de concorrer em dimensões com a Plaza Mayor de Madrid e em qualidade arquitectónica com a Place des Vosges de Paris*" (1); ambições vãs, que se ficaram por um espaço aberto, compatível com a estrutura viária existente, ao invés portanto, do que seria a praça maior. Também a arquitectura envolvente individualiza os edifícios, não sendo conseguida a desejável unidade, adequada à monumentalidade sonhada.

Este processo urbanístico, que passou por negociações várias entre a edilidade e os membros do clero, não se furtou ao espírito empreendedor dos últimos, mais uma vez a afirmarem-se como a classe mais esclarecida (2), ainda que fossem questões que muito deveriam dizer respeito aos engenheiros e arquitectos, deixados no anonimato. Factos que mostram também o fraco poder intervencionista do município ou de qualquer outro órgão administrativo, não clerical ou régio.

2.5 - DOS MUNICÍPIOS

Os municípios desde sempre lutaram com uma endémica falta de recursos. Sobre isto parece-nos exemplar

(1) - Cf. Helder Marques e outros, *Porto percurso nos espaços e memórias*, p. 13

(2) - "O apogeu da nobreza eclesiástica portuense fez com que esta pretendesse ostentar a sua capacidade construtiva, mediante a encomenda de obras grandiosas" - Manuel Luís e Reis Tavares, op. cit., p. 403

o caso de Évora: em 1375, possivelmente por ruína de anteriores instalações, o município eborense esteve provisoriamente instalado num imóvel pertencente à igreja, onde existia uma sala chamada "casa da fala", por servir às reuniões. Ainda em 1457, ou anos seguintes, os vereadores propunham impor ao foro uma finta para com o seu produto construírem os Paços (1). Isto não ocorreu. Foi então que entrou em cena o fidalgo João Mendes Cicioso, figura destacada da cidade, também ele vereador, que num rasgo de benemerência ofereceu-se para construir à sua custa o "Palácio do Senado" (2), como veio a acontecer.

D. Manuel I, por alvará de 22 de Outubro de 1499, passado em Évora ordenou "*que João Mendes Cicioso possa ter e tenha as suas armas na Câmara desta cidade, que nela mandou pôr quando a casa da dita Câmara fez, sendo vereador dela...*" (3).

Por aqui se vê como andavam as finanças do reino... Posteriormente foram mandados fazer melhoramentos ao paço construído pelo vereador Cicioso: em 1481 por D. Afonso V e em 1500 por D. Manuel I, talvez por não gostarem que apenas as armas do fidalgo eborense lembrassem a obra...

(1) - Manuel Carvalho Moniz, *A Praça do Giraldo*, p. 55

(2) - Op. cit., p. 56

(3) - Pe. Francisco da Fonseca, *Évora gloriosa*, p. 66 V.

A partir do séc XVI é geralmente citada a modernização da vida civil que então se operou nas cidades e acentuou a necessidade de criação de um conjunto de serviços imprescindíveis, tais como a assistência médica, ensino, saneamento, abastecimento e distribuição de água, etc. Isto reflecte-se necessariamente, numa administração de efectivos mais numerosos. Inúmeras Casas da Câmara, cadeias, açouges, mercados, são construídos e vêm imprimir um carácter novo à praça pública, onde geralmente são implantados. São edifícios de cuidada factura, a imporem-se no espaço envolvente, de que nos restam algumas belas obras, como as Casas da Câmara de Viana do Castelo, Guimarães, Guarda, Castelo Branco, Castelo Novo, S. Vicente da Beira, Castelo de Vide, Monsaraz, etc. São edifícios de dois pisos, com arcaria gótica na rés-do-chão e varandas de sacada no primeiro andar (Viana do Castelo, Guimarães e Guarda), ou também de dois pisos, mas com escadaria exterior de acesso a uma varanda, que pode ser a toda a largura da fachada (Castelo Novo, S. Vicente da Beira, Castelo Branco). Mais para o sul as paredes de tijolo rebocado substituem as alvernarias de pedra aparelhada (Castelo de Vide, Monsaraz). A par da função utilitária cumprida pelas Casas da Câmara é patente em todos esses edifícios uma preocupação estética, dignificante do edifício e do espaço onde surgem inseridos. Note-se que até às reformas administrativas do século XIX, os poderes de gerir e julgar

coexistiam (1) e, por isso, Tribunal e Paços do Concelho eram frequentemente apenas um edifício. Daí a sua importância urbana.

O progresso urbanístico levou a uma participação mais alargada de todas as classes e a uma maior especialização da administração municipal, o que começou por acontecer com as reformas do Mestre de Aviz, nos fins do século XIV, e depois com o *Regimento dos oficiais das cidades e vilas destes reinos*, de D. Manuel I, em 1504. A organização modelar da cidade de Lisboa projectou-se em todas as cidades do reino, incluindo as do ultramar (2), instituindo-se outros padrões de organização da vida e, conseqüentemente, do espaço urbano. O progresso era já grande, se pensarmos que no Porto, ainda no século XIV, a Câmara estava instalada numa casa de madeira, encostada à catedral (3), o que por si só é eloquente da sua reduzida afirmação.

À associação Casa da Câmara - Praça, junta-se o pelourinho: Vilhena Barbosa referindo-se a Alter-do-Chão diz a dada altura: "*a sua praça nobre é aquela em que os Paços do Concelho, e o pelourinho, orlado de casas de mui*

(1) - "O administrador e o juiz estavam confundidos numa mesma pessoa e o tribunal nem sempre se distinguia dos órgãos de gerência" - Franz Laughans, "Organização administrativa local", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol IV, p. 453

(2) - Op. cit., p. 455

(3) - Manuel Luís Real, "Como nasceu a Câmara Municipal do Porto", in *Porto de encontro*, 1, pp. 44-48

soffrivel apparência..." (1). O pelourinho foi até ao século XIX um dos elementos simbólicos mais importantes das povoações, prestigiando a sua administração e o espaço em que existiam. Era normalmente colocado em frente da Casa da Câmara ou próximo dela; mas podia também erguer-se diante do Palácio do Donatário do lugar ou diante da Sé ou mosteiro, marcando dessa forma quem tinha a jurisdição privilegiada.

A utilização do simbólico pelourinho estendeu-se não só a todo o território português continental, mas também às ilhas e colónias. A colocação do primeiro pelourinho fora do continente teria sido, tanto quanto sabemos, o do Funchal, por ordem de D. Manuel, ainda Duque de Viseu e senhor das ilhas do arquipélago da Madeira, que o mandou fazer em 1468: "*praça, Câmara, Paço dos Tabelliães, & picota no seu campo*" - era o determinado pelo futuro monarca na ordem de obras (2). Depois de passado às ilhas, foram os pelourinhos levados para a Índia, Brasil e África, exercendo funções idênticas.

As origens dos pelourinhos são controversas, admitindo-se que surgiram em Itália e que a partir daí se disseminaram pela Europa. Na França, onde os Paços do Concelho começaram a ser construídos entre os séculos XII e XIII, "*o pelourinho é igualmente situado num lugar central,*

(1) - Inácio Vilhena Barbosa, *Cidades e vilas da monarquia portuguesa*, vol I, p. 29

(2) - Gaspar Frutuoso, *As saudades da terra*, col. II, p. 485, onde cita a carta registada a fl. 25 do Tomo I do Arquivo da Câmara do Funchal. Note-se que na época medieval o privilégio municipal mais importante e mais desejado era o da administração da justiça local, de forma autónoma.

por exemplo em Poitiers, no mercado novo, fundado no fim do século XII" (1). E em Paris o principal pelourinho estava situado na praça do mercado.

Existem referências a pelourinhos em códices franceses e ingleses dos séculos XII e XIII. Para Portugal não existem documentos com a referência à sua introdução (2).

Desconhecemos a existência actual de pelourinhos tanto em Itália como em França. Em Espanha subsistem alguns elementos, mas raros. Por exemplo, num conjunto de cerca de seicentas praças espanholas de diferentes localidades, encontramos apenas dois "rollos" (pelourinhos): um em Villalón de Campos (Valladolid) e outro em Muñotello (Ávila). Por tal, podemos afirmar que existe em Portugal a mais completa colecção de pelourinhos representativos da jurisdição Municipal, incluindo belos exemplares do fim da Idade Média.

As referências históricas portuguesas mais antigas, onde aparecem nomeados os pelourinhos são do século XIII, em "*Os costumes de Beja*", e noutros como os de Borba, Santarém, etc. (3). Para o século XIV já existem referências mais concretas, inclusivé quanto à localização,

(1) - George Duby, *Histoire de la France Urbaine*, vol. II, p. 228

(2) - Cf. Enciclopédia Luso-Brasileira, artigo "Pelourinho"

(3) - Veja-se Luís Chaves, *Os pelourinhos*, p. 52

como por exemplo na documentação medieval de Lisboa, Santarém, Guarda e também em Viseu, onde em posturas de 1304 da Câmara e Cabido da Sé de Viseu aparece a referência: "*todo o carniceiro que tiver falso pago, que peyte sescenta soldo e ponhão-no na picota*" (1). Por serem locais de Justiciamento, os pelourinhos eram vistos pelo povo como elementos de ignomínia, onde a justiça nem sempre era correctamente aplicada; as ideias liberais do século XIX e nomeadamente a reforma judicial de então levaram a que mesmo as Câmaras Municipais decidissem da destruição dos seus pelourinhos; mais tarde recuperados como peças do património artístico e cultural, muitos foram reerguidos em locais que já não tem nada a ver com a sua implantação original, ou seja na praça onde estava a Casa da Câmara.

2.6 - A PRAÇA PÚBLICA NO URBANISMO COLONIAL

Na sequência da alusão ao uso dos pelourinhos nas povoações coloniais, parece-nos oportuno questionar o que foi esse urbanismo e que papel representou nele a praça pública.

Com um Portugal "regressado" à Europa, pelo fim

(1) - Picota é a designação mais antiga do pelourinho. Veja-se Luís Chaves, op. cit.. Para o estudo das tipologias existentes em Portugal poderá consultar-se este mesmo autor em *Os pelourinhos portugueses*, Lisboa, Apolino, 1930.

inevitável do império colonial, poder-se-ia alegar que o espaço colonial é uma questão do passado que já pouco nos interessa.

Por várias razões a questão não pode ser posta nesses moldes:

- Primeiro - a dimensão da obra colonial é de tal forma vasta que torna inviável pô-la de parte.

- Segundo - porque é uma forma de observar como o homem português actuou quando se viu confrontado com a necessidade de fundar cidades novas nas diversas situações geográficas que se lhe depararam, uma vez que em Portugal continental não chegou a apurar-se a técnica urbanística das "vilas novas", face às restritas experiências levadas a cabo.

- Terceiro - porque o contraste estabelecido com outras formas levadas a cabo por outros povos colonizadores, fazem ressaltar a possível idiosincrasia dos portugueses.

- Quarto - e última razão justificativa da abordagem do urbanismo colonial, reside no facto de coincidir temporalmente com o progresso urbano dos séculos XV e XVI comum a toda a Europa, constituindo por isso fenómenos sincrónicos, onde as diferentes actuações não resultaram, pelo menos entre nós, de sucessivas experiências em que umas tenham conduzido às outras. Ou seja, as diferentes actuações foram o resultado, muito possivelmente, de uma matriz cultural que se impôs nas situações mais diversas e que tem particularizado as produções portuguesas ao nível

da arte, da arquitectura e do urbanismo. Mas, de facto, "o que os portugueses tinham em mente só pode ser avaliável através do que construíram em ultramar" (1).

Da vastíssima obra urbanística realizada pelos portugueses nas diversas partes do mundo por onde andaram, fica-nos como o território mais vasto e de actuação mais continuada, o Brasil, exceptuando-se os territórios de África, onde muitas das cidades se desenvolveram já em função dos modelos da era industrial. É ainda o Brasil que tem sido objecto de inúmeros estudos, onde são postos em confronto as realizações urbanísticas dos portugueses e dos espanhóis na América do Sul.

O território brasileiro adquiriu uma identificação particular com a metrópole: aí residiu a corte e para aí foram muitos dos homens que formavam a elite técnica e artística da época. De tal forma que, no dizer de Bury, "o estudo da arte e da arquitectura do Brasil colónia não pode ser visto de forma significativa isoladamente da metrópole portuguesa. Essa relação era tão estreita que, do ponto de vista da história da arte, o Brasil de antes da independência (1822) deve ser considerado como parte de Portugal, tanto quanto, por exemplo, o Minho" (2)

Sem pretendermos entrar pelo estudo do urbanismo

(1) - Paulo F. Santos, "Formação de cidades no Brasil colonial", Coimbra, V Colóquio internacional de estudos Luso-Brasileiros, p. 27

(2) - John Bury, *Arquitectura e Arte no Brasil colonial*, p. 189

colonial, tema deveras aliciante mas demasiado extenso para as nossas intenções programáticas, vamos procurar pôr em evidência os aspectos mais determinantes para a sua caracterização e, desde logo, estabelecer as relações com as praças públicas construídas.

A - LOCALIZAÇÃO E SÍTIO

De início todas as localizações daquilo que hoje poderíamos designar por "bases operacionais" foram localizadas no litoral, quer de ilhas ou de continentes. Os novos terrenos da coroa tinham no porto o extremo do cordão umbilical que as unia à terra mãe, e daí a inquestionável importância das condições naturais da costa.

Uma análise das plantas geográficas correspondentes aos assentamentos urbanos coloniais mostra-nos uma flagrante preferência pelas angras, recôncavos, baías, foz e estuários de rios, ou seja, em locais favoráveis a portos de abrigo, remanso das perigosas viagens. A situação de recorte da costa conjugou-se quase sempre com topografias de encosta, onde se diferenciam zonas de baixa ou de praia e zonas de alta, com morros e cabeços a dominarem a costa. São evidentes as condições adequadas à localização de fortes ou perímetros defensivos que assegurem a permanência do povoado.

Desde cedo Portugal entrou em competição pela posse de novos territórios e fazia-o, desde logo, com países de vastos recursos humanos e materiais, como eram os do

Oriente, ou o seu próprio vizinho Ibérico. Os sítios eleitos corresponderam a situações que nos eram familiares no continente - climas diferentes mas condições morfológicas semelhantes. Para as ilhas adjacentes, a primeira colonização de facto vai encontrar condições idênticas às das cidades do norte de Portugal, donde provinham muitos dos colonos (1).

A esta convergência podem vários autores atribuir diferentes razões: para uns, resulta de um mimetismo puro e simples das terras de origem, parecendo querer significar com essa posição que os portugueses foram incapazes de fazerem de maneira diferente (2). Outros autores inclinam-se a atribuir às questões culturais as opções feitas, como por exemplo a tradição herdada dos gregos das cidades organizadas em dois níveis - a acrópole e a cidade Baixa (3).

Quer seja por razões miméticas, idiossincráticas ou simples razões funcionais, como seja a resposta pura e simples aos instintos de sobrevivência, em meios adversos, o que é um facto inquestionável é que esses lugares condicionaram desde logo o tipo de cidade a desenvolver.

(1) - Cf. Luis Silveira, *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*, vol. I, p. 10

(2) - é a posição de Robert C. Smith quando afirma: "os portugueses estabeleceram no Brasil, quase intacto, o mundo que haviam criado na Europa", in *As artes na Bahia, I parte, Arquitectura colonial*; citado por Mário Chicó em "A cidade ideal do renascimento", Lisboa, rev. da Junta de Missões Geográficas e Investigação do Ultramar, p. 326. Veja-se também Luis Silveira, op. cit., p. 10

(3) - Cf. Paulo F. Santos, "Formação de cidades no Brasil colonial", *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, p. 68

B - ESTRUTURA URBANA

As actuações urbanísticas coloniais não podem ser reduzidas a definições generalistas. Por exemplo, se Mário Chicó pôs em evidência, em 1956, o confronto entre cidades coloniais do Oriente, "...construídas de um jacto...", onde é abandonada a tradição da planta irregular e aceita os princípios das cidades ideais renascentistas, em 1991, José Manuel Fernandes não concorda com a perspectiva de Chicó quando evidencia o geometrismo da cidade do Oriente e da cidade brasileira também, ou o contrário. Em ambas as situações existem casos diversos, como por exemplo para o Brasil, São Luis do Maranhão e de Belém do Pará, de nítida geometria e não muito posteriores a Baçaim e a Damão (1). Se acrescentar-mos que as cidades orientais de padrão geométrico são em número reduzido, comparadas com aquelas que o não são, torna-se *"aconselhável um entendimento da cidade Indo-Portuguesa dentro de uma muito maior diversidade de padrões, tipos e variantes"* (2).

É claro que se torna impensável encontrar uma realidade evidente - a frequente não sujeição a traçados urbanos de geometria rigorosa, pré-determinada, como o fizeram os espanhóis em inúmeras cidades que fundaram. Mas

(1) - José Manuel Fernandes, "A arquitectura", in *Sínteses da cultura portuguesa*, Lisboa, p. 108

(2) *Ibidem*

importa também constatar que a escolha das localizações e dos sítios começaram por ser diferentes: os espanhóis deram preferência aos terrenos planos, com melhor aptidão à implantação do modelo geométrico a que tinham que obedecer, enquanto que nós elegemos os locais de mais fácil defesa e abrigo, como o foram todas aquelas povoações mais antigas, desde as Ilhas à Costa de África e ao Oriente e depois Brasil, onde a fortaleza em local elevado foi quase uma constante; Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, São Paulo, são exemplos disso. Porém isto não obsta a que seja dito: "*O caso das cidades construídas em locais elevados não foi, entretanto, o mais comum; na maior parte das vezes, os núcleos urbanos desenvolveram-se na planície, nas praias, próximo a bons portos e nas barras de rios que permitissem a ligação fácil com o interior*" (1), numa segunda fase de povoamento.

Parece importar mais aos portugueses irem ao encontro de locais convenientes aos interesses fundamentais do que à imposição de um qualquer modelo pré-determinado. Veja-se as principais directivas contidas na carta régia de 1548, dirigida a Thomé de Sousa, para a fundação da cidade da Baía (2), onde apenas são expressas questões fundamen-

(1)- A.A.V.V., *Arte no Brasil*, p. 34

(2). - "...ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações (...) fazer outra cêrca junto dela (...) e mando que como tiverdes pacífica a terra vejais com pessoas que o bem entendam o lugar que será mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte e que se possa bem defender e que tenha disposição e qualidade para aí por o tempo em diante se ir erguendo uma povoação grande e tal qual convém (...) e deve de ser em sítio sadio e de bons ares e que tenha abastança de águas e porto em que possam amarrar os navios (...) que se faça uma fortaleza de grandeza e feição que a requerer o lugar em que a fizerdes, cónformando-vos com as traças e amostras que levais praticando com os oficiais que para isso lá mando e com quaisquer outras pessoas que o bem entendam (...) - Cf. Paulo F. Santos, op. cit., p. 39

tais como a construção duma "fortaleza e povoação grande e forte", em "sítio sadio e de bons ares" e que além do mais "tenha abastança de água" e, por último, "porto em que possam amarrar navios".

As prescrições que lhe seguem são já complementares. Nada é imposto quanto ao traçado urbano; apenas "traços e amostras" enviados serviriam de sugestão.

Não obstante, a cidade alta de Salvador da Bahia recebeu uma planta quase regular, na medida em que a topografia local o permitia. O núcleo da cidade era uma típica praça central rectangular, o Terreiro de Jesus, com a proporção aproximada de 2:1 (1). A cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1567, também recebeu um plano reticulado, com ruas aproximadamente paralelas e perpendiculares à linha de costa definida pelo cais. As pré-existências teriam condicionado os desvios da quadrícula, como a planta sugere (2).

A América espanhola é sistematicamente citada pelas suas plantas urbanas em quadrícula com a praça central, porém, como adverte Bury, há uma similitude entre os dois impérios quando se observa os contrastes existentes entre as cidades capitais ou centros administrativos e as

(1) - Veja-se John Bury, op. cit., p. 162

(2) - Para a observação cartográfica veja-se Luis da Silveira, op. cit., p. 550 e 579, referentes à Baía e Rio de Janeiro, respectivamente

idades do interior, de mineração, por exemplo, em que as plantas são bastante mais espontâneas. É o que se observa em Guanajuato, Taxco e Zacatecas, no México; ou em Huanavelica e Potisi, no Perú, e que são idênticas a Minas Gerais, Ouro Preto ou Sabará, no Brasil. Aí, se os portugueses mantiveram uma actuação semelhante a obras anteriores, os espanhóis "esqueceram-se" da *Lei das Índias*, sugerindo que outros interesses se impuseram.

À medida que transcorre o século XVI e se impõe a Restauração em Portugal, ocorre um considerável aumento dos engenheiros militares, e são estes que em grande parte serão os protagonistas das obras realizadas nas colónias, incluindo as urbanísticas (1). Na própria colónia brasileira é instituída uma escola de engenharia. Como consequência disto e também pela difusão dos tratados clássicos de arquitectura e de urbanismo, impôs-se gradualmente um "planeamento" urbano mais pormenorizado. As praças, que sempre tinham surgido de maneira "espontânea", como forma de organizar os centros, onde surgiam a Casa da Câmara, a igreja ou convento e o espaço livre para as aglomerações da população, irão requerer uma progressiva atenção.

A Carta-Régia da 20 de Outubro de 1736, que manda fundar Icó, já pormenoriza: "*...que se iriga hua nova villa no Icó junto aonde se acha a igreja matriz elegendo se para ella o sitio que parecer mais saudavel e com provi-*

(1) - Em 1650 foram cinco engenheiros para o Brasil, enquanto que em 1725 o número subiu para vinte e cinco, conforma indica Sousa Viterbo, citado por Nestor Reis Filho em *Evolução urbana do Brasil*, p. 75

mento de Agoa, demarcandose-lhe logo Lugar da Praça no meio da qual se levante Pelourinho e em primeiro Lugar se delineiem e demarquem as ruas em linha recta com bastante largura..." (1). A Carta continua dando mais pormenores, não esquecendo de chamar a atenção para a demarcação do sítio em que "se hajão de formar a Casa da Câmara e das Audiências e a Cadea...".

Os Autos de criação da Vila de Aracati descrevem com pormenor a implantação no terreno de uma praça rectangular de cerca de 106 metros por 192 metros, curiosamente de medidas aproximadas à praça do Rossio, de Lisboa (2). Mais adiante é indicado: "A 24 de Fevereiro levantou-se o Pelourinho, de tijolo barro e cal, tendo em cima no remate coatro brassos de ferro com suas argolas na ponta vindo a ter desde o pedestal athe o remate vinte palmos, e a 26 foi demarcado o lugar para casa da Camara e cadea" (3).

Ainda mais completo é o "Registo dos Autos de erecção da Real Villa de Montemor-o-Novo da América, na Capitania do Ceará Grande", de 31 de Março de 1764. Aí se descreve a demarcação do perímetro da povoação, a definição rigorosa da praça rectangular, de 82 por 146 metros, a distribuição dos lotes por toda a praça e seus respectivos

(1) - Cf. Paulo F. Santos, *op. cit.*, pp. 42-43

(2) - O Auto transcrito por Paulo F. Santos, p. 45, descreve as operações de demarcação do terreno por intermédio da "agulha de marcar", que muito possivelmente seria uma prancheta topográfica como aparece referida noutros Autos, operada por engenheiros

(3) - Rev. do Instituto do Ceará, Tomo IX, pp. 395-397, citado por Paulo F. Santos, *op. cit.*, pp. 44-45

destinos; que se torna então o verdadeiro elemento gerador da nova povoação, ainda que já existissem três "moradas" fora dela (1).

Tanto esta demarcação de Montemor-o-Novo como da Vila de Icó, atrás referida, inscrevem para as novas povoações, praças rectangulares orientadas a 45 graus em relação ao norte. As informações disponíveis não possibilitam averiguar se se tratou de coincidência por imposição dos sítios ou se, pelo contrário, houve uma intenção propositada, no sentido da obtenção de uma mais equilibrada insolação, por exemplo.

Mas as casas da Câmara a meio de um lado e a igreja a meio do outro lado perpendicular, e de frente para a rua principal de acesso à praça, são indicadores de uma organização espacial pré-determinada. A influência renascentista e talvez já barroca (a igreja centrada e voltada para a rua principal...) surge patenteada na geometrização de todo o espaço da praça. No entanto continuam a não existir planos previamente elaborados. No documento que eleva oito povoações a vilas e a vila de Mõcha a cidade de Oeiras, encontra-se: "*...determineis o lugar mais próprio para servir de praça a cada uma das ditas vilas, fazendo levantar no meio delas o pelourinho, assinando área para se edificar uma igreja...áreas competentes para as casas das recreações e audiências, cadeias, e mais oficinas*

(1) - Veja-se a transcrição do documento por Paulo F. Santos, op. cit., pp. 47-48. Vejam-se ainda as seguintes Cartas Régias: de 11 de Fevereiro de 1736, para a fundação da Vila Boa de Goiás; de 5 de Agosto de 1746, para a fundação da Vila Bela da Santíssima Trindade e outras transcritas por José Eduardo Horta Correia em *Vila Real de Santo António* (tese de doutoramento), pp. 278-280

públicas... casas e quintais... sejam fabricadas sempre na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte inferior as faça cada um conforme lhes parecer..." (1).

Além da regularidade e da simetria é evidente também uma preocupação de beleza do conjunto dada pela regularidade das fachadas. E aqui sim, acreditamos que haja uma influência de Buenos Aires, de Santiago do Chile ou de outras importantes cidades hispânicas que herdaram o gosto espanhol pela monumentalidade obtida através da submissão da arquitectura aos planos de conjunto. Os portugueses parecem-nos adversos a isso. Pode ser exemplo disto a raridade de arcadas nas praças portuguesas, ou a falta de planos de conjuntos que tenham sido realizados (2).

Pelo que temos vindo a expor, podemos apontar para dois grandes períodos do urbanismo colonial no Brasil, que igualmente aconteceram nas outras colónias, mas com desfasamentos temporais:

Primeiro período - Corresponde à fixação e consolidação da soberania pela construção de fortalezas e localização das povoações em sítios altos e protegidos, onde os traçados se

(1) - Paulo F. Santos, op. cit., pp. 48-49

(2) - Para Maria João Madeira Rodrigues, "... o ideal renascentista aparecerá na cidade colonial portuguesa sob a forma de uma adaptação, existindo como valor mas combinando-se com pré-existências medievais e necessidades funcionais, numa obra de síntese (...)" completando em seguida: "Daí decorre que a construção da cidade, no caso presente, corresponde a uma atitude mental de substrato erudito mas que se revela por exigências programáticas relacionadas com empirismos, o que confere às soluções adoptadas, polivalências que substituem o princípio de urbanidade num sistema aberto, que permite a inclusão de elementos estruturais autóctones" - em "Olinda e Recife, uma situação de bipolaridade no urbanismo colonial português", pp. 71-72. Esta caracterização parece-nos perfeitamente aplicável a muitas outras situações das cidades coloniais.

povoações em sítios altos e protegidos, onde os traçados se adaptam às condições naturais do lugar. Já neste período, como nos diz Reis Filho, "*as praças constituíam os pontos de atenção e de focalização urbanística e a própria arquitectura de maior apuro concentrava-se nelas.*" (1).

Segundo período - Surgiu depois de 1720 com a fundação das vilas e cidades novas. Uma maior regularidade dos traçados aliada à procura de lugares mais aptos à construção, com acessibilidade facilitada. As praças adquirem uma atenção privilegiada, sendo a unidade espacial a partir da qual se desenvolveu a povoação, conforme vimos pelas Cartas Régias.

Porém, neste período em que muitas das obras já são protagonizadas pelos engenheiros militares, os traçados urbanísticos nunca se subordinam numa forma generalizada a quadrículas perfeitas. Assim, também as praças continuam apresentando diferentes soluções espaciais. Como refere Horta Correia, "*muitas vezes coexistem quarteirões rectangulares com quarteirões quadrangulares. Em muitos casos a praça central, além das oito ruas que normalmente dela partem (duas de cada canto), é servida por uma outra que cortando um dos seus lados, desemboca em frente da Igreja Matriz*" (2). Continuou a existir uma flexibilidade que permitia, por exemplo, que a igreja surgisse isolada, sem

(1)-Nestor Reis Filho, op. cit., p. 130

(2) - José Horta Correia, op. cit., 2ª vol., p. 258

casas a par, ou que se formasse o alinhamento de duas praças sucessivas - uma maior para a igreja e outra menor para o pelourinho, ou até de três praças - uma grande central e duas laterais mais pequenas (1).

Santos, ao concluir a sua importante análise do urbanismo colonial brasileiro, tem este entusiástico rasgo: "*a sedução que as cidades de plano informal despertam no homem moderno (...) resulta da genuinidade dessas cidades como expressão sincera de vida, e da sua autenticidade como interpretação de um sistema de conceitos urbanísticos cujas raízes recuam até os obscuros tempos da Idade Média peninsular - muçulmana e cristã*" (2). A ser assim, e entroncando a cultura portuguesa na raiz comum peninsular, então só vemos um elemento capaz de levar à diferenciação do urbanismo colonial português - o homem que o produziu, com o seu temperamento e psicologia própria.

Os espanhóis levaram a cabo uma acção de reconquista e colonização da Península que de algum modo os preparou para a acção colonizadora do além-mar. Aqui implantaram numerosas cidades novas a partir do século XII (3), para que como nos diz Péres Rodriguez, esses assentamentos visassem atrair colonizadores, em troca de

(1) - Ibidem. Note-se que a planta da Salvador incluída no "Livro que dá razão do Estado do Brasil", de 1812 (um exemplar existente na Biblioteca do Porto) já inclui três praças igualmente irregulares, na menor das quais se inscrevia a igreja da Ajuda.

(2) - Paulo F. Santos, op. cit., pp. 68-69

(3) - Cf. L. Torres Balbas, *Resumen histórico del urbanismo en España*, p. 70

benefícios jurídicos, comerciais ou de certa independência política; o traçado geometrizado dessas povoações não lhes dá, só por isso, as características de cidades do Renascimento; "são povoações regulares com uma sobrevivência de tradições medievais" (1). Interessantes casos de urbanismo medieval que enlaçam nos traçados das "bastides" francesas, por sua vez herdeiras do racionalismo grego e romano.

Nas "bastides" a praça pública inscreve-se de acordo com duas grandes tipologias: com acessos pelos cantos, deixando o tabuleiro central livre, ou com acessos pelas mediatrizes dos lados, conservando os cantos fechados. Este último é o modelo mais tardio e que melhor corresponde às intenções de novas visões espaciais perspecticas; a primeira solução cria a sensação de espaço fechado, mais de acordo com a típica praça medieval das cidades tradicionais. Ambos os tipos referidos eram envolvidos por edifícios porticados, característica que se impõe com muita força em Espanha.

Adianta-nos Péres Rodrigues que as cidades espanholas não se submeteram estritamente ao modelo de "bastide"; apenas é constante a sua geometria de ruas "traçadas a cordel". Valdepeñas possui a praça descentrada, onde se localizam a igreja frente a frente com a casa del consejo e lojas diversas que completam o seu

(1) - Virginia Péres Rodrigues, "Primer urbanismo colonial de trazado regular en la provincia de Jaens y su influencia en el urbanismo hispano-americano", p. 25

perímetro (1). Este e outros exemplos demonstram ter existido uma prática de fundação de povoações que, eventualmente, veio a reflectir-se nas cidades novas hispano-americanas. Porém, até à presente data não se conhecem provas documentais da permanência de um fio condutor irrefutável que tenha levado às cidades do Novo Mundo.

De concreto, é possível verificar que as cidades hispano-americanas dum maneira geral, estão em locais de relevos pouco acentuados, e que esse facto facilitou a imposição de traçados geométricos sem problemas de maior.

A partir de 1573, pelas chamadas "Leis da India", de Filipe II, o modelo a seguir para o traçado de novas povoações, foi aí formalizado, dando a uniforme morfologia que veio a verificar-se.

As "Leis" prescrevem que o traçado das novas cidades comece pela praça maior, donde devem partir as ruas que se encaminham para as portas ou caminhos principais, especificando os quesitos a que essa praça deve obedecer (2).

Autores há que atribuem diversas motivações às

(1) - Virginia Pérez Rodrigues, op. cit., p. 30

(2) - "...La plaza central debe estar en el centro de la ciudad y debe tener una forma oblonga, con una longitud que equivalga, al menos una vez y media a su anchura, porque esta proporción es la más indicada para las fiestas en las que se usan caballos y para celebrar otros actos (...) La amplitud de la plaza debe ser proporcionada al número de los habitantes, teniendo presente que las ciudades de las Indias, aun siendo nuevas, están destinadas a crecer; y es de suponer que, sin duda, crecerán. Por eso la plaza debe ser proyectada en proporción al posible crecimiento de la ciudad. no debe tener menos de 300 pies de ancha, ni debe ser más ancha de 500 pies y más larga de 800. Una plaza bien proporcionada de regular tamaño, debe tener 600 pies de larga y 400 de ancha (...)" "Ley de Felipe II", in José Fernández Arenas, *Renacimiento y Barroco en España*, pp. 101-102. Note-se que esta "ordenanza" de 1573 adopta as proporções vitruvianas de 3:2 e as dimensões mínimas de 85,5 x 142,5 metros (pé castelhano=0,285 m) o que implica uma cidade a uma escala bastante maior do que a anterior medieval.

obras espanholas na América. Borah sintetiza da seguinte maneira três grupos de opiniões:

1º - A influência do urbanismo pré-colombiano. Considera Borah que esta influência, a ter existido, foi mínima, exceptuando-se a Cidade do México que aproveitou traçados já existentes em quadrícula e com uma majestosa praça central (1).

2º - Outro grupo defende as teorias de que as fontes de inspiração foram desenvolvidas pelos próprios colonizadores e administradores, nas primeiras décadas do seu estabelecimento na América. A esta teoria agrega-se a justificação de que vários povos ao longo da história da humanidade instituíram o traçado em quadrícula para as suas povoações; por tal, esse processo não significa um conjunto de elementos eruditos que se difundem de umas culturas para outras (2).

3º - O terceiro grupo de opiniões considera que as obras da América hispânica provém de um conjunto de elementos vindos da Europa. A antiga existência de centros romanos, as fundações medievais de novas urbes e por fim a difusão do pensamento renascentista teriam sido as causas motoras.

(1) - Woodrow Borah, "La influencia cultural Europea en la formacion del primer plano para centros urbanos...", in *Boletín del Centro de Investigación Histórica de Caracas*, p. 68

(2) - Op. cit., p. 69

Nós consideramos que nenhuma destas razões pode ser única e exclusiva. Aqui, como em muitos outros factos que surgem a partir do nada, haverá uma imbricação de motivações a actuarem para o resultado final. Se na Península já existiam urbes medievais com plantas geometrizadas e até um conhecimento teórico herdado dos romanos e reavivado no Renascimento; se os fundadores de novas cidades têm capacidade para imporem soluções de geometria rigorosa nas mais diversas situações, então todas as hipóteses são possíveis e inter-relacionáveis.

A questão da influência do urbanismo pré-colombiano teria pouca força para determinar o urbanismo colonial. Em abono desta afirmação está o exemplo da cidade *La Laguna*, nas ilhas Canárias, precursora das cidades do continente americano. As suas ruas foram traçadas a cordel, embora sem a praça maior a servir de pólo gerador da malha urbana (1). Por outro lado, como nos diz Orlando Ribeiro, "o apogeu da colonização espanhola coincidiu com o máximo desenvolvimento em Espanha das *Plazas Mayores*(...) (2), o que nos dá certa garantia de uma adequada cultura auferida pelos colonizadores espanhóis.

(1) - Cf. Orlando Ribeiro, "Las ciudades ibéricas tradicionales y su expansión por el mundo", in *I Colóquio de geografia*, 1981, p. 215

(2) - Op. cit., p. 216

B - USOS DA PRAÇA COLONIAL

Importa aqui evidenciar que as cidades brasileiras coloniais, como outras, que se formaram em Angola, por exemplo, têm diversas características de acordo com a sua localização e "hinterland". As cidades da costa começaram por ser locais de concentração da administração e de afluência de produtos comercializáveis. As cidades do interior formaram-se sob três grandes desígnios:

A - De organização do território interior e de penetração, rumo às fronteiras.

B - Essencialmente dependentes das explorações agrícolas - cidades do café, do açúcar, da borracha.

C - Cidades de mineração.

Estas diversas dependências marcam as formas de uso das praças, como é obvio.

Para Orlando Ribeiro, *"O contraste entre as cidades do Brasil e as da América espanhola não está motivada pela maior importância da colonização rural portuguesa (255 fundações de cidades e vilas em três séculos de Brasil colonial); mas antes porque os portugueses difundiram um tipo de cidade de plano polinuclear com múltiplas praças, cada uma destinada a um fim (religioso, administrativo, de*

mercado, etc)" (1).

Será conveniente acrescentar que a multiplicidade de praças não é imposta no início da fundação (como já vimos pelas Cartas Régias) mas surgem com o crescimento natural da povoação. Diz-nos Reis Filho: "...situavam-se as antigas feiras de Salvador na cidade baixa, junto à praia e na cidade alta, na praça principal" (2). Depreende-se da existência de mais de uma praça, mas não só: existe também uma hierarquia que leva a que uma seja designada por "principal".

Parece-nos oportuno lembrar que as cidades capitais de estado ou de distrito, além de conterem nas praças os edifícios tradicionalmente instituídos na metrópole, acrescentavam mais um - o palácio do governador, que requeria pela função simbólica de que se investia, a localização numa praça, que poderia ser a mesma da Câmara, ou outra. O mesmo veio a acontecer em África, onde em várias cidades o palácio do governador situou-se numa praça adequada a tal.

"Uma constante na forma de organização desses centros, diz-nos Reis Filho, era a valorização, por meio de praças, dos portos de maior interesse para essas comunidades. Casas da Câmara, igrejas ou conventos procuravam a

(1) - Orlando Ribeiro, "Las ciudades ibéricas tradicionales y su expansion por el mundo", *I colóquio Ibérico de geografia*, 1981, p. 215. Orlando Ribeiro pormenoriza esta ideia quando adianta que, ao contrário da sistemática praça maior espanhola, "em Portugal, pelo contrário predominam as praças múltiplas, as situadas diante de igrejas e palácios, os mercados, os rossios, os espaços abertos e de contornos irregulares, em princípio excêntricos, situados na periferia da cidade e abertos ao campo" - *Ibidem*.

(2) - Nestor Reis Filho, *op. cit.*, p. 55

preservação de um espaço livre destinado à aglomeração de população..." (1). A reunião de pessoas foi um elemento poderoso na organização do espaço, sem que haja a restrição da existência de um único espaço para isso. Por exemplo, para Olinda, como nota Madeira Rodrigues, os adros das igrejas - S. Pedro dos Clérigos e Carmo - são ordenados como uma praça regular, "que reúne funções polivalentes - extensão do ritual religioso, lugar de convívio, suporte de implantação de residências" (2).

Se considerarmos que no Brasil colonial foram construídas 405 igrejas, e que um terço delas se concentraram em três grandes núcleos urbanos - Olinda (Recife), Salvador (Bahia) e Rio de Janeiro (3), teremos uma possível perspectiva da diversidade de praças urbanas aí existentes.

Uma expressiva descrição da Praça do Palácio de Salvador é-nos dada por Gabriel Soares, em 1587. Por ela se vê que múltiplos aspectos da praça portuguesa tinham sido transpostos para as colónias (4). Saliente-se que não

(1) - Nestor Reis Filho, op. cit., p. 130

(2) - Maria João Madeira Rodrigues, op. cit., p. 88. Veja-se ainda a definição dada por esta autora para a distribuição dos espaços públicos por "uma malha de pólos primários e secundários, tradicional no urbanismo português" - *ibidem*, p. 89

(3) - Cf. John Bury, op. cit., p. 166

(4) - "Está no meio desta cidade uma honesta praça, em que se correm touros quando correm, em a qual estão da banda do sul umas nobres casas, em que se agazalham os governadores, e da banda do norte tem as casas do negócio da Fazenda, da Alfandega e armazens; e da parte leste tem a casa da camara, cadêa e outras casas de moradores, com que fica esta praça em quadro e o pelourinho no meio della, a qual da banda do poente está desabafada com grande vista para o mar (...) ao longo do qual é tudo rochedo muito áspero; e desta mesma banda da praça, dos cantos della, descem dois caminhos em voltas para a praia, um da banda do norte que é serventia da fonte do Pereira e do desembarcadouro vai ter outro caminho de carro (...). E tornando à praça, correndo della para o norte vai uma formosa rua de mercadores até a sé, no cabo da qual, da banda do mar, está situada a casa da Misericórdia e hospital..." - *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, pp. 134-135; citado por Paulo F. Santos, op. cit., pp. 64-65

conhecemos, para esta época uma tão pormenorizada descrição de praça portuguesa.

Misturavam-se na praça as funções cívicas e os programas recreativos. As comemorações oficiais constavam principalmente, de ornamentação por meio de luminárias e incluíam, por vezes, também as festividades religiosas.

A documentar a alternância dos espaços veja-se a descrição seguinte: "*...um terreiro mui bem assentado e grande, aonde se representam as festas a cavalo, por ser mar que a praça, o qual está cercado em quadro de nobres casas. E ocupa este terreiro e parte da rua da banda do mar um sumtuoso colégio dos padres da Companhia de Jesus, com uma formosa e alegre igreja, onde se serve o culto divino com mui ricos ornamentos, aqual os padres tem sempre mui limpa e cheirosa*".

As várias descrições de praças do Brasil apontam para frequentes irregularidades formais, para imprevistas perspectivas, aliadas a uma diversidade de usos, que não podem deixar de lembrar os mais caros aspectos da cidade medieval, que em Portugal persistiram e se transpuseram para as colónias.

Numa perspectiva diferente dos usos das praças, torna-se interessante referir a abordagem de Rojas-Mix, ao pôr em confronto as praças da América em função das

diferentes intenções colonizadoras: para os espanhóis, a colonização teria começado por ser uma forma de dominar as populações, catequizando-as, quanto possível, de maneira a mais facilmente se apossarem das riquezas. Para isso, a "plaza mayor" é o espaço de encontro das culturas, onde o índio vem, se mistura com os brancos e, gradualmente, é levado a entrar também na igreja. A praça, para além de traduzir uma concepção urbanística, tem uma função eminentemente ideológica (1). Para Rojas Mix, a praça "*é a fachada da cidade, a expressão mais patente do espírito urbano que dominava os colonizadores espanhóis, que preferiram sempre implantarem-se dispersos...*" (2). É claro que os espanhóis deparavam com uma civilização florescente, o que não aconteceu com os portugueses no Brasil. Mas mesmo noutras regiões do globo - norte de África ou Oriente - nunca mostravam um desejo de ostentar uma cultura superior. As suas práticas são as do comerciante, primeiro, e agricultor, depois, senhor da terra, portador dos tradicionais antagonismos culturais, "*impossíveis de se ajustarem no duro e anguloso castelhano*" (3); ao contrário deste, o português não ambiciona por uma cidade monumentalista, onde a praça "única" seja o espaço aparatoso das grandes manifestações, realizadas segundo um modelo rigidamente

(1) - Miguel Rojas-Mix, *La Plaza Mayor. El urbanismo instrumento de dominio colonial*, pp. 102-103

(2) - Op. cit., p. 121

(3) - Cf. Gilberto Freyre, *Casa grande e Senzala*, p. 20

imposto. O seu "negócio" foi outro.

2.7 - OS SÉCULOS XVII E XVIII

Como referem vários autores (1), a cultura portuguesa da segunda metade do século XVI foi profundamente marcada pela influência da tratadística italiana, com o conseqüente desenvolvimento dos estudos de matemática, surgidos na conjuntura dos descobrimentos. Porém, os resultados advindos dessa formação, que se tornou exclusiva dos engenheiros militares, foram canalizados para as colónias primeiro, e em alguma parte, para o continente, durante o período da Restauração.

Os enormes esforços requeridos pela colonização não obstou à consolidação, aperfeiçoamento e afirmação do poder local, prestigiado através das obras levadas a cabo. A construção de Paços de Concelho seguiram-se melhoramentos nas praças municipais - a implantação do pelourinho, a regularização de pavimentos, o desafrontamento dos espaços constituem programas generalizados de melhoramentos, em que se integram também as obras de captação e adução de água através de grandes aquedutos e a conseqüente rede de distribuição, feita quase sempre em praças ou largos das povoações. Entre os séculos XVI e XVIII decorrem essas

(1) - Entre outros autores, veja-se A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, p. 411

grandes obras, de que importa salientar os aquedutos de Elvas, Évora, Vila do Conde, Pegões Altos, Óbidos, Torres Vedras e, por fim, Lisboa.

Numa evidente intenção de aliar a função utilitária com a estética, são construídos fontes e chafarizes finamente esculpidos, contribuição decisiva para a valorização dos espaços públicos. No conjunto destes melhoramentos em praças do país, parece-nos bastante significativa as obras levadas a cabo na Praça Grande de Évora, actual Praça do Giraldo.

A Praça Grande impôs-se como centro urbano alternativo do largo da Sé nos finais da Idade Média. No século XIII ainda era conhecida por "*arravalde apres dhu fazem a feyra*" (1). Era, portanto, o primeiro rossio da cidade, donde saía a *Corredoira*, actual rua da República. O crescimento da cidade a partir do século XIV operou, sem dúvida, a nova centralidade.

Existia na praça, desde o século XIII, a igreja gótica de "Santoantoninho"; no seu lugar foi erigida a igreja de Santo Antão, iniciada em 1557, por vontade do Cardeal D. Henrique, e sagrada em 1563. Um abalo de terra obrigou à sua reconstrução em 1577, altura em que adquiriu a traça actual.

Sensivelmente a meio, do lado oeste da praça, localizavam-se os estaus que, segundo Francisco Barata, já

(1) - Gabriel Pereira, *Documentos históricos da cidade de Évora*, vol. I, p. 30-32

existiam em 1382 (1). Em meados de quatrocentos teriam os estaus beneficiado de obras, de que se não conhecem pormenores. Mas, não teriam resultado ainda as instalações desejáveis, tanto mais que D. Afonso V decidiu transferir a morada real para junto do Convento de S. Francisco, por estar em local mais desafogado e cómodo às reuniões do séquito. Os estaus antigos continuaram a existir na praça e as suas janelas a serem disputadas entre as autoridades locais e régias, para delas assistirem às grandes festividades e touradas aí realizadas (2).

A Casa da Câmara, com cadeia anexa, foi construída no topo sul da praça, em oposição à igreja do Cardeal, possivelmente entre 1457 e 1481. O pelourinho que se localizaria inicialmente do lado norte da praça, junto ao arco romano, aparece referido em 1431 no livro do bacharel Cristóvão Roiz Acenheiro (3).

O outro elemento arquitectónico importante em qualquer praça, a fonte, teve soluções diversas. A primeira referência surge-nos com uma fonte romana de mergulho, sobreposta pelo actual pavimento. Em 1481, D. João II, mandou construir outra fonte, alimentada pela água vinda de um poço através de nora. Foi só com a construção do aqueduto, terminado em 1537, que se estabeleceu uma rede eficaz

(1) - Citado por Manuel Carvalho Moniz, *A Praça do Giraldo*, p. 87

(2) - Op. cit., p. 88

(3) - Op. cit., p. 67

de distribuição de água pela cidade.

A primeira fonte de grande mérito escultórico foi construída no Largo das Portas de Moura, a Fonte da Bola, e é de 1556. Na Praça Grande também prosseguiram as obras e em 1570 foi tomada uma das deliberações que hoje mais se lastima: o desmonte do Arco Triunfal Romano existente diante do espaço da igreja de Santo Antão. Imponente estrutura (1), de incalculável valor patrimonial, foi vista apenas como um impecilho que afrontava a igreja do Cardeal e, por sua proposta, o rei autorizou o desmonte. Hoje ter-nos-ia dado indícios seguros do que teria sido o espaço da praça do Giraldo na antiguidade, aspecto que ainda continua a suscitar polémicas entre os que não se furtam ao fascínio da sua história.

Retirado o arco romano, desimpedido o espaço, pôde então ser construída a imponente fonte henriquina, dedicada pelo cardeal a D. Sebastião, em 1571. Com esta peça completou-se o ciclo das grandes obras da Praça Grande de Évora, uma das mais ricas em referências históricas do país.

O conjunto das belas fontes de Évora foi enriquecido em 1573 com a fonte da Porta Nova (actualmente no Largo de Aviz) e em 1592 com a fonte do Rossio de S. Brás.

(1) - "Era este Pórtico, huma das mais famozas peças dos Romanos que se confervava, nam digo eu fomenha nas hepanhas, mas no Mundo : era coposto de tres arcos triunfaes ornados de diversas ordens de columnas, alquitraves, frizos, nichos, e effatuas de precioso marmore, occupava toda a largueza da praça..." - Gaspar Estação e Bento José de Sousa Farinha, citados por Manuel Carvalho Moniz, op. cit., p. 13

As fontes e chafarizes portugueses constituem um tema carecido de estudo global. Muitas dessas peças apresentam interessantes aspectos formais, iconográficos e de técnica de utilização dos materiais que valeria a pena aprofundar. É claro que a nossa tradição de fontes e chafarizes como obras de arte, não tem comparação com outros países, especialmente com a Itália, onde é possível perceber-se uma evolução contínua a partir do poço medieval da praça, rematado por anel de mármore lavrado, por vezes sobre envasamento de três degraus e com pórtico de duas colunas e arquitrave esculpida, até às esplendorosas fontes de Roma, da *Piazza Navona* e da *Piazza di Spagne*, esculpidas por Bernini; ou à fonte da *Piazza Vigliena*, de Palermo, de tal dimensão e vocabulário formal que ela própria se tornou no principal protagonista da praça, sobrepondo-se à arquitectura envolvente.

As obras portuguesas são bastante mais singelas. Não possuem aqueles antecedentes referidos, de pinos e delicados labores de pedra, das estruturas elegantes, ainda que as dimensões sejam modestas.

Pela importância que as fontes adquirem para as praças, vamos intentar uma breve caracterização tipológica:

- FONTES DE MERGULHO

São afloramentos de água a muito pouca profundidade, que possibilitem um acesso directo, ao contrário do poço que obriga a um sistema de elevar a água, bastante

mais complicado. Apresentam-se dois grandes tipos:

a - Fonte a céu aberto, em plano inferior ao nível do solo, onde se desce por degraus. Normalmente o espaço da fonte é protegido por muros de suporte em pedra. Pertencem a este tipo a antiga fonte romana que existiu onde está hoje a praça do Giraldo, de Évora, e a fonte do ídolo, em Braga, cuja antiguidade é apontada como pré-romana.

b - Fontes de mergulho com estruturas arquitectónicas acima do nível do solo. São fontes com o afloramento da água à superfície do solo ou ligeiramente abaixo e que, por isso, foram especialmente protegidas com alpendres, pórticos, cubas, etc. São deste tipo a fonte de Aguiar da Beira, de Linhares, Santarém, que provém da época medieval e que por isso se caracterizam por uma arquitectura de grossa silharia de pedra, rematada por ameias, ou cornijas, e arco quebrado de acesso à fonte.

- FONTES E CHAFARIZES DE ESPALDAR

Constituem os modelos mais arcaicos e com eles foi procurada a substituição das fontes de mergulho, por si bastante vulneráveis a contaminações. A estrutura compõe-se de um espaldar ou muro, em alvernaria de pedra ou tijolo, e de forma plana ou curva, onde estão colocadas as bicas, e sob as quais existe um tanque, normalmente de pouca altura,

que receba a água desperdiçada. O sistema permite a serventia das pessoas, directamente das bicas, ou dos animais, do tanque. Como exemplos notáveis citem-se o chafariz D'El-Rei, em Lisboa, referenciado em documentos desde o século XII (D. Afonso II), o chafariz joanino da Ribeira do Porto, o chafariz de Castelo Novo, na Praça do Pelourinho, adossado à Casa da Câmara, também de fábrica joanina, etc. É talvez a tipologia mais numerosa no país: num conjunto de trinta e três chafarizes referenciados em Lisboa, vinte e um são de espaldar. A sua fácil construção justifica a ocorrência - uma simples parede, embelezada com frisos de cor ou com o recorte do coroamento do espaldar foi o suficiente para alguns belos exemplares alentejanos (Arralolos, Montemor, etc).

Pelas suas características, de possuir uma frente e uma rectaguarda, adequam-se a colocações na periferia dos espaços. O que não quer dizer que não apareça isolado, como é o caso do belo exemplar seicentista da antiga praça do Sapal, em Setúbal (hoje nova praça Teófilo Braga). O tardoz deste chafariz recebeu um tratamento escultórico que, embora muito mais modesto do que o da frontaria, permite-lhe uma colocação isolada no espaço.

- FONTES OU CHAFARIZES CENTRAIS

São normalmente elementos com a base simétrica, para serem colocados isolados. Constituem uma tipologia bastante divulgada em Portugal a partir do século XVI.

Francisco da Holanda ao voltar da Itália renascentista fez a apologia das fontes monumentais, lembrando que entre o muito que faltava a Lisboa, era de lamentar a ausência da graça decorativa das fontes grandiosas (1). Desde vicissitudes políticas, à real falta de água, Lisboa não conseguiu responder a tal anseio senão depois de D. João V viabilizar a construção do aqueduto das Águas Livres, designação bastante expressiva. Por esta solução tardia, se compararmos com as idades dos principais aquedutos construídos até então, Lisboa não teve qualquer influência sobre as outras cidades do país, onde chafarizes que constituem verdadeiras obras de arte já tinham surgido há muito tempo.

A época de quinhentos constitui de facto o tempo áureo do chafariz urbano, que ultrapassa a sua função estritamente utilitária para se tornar elemento cénico de embelezamento das principais praças das cidades. O efeito de cascata é explorado pela utilização de taças sobrepostas, donde a água transborda. Uma coluna central lavrada e terminada em pináculo rematado com um elemento simbólico, serve de apoio estrutural e de eixo da composição. Os chafarizes de Caminha, Viana do Castelo, Guimarães e Ponte de Lima são desta tipologia formal de chafarizes centrais.

As fontes de espaldar, protegidas com alpendres, também ocorrem no século XVI. São peças com volumes elaborados e vocabulário bastante mais rico do que as suas parcei-

(1) - Cf. Francisco da Holanda, *Da fábrica que fazece à cidade de Lisboa*.

ras medievais. Os melhores exemplos serão a fonte renascentista de Alter do Chão, o chafariz manuelino de Torres Vedras e a estrutura clássica de Trancoso.

Numa primeira abordagem, torna-se igualmente evidente um flagrante contraste regional: as obras do norte do país são na sua grande maioria talhadas em granito mas, apesar da dureza do material, são de formas esguias, em peças sobrepostas que parecem desafiar a gravidade. Os conjuntos marcam nítidos eixos verticais, contrapostos aos planos horizontais das taças. No sul as expressões são diferentes - o mármore branco ou rosado, ou a parede de tijolo caiada confirmam o gosto pela alvura; as formas rotundas deixam de marcar a verticalidade. Poderá dizer-se que o eixo caracterizador das peças do norte é no sul substituído por um ponto, traduzido pela urna bojuda, que parece flutuar no espaço, suspensa sobre o tanque. Entre o peso real das peças, a leveza que as soluções arquitectónicas aparentam e a evanescência e fragor da água, estabelecem-se relações de grande beleza.

As fontes de Évora, Castelo de Vide e Monforte, são os melhores exemplos destas soluções formais, que só encontram vagas e modestas semelhanças, tanto quanto sabemos, nas fontes com a peça central em forma de pinha ou de volume arredondado, que se encontram em Espanha, na região de Ávila.

Principais fontes do século XVI existentes em praças portuguesas.

LOCAL	DATA	OBSERVAÇÕES
ALTER DO CHÃO -Largo da Barreira	1556	
CAMINHA -Terreiro	1551	Reconstruído em 1865
CASTELO DE VIDE -Largo da Fonte da Vila	?	Período D. Manuel ou D. João III
ÉVORA -Largo da Porta de Moura	1556	
-Praça Grande ou do Giraldo	1571	
-Largo da Porta Nova	1573	Actualmente no Largo de Aviz
-Rossio de S. Brás	1592	
GUIMARAES -Largo do Toural	1583	Actualmente no Largo do Carmo
PONTE DE LIMA -Praça de Canões	?	2ª metade do século XVI
VIANA DO CASTELO -Praça da República	1559	

O século XVII, marcado pelo domínio filipino e lutas da Restauração, tanto em Portugal como nas colónias que, entretanto, tinham sido invadidas, foi uma época que pouco beneficiou de intervenções urbanísticas de utilidade pública; a preocupação posta no reforço das muralhas das povoações e a falta de recursos financeiros levou a um gradual empobrecimento, a uma falta de dinâmica urbana, muito ao contrário do que sincrónicamente sucedeu na Europa. No entanto, duas praças notáveis definem-se nesta

época: a primeira foi a praça do Município de Braga, mandada abrir ou reformar por D. Agostinho de Jesus, Arcebispo entre os anos de 1587-1609; teve primitivamente o nome de Campo dos Arcebispos, depois Campo dos Touros, de acordo espectáculos então efectuados no local, e por fim praça do Município. Os imponentes edifícios que marcam os lados nascente e poente da praça - o Paço de D. José de Bragança (hoje Biblioteca Pública) e o edifício da Câmara, iniciado em 1753, sob risco de André Soares e terminado em 1865 - contribuem fortemente para dar carácter à praça. Um ajardinamento limitado à periferia do tabuleiro central permite a afirmação dos edifícios e realça a bela fonte do Pelicano, a pontuar o espaço.

A outra praça notável definida no século XVII foi o Terreiro do Paço de Vila Viçosa, espaço fronteiro ao paço do Duque de Bragança, favorecido com a ascensão a paço real depois de 1640. O Terreiro do Paço é um vasto plano de 137 metros por 115 metros (15.755 m²), limitado a oeste pelo palácio ducal, a norte pela torre da capela e jardim do Bosque ou das Damas, a este pela igreja dos Agostinhos e a sul pelo palácio dos Bispos e pelo templo das Chagas. A pontuar a praça está a estátua equestre de D. João IV. Todo o vasto terreiro funciona, sobretudo, como átrio do paço ducal. Mais que uma praça real, segundo a tipologia francesa, é a verdadeira morada do rei e não a evocação da figura real ausente. Pela dimensão do espaço e qualidade de toda a arquitectura envolvente pressente-se a dignidade particular

desta praça seiscentista.

Quanto ao subtema que paralelamente temos estado a desenvolver, das fontes e chafarizes, assinalamos para o século XVII uma fraca produção; para além do belo exemplar de Setúbal, de 1697, colocado originalmente na antiga praça do Sapal, em Setúbal (hoje praça de Bocage) e actualmente na praça Teófilo Braga; ou do chafariz da Ança, nos arredores de Coimbra, cuja estrutura de 1674 foi sobreposta a uma fonte romana existente, ou ainda a fonte de S. Lourenço, de Elvas, bom exemplar da época, poucos mais haverá a assinalar em situações de ligação a praças públicas.

O início do século XVIII encontrou o país bastante depauperado - a guerra com os espanhóis, que só viu uma solução em 1713 com o tratado de Utreque; o fraco proveito das colónias e uma agricultura abandonada pelos grandes senhores empenhados nas viagens e nas terras de além-mar, tinham votado o país a grande pobreza.

Porém, nos fins do século XVII e princípios de XVIII com a descoberta das minas de ouro e de diamantes do Brasil, abriram-se novas perspectivas económicas, que um rei mal preparado para a governação do país não soube aproveitar. As fabulosas fortunas vindas para Portugal serviram para acções de espavento do rei, a querer imitar a corte francesa do rei-sol, num esbanjar, de forma nenhuma compatível com as necessidades do território. Rios de

dinheiro gastos em Mafra, em benesses ao clero, na aquisição de preciosidades, pouco beneficiaram as cidades. Lisboa continuava com a mesma estrutura arcaica de becos e ruas labirínticas e estreitas. Mas, justiça se faça, uma grande obra se impôs a dar novo alento à capital - a construção do aqueduto das Águas Livres. Grandiosa estrutura que permitiria finalmente levar a "água corrente" a todas as zonas da cidade. mas esta última fase já não pertenceu ao rei magnânimo.

É na primeira metade do século XVIII que volta a afirmar-se o gosto pelos chafarizes e fontes monumentais, embelezadoras de praças, levantando-se belos exemplares de traça joanina, influenciados pela escola de Mafra, no sul, ou pelo barroco de Nasoni e outros, no norte do país.

Em Lisboa a rede de distribuição de água, do Aqueduto das Águas Livres, deu oportunidade à construção de numerosos chafarizes, encarados como peças importantes pelos arquitectos e escultores da época, destacando-se entre outros, Carlos Mardel. Arquitecto húngaro, vindo para Portugal em 1733, participou nas obras do aqueduto, sendo o autor da Mãe-d'Água das Amoreiras e de cinco fontes, cujos projectos foram aprovados em 1752; mas só foram construídos os três mais simples: Esperança, Rato e rua Formosa. A fonte do largo da Esperança é notável: de elaborado espaldar a que se agrega uma plataforma elevada, com balustrada, escadarias de acesso e tanques a dois níveis. Ou seja, o chafariz não se confina à praça em si, servindo de pretexto

a um arranjo espacial adjacente. Exemplo com idêntica atitude é o do chafariz das Janelas Verdes, com o projecto atribuído ao arquitecto Reinaldo Manuel e esculturas de António Machado; a sua construção implicou o derrube de algumas casas, para que fosse possível a construção de uma praça de enquadramento do chafariz. É evidente uma outra atitude, tanto em relação ao chafariz, tratado como peça escultórica monumental, como ao espaço onde se implanta, desenhado propositadamente para o efeito, segundo critérios do urbanismo barroco.

É também digno de menção, pelo invulgar desenho, o chafariz do Largo do Carmo, de 1786, com uma guarita finamente trabalhada a envolvê-lo, como se de um pequeno templete se tratasse. Fora de Lisboa merecem referência especial os chafarizes joaninos da praça do Pelourinho de Castelo Novo, adossado à antiga Casa da Câmara e o de Alpedrinha; o chafariz de importante espaldar da praça da Ribeira, do Porto, obra de 1776; a fonte do Pelicano da praça do Município, de Braga; a fonte adossada a palácio, em Santo Antão do Tojal e ainda outros exemplares notáveis em Leiria, Guarda e Borba (1).

No dia 1 de Novembro de 1755 Lisboa sofreu um terramoto de extrema violência (2), obrigando a que todo o saber urbanístico fosse posto ao serviço da sua

(1) - Torna-se inviável uma enumeração exaustiva. Note-se que os chafarizes referidos surgiram como consequência do estudo das praças, e não de um inventário propositado.

(2) - Vejam-se descrições e referências em José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e Iluminismo*, pp. 57-74

reconstrução.

Pelo que referimos anteriormente, poderá concluir-se da debilidade da tradição urbanística que, excluindo as iniciativas do clero culto em Braga, Coimbra e Porto, do Infante D. Henrique em Tomar, e do Bairro Alto de Lisboa, tudo tinha sido canalizado para as colónias, visando a construção do império. Os engenheiros militares ainda eram os que mais estreitamente estavam ligados aos processos urbanísticos, uma vez que os arquitectos tinham vindo a ser remetidos apenas para a construção de edifícios. Neste contexto de falta de experiências próximas e recentes, restava apenas algumas referências e a necessidade de muito bom senso. O engenheiro Manuel da Maia foi a pessoa que esteve à altura da situação e de cima dos seus experientes oitenta anos soube equacionar de forma segura a reconstrução de Lisboa.

Entre as várias hipóteses urbanísticas, Maia expressou nítida preferência por um traçado ortogonal, análogo ao de Tomar (1), que acabaria por ser adoptado. Foi, sem dúvida, uma decisão arrojada, que levantava muitos problemas relacionados com os direitos de propriedade. Até essa data a prática corrente nas reconstruções era de respeitar as localizações anteriores dos edifícios. Só uma legislação adequada e firme possibilitou ultrapassar esses direitos, tidos como sagrados.

Para os estudos das várias soluções possíveis,

(1)- Cf. Manuel da Maia, "Dissertação, III parte", in José Augusto França, op. cit., p. 306

Manuel da Maia recomendava, sobretudo, a linearidade dos traçados, a simetria e regularidade das cérceas dos novos edifícios. Os espaços pré-existentes de apolo à nova malha urbana continuariam a ser o Terreiro do Paço e o Rossio. Quanto às igrejas deveriam tanto quanto possível ser preservadas e integradas na nova malha. E, para além disto, também recomendava que "*formassem algumas praças em lugares convenientes para que nestes vazios tivesse o ar cómodo em que produzisse os seus bons efeitos*" (1).

Era, realmente, uma outra concepção da cidade que se impunha - as praças já não eram desejadas como locais propícios ao espectáculo, especialmente à corrida de touros, a "festa brava" da Península Ibérica, instituída ao longo de séculos. Eram antes espaços "vazios", locais de arejamento, de preocupação sanitária e, concerteza, também estética. E, de facto, novas praças surgiram na Baixa Pombalina - as praças da Figueira, do Município e de S. Paulo de Alcantra, foram as principais criações que resultaram, para além dos dois grandes espaços já citados, a praça do Comércio e o Rossio.

Em termos urbanísticos estes planos traduzem, como nos diz França, "*um pensamento urbanístico dinâmico que não teve igual no século XVIII europeu*" (2), e que foi o grande rasgo português da sua história urbana.

(1) - Cf. Op. cit., p. 87

(2) - José Augusto França, op. cit., p. 140

Porém, a obra pombalina não formou escola. Após a queda do ministro, a sociedade mercantilista anti-clerical, austera e adversa ao conhecimento europeu, sociedade contraditória, sem objectivos sociais bem determinados, empenhou-se em lutas partidárias que só prejudicaram o país. A experiência adquirida com a reconstrução de Lisboa foi aos poucos esquecida.

No entanto, ainda sob a influência directa ou indirecta de Pombal, ocorreram algumas intervenções urbanísticas fora de Lisboa, profundamente influenciadas pela capital. A mais importante foi a construção de Vila Real de Santo António, gerada na Casa do Risco das Obras Públicas, de Lisboa, entre 1773 e 1776. Feita em cinco meses, com os lucros das pescarias de sardinha, marcou um tempo recorde de construção.

Segundo Horta Correia, Vila Real de Santo António foi uma criação motivada pela política de Pombal, daí que o artificialismo tenha emergido após a "viradeira" e a vila tenha caído numa "apagada e vil tristeza" até ao seu renascimento no século XIX (1).

A velha tradição da engenharia militar portuguesa, revista e afinada na Casa do Risco de Lisboa, teve o ensejo de concretizar na vila algarvia as suas teorias de cidade ideal, "feita de um jacto", rigorosamente controlada, desde a perfeita geometria de ruas e praças a toda a

(1) - José Eduardo Horta Correia, *Vila Real de Santo António. Urbanismo e poder na política Pombalina*, (dissertação de doutoramento), p. 18

arquitectura realizada. E onde tudo se pudesse desenvolver a partir de "*uma competente praça, onde, sem faltar a comodidade para se fazer um amplo mercado, igreja, Casa da Câmara e Terreiro do Pão*" (1). Reafirmara-se assim o valor da praça como espaço gerador de toda a malha urbana, como já acontecera em Tomar, nas cidades fundadas no ultramar, e na nova praça do Comércio de Lisboa.

A planta da "vila regular" foi delineada sob a direcção de Reinaldo Manuel dos Santos, em segredo. Os desígnios de Pombal só foram desvendados quando em 27 de Janeiro enviou a planta concluída, pronta para execução, ao governador do Algarve.

Vila Real, embora produto da escola de Lisboa, não é uma repetição servil da capital. Programas diferentes levaram a outra organização formal, de que sobressai a praça central, principal elemento espacial, e mais duas praças secundárias. É, portanto, uma solução perfeitamente de acordo com os modelos renascentistas ideais, também eles proponentes sistematicamente, de uma praça central principal e de várias secundárias, distribuídas no conjunto e submetidas ao traçado geométrico global .

A influência do urbanismo pombalino, especialmente patente em Vila Real de Santo António e em algumas vilas brasileiras fundadas nesta época, estendeu-se também ao Porto. A capital do norte prosperou bastante no século XVIII devido, especialmente ao comércio do vinho do Porto.

(1) - Op. cit., p. 132

Na sequência de medidas económicas impostas por Pombal em 1757, e consequentes desacatos, foi nomeado o brigadeiro João de Almada e Melo, primo de Pombal, para regedor do Porto. Foi este homem, como secretário da Junta de Obras Públicas e governador da província de Entre Douro e Minho, que impôs no Porto as primeiras directrizes, de influência lisboeta, para a extensão da cidade. Da sua obra destacamos, de interesse para o nosso tema de estudo, a construção de aquedutos e fontanários e a demolição da porta da Ribeira e abertura da respectiva praça.

A praça Nova (depois de D. Pedro IV e actualmente praça da Liberdade) era o "*austero fórum da cidade na época do constitucionalismo*" (1), e que nasceu, como se referiu atrás, na sequência de tentativas frustradas da construção de "praças maiores" fechadas. Local de encontro dos homens mais representativos da vida política e literária, a praça Nova tinha na sua congénere da Ribeira a alternativa da praça ligada ao comércio, ao rio, à vida ribeirinha do passado da cidade litoral que sempre foi.

A praça da Ribeira foi a que se impôs ao longo dos séculos, sempre com grande vitalidade e participação da administração municipal. Numa carta de 17 de Março de 1389 determina D. João I: "*...que todo o pescado fresco que aí viesse em navios ou em bestas ou em colos de homens que antes que o descarregassem que o levassem logo à Praça da*

(1) - Raul Proença e outros, Guia de Portugal, vol I, p. 148

Ribeira para as gentes o comprarem" (1), o que mostra bem a função eminentemente comercial do espaço.

Dentro do contexto de remodelação do Porto, do tempo de Almada, foi a Ribeira objecto de um primeiro projecto de melhoramento, feito em 1763 por Francisco Pinheiro da Cunha, mas que não chegou a ter consequências práticas.

Parece dever-se a Jonh Withehead, consul britânico radicado no Porto e conselheiro de João de Almada, o projecto das obras iniciadas em 1776 na Ribeira. Era prevista a delimitação da praça, nos seus lados maiores e opostos, por edifícios de fachadas neopalladianas, sujeitas ao plano de conjunto, com arcarias em toda a sua extensão. A muralha e sua porta eram mantidas, mas transformadas em arcaria, solução bastante interessante por conservá-la como referência patrimonial. Além disso, a muralha possuía uma varanda sobre ela, donde os curiosos viam o movimento do mercado, um pouco ao geito do ágora grego...

O projecto de Withehead esteve prestes a realizar-se na totalidade: na acta das sessões, de 30 de Agosto de 1784, da Junta de Obras Públicas está patente a decisão de serem compradas as casas do lado nascente da praça da Ribeira, para que "*se edifiquem pela consignação das Obras Públicas com uma exacta uniformidade*" (2), idênticas às que

(1) - Livro 3 de "Pergaminhos", Doc. 12, citado por J. A. Pinto Ferreira, "A praça da Ribeira", in *Boletim cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol XV, p. 422

(2) - Op. cit., p. 438

Já se encontravam edificadas do lado poente. As decisões não se cumpriram; o alçado poente da praça foi posteriormente alterado com o fecho das arcarias e o alteamento dos andares e, quanto à muralha foi simplesmente demolida, já no século XIX. Mais uma vez, por falta de um poder continuado, como tantas vezes tem vindo a acontecer no urbanismo português, as ideias iniciais foram abandonadas, adiadas, até se tornarem inoportunas.

Apesar dessas vicissitudes, as obras do governador João de Almada e Melo, continuadas por Francisco de Almada e Mendonça e complementadas pela arquitectura de Nasoni, contribuíram para mudar a cidade medieval, que o Porto antes era, na mais barroca das cidades portuguesas. Isto é, a velha malha urbana foi reestruturada por novas ruas e avenidas rectas que unem focos estratégicos de dinamização espacial, obtidos com praças onde se situam monumentos de forte impacto visual que particularizam os espaços.

Oriundo do meio arquitectónico do Porto, surge entre nós a única obra de teorização utópica do urbanismo e ordenamento do território. O seu autor, José de Figueiredo Seixas, discípulo de Nasoni, escreveu o tratado por volta de 1760, expressando um espírito diferente do existente na escola portuguesa de engenharia militar. Seixas parte não do centro da cidade, como era clássico em qualquer planea-

mento urbano de raiz ideal, mas do território que pretende organizado em províncias: "*no centro de cada uma das outras províncias, deve estar a sua capital cidade*" (1). Quanto ao desenho da povoação adianta: "*os desvios, em que se há-de edificar cada uma destas povoações, serão quadrados equiláteros, continuados uns com os outros, a modo de quadrícula...*" (2). A orientação do traçado seria norte-sul e este-oeste (a influência clássica é evidente). Quanto à organização das povoações propõe: "*...que se elevará os seus edifícios à volta da rua principal praça em igual distancia desde o seu centro (...) e dessa forma crescerem em forma redonda, que é a figura mais perfeita e cómoda para qualquer povoação regular*" (3). Acrescenta que à medida que a povoação aumente lhe sejam adicionadas novas praças. A proposta é, portanto, de uma cidade reticulada, em que a praça principal é complementada com secundárias, consoante a necessidade, e "*estas praças são umas áreas de terra plana com figura quadrilátera, e são como salas da cidade, em que todas as pessoas podem passear, e negociar, porque em elas se fazem os mercados das cousas necessárias...*" (4). Seixas não chega a indicar parâmetros

(1) - José de Figueiredo Seixas, *Tratado de arruação para emenda das ruas das cidades, villas e logares d'este reino*, p. 7 V.

(2) - Ibidem

(3) - Ibidem

(4) - Ibidem

para as dimensões dos espaços urbanos, apenas sublinha que a praça "concêntrica principal, que seja a maior de todas, e quadrada (...) na qual pela sua grandeza é capaz de nela se fazerem os exercícios militares, e as funções de portas, como a feira" (1). Quanto às praças menores "devem estar em proporcionada distância desde a maior (...) e também serão em igual distância de umas às outras, quadradas e de igual grandeza entre si" (2). O autor expõe o seu tratado completamente obcecado pela ideia da perfeição trazida pela figura geométrica, procurando subordinar tudo a essa geometria impositiva, que vai desde o Distrito ao Concelho, às praças, às courelas. E toda esta fantástica utopia cruzada com os conceitos práticos e coerentes da continuidade espacial do tecido edificado, dos nivelamentos, da drenagem, da exposição solar, etc, situando a obra entre o sonho e a realidade e, por isso, fruto de um processo de raciocínio mais de arquitecto do que do tradicional engenheiro militar.

Enquanto a utopia de Seixas foi esquecida, surgiram empreendimentos urbanísticos bem reais, fruto da influência pombalina. Entre eles situa-se Manique do Intendente, pequena povoação do concelho da Azambuja, que Diogo

(1) - Op. cit., p. 8 V.

(2) - Ibidem



de Pina Manique, intendente geral da polícia do governo do marquês de Pombal recebeu por doação de D. Maria I, e desejou transformar numa majestosa povoação neoclássica, cabeça do concelho.

A traça da nova vila, de que se desconhece o autor, foi colher referências à cidade ideal desenvolvida a partir de uma vasta praça central, de forma hexagonal, de cujos vértices arrancavam as ruas, com orientação radial. A obra ficou interrompida com a morte de Pina Manique, encontrando-se por fechar o lado sul do hexágono da praça. Os outros lados são ocupados por habitações de dois pisos, de arquitectura muito sóbria, destacando-se no lado norte o edifício que seria destinado a Paços do Concelho, impondo-se pelo volume alteado, pelo frontão triangular encimado pela pedra de armas e por amplo portal. No centro da praça está um pelourinho com digno desenho. Quanto ao lado sul da praça, que não chegou a ser preenchido, sendo possível que lhe estivesse dedicado outro edifício destacado, a contribuir para a dignidade deste espaço; em parte por essa ausência, a praça parece-nos hoje demasiado vasta em termos de proporção com o envolvimento existente.

Um outro exemplo de promoção urbanística de entidade particular é encontrado em Porto Covo. No último quartel de setecentos o lugar suscitou a atenção de um grande capitalista, Jacinto Fernandes Bandeira, que talvez por sugestão de Vila Real de Santo António, decide fundar uma povoação nesse lugar de pescadores. Membro da alta burguesia do tempo de Pombal, Fernandes Bandeira pertencia

ao grupo dos burgueses recém enriquecidos, a que lhe faltava só um título nobiliárquico, viabilizado pela nova povoação. De facto, a 15 de Agosto de 1805 recebeu o título de Barão de Porto Covo.

A planta da povoação foi provavelmente elaborada entre 1789 e 1794, pelo arquitecto Henrique Guilherme de Oliveira (1), apresentando uma malha reticulada, donde sobressaem duas praças - a do *Poleirinho*, junto ao porto, que não chegou a ser construída, e a *Praça do Mercado*, que se identifica com o espaço actualmente existente. Em vez do mercado, domina a praça uma pequena igreja, colocada em simetria num dos lados. Interrompida a construção da povoação, a praça destacou-se como o mais significativo do plano, e nela se encontram inegáveis influências do modelo pombalino, traduzido na planta quadrada, no esquema repetitivo das fachadas das modestas habitações dos pescadores e na valorização da igreja e dos volumes que marcam com pequenos torreões os quatro angulos, numa directa alusão à praça de vila Real de Santo António, em escala reduzida.

Encontram-se ainda influências pombalinas em Setúbal, também parcialmente destruída com o terramoto, e onde a sua antiga Praça do Sapal é reinvestida de lugar central da povoação; na Nazaré, de traçado geométrico marcadamente perpendicular à costa, intercalada de praças e largos; em Guimarães onde a praça do Toural é redefinida

(1) - António Martins Quaresma, "Porto Covo - Um exemplo de urbanismo das Luzes", in *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, 2ª série, II, 1988, p. 207

pela reconstrução dos edifícios de nítida arquitectura pombalina, encostados ao perímetro da antiga muralha; na Póvoa do Varzim, onde a vasta praça do Almada lembra a filiação no respectivo período urbanístico do Porto; em Coimbra, a praça Marquês de Pombal referência da austeridade da Baixa Lisboeta.

Podemos concluir que o urbanismo do século XVIII foi um período de reafirmação da praça, integrada em novas perspectivas de planeamento urbano adaptadas à realidade portuguesa de então. Ao contrário, o século XIX constitui a evolução da praça para outras formas de utilização e outras soluções formais que se afastam dos conceitos clássicos da praça como local do encontro e da multifuncionalidade.

2.8 - DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX

A vida portuguesa da primeira metade do século XIX foi dominada por uma grande turbulência política, desde o período de perda da independência até à guerra civil. As humilhações sofridas com as invasões francesas, a que se juntaram as infligidas pelo aliado britânico; a perda da colónia brasileira e, por fim, as lutas entre liberais e absolutistas, mergulharam o país em "tempos obscuros". Depois de Pombal decorreu um período de quase cento e cinquenta anos em que nem a arquitectura nem o urbanismo

tem algum valor assinalável (1). São tempos obscuros, de isolamento e retrocesso em relação à dinâmica imposta por Pombal.

A vitória do Partido liberal, em 1834, alterou profundamente as estruturas e novamente o país se volta para o Iluminismo que o tinha guiado durante o terceiro quartel do século XVIII, a par de ideais jacobinos despertados na década de 20, tudo isso à mistura com um "estado de alma" próprios de uma época.

O romantismo, cujo processo decorre entre 1834 e 1880, coincide com a viragem da sociedade portuguesa, em procura dos seus valores próprios (2).

1834 marcou o fim da guerra civil e o começo de novas medidas que visavam a recuperação económica. Entre elas, destacam-se a extinção das ordens religiosas, medida que iria proporcionar novos usos funcionais de muitos edifícios religiosos, a reconversão ou demolição de outros que o abandono tinha feito entrar em ruína, e por fim, novos espaços urbanos de antiga pertença conventual. Citemos apenas os conventos de S. Bento do Porto e de Lisboa; o primeiro deu lugar à estação de caminho de ferro, no centro da cidade nortenha; o segundo, o de Lisboa, deu origem depois de reconvertido, à Assembleia Nacional. Ainda no Porto, as cercas dos conventos de S. Francisco e de S. Domingos permitiram emergir novas áreas no velho casco

(1) - Cf. Nuno Portas, "A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação" in Bruno Zévi, *História da arquitectura moderna*, p. 687

(2) - Veja-se José Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, vol I, p. 10

urbano. E em Évora as demolições dos conventos de S. Domingos, do Paraíso e do Salvador, também deram origem a novos espaços públicos.

Entretanto muitas das obras pombalinas de Lisboa arrastaram-se pelo século XIX - o Rossio, só ficou terminado em 1845, tendo a praça sido empedrada em 1849. Vão ainda decorrer uns anos para que o Rossio tenha o monumento a D. Pedro IV e as fontes monumentais importadas de Paris.

As mudanças na política económica que vieram a marcar muito a segunda metade de XIX, iniciaram-se com Fontes Pereira de Melo no governo e a constituição da Companhia de Obras Públicas de Portugal, surgida em 1844. O fontismo impõe uma campanha de modernização de obras públicas e de implementação de novas infraestruturas, tais como estradas, pontes, caminho de ferro, telefone e electricidade, que estabelecem as condições mínimas para o início da industrialização do país e para as transformações urbanas daí decorrentes. Os investimentos revelaram-se de tal forma proveitosos que, diz-nos Oliveira Marques, "*...ao começar o século actual, e em termos de receitas públicas, o país era cinco vezes mais rico do que no período de apogeu da exploração do Brasil*" (1), prova evidente do atraso em que fora mantido ao longo de grande parte do século XIX e também da "má" administração colonial, ou seja do pouco proveito auferido pelo país colonizador que fomos.

(1) - A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, p. 25

A conjuntura levou a obras pontuais nos espaços das povoações - numerosas igrejas, em formas neo-clássicas e residências burguesas de pretenciosa arquitectura. Teatros, Câmaras, estações de caminhos de ferro, etc, contribuíram em vários casos para a formação de praças secundárias, porque nesta época a grande maioria de cidades e vilas do continente já tinham os seus núcleos urbanos consolidados, ocorrendo apenas o edifício isolado a preencher o espaço ou a dar-lhe novo significado.

Como benefício público de fundamental importância para o desenvolvimento dos aglomerados, foram construídas diversas redes de captação e distribuição de água e respectivos chafarizes.

As transformações urbanas decorrentes da industrialização e do aumento da população ocorreram sobretudo em Lisboa e no Porto. Mas nem por isso a concentração de capitais que normalmente propicia a expansão da construção, deu como resultado novos espaços das cidades onde a praça mantivesse a tradicional importância. Várias razões contribuíram para esta situação, como é normal nos processos urbanos.

Em Lisboa, ao eixo Passeio Público - Chiado, foi anexado em 1861 a Praça Luis de Camões, desenhada ainda segundo o espírito pombalino, na forma quadrangular, que a demolição das ruínas do palácio Marialva possibilitou.

Esta e outras obras receberam o impulso dado pela Lisboa setecentista, e o seu papel foi mais de coser e

harmonizar o tecido construído. De forma idêntica, o aterro que proporcionou o Cais do Sodré em 1860 permitiu a definição da avenida 24 de Julho e umas tantas praças tangenciais a esse eixo - Praça D. Luis (1863-1870), em Santos e praça Afonso de Albuquerque, em Belém, serão os mais destacados exemplos; porém, já não serão praças segundo a tipologia tradicional, onde predomina o pavimento ou o terreiro livre para reuniões, mas antes uma arborização e ajardinamento de todo o espaço central da praça, deixando carreiros de circulação interior; esta solução começa por surgir em diversos pontos das duas principais cidades, onde os embelezamentos eram mais requeridos, para contrabalançar a crescente degradação ambiental que a industrialização não poupava.

A arte dos jardins em Portugal mantivera-se até ao século XV confinada aos espaços privados adjacentes aos palácios, às cercas e claustros conventuais e aos hortos e jardins das quintas. Este gosto pelo tratamento do espaço extrapolou-se para o espaço público através da construção de chafarizes monumentais, que já referimos atrás, e também da plantação de árvores, que iam surgindo nas pequenas praças e largos das *"novas realizações urbanísticas impostas pela expansão das vilas e cidades para fora das muralhas medievais..."* (1). Cabe lembrar que a praça

(1)-Cf. Ilídio de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, p. 67

mediterrânica nunca fora ajardinada, possuindo, isso sim, uma ou algumas árvores de bom porte, que proporcionassem um local agradável para as reuniões. É de crer que este dado cultural se mantivesse até ao século XVIII. Lembremos também que os ingleses produziram o modelo de praça ajardinada mas, sobretudo, com a intenção de produzirem um ambiente adequado aos habitantes que aí moravam. Isto é, a praça era preferencialmente monofuncional, e por isso retirada dos grandes eixos de circulação, para que a tranquilidade necessária fosse assegurada. O modelo inglês passou a ser enxertado na praça francesa, inclusivamente na típica *Place Royale*, cujas premissas eram bastante diferentes da *Square* inglesa. Porém, em Portugal a praça ajardinada só ocorreu a partir do século XIX, pelo que nos parece pertinente rever, em termos sintéticos, as mais expressivas intervenções de arborização e ajardinamento ocorridos em espaços urbanos.

Nas iniciativas urbanísticas do arcebispo D. Diogo de Sousa, realizadas em Braga entre 1502 e 1532 podem incluir-se as primeiras alamedas arborizadas, que posteriormente foram imitadas por muitas povoações minhotas. A alameda de tílias constituindo um eixo direccional de aproximação ao adro da igreja tornou-se uma fórmula frequente.

O precioso testemunho de Ruy Fernandes, de Lamego, fala-nos da importância da construção de um terrei-

ro junto do ribeiro de Fafel, na parte baixa da cidade, "que então era a melhor coisa que a cidade possuía" (1), e que teria sido construído e arborizado entre 1513 e 1532.

Mas, numa forma geral, são poucas as intervenções de arborização ou ajardinamento de espaços públicos até finais do século XVII. É no século seguinte que as condições se alteram, tornando-se o período mais rico da arte dos jardins realizada nas quintas de recreio, no que se refere ao domínio privado, e nos espectaculares santuários de peregrinações, em espaços públicos (repetidos também no Brasil) e que Yves Bottineau classificou como construções típicas do barroco português (2). Este crescimento da arte paisagista foi-se aproximando cada vez mais do espaço urbano, alterando a situação anterior de existência única de jardins privados. Em 1764 o Marquês de Pombal não hesitou em determinar a construção do Passeio Público de Lisboa, apesar do muito que havia da cidade para construir. A sua decisão não será alheio o que vira durante as suas estadias em Londres e Viena, cidades com fortes tradições de jardinaria.

O Porto, talvez mais ligado a uma prática mais

(1) - Veja-se Augusto Dias, *Lamego do século XVI*, pp. 3-8, onde é transcrito o relato de Ruy Fernandes: "Outro é o bairro da Sé (...) onde estão os paços de Vossa Senhoria, com o formoso jardim, e grande terreiro, e cerco de muro" (...) "Este ribeiro (Fafel) ainda que é pequeno, é mui furioso quando vai de cheia; e depois da partida de Vossa Senhoria, tem dado fortes combates ao seu muro do terreiro, em tanta maneira, que o derribou por três lugares, desejando-se tornar ao lugar donde Vossa senhoria o mandou mudar, por onde o seu terreiro ficou de longo de cento e seis varas, e de largo oitenta e seis (116,0 x 94,6 metros), que autoriza bem e enobrece esta cidade."

(2) - Yves Bottineau, *Baroque Ibérique*, p.176

activa da arte dos jardins, pela ligação às numerosas quintas de recreio abundantes no Minho, às alamedas, aos santuários, e também à colónia de estrangeiros, já recebera uma primeira alameda, a da Cordoaria, em 1611. Francisco de Almada e Mendonça, que marcou fortemente o desenvolvimento urbanístico da cidade, fez construir em 1790 a Alameda das Fontainhas, numa escarpa sobre o rio Douro, que implicou muros de suporte e um aterro de cerca de sessenta metros de largo por duzentos de comprimento, arborizado, e que constituiu um excepcional "mira-douro". No muro de suporte que separa a alameda da praça da Alegria é construída depois uma fonte, tornando este espaço lúdico ainda mais agradável.

Para além das alamedas do Porto e do passeio Público de Lisboa, o século XVIII conheceu ainda o Passeio dos Assentos, em Barcelos; construído entre 1780 e 1783 e localizado num espaço amplo desnivelado, constituiu, porventura, a primeira formalização de jardim público com características que vieram a ser reutilizadas ao longo do século XIX, a par de outras importadas, que provocaram lamentos a Viterbo (1), porventura justificados, atendendo aos inúmeros técnicos de jardinagem vindos para Portugal no penúltimo século.

O progresso natural da "arte dos jardins" con-

(1) - "... não posso deixar de advertir que se poderia dar um cunho mais acentuadamente nacional aos nossos jardins públicos, aproveitando de preferência a flora indígena, adequando com todo o critério os nossos antigos processos de cultura hortícola e tendo sobretudo em vista as exigências do clima. Os nossos jardins não podem nem devem ser a reprodução exacta dos jardins do norte..." - Sousa Viterbo, *A jardinagem em Portugal*, p. 45

tribui para a difusão do jardim urbano; mas outros factores houve que igualmente poderão ser evocados:

- O Romantismo, ao atingir as mais variadas formas de expressão, fez também desenvolver o gosto pela natureza, pelo mundo rural e todo o seu bucolismo e autenticidade de representação. Em 1843 Garret viajou em pequenas etapas pelo vale de Santarém, exaltando a doçura da paisagem (1), e Eça de Queiroz, pela década de setenta, defendeu no seu livro "A cidade e as serras", a paz paradisíaca do campo, em oposição à fruste cidade decadente.

Igual atitude foi tomada por um grupo de pintores que adoptaram o género de "paisagem" como principal tema da sua expressão artística.

Será ainda este clima de exaltação perante a natureza que fará o príncipe consorte D. Fernando, construtor do pseudo-castelo de Sintra, promotor da moda do Passelo Público lisboeta, com a sua frequente presença, tornando-o local de desfile das elegâncias; também no Porto, os jardins do Palácio de Cristal, traçados à francesa por um jardineiro alemão, em breve se tornou em novo espaço lúdico, facilmente suplantando o jardim de S. Lázaro.

Às cidades que se adensavam e cresciam, em pátios, vilas e ilhas, em sótãos e caves, em bairros des-

(1) - Cf. José Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, vol. II, p. 249

garrados ou em loteamentos deixados à livre iniciativa e proveito exclusivo de uma burguesia endinheirada, foram contrapostos novos jardins, retiros onde a sua natureza foi encenada para fazer esquecer o desencanto urbano que o mesmo Romantismo perfilhou.

- Na era dos utopistas sociais e dos higienistas urbanos, outra via contribuiu para o prestígio do jardim: as más condições de habitabilidade aliadas à alimentação deficiente geraram surtos de doenças, e desde logo foi propagandeada a velha receita de ar puro e sol, ou seja, melhores condições de habitabilidade nos velhos cascos urbanos sobreocupados, através de espaços livres com vegetação.

- Existirá ainda outro factor que terá contribuído para a criação de zonas verdes e de muitas das arborizações efectuadas em ruas e avenidas: as grandes cidades europeias, como Londres e principalmente Paris com as profundas remodelações que efectuara a partir de meados do século XIX, tornaram-se os figurinos adoptados, o farol que guiou todo o progresso português nesta época. A vinda de técnicos estrangeiros e a estadia de portugueses em academias de renome, para além das habituais viagens que facultavam o indispensável "banho de civilização", foram os veículos das influências persistentes nas obras realizadas.

Por todas estas razões, pode afirmar-se que o século XIX constituiu um período fundamental para a mudança

da paisagem urbana existente, quer pela introdução frequente de vegetação, quer pela alteração da escala da malha urbana, ao impor ruas e avenidas espaçosas e arborizadas.

Esta vontade de colocar vegetação em todo o espaço disponível que o permitisse, conduziu à transformação de largos e praças em espaços arborizados e ajardinados, frequentemente esquecendo as suas mais antigas e fundamentais funções - locais de encontro, de reunião e de estadia. A nova praça ajardinada, nem jardim nem praça, levou ao deambular dos utentes pelos caminhos limitados por canteiros, ou à estadia mais ou menos solitária nos "sofás" de ferro e madeira, a outro tipo de utilização portanto.

O quadro cronológico que se segue, referente a obras urbanas da arte do jardins, mostra o extraordinário aumento das intervenções de cariz paisagista no século XIX, sobretudo se comparadas com obras análogas dos séculos anteriores, em que imperava o jardim privado.

ARBORIZAÇÕES E AJARDINAMENTOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS
NOS SÉCULOS XVI - XIX

Cronologia de intervenções, com especial relevo para Lisboa
e Porto

Data de início	Designação
Séc. XVI	Alameda ou Carreiras - Braga Guimarães, Lamego, Barcelos
1611	Alameda da Cordoaria - Porto
1764 1774 1780 1790	Passeio Público - Lisboa Jardim Botânico de Coimbra Passeio Público dos Assentos - Barcelos Alameda das Fontainhas - Porto
1813 1830 1839 1842 1849 1859 1861 1863 1863 1865 1876 1878 1879 1880 1888 1895 (?) 1895 (?)	Jardim do Campo Grande - Lisboa Jardim de S. Lázaro - Porto Jardim de S. Pedro de Alcântara - Lisboa Jardim da Estrela - Lisboa Empedrado e arborização do Rossio - Lisboa Jardins do Príncipe Real - Lisboa Praça Luís de Camões - Lisboa (depois arborizada) Jardim Público de Évora Praça ajardinada D. Luís - Santos, Lisboa Jardim do Palácio de Cristal e da Cordoaria - Porto Jardim Botânico da Escola Politécnica - Lisboa Praça ajardinada de Campo de Ourique - Lisboa Avenida da Liberdade - Lisboa Praça ajardinada da Estefânia - Lisboa Concurso internacional do Parque Eduardo VII - Lisboa Jardim do Campo dos Mártires da Pátria - Lisboa Praça ajardinada Afonso de Albuquerque - Lisboa

Fontes: Sousa Viterbo, *A jardinagem em Portugal*; Ilídio de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*; José Augusto França, *A arte em Portugal no século XIX*; Helder Marques e outros, *Porto, percursos nos espaços e memórias*.

A praça ajardinada difundiu-se por todo o país tal como aconteceu noutros países da Europa. Por exemplo,

em relação a Madrid. temos notícia de que a *plaza de Santa Ana* possibilitada pela demolição do convento das carmelitas, foi ajardinada em 1838 e ampliada depois em 1862, devido à aquisição de casas existentes, que também foram demolidas (1). Igualmente a *plaza de Bilbao* recebeu um jardim a partir de 1938, a de *Santo Domingo* em 1866, a de *Tirso de Molina* em 1840, etc (2). Ou seja, entre 1838 e 1893 foram criadas em Madrid vinte e quatro praças ajardinadas, o que é bem significativo do incremento deste tipo de intervenção (3).

Para estas praças, que até agora designamos genericamente por "praça ajardinada" há, no entanto, que estabelecer uma diferenciação: intervenções houve que se reduziram à arborização perimetral, à pavimentação e colocação de elementos decorativos (estátuas, fontes...) ou funcionais (bancos, candeeiros, etc); estas, poderão designar-se apenas por "praças arborizadas", diferenciando-se das praças ajardinadas pela disponibilidade de espaço que mantiveram, o que lhes permitiu continuarem a cumprir antigas funções. O Rossio de Lisboa será o exemplo da praça arborizada, solução bastante diferente da praça ajardinada da praça D. Luis, de Santos, em Lisboa, e outras

(1) - Veja-se Dolores Brandis, "Forma y funcion de las plazas de Madrid", in *Estudios geográficos*, p. 146

(2) - Op. cit., p. 147

(3) - Op. cit., p. 153

congêneres; nestas o ajardinamento ocupa a maior área do tabuleiro, deixando vagos os caminhos de circulação.

A partir de 1873 algo começa a mudar na orientação urbanística de Lisboa. É nomeado engenheiro camarário Frederico Ressano Garcia, técnico formado na *École de Ponts et Chaussés* de Paris, e será ele que vem impor a transição da cidade liberal oitocentista para a cidade planeada do século XX.

Se até aqui a cidade crescera por acrescentos, sem grande preocupação de integração num plano global, embora já pensado desde 1864, mas sem consequências práticas, a atitude dos técnicos irá gradualmente mudar, ao procurarem ver as suas actuações inscritas num sistema. Isto significa também o surgimento de actuações mais amplas e ousadas, à imagem de outras cidades europeias.

Em 1879, segundo projecto que já vinha dos anos 50 e que fora ajustado por Ressano Garcia, foram inaugurados os trabalhos de abertura da Avenida da Liberdade, terminada depois numa praça circular de 200 metros de diâmetro. É daí para a frente, na direcção do Campo Grande, que Ressano Garcia terá a sua actuação original, ao elaborar um vasto plano de extensão da cidade, apoiada nesse grande eixo de circulação, onde são intercaladas praças circulares (Saldanha, Entrecampos) para comutação de trânsito, como já acontecia com a Rotunda ou Praça Marquês

de Pombal.

Inaugura-se assim a época de outra tipologia, a "praça-rotunda", cuja principal função se prende com o aumento crescente do tráfego motorizado. As suas características de espaço de passagem contrastam profundamente com a praça tradicional, cujo espaço deverá ser essencialmente polarizador, convergente e estático.

A partir da intervenção de Ressano Garcia em Lisboa, a cidade irá organizar-se em função dos grandes eixos de circulação, transpondo-se o modelo para o Porto, onde a praça Mouzinho de Albuquerque e a Praça Gonçalo Zarco, ambas grandes praças-rotundas, rematavam os extremos da moderna Avenida da Boavista (1).

Em 1938 é iniciado o plano de urbanização de Lisboa, contando com a autoridade política de Duarte Pacheco e o apoio técnico do arquitecto urbanista Etienne De Groer; é então definida toda a estrutura viária principal, em que nascerão novas praças-rotundas, como a do Chile, Arieiro, e Aeroporto.

A praça do Arieiro merece referência especial, por ter pretendido rematar de uma forma monumental o urbanismo do Estado Novo da recém-prestigiada zona da Alameda-Areeiro. Para isso, Cristino da Silva elaborou em 1938 o projecto arquitectónico de todo o envolvimento da praça, com edifícios severos contendo pretensas referências

(1) - A primeira praça, também conhecida por Rotunda da Boavista, já estava construída em 1892, conforme se vê na planta da cidade dessa data. Veja-se Helder Marques e outros, *Porto, percurso nos espaços e memórias*, p. 77

nacionalistas, tais como os torreões de reminiscências seiscentistas, a evidência dos telhados com beirados, a repetição das pequenas janelas, as arcarias de pedra à vista nos rés-do-chão, etc. A simetria rigorosa de toda a composição contribuiu para concretizar esta praça-rotunda totalmente programada, severa e monumentalista. Como se tornou clássico, o centro da praça foi deixado para a colocação de um monumento ao colonizador de África, donde na altura provinham muitos dos dinheiros investidos na construção, mas que na actualidade acabou por ser ocupado por um monumento a um político do período da descolonização...ironias da História.

Esta obra que constitui, possivelmente, a praça mais aparatosa realizada na primeira metade do século, mostra a preocupação evidente de se afirmar como um terceiro marco de referência das praças lisboetas, depois do Terreiro do Paço pombalino, e da Rotunda fontista. Porém, ao constituir-se funcionalmente como rotunda, viu-se reduzida a um cenário aparatoso para ver de passagem e não para uso efectivo e agradável como praça.

AS PRAÇAS ÁTRIO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS

A ideia de perenidade e de integração no rumo da história nacional, de veneração pelos testemunhos comprovativos dos tempos eventualmente gloriosos e sua relação com a actualidade, foi preocupação do Estado Novo. Por vários

meios fomentou-se o culto da nacionalidade, se necessário, do "gloriosamente sós"...

Em 1926, pelo decreto Nº 11.495, de 3 de Fevereiro, foi constituído o Conselho Superior de Belas Artes, que chamou a seu cargo o inventário artístico nacional, a defesa e protecção dos monumentos. A legislação foi-se ampliando, mais uma vez, a exemplo do que vinha acontecendo em França desde o século XIX, com as acções de restauro em grandes catedrais e castelos iniciadas por Viollet-le-Duc.

Portugal, a partir das décadas de 30 e 40, desenvolveu uma política nacional de restauro de monumentos caracterizada pela reposição da unidade estilística, ainda que à custa da destruição de testemunhos históricos de épocas posteriores ao figurino românico ou gótico exaltado. Esta atitude levou o Estado Novo a ocupar-se apenas das obras grandiosas ou de particular e fácil associação dos monumentos à história de Portugal mais querida ao regime (1). Por consequência dessas actuações, variadas praças em centros históricos foram objecto de obras de engrandecimento.

A par desta actuação que vinha a processar-se, cabe referir, por importante, a realização em Lisboa da exposição da arquitectura do III Reich - "Moderna Arquitectura Alemã", em 1941. Nela se integrou, com a sua

(1) - Jorge Henriques Pais da Silva, *Pretérito presente*, p. 10. Também Nuno Teotónio Pereira, "A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959", in *O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia*, vol.II, p. 333

presença, o arquitecto Albert Speer, Inspector Geral de Urbanismo de Berlim e autor das obras de maior vulto do governo.

Entre as obras apresentadas figura a remodelação da Praça Real de Munique, assim referida no catálogo: *"Desapareceu da praça todo o vestígio de verdura, cedendo lugar a uma vasta superfície de lajes de pedra. Assim se eliminou do novo recinto toda e qualquer manifestação ocasional da natureza e deu-se-lhe uma severa forma de pedra"*.

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais adoptou a atitude germanófila, dando às praças adjacentes aos monumentos onde interviu o carácter depurado da exclusiva utilização da pedra, contribuindo dessa forma para criar a ideia de uma praça portuguesa fria e austera, que nunca existiu. Basta lembrarmo-nos da Praça da Oliveira, em Guimarães, em que o elemento vegetal atingiu o valor de sagrado, e de muitas outras praças, sem a intervenção monumentalista, em que o negrilho pontua informalmente o espaço, na tradição da praça mediterrânica.

DA PRAÇA DE BAIRRO AO BAIRRO SEM PRAÇA

A expansão de Lisboa segundo o modelo urbanístico de Ressano Garcia, implicou que as praças de outras funções que não as de concentração de tráfego fossem

relegadas para os bairros "pendurados" nos grandes eixos de circulação. Passam, portanto, a ser praças que servem sectores restritos da cidade, sem grandes preocupações de planeamento adequado à sua vivificação, em termos de se tornarem centros sociais activos. Por outro lado surgem também a partir de 1919 variados bairros dispersos na área urbana, isolados da malha antiga, constituindo pequenas unidades, sobretudo habitacionais.

Em plena afirmação do Estado Novo e na continuação da urbanização do Areeiro surge o primeiro grande bairro planeado como unidade autónoma, o bairro de Alvalade, prevendo todos os equipamentos principais de apoio e também um sector industrial. O plano de 1945 é do arquitecto urbanista Faria da Costa, que o estruturou segundo uma hierarquia de vias principais e secundárias. Nas primeiras utilizou praças-rotundas, enquanto nas secundárias, a exemplo do que já acontecera na Avenida Almirante Reis, próximo do Areeiro, com a praça João do Rio, surgem duas praças, a Pasteur e a Afrânio Peixoto. Estes três exemplos constituem praças em forma de U aberto para a via de circulação do bairro, e são reservadas apenas a habitação, tendo o espaço central ajardinado. A influência inglesa, através dos exemplos de Bath e de Edimburgo, não pode deixar de ser pressentida. Tal como nas *squares*, a monofuncionalidade da habitação e a posição de espaço côncavo em relação à via de circulação, dá-lhes um carácter de quase espaço público privado dos edifícios envolventes. Poderemos dizer que estas praças de Lisboa, da

zona do Areeiro-Alvalade, finalizam a variedade tipológica das praças portuguesas.

Os futuros bairros surgidos numa intenção de adopção das novas ideias difundidas pela Carta de Atenas - Bairro de Ramalde, do Porto, projectado por Fernando Távora em 1952 e o Bairro dos Olivais Norte, de Lisboa, de 1955 e produzido pelo Gabinete de Estudos de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, seguem o evangelho funcionalista : são anuladas as ruas-canaís, os edifícios implantam-se com um desenvolvimento perpendicular ao eixo das vias ou aleatoriamente, envolvidos por espaços "livres" públicos. Desaparece, portanto, o espaço limitado pelos edifícios, para se inverterm essas relações: a continuidade deixa de estar no espaço edificado para estar no espaço fluído dos caminhos de peões, jardins, parques, terreiros, jogos, etc, que envolvem os edifícios isolados.

Uma nova época do urbanismo se iniciou, em que o local de reunião da "tribu" desaparece, e os indígenas se entristecem enquanto os chefes discutem, ou não discutem... conforme o sentido que se queira dar à parábola possível a desenvolver para este fim de século. A praça poderá ser redesenhada, inventada nas suas utilizações... O difícil estará em mudar a sociedade de forma a que as gentes voltem a ter o prazer de nela se reunirem.

3.9 - SÍNTESE

Concluindo podemos dizer que, duma forma geral, o urbanismo em Portugal continental não teve um progresso contínuo como sucedeu na maior parte dos países da Europa Central. O percurso histórico do país provocou avanços e estagnações, senão mesmo retrocessos. No entanto parece-nos lícito evidenciar quatro grandes épocas em que o urbanismo tem maior expressão.

A primeira época do urbanismo português ocorreu com D. Afonso III e D. Dinis, nos séculos XIII-XIV, a segunda, no séc XVI, com D. Manuel; a terceira coincidindo com o período pré-industrial, deu-se no século XVIII, em consequência do terramoto de 1755, de que resultou a reconstrução pombalina de Lisboa e respectivas influências e extensões no território nacional. A quarta e última fase, que duma forma muito lata, corresponderá ao período a partir do qual se faz sentir a industrialização do país, ou seja, da segunda metade do século XIX em diante, com forte influência francesa e inglesa.

Para além de algumas acções dispersas (Braga, Vila Viçosa, Porto, etc), excepções a confirmar a regra de que a construção ou arranjo das praças encontram-se fortemente ligados aos períodos referidos, ou seja, à interdependência com a cidade.

CAPÍTULO III

**ESTUDO DE UM CONJUNTO DE
PRAÇAS PÚBLICAS PRINCIPAIS
SITUADAS EM CENTROS URBANOS**



METODOLOGIA

As descrições físicas das povoações portuguesas e a procura das suas caracterizações numa forma sistemática e objectiva são raras em Portugal. As análises de J. Leite Vasconcelos (1), de Amorim Girão (2), de Orlando Ribeiro (3), Jorge Gaspar (4) e outros, foram contributos importantes para o conhecimento da realidade portuguesa, mas não tiveram uma suficiente continuidade que ampliasse ou confirmasse as conclusões encontradas. Outros contributos têm sido trazidos por historiadores, como Oliveira Marques (5), etnógrafos, geógrafos e historiadores; o leque de intervenientes nos estudos tende a abrir-se nas últimas décadas, abrangendo arquitectos (6), arquitectos paisagistas (7), e outros técnicos.

As variadas visões são unânimes numa apreciável diversidade de situações, motivada tanto pelos sítios como

(1) - Cf. J. Leite de Vasconcelos, *Etnologia portuguesa*, vol. II, pp. 352-661

(2) - Cf. Amorim Girão, "Origens e evolução do urbanismo em Portugal", in *Rev. do Centro de Estudos Demográficos*, pp. 41-76

(3) - Orlando Ribeiro, *Geografia de Portugal*, vol. III, pp. 892-910

(4) - Jorge Gaspar, *A área de influência de Évora e diversos artigos importantes publicados na revista Finisterra*.

(5) - A. H. de Oliveira Marques, "Introdução à história da cidade medieval portuguesa" e, em colaboração com Joel Serrão, "Portugal na crise dos séculos XIV e XV", vol. IV da *Nova história de Portugal*, p. 189; este autor tem ainda orientado a investigação em várias monografias de cidades, para o período medieval.

(6) - Dos arquitectos que têm procurado visões de síntese que, inclusivé, abrangem o território colonial, destaca-se José Manuel Fernandes, com "O lugar da cidade", in *rev. Povos e Culturas*, Nº 2, pp. 79-112, Angra do Heroísmo, 1989, e "A Arquitectura, 1991

(7) - Cf. Ilídio de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, 1982

pelas formas urbanas. Porém, certas constantes tornaram-se incontestáveis, como sejam uma maior frequência de localizações em sítios com relevos bem marcados ou mesmo em "alcandorados", e traçados urbanos pouco sujeitos a geometrias rigorosas.

A estes dois aspectos capitais juntam-se outros dependentes, ou da evolução da população do país, ou de factos históricos.

Leite de Vasconcelos, propõe uma divisão dos aglomerados urbanos em dois grandes grupos: "compactos" e "disseminados". A densidade é evidenciada como uma característica altamente determinante da paisagem e do ambiente urbano, na medida em que pode ocorrer uma maior ou menor confinção dos espaços, por sua vez determinante das formas de relações sociais e funcionais.

As características físicas da praça poderão ser, em parte, consequência da densidade de ocupação.

Outro aspecto importante para o estudo do aglomerado reside na sua origem e evolução física. É evidente que um aglomerado que nasceu em função de um porto ou da ponte de travessia de um rio, terá uma organização espacial diferente do que nasceu "à sombra do castelo", ou daquele que cresceu em função de uma estrada regional. Pensamos que o processo de formação e crescimento terá implicações na localização e forma da praça, não se podendo dissociar a análise desta de uma mais vasta que abranja todo o aglomerado.

Outro elemento de análise, já utilizado por Leite de Vasconcelos, é o de malha urbana, em boa parte caracterizadora da estrutura física.

Estas premissas levaram-nos a procurar "famílias" de aglomerados urbanos e a avaliar as possíveis relações com as suas praças. Mas admitimos que nem sempre haja uma relação directa detectável, porque sendo a urbe uma construção complexa, produto de múltiplos factores intervenientes, tais como as resoluções determinadas pela cultura (1) ou pela política. Daí considerarmos que qualquer processo de análise feita nas presentes condições corre inúmeros riscos de não atingir um rigor absoluto (2). Só um estudo exaustivo e pluridisciplinar de cada centro urbano poderá trazer-nos um maior grau de certezas.

Cabe ainda referir que na maioria dos casos analisados se privilegiou a praça considerada "a principal", sem que isso queira significar ser a única. Em cidades maiores, como Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Faro e outras, procurou-se seleccionar e caracterizar os espaços segundo a delimitação do centro histórico, e muitas outras praças secundárias não se incluem na análise. Alguns aspectos da multiplicidade das praças serão referidos nas fichas de análise local.

O conhecimento dos autores portugueses e avalia-

(1) - Utilizamos aqui o vocábulo no sentido que lhe é dado pelos antropólogos.

(2) - Não só por termos um conhecimento insuficiente de muitos dos aglomerados urbanos, para os quais não existem estudos monográficos suficientes, mas também porque o saber científico actual aponta para um grande número de incertezas, ao contrário de períodos históricos anteriores que acreditavam sistematicamente em verdades eternas.

dos que foram variados trabalhos de autores estrangeiros que utilizaram o mesmo tema de estudo - a praça - fomos levados a estabelecer uma grelha própria de análise que fornecesse informações múltiplas, numa forma equilibrada entre os aspectos objectivos e subjectivos. Sinteticamente utilizamos os seguintes parâmetros de análise:

1	SÍTIO		CARACTERIZAÇÃO
2	URBE	1 2 3	GÉNESE TIPO DE CRESCIMENTO MALHA URBANA
3	PRAÇA	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	SITUAÇÃO TOPOGRAFIA DIMENSÕES FORMA RELAÇÃO LARGURA/ALTURA EXPOSIÇÃO PAVIMENTO VEGETAÇÃO ARQUITECTURA ENVOLVENTE ELEMENTOS ISOLADOS OCUPAÇÃO FUNCIONAL PERCEPÇÃO
4	CONCLUSÕES	1 2	SÍNTESE CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

Estes parâmetros, sistematicamente aplicados em cada uma das localidades analisadas, permitiu-nos uma recolha de informação variável em profundidade e extensão, consoante a complexidade do sítio, do espaço e dos elementos possíveis de obter. É a partir deste conjunto de análises parciais que se intenta as sínteses globais que formam o presente capítulo.

A definição do objecto de estudo - praças principais localizadas em centros urbanos - decorreu das seguintes razões:

A - Da necessidade de delimitar tanto quanto possível o vasto universo de espaços susceptíveis de análise, tornando o tema viável face às condicionantes (temporais, físicas, económicas, etc).

B - Os objectos de estudo estarem implantados em tecidos consolidados que nos ofereçam uma perspectiva histórica da sua génese e formação.

C - Seleccionar a praça ou praças de cada localidade tendo em vista a ideia de centro urbano que representa ou onde se incluem, beneficiando duma maior intensidade de uso e de ocupação funcional, retomando-se a definição de fórum ou de centro cívico da localidade.

Dentro destas condicionantes e como resultado de variadas viagens de reconhecimento e de recolha de informações, seleccionamos cento e cinco localidades sobre as quais fizemos estudos preliminares. Esta fase de trabalho deu-nos a indicação de diversas formas de génese e formação dos aglomerados a partir do qual fizemos uma segunda selecção de 46 localidades com as quais procurámos abranger as variadas situações-tipo dos centros urbanos, distribuídos por diversas localizações geográficas.

Teremos ainda que adiantar que encontramos muitas localidades onde a praça tem pouca expressão urbana

e espacial, em termos qualitativos, pelo que não as considerámos. Isto poderá significar que a presente dissertação não traduz com todo o rigor o "país real", o que só é possível através de inventários sistemáticos. Aqui, a exemplo do que é praticado na história de arte em geral, adoptou-se por considerar o que é mais representativo sobre o aspecto de qualidade ou de significado.

Os centros urbanos que foram objecto de estudo sistemático são indicados no quadro seguinte, onde constam também as que foram objecto apenas de levantamentos e de estudos preliminares.

Poderá verificar-se que foram excluídas localidades urbanisticamente interessantes, mas que para o tipo de génese e de desenvolvimento são homólogas de outras seleccionadas. Porém, nas cidades portuguesas, sejam quais forem, há sempre aspectos que as diferenciam, tornando contestáveis as necessárias selecções.

1 - OS SÍTIOS

A caracterização global dos sítios onde se inscrevem as localidades analisadas distribuem-se por diversas situações, orográficas ou outras, de acordo com o quadro que mais à frente se apresenta. A sistematização adoptada não leva em conta a hierarquia da urbe, assim como outras componentes que terão contribuído para a sua consolidação. Pretende-se apenas pôr em evidência características físicas que nos parecem ter sido determinantes para a escolha e êxito do sítio.

Do conjunto de localidades consideradas, 52 % estão próximas de rios, (os quais em muitos casos dispunham de portos fluviais, sendo importantes vias de comunicação com o litoral) ou junto à costa. Noutros casos, as localidades estão afastadas de cursos de água relevantes mas próximas de estradas regionais importantes, que viabilizaram as trocas comerciais e outras.

Conjuntamente com a importância das vias de comunicação surgem outros factores, donde se destaca a aptidão do sítio como local estratégico militar. Lisboa, Porto, Coimbra, conjugam de maneira eficaz esses dois factores - comunicação e importância militar. Não queremos dizer com isto que apenas estes dois aspectos tenham proporcionado a consolidação destas localidades; para isso houve sempre uma conjugação de factores externos ao sítio e

que tiveram importância decisiva. Por exemplo, o facto de Beja, Santarém e Braga terem constituído sedes de três unidades administrativas da época romana terá sido muito importante para a afirmação dessas cidades. Outros aspectos que normalmente fazem parte de uma região e não apenas do sítio, como seja a capacidade agrícola e os factores climáticos, quando conjugados com um elemento promotor de desenvolvimento, por exemplo, um convento que tenha promovido o povoamento e divulgado técnicas de hidráulica, agricultura, etc, foram decisivos para o desenvolvimento de certas urbes. Alcobaça, Aviz, Coimbra, etc, são disso exemplo. A existência de águas medicinais ou de matérias minerais foram também contributos, por vezes fundamentais, para a constituição de outras urbes (1).

Poder-se-á perguntar: mas a praça... qual a relação que mantém com o sítio? É evidente que cada sítio é determinante da forma da urbe, e esta por sua vez elege um lugar para a praça.

As urbes da "beira d'água" procuraram constituir uma praça, senão em contacto com o porto, muito próximo dele. Esta tendência conjugada com frequentes relevos acentuados que levavam à distinção de uma "cidade alta", ligada ao castelo e uma "cidade baixa" ligada ao porto, proporcionou a constituição de mais de uma praça importante, para servir cada uma dessas zonas. Lisboa, Porto e

(1)- Para mais pormenores sobre factores de desenvolvimento urbanos externos ver, entre outros: Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, *Geografia de Portugal*, III vol., pp. 882-908; Teresa Barata Salgueiro, *A cidade em Portugal*, pp. 125-130.

Coimbra dão-nos os exemplos paradigmáticos.

Por outro lado, a urbe interior, fortemente apoiada na sua estrutura defensiva e nas ligações às vias de comunicação (30%), constituiu-se, após ocupação romana, por traçados radiocêntricos, onde a praça principal é o centro ou acrópole. Évora, Beja, Viseu, são exemplos.

Pode ser ainda a forma do sítio que contrariou a formação radiocêntrica do traçado, levando, por exemplo, ao desenvolvimento da urbe através duma linha, ou mais, de fecho. Lembremo-nos de Guimarães, de Santarém, da Guarda. Surge então a tendência para que a praça principal se vá deslocando, procurando a centralidade com o crescimento direccionado da urbe.

Estes exemplos parecem-nos suficientes para confirmarem a afirmação de que a praça é indissociável da urbe e esta, por sua vez do sítio, sempre que a constituição tenha ocorrido "espontaneamente", ou seja, não determinada previamente sobre o estirador do projectista.

LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS E RESPECTIVAS LOCALIDADES

LOCALIZAÇÃO	LOCALIDADES
Na margem direita de rios, em elevações dominantes, sempre que possível, e na proximidade da foz	Lagos, Lisboa, Porto, Setúbal, Vila do Conde, Viana do Castelo, Vila Real de Santo António
Na margem esquerda de rio, junto à foz, sem elevações dominantes	Caminha
Na margem direita de rios, junto à ponte romana, ou local de travessia de estrada regional importante, por vezes com porto fluvial	Alcácer do Sal, Alenquer, Amarante, Barcelos, Chaves, Coimbra, Mértola, Ponte de Lima, Santarém
Na costa marítima ou próximo dela	Aveiro, Faro, Nazaré, Óbidos (1), Porto Covo, Póvoa do Varzim
Em local com potencialidades estratégico-militares, ligado a vias importantes de comunicação regional	Beja, Castelo Branco, Elvas, Évora, Viseu, Guimarães
Em elevação dominante de vasto território envolvente, prestando-se a local estratégico-militar	Almeida (2), Aguiar da Beira, Arraiolos, Aviz, Bragança, Campo Maior, Miranda do Douro
Em zona essencialmente agrícola servida por estradas regionais principais	Alcobaça, Azambuja, Braga, Tomar, Vila Viçosa
Em zona essencialmente agrícola servida por estradas regionais secundárias	Cabeceiras de Basto, Manique do Intendente, São Vicente da Beira
Localização em função de nascentes de águas medicinais	Caldas da Rainha

(1)- Correspondendo à situação arcaica, antes dos assoreamentos.

(2)- Em situação planáltica, compensada por forte dispositivo defensivo.

2 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA ORIGINAL E DA POSIÇÃO DO RESPECTIVO CENTRO

Após a abordagem sintética que fizemos sobre os sítios de implantação das urbes em estudo, passemos a tratar da estrutura urbana, embora de uma forma sucinta, uma vez que os objectivos não são uma análise urbanística, global e aprofundada mas, antes, estabelecer as necessárias relações entre a forma urbana e a ocorrência da praça.

Uma primeira aproximação à questão indica-nos que enquanto determinadas urbes são portadoras de uma certa inércia relativa à alteração das suas estruturas, outras, pelo contrário, possuem um dinamismo que lhes favorece as transformações. Em boa parte, estas diferenças surgem ligadas aos tipos de crescimento ocorridos.

As formas radiocêntricas, mas evidentes no interior do país, sobretudo no Alentejo, onde surgem claras e sem grandes alterações modernas, tendem a manter o centro primitivo (1) com toda a sua carga funcional e simbólica que lhe é própria. Esses centros não serão absolutamente primitivos, já sucederam a outros, por vezes. Veja-se o caso de Évora: o primitivo centro, de facto, seria a da acrópole romana. O crescimento urbano levou à constituição de um segundo centro na época medieval e, simultaneamente,

(1) - Utilizamos aqui a designação de "centro" para significar a praça principal e zona envolvente próxima.

a alterações da estrutura em quadrícula para radiocêntrica. A Praça do Giraldo, na situação de um primeiro rossio exterior à muralha romana, onde anteriormente se localizaria uma estrutura ainda não averiguada (forum ou qualquer outra), ofereceu o espaço amplo para o novo centro (1). Uma vez consolidada a estrutura radiocêntrica de Évora e consolidado o centro medieval, ele manteve-se até á actualidade (2). É claro que outros factores foram decisivos para a manutenção do centro medieval; um deles terá sido o lento crescimento até ao fim do século XIX. Na primeira década do século XX a cidade ainda se restringia ao interior da "cerca nova" e seus posteriores acrescentos do século XVII.

Situações algo semelhantes a Évora, no que concerne à manutenção da estrutura medieval, pode encontrar-se em Aviz, Beja, Braga, Elvas, Guarda e Óbidos, e muitas outras urbes do interior do país, onde o desenvolvimento urbano tem sido lento, ou até negativo. Deste conjunto, Braga é um caso particular por ter sido objecto de amplas operações urbanísticas a partir do século XVI. Disso resultou a formação de vários espaços públicos alternativos. Porém, o conjunto de espaços centrais ligados à Sé e ao paço arcebispal mantiveram a centralidade até à actualidade, em termos de centro histórico, entenda-se.

(1) - Note-se que toda a zona a Norte do Templo de Diana está muito alterada por aterro efectuado para a construção do jardim. Em época anterior às obras esteve esta zona ocupada com casario, que chegou em ruínas até ao século XIX.

(2) - Inquéritos preliminares realizados à população de Évora em 1990, no âmbito da disciplina de Sociologia Urbana da Universidade de Évora, onde o autor colaborou, provou à exaustão que a ideia de centro urbano está muito presente na população quer a que mora no centro histórico, quer em bairros periféricos. Para todos o centro é a Praça do Giraldo.

O grupo de urbes atrás assinalado pode complementar-se com outro (referenciado por 4 no quadro anexo), em que foi conservada a estrutura medieval, numa forma geral mas, devido a factores como a morfologia do território e as ligações viárias, não foi possível o crescimento radiocêntrico. Disso ocorreu a tendência para a deslocação do centro ou para ser complementado com outro (ou outros); Guimarães, Santarém e Viseu (a última resultante dum processo mais recente) ilustram este tipo de dinâmica urbana.

É claro que se a urbe se manteve, praticamente até há poucas décadas, dentro de uma pesada estrutura defensiva, como aconteceu a Almeida, Miranda do Douro, Castelo Mendo, Linhares, Monção, Monsaraz, Valença, etc, a antiga praça principal é mantida (grupo 6 do quadro).

De certo modo, em oposição aos grupos anteriores pode considerar-se outro grupo onde as urbes manifestaram uma forte tendência para se "libertarem" da estrutura defensiva - castelo, muralhas. Correspondem na maioria dos casos a localizações em sítios elevados com terrenos de acentuados pendentes, mais expostos aos ventos, de difícil acessibilidade tanto aos caminhos regionais com os campos de trabalho envolventes, localizados no sopé e nas várzeas. A desconfortável situação original pode, ainda hoje, ser reconstituída em aldeias que se mantiveram sob o peso da estrutura primitiva, como Monsanto da Beira, Monsaraz, etc. Um bom número de povoações arredou-se do cume dos montes,

procurando as encostas menos declivosas ou mesmo o sopé dos montes. O "centro" acompanha então essa deslocação e as potencialidades de transformação da estrutura original são maiores. Deste grupo fazem parte, com diferentes graus de evidência, localidades como Aguiar da Beira, Alenquer, Arraiolos, Bragança, Castelo Branco, etc (grupo 1). As novas praças que se formaram adquiriram uma maior polifuncionalidade, sobrepondo-se gradualmente, em uso, às praças mais antigas.

Com frequência as estruturas arquitectónicas que prestigiam os lugares também procuram acompanhar os deslocamentos referidos, situando-se tanto quanto possível em coincidência com o novo espaço central. Hoje são poucas as localidades deste grupo, que mantêm a "igreja do castelo" como Sé. O caso de Lamego parece-nos paradigmático sobre este aspecto, onde o bispo fez construir a Sé actual e os seus paços em terrenos de várzea, abandonando drasticamente a urbe amuralhada (1).

A aproximação da malha urbana às vias de comunicação tem um processo semelhante nos sítios litorais ou marginais. Nesses casos a urbe estendeu-se pela encosta abaixo no sentido do porto, fluvial ou marítimo, e é próximo dele que irá situar-se a praça com maior capacidade funcional. Os melhores exemplos encontram-se em Alcácer do Sal, Coimbra, Lisboa, Mértola e Porto. Outras localidades portuárias, onde o relevo é menos pronunciado, como Aveiro,

(1)- Mais pormenores sobre Lamego podem encontrar-se no capítulo II - "A praça nas referências históricas", p. 118

Faro e Lagos, também manifestaram a tendência de se estruturarem em função da presença do porto, constituindo uma praça de comunicação fácil com ele.

Muitos dos aglomerados modernos já não têm relação nenhuma com os locais estratégicos de defesa, nem com os portos fluviais, que entretanto, se inviabilizaram. Constituem-se em função da força polarizadora das vias de comunicação regionais e também das suas respectivas pontes; desde que exista uma passagem obrigatória, possível de se conjugar com outros factores atractivos do sítio (água, clima e relevo favoráveis, fertilidade do solo, posicionamento adequado na rede urbana do território, etc) formam-se as condições polarizadoras. No caso das pontes, os antigos direitos de portagem, que obrigaram à localização permanente de "funcionários" para a cobrarem, terá sido outro contributo ao surgimento do povoado nesses locais estratégicos, tal como os terreiros, mais tarde transformados em praças.

É óbvio que outros aspectos não são menos importantes para a viabilização duma urbe e seu progresso; entre outros, a estrutura fundiária, ao viabilizar ou retrair a constituição de novas propriedades, é um elemento poderoso.

A formação das urbes em função das vias de comunicação apresentam frequentemente uma forma longitudinal simples, quando existe apenas uma via principal, ou em estrela quando resultado de um cruzamento de duas ou mais vias. A praça ocorre sensivelmente a meio de toda a malha,

entre a via e os edifícios mais significativos implantados recuadamente, para disponibilizar o espaço. Este tipo de aglomeração quando sujeita a um processo dinâmico de crescimento pode facilmente constituir centros alternativos ao primeiro, sendo este mantido graças ao prestígio das instituições que comporta. Dentro deste tipo de evolução urbana referimos casos como Azambuja, São Vicente da Beira, Fundão, Golegã, etc. No caso de implantações junto a pontes, constituindo-se aí os principais espaços públicos, os casos mais relevantes são os de Amarante, Ponte de Lima e Vila do Conde.

Outro tipo de urbes pode ter a justificação da sua génese e forma nos recursos naturais. É o caso das Caldas da Rainha com as águas termais. A sua praça, uma das mais importantes praças de mercado da região, formou-se na periferia do casco antigo centrado nas termas e é tangente a uma das principais vias regionais.

Por último referimos um grupo de urbes que tem a praça como elemento principal da sua organização planeada. São em pequeno número, muito influenciadas pelo urbanismo pombalino, mas com notáveis excepções, como são os casos de Tomar e da Praça Mouzinho de Albuquerque, de Braga. Quanto a Alcobaça embora sem o grau de geometrização evidenciada em outras urbes, ela organiza-se em função do Rossio do Mosteiro e só um planeamento empírico viabilizou a adaptação da malha aos dois cursos de água que a atravessam e às estradas regionais que a servem.

Estas breves considerações sobre as estruturas

urbanas e suas relações com a praça principal, aqui designada por centro, servem de elementos premonitórios às considerações seguintes e é dentro dessa lógica que as justificamos.

A arrumação dos grupos no quadro seguinte teve como critério apenas o número de ocorrências na amostragem utilizada, não significando necessariamente uma hierarquia no contexto do país.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA ORIGINAL E DA POSIÇÃO DO RESPECTIVO CENTRO

REF.	SITUAÇÃO	AGLOMERADOS URBANOS ANALISADOS/LEVANTADOS
1	Afasta-se gradualmente da estrutura defensiva localizada no lugar mais elevado, na procura de melhor aptidão à construção e de ligações mais fáceis às vias de acesso aos campos de cultura; deslocação do centro original para nova posição baricêntrica	Aguiar da Beira, Alenquer, Arraiolos Bragança, Campo Maior, Castelo Branco Vila Viçosa
		Castelo de Vide, Lamego, Leiria, Melgaço Montemor-o-Novo, Montemor-o-Velho, Penamacor, Pombal, Portalegre, Portel Porto de Mós, Redondo, Sabugal, Veiros São João da Pesqueira
2	Manteve a primitiva implantação mas cresceu para extramuros; conservou o centro original ou processaram-se pequenas deslocações deste	Aviz, Beja, Braga, Elvas, Évora, Guarda Óbidos
		Arronches, Belmonte, Castelo Novo, Covilhã Crato, Monforte, Monsaraz, Serpa, Trancoso Vila Nova de Foz Côa
3	Localização próxima da estrada regional, com a igreja e Casa da Câmara como motivo do primeiro centro	Azambuja, São Vicente da Beira
		Fundão, Golegã, Mirandela, Moncarapacho Mora, Murça, Pavia, Piodão, Santa Comba Dão Vidigueira, Vila de Frades, Vimieiro

Continuação:

4	Conservou a primitiva implantação mas cresceu, com o deslocamento do centro	Guimarães, Santarém, Viseu
		Estremoz, Fronteira, Nisa, Pinhel, Santiago do Cacém, Torre de Moncorvo Torres Vedras
5	Conservou a implantação na costa marítima, com estrutura defensiva, mantendo o centro ou ocorrendo pequenas deslocações	Aveiro, Faro, Lagos, Póvoa do Varzim
		Peniche, Sines
6	Conservou a primitiva implantação e o centro original dentro do perímetro defensivo construído	Almeida, Miranda do Douro
		Castelo Mendo, Linhares, Monção, Valença
7	Crescimento da estrutura no sentido descendente da encosta, na direcção de porto fluvial onde se consolida o centro funcional, ou se torna alternativo de outro da "cidade alta" (Coimbra, Porto)	Alcácer do Sal, Coimbra, Lisboa, Mértola Porto
8	Consolidação junto à margem fluvial, em terrenos pouco declivosos, com pequenos deslocamentos do centro	Caminha, Ponte de Lima, Setúbal, Viana do Castelo, Vila do Conde
		Portimão, Távira
9	A estrutura procurou manter uma relação com as vias romano-medievais, ponte e mosteiro ou castelo. Quando existe estrutura defensiva formaram-se centros alternativos, no interior ou exterior da mesma	Amarante, Barcelos, Cabeceiras de Basto Chaves
		Alter do Chão
10	Implantação e urbanização segundo plano prévio em local pouco declivoso, tendo a praça como elemento central	Braga - Praça Mouzinho de Albuquerque Manique do Intendente, Porto Covo Vila Real de Santo António
11	Implantação em várzea, separada do castelo, tendo a praça como centro relacionado com a igreja ou mosteiro	Alcobaça, Tomar
12	Implantação na costa marítima, sem estrutura defensiva, traçado geometrizarante e praça relacionada com a costa	Nazaré
13	Implantação e crescimento a partir de fonte de águas termais, deslocando-se o centro para junto da estrada regional de acesso	Caldas da Rainha

3 - LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS

A praça principal apresenta-se com frequência ligada a uma estrutura religiosa, igreja ou convento. Pela forma de constituição da malha urbana, a igreja matriz constitui em muitos casos um elemento polarizador à volta da qual se distribui a freguesia. A praça beneficia então dessa centralidade. Em diversos casos, que no presente nos parecem terem surgido espontaneamente, as praças foram objecto de acções de planeamento urbanístico, as quais levaram à demolição de edifícios para que a igreja pudesse dispor de praça anexa. Noutros casos foram os levantamentos de cemitérios adjacentes a igrejas ou a demolições de cercas de conventos que possibilitaram a construção de praças.

Mas a frequência com que as praças surgem ligadas a uma estrutura religiosa centralizada não significa que seja esse o único processo de localização. Outra forma de relações é-nos dada pela existência de um porto fluvial ou marítimo, poderoso elemento funcional que sistematicamente provoca a aproximação da praça principal. Será então a vez da relação igreja-praça inverter-se e ser aquela que procura espaço previamente constituído. No entanto não podemos deixar de observar a complexidade destes processos de formação das estruturas urbanas.

Outra relação que se percebe importante é a que se estabelece entre a praça e as vias de comunicação que,

como é óbvio, tem grande interesse para a economia da cidade e para a divulgação de informações.

Os processos de crescimento urbanístico mostram-nos bem que à medida que as urbes se consolidaram, garantiram a sua permanência e simultaneamente ocorreram outros factores, como o aumento de população e o comércio regional, a divulgação de feiras e mercados regulares, as malhas urbanas cresceram no sentido de se aproximarem das vias de comunicação regionais e simultaneamente optaram por locais mais acessíveis, com declives mais suaves. Isto implicou que os aglomerados alcandorados fossem descendo para a meia encosta ou até para o sopé do monte onde o castelo fora elemento de consolidação da povoação e garantia de povoamento da região envolvente.

Nesta dinâmica de crescimento ocorrem por vezes ao longo do tempo a constituição de centros correspondentes a cada época. Esta dinâmica do centro ou praça principal é imparável quando o crescimento da urbe é unidireccional. Porém, o ritmo de deslocação do centro é bastante mais lento que o crescimento, porque não se trata apenas de uma estrutura física. O centro é também um elemento simbólico e, como tal, tende a perpetuar-se. Se a cidade tem grande dimensão e forte cunho histórico, a simbologia do centro fortifica-se, mantendo-se mais facilmente preservado. Casos como Lisboa e Porto são exemplares, porque já hoje mostram a formação de centros modernos que alternam ou se contrapõem duma maneira evidente com o centro urbano mais

antigo.

As estruturas urbanas de forte cunho radiocêntrico apresentam frequentemente grande vitalidade no centro histórico. O caso de Évora é exemplar neste aspecto, demarcando-se em duas dimensões:

A - O centro histórico limitado pela cerca medieval e posteriores acrescentos, ou seja, abrangendo toda a cidade novecentista.

B - O centro da cidade restringido a um único local - a Praça do Giraldo.

Encontram-se outras localidades que apresentam também o centro fortemente marcado, como Beja, Braga, Elvas, Viseu, Santarém, etc.

O poder local representado pelo município determinou em muitos casos a constituição de uma praça. A localização, tal como a igreja matriz, tende a ser central à mancha urbana da época. Em muitos casos associa-se à praça já constituída junto da igreja, mas noutros casos reclama um espaço próprio, tanto quanto possível próximo.

As funções económicas são outros tantos elementos determinantes da localização das praças - elas manifestam-se na aproximação às vias de comunicação terrestres e marítimas ou na instituição de espaços mais vastos onde possam ocorrer, quer no interior da urbe, junto à catedral, como na Guarda, próximo do interior de uma porta da cerca,

como no Rossio de Lisboa, ou no espaço mais desafogado de um exterior de porta de cerca, ou seja, de rossio. São estes os casos de Coimbra, do Porto, de Évora, Faro, Guimarães, Santarém, Viana do Castelo, etc. Daí o facto de se considerar o rossio português como um espaço urbano importante, uma vez que esses espaços amplos se transformaram em espaços centrais das urbes. A actual zona do rossio de Viseu é um caso exemplar sobre este aspecto.

A praça surge com um apreciável cunho de espaço urbanisticamente planeado quando tem a função de servir de átrio a um edifício prestigiado, e aí a sua localização decorre da localização deste. É central nos casos da Praça do Município e do Largo do Paço, de Braga adjacentes ao paço episcopal. É excêntrico no caso do Terreiro do Paço, de Vila Viçosa.

As praças rigorosamente planeadas, tanto na solução urbana como na arquitectura envolvente, ocorrem em Portugal só no século XVIII. Os planeamentos anteriores nunca chegavam ao ponto de determinar a arquitectura. Todos os casos têm influência da Casa do Risco gerida pelos arquitectos pombalinos. Porém, no caso da Praça Mouzinho de Albuquerque, de Braga, a influência será outra, uma vez que a urbanização é anterior à intervenção na Baixa de Lisboa após o terramoto de 1755 (1). As localizações destas praças planeadas dependem do traçado viário, também planeado, que

(1) - Cf. Ricardo Rocha, *Mapa das ruas de Braga, 1750*

as envolvem. Tanto podem ser centrais ao aglomerado previsto - caso de Vila Real de Santo António, Porto Covo e Manique do Intendente, como serem apenas centrais a uma zona nova da cidade - como aconteceu em Braga com a Praça Mouzinho de Albuquerque. A maior parte do século XIX decorreu sem acções de planeamento retomando-se sómente nos anos de viragem para o século XX.

O quadro seguinte pretende mostrar as diversas formas possíveis de localização da praça principal e a sua correspondência para as localidades consideradas para análise.

TIPO DE LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS

	SITUAÇÃO	PRAÇA / LOCALIDADE
1	Localização dependente da igreja matriz, a qual procurou centralizar-se na malha urbana da respectiva época. Com frequência é adjacente a uma Rua Direita.	P. Serpa Pinto - Aviz P. Serpa Pinto - Azambuja P. Luis de Camões - Guarda P. Santa Maria da Oliveira - Guimarães P. Santa Maria - Óbidos P. Visconde Serra do Pilar - Santarém P. da República - São Vicente da Beira
2	Localização resultante de ampliação planeada do adro de igreja manuelina incluindo demolição de habitações.	P. da República - Elvas P. Nova - Vila do Conde
3	Fronteira ao convento polarizador do desenvolvimento urbano	Rossio - Alcobaça P. da República - Cabeceiras de Basto
4	No centro da urbe, coincidindo com o fórum romano, a que se juntou igreja e Casa da Câmara	P. da República - Beja P. Luis de Camões - Chaves P. da República - Chaves
5	No cruzamento ou confluência de dois importantes eixos viários da urbe medieval	Largo do Apoio - Barcelos P. da Sé - Bragança P. D. João III - Miranda do Douro P. da República - Tomar P. 25 de Abril - Almeida
6	Próxima do interior de porta da cerca medieval	P. do Rossio - Lisboa
7	Adjacente ou próxima do exterior de porta da cerca medieval	P. Conselheiro Silva Torres - Caminha P. do Giraldo - Évora P. D. Pedro IV - Porto P. da República - Viana do Castelo
8	Adjacente ou próxima a porto fluvial ou marítimo, com localização excêntrica quanto ao aglomerado	L. Pedro Nunes - Alcácer do Sal P. do Município - Aveiro P. D. Francisco Gomes - Faro P. da República - Lagos Terreiro do Paço - Lisboa P. Luis de Camões - Mértola P. Sousa Oliveira - Nazaré P. da Ribeira - Porto P. da República - Vila do Conde
9	Centrada na cidade "baixa", exterior à cerca medieval e próxima de porto	P. do Comércio - Coimbra

TIPO DE LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS - Cont.

10	Junto à embocadura de ponte sobre rio e ligada a estrada regional importante, onde eventualmente também se localiza edifício prestigiado (Convento de São Gonçalo em Amarante)	P. da República - Amarante L. Luis de Camões - Ponte de Lima
11	Localização a meia encosta entre o castelo e o sopé do monte, com mais fácil ligação às vias regionais e fazendo parte duma extensão da urbe medieval	P. dos Monumentos Nacionais - Aguiar da Beira P. Luis de Camões - Alenquer P. Luis de Camões - Castelo Branco
12	No sopé do monte do castelo junto às vias de comunicação regionais	P. Lima de Brito - Arraiolos
13	Adjacente a uma via principal de acesso	P. da República - Caldas da Rainha
14	No limite da malha urbana intramuros, em função de novos edifícios, como igreja e Casa da Câmara (século XVI)	P. de Bocage - Setúbal
15	Localização com átrio de palácio episcopal centrado na urbe medieval	P. do Município - Braga L. do Paço - Braga
16	Átrio de palácio ducal, periférico à urbe	Terreiro do Paço - Vila Viçosa
17	Praça localizada em função da junção de dois adros de igrejas centralizadas na urbe, segundo planeamento	Largo da Sé - Viseu
18	Praças totalmente projectadas urbano-arquitectónicamente para centro de nova urbe ou bairro	P. Mouzinho de Albuquerque - Braga P. dos Imperadores - Manique do Intendente P. Marquês de Pombal - Porto Covo P. Marquês de Pombal - Vila Real de Stº António
19	Praça planeada urbanisticamente e loteada servindo de centro a nova extensão urbana	P. do Almada - Póvoa do Varzim
20	Praça planeada em interior de quarteirão, adjacente a Paços do Concelho e novas habitações	P. da República - Campo Maior

4 - A PRAÇA

4.1 - FORMA

A praça, como a cidade, resultam da interacção de vários factores, tornando-se difícil afirmar qual deles é o mais importante, uma vez que isso depende de cada situação que se apresenta. Por vezes é a dimensão que desde logo dá um cunho particular ao espaço, quer se traduza por medidas vastas, quer por reduzidas. Não sobra dúvidas que é a dimensão uma das características mais importantes para caracterizar a praça de S. Pedro, de Roma, ou a Praça do Comércio, de Lisboa. A importância da dimensão levou alguns autores a que a considerassem como o elemento mais importante, o que não aceitamos. Variados exemplos demonstram que a qualidade de uma praça pode depender de outras características. Citemos, como exemplos clássicos, a praça italiana de Pienza ou mesmo a Praça do Capitólio, em Roma, com os seus modestos 55 x 41 metros (1), o que não foi obstáculo a que Miguel Angelo realizasse uma obra singular. O mesmo se poderá dizer para muitas obras da antiguidade, como sublinha Métraux a propósito dos ágoras (2).

(1) - Cf. A. E. Morris, *Historia de la forma urbana*, p. 20

(2) - "... o importante não era o tamanho dos ágoras, mas o arsenal de espaços abertos e de edifícios públicos que havia de dispor para que a existência da polis prosseguisse normalmente o seu curso..." - Guy Métraux, *Espacios públicos: El Occidente y el Islam*, p. 16.

O estudo da dimensão da praça portuguesa indica-nos apreciável persistência de algumas dimensões o que, eventualmente, poderá facilitar a proposta de um arquétipo.

Já para a forma duvidamos da viabilidade de proposta semelhante.

A forma de um espaço como a praça deverá ser considerada através de todos os factores que a determinaram e que influenciam a nossa percepção. Isto porque o espaço só pode ser avaliado em função duma experiência que nos conduza a um conhecimento global. Daí que elementos como o envolvimento, construído ou natural, a silhueta desse envolvimento, determinante para estabelecer uma altura ou tecto da praça, e o pavimento, constituam elementos básicos do espaço arquitectónico. As infinitas combinações possíveis destes elementos, desde a focalização de um deles, a sequência possível de planos, a profundidade, os desníveis, a forma em si do envolvimento - plano, côncavo, convexo - até à escala reportada ou não à medida humana, têm uma intervenção activa na experiência cinética do uso do espaço.

Pormenorizando, podemos considerar, para facilidade de análise:

-Envolvimento aberto - ocorre nas praças portuárias ou marginais a cursos de água, ou ainda em terrenos com desníveis acentuados onde a praça foi construída como um patamar, abrindo um dos seus lados para a paisagem que domina. Exemplos marcantes são dados pela Praça do Comércio, de Lisboa, Praça da Ribeira, do Porto,

Praça da República, de Vila do Conde, Praça Luis de Camões de Alenquer, etc.

-Envolvimento fechado - a característica do espaço fechado varia bastante com a situação concreta que se apresenta, uma vez que existem casos que dão uma forte sugestão de espaço fechado sem o serem de facto. Isto deve-se a não ser possível do centro da praça observar perspectivas para além dela. Ocorre quando os acessos são por ruas estreitas, localizadas nos cantos, como foi típico do período medieval. Uma variante deste tipo de acessos à praça é aquela que Sitte designa por praça com ruas implantadas em turbina (1), dificultando as perspectivas para o exterior, a qual não encontramos em Portugal.

Raymond Unwin adoptou o mesmo critério de Sitte, defendendo a necessidade de existir um certo grau de fecho da praça, não necessariamente como se de claustro se tratasse, mas de forma que ao assumarmos à praça tenhamos a sensação de existir uma definição espacial concreta(2)

A preconização do fecho das praças foi feita por Vitrúvio e por Alberti, entre outros. Ambos recomendaram a utilização de arcos sobre as vias de acesso, marcando a transição de espaços de circulação para o espaço de estadia, e permitindo a continuidade de construção ao nível dos andares, o que reforçava a sugestão se tratar de um enorme

(1) - Cf. Camillo Sitte, *Construccion de ciudades segun principios artisticos*, p. 199

(2)- Raymond Unwin, *Town planing in practice* , 1909, tradução espanhola, p. 146

salão. Alguns fóruns romanos tiveram essa diferenciação bem marcada, inclusive com a colocação de marcos de pedra nas entradas das praças para impedirem o acesso de veículos, como ainda é observável nos fóruns de Pompeia. Esta diferenciação drástica de espaços perdeu-se na Idade Média, no entanto subsistiu o cuidado de evitar o atravessamento viário pelo centro da praça; as ruas são tangenciais aos lados, o que também sugere um maior fecho de todo o espaço. Encontramos praças no país em que esta forma de implantação está bem patente, por exemplo, Monsaraz, Torre de Moncorvo (núcleo mais antigo), Óbidos, Nisa, Porto de Mós, Redondo (intramuros), etc.

A singularidade do espaço da praça reduziu-se gradualmente depois da Idade Média. Primeiro com o gosto pela simetria e ordem renascentista, depois com a abertura dos grandes eixos perspecticos do período Barroco e, mais tarde, com as transformações dos traçados viários pela construção de alamedas arborizadas. Recorde-se a propósito, as relações existentes entre a Praça D. Pedro IV, do Porto e a Avenida dos Aliados, que a continua a Norte e torna indefinida a diferenciação. Em Lisboa, a Praça dos Restauradores e Avenida da Liberdade têm uma relação idêntica, tal como em Coimbra a Praça da República e a Avenida Sá da Bandeira, ou em Braga a Praça da República e a Avenida Central, etc.

Este gosto pelo espaço fluente e indeferenciado vulgarizou-se nas cidades europeias do século XIX e XX, e foi seguido pelos processos de construção maciça, cujas

consequências são bem conhecidas. Na cidade clássica as tipologias arquitectónicas tinham os seus lugares próprios, cabendo às praças os templos, os edifícios administrativos e governamentais ou de utilidade pública. Essa relação perdeu-se completamente desde que o valor do solo para construção se sobrepôs a tudo o mais, tornando frágeis as vontades de construir as cidades para o bem comum... Mas voltemos ao tema principal: em Portugal não existem praças fechadas idênticas às *plazas mayores* espanholas ou às *places royales* francesas; como já referimos em capítulo anterior, é de crer que na nossa história urbanística o esforço posto na construção de um "império" colonial não nos deixasse energia suficiente para aplicarmos na renovação das nossas cidades. Possíveis razões já avançámos ao tratarmos do território, do homem e da paisagem. Como se sabe, a praça fechada e construída como um todo exige um planeamento minucioso e uma gestão rigorosa da construção, aspectos que nos faltaram claramente como uma prática. A modesta Praça da República de Campo Maior será a que melhor se aproxima, entre nós, de uma praça fechada.

Sintetizando, poderemos afirmar que o envolvimento das praças dos nossos centros históricos não reflectem, na sua grande maioria, uma vontade de serem espaços fechados, individualizados arquitectonicamente, separados dos fluxos principais de trânsito. A sua individualidade decorre, como veremos, muito mais de ocupação funcional do que de qualquer intensão formal previamente

estabelecida (1).

Para além do grau de fecho, o envolvimento da praça define-se também pela forma geral da planta, a qual depende essencialmente da maior ou menor regularidade geométrica da malha urbana. Torna-se evidente que as acções de planeamento impuseram alinhamentos e formas mais regulares; nas urbes onde é mais relevante o crescimento orgânico a praça apresenta-se com as mais variadas e até inesperadas formas, ocorrendo com muita frequência a irregularidades, que tanto pode aproximar-se da forma quadrangular como poligonal ou outra. Pode até ocorrer uma sequência de espaços que se interligam, frequentes na relação da igreja com a envolvência. Como se sabe, o adro fronteiro da igreja foi em muitos casos um primeiro espaço público que ao longo do tempo foi sendo ampliado, quer por demolição de edifícios, como aconteceu em Évora, Elvas, Beja, Vila do Conde e, concerteza em muitas outras localidades de que não está ainda divulgada a documentação respectiva. Ou então por extensões laterais do adro, como são exemplo a Praça do Visconde Serra do pilar, de Santarém, a Praça Luis de Camões, da Guarda, a Praça da República, de Chaves, etc. Frequentemente era no espaço adjacente ao alçado lateral da igreja que decorriam funções vitais como a de mercado, pelo que esse lado alcançava especial importância, beneficiando em alguns casos de cuidados

(1) - A falta de um arquétipo formal fez-se sentir igualmente no urbanismo colonial, especialmente evidente quando se confronta a nossa actuação na América latina com a dos espanhóis, como já referimos.

portais para uso diário dos crentes. A Praça Luis de Camões da Guarda contém, talvez, o melhor exemplo da valorização do alçado lateral da igreja, a partir do qual foi construída a praça principal da cidade. Note-se que o adro fronteiro da igreja era com frequência, na época medieval, um espaço contido pelo casario apinhado ao seu redor. Veja-se os exemplos dos adros das Sés de Lisboa, Porto (antes da intervenção urbanística dos anos 40), Évora, Santarém, Viana do Castelo, etc. Eram todos pequenos espaços que obrigaram a que certas funções, como o mercado e as Casas da Câmara com os seus serviços anexos, fossem procurar espaços mais amplos para se instalarem. Porém, com a divulgação do gosto renascentista a situação alterou-se, tornando-se patente a abertura de grandes espaços diante da igreja, como nas obras manuelinas apadrinhadas pelo monarca - Azambuja, Beja, Elvas, Vila do Conde, Azurara, etc. Mas não podemos dizer que no contexto nacional sejam abundantes neste período as intervenções de índole urbanística. O contexto político português foi bastante diferente daquele que imperava na época em Itália, forte difusora das ideias humanistas, onde as cidades-estado, degladiando-se entre si, viram nas obras urbanísticas uma forma de se promoverem aos olhos dos rivais. Por isso *"a cidade e o urbanismo constituíam uma meta dos seus esforços para superar as cidades vizinhas em esplendor e influência"* (1).

Foi realmente este "clima" conjugado com outros

(1) - Jurgen Pahl, "La plaza pública desde la edad media hasta la época barroca", in *rev. Cultures*, Paris, Unesco, V (1978), 4, p. 34

factores também importantes, como a descoberta das leis da perspectiva e com ela a preocupação da simetria e do planeamento das partes em ordem à obtenção de um conjunto equilibrado, criando um espaço matematizado e indiferenciado, que a Antiguidade não conheceu, contribuindo para a emergência da ciência moderna, segundo Panofsky (1) e levando à redifinição da praça.

A praça pôde então ser encarada nas suas potencialidades de esplendor e magnificência e, tal como já fôra com os gregos e romanos, ser destinada a embelezar a cidade, a reflectir o gosto estético e a ideologia dos habitantes, tornando-se obra de arte em si mesma.

No entanto, as ideias renascentistas, quer expressas nos Tratados quer nas Utopias, não conseguiram conduzir a transformações radicais da cidade, mas apenas a intervenções parciais ou pontuais (2). O gosto renascentista patenteia-se mais na arquitectura e na arquitectura paisagista. Esta iniciou a sua moderna afirmação com o jardim "à italiana", onde é posta em evidência a técnica de dominar a topografia, com a construção de terraços a diferentes níveis subjugados a composições segundo eixos de simetria dominantes e canteiros com desenhos de padrões bem definidos, vindo toda essa organização espacial a constituir um vocabulário formal onde a axialidade e o ritmo dos

(1)- Cf. Erwin Panofsky, *La perspectiva como forma simbólica*, pp. 8-11

(2) - Cf. Pierre Lavedan, *L'Urbanisme a l'époque moderne*, p. 11

terraços são combinados com a arquitectura do edifício (1). Isto significa que o espaço exterior passou a ser objecto de um tratamento análogo ao da obra arquitectónica e, claro, isto teve repercussão no urbanismo.

Para Zucker, "*a influência destes jardins através do século XVII é igual à influência de Versailles para o século XVIII*" (2), podendo afirmar-se que o espaço exterior renascentista é, em boa parte, representado pelos jardins italianos. Quanto à praça italiana a primeira obra normalmente considerada como um marco de referência é a praça Pio II, em Pienza; realizada entre 1460 e 1464, e onde "*pela primeira vez um conjunto monumental deste género está ligado orgânicamente a um espaço verde e a uma panorâmica paisagista*" (3). Pienza é, sem dúvida, um óptimo exemplo de como a qualidade do espaço não reside apenas na dimensão ou no fausto dos edifícios, mas no equilíbrio do conjunto e possibilidades que oferece ao utente. Igualmente notável como obra precursora do ideal renascentista foi a *Piazza della Annunziata*, em Florença, adro duma ex-igreja que Brunellesch, a partir de 1419, utilizou para planear a construção duma praça rigorosamente rectangular de 50 por 80 metros (4000 m²), definindo um lado com a construção do hospital infantil e respectivo pórtico, cujo desenho ele-

(1) - Cf. Paul Zucker, *Town and square*, p. 108

(2) - Paul Zucker, *Town and square*, p. 107

(3) - A cidade planeada de Palma Nova e a nova estrutura viária de Roma foram excepções na panorâmica das obras urbanísticas renascentistas.

gante e depurado desde logo subordinou toda a arquitectura envolvente que se lhe seguiu e se conjugou com a estátua equestre e uma rua oposta, alinhadas sob um eixo central (1).

Se as ideias renascentistas tiveram dificuldade em se imporem no urbanismo italiano, mais dificuldades encontraram no urbanismo europeu, onde as influências surgem bastante mais tarde, em muitos casos já quando a arquitectura e a pintura tinha iniciado o período barroco. Assim é que as praças reais de Paris, Dauphine e Des Voges, surgem em 1606 e 1612, respectivamente, enquanto que em Londres a praça de Convent Garden é de 1630.

Em Espanha alguns factos contribuíram para as obras urbanísticas, como foi o caso de os Reis Católicos terem emanado ordens em 1480, de Toledo, e em 1500, de Sevilha, obrigando a construção de edifícios condignos para as Casas das Câmaras (Casas de Concejos).

Em Portugal, sem a rígida determinação espanhola, temos exemplos de vários edifícios municipais construídos sob a égide manuelina e de que ainda subsistem alguns exemplares (Castelo Branco, Castelo Novo, Guarda, São Vicente da Beira, Penamacor, Vila do Conde; mas muitos outros terão sido construídos como indiciam os inúmeros pelourinhos existentes). Este movimento de afirmação municipal na península terá sido um forte contributo para a valorização da praça. Por outro lado, variadas igrejas

(1) - Leonardo Benévolo, *História de la arquitectura del Renacimiento*, p. 224

construídas a partir de inícios do século XVI já não se submetem ao esquema urbanístico do minguado adro medieval: requerem espaços amplos, por vezes em todo o seu redor, com elaborados arranjos embelezadores dos adros, o que revela outra atitude para com o espaço exterior, prenunciando as intervenções barrocas. Os melhores exemplos parece-nos serem: a Sé de Miranda do Douro (1547), Sé de Torre de Moncorvo (séc. XVI), Sé de Leiria (1559), Sé de Vila do Conde (1513). Noutros casos não existiu o arranjo diferenciado do espaço adjacente à igreja mas, em contrapartida, o adro fronteiro foi alargado, constituindo-se uma praça. Exemplos relevantes são os de Santa Maria dos Açougues, de Elvas (com a praça mandada construir por D. Manuel I), Santo Antão, de Évora (com adro alargado por determinação do Cardeal D. Henrique), as matrizes de Portalegre, Vila do Conde, Azurara, de Arronches, etc. Estas obras pela nova forma de relação com o espaço que patentelam, influenciaram, com certeza, as praças urbanas que se foram construindo ou reconstruindo durante e depois do século XVI, onde a igreja aparece em muitos casos centrada no lado de uma praça polifuncional, como, aliás, se tornou mais ou menos sistemático no urbanismo colonial dos séculos XVII e XVIII.

São igualmente de recordar as acções urbanísticas exemplares dos bispos de Braga, durante o século XVI e seguintes e, da mesma forma, as obras de Frei Brás de braga, em Coimbra, a partir de 1527.

Todas estas obras de extensão ou de redifinição urbana têm um carácter híbrido porque nunca chegam a afir-

mar-se totalmente como um conjunto urbano-arquitectónico submetido a determinado cânone formal. Definem-se em termos de desenho urbano mas sem a posterior sujeição do envolvimento arquitectónico, podendo surgir uma igreja que obedeça a tal, mas toda a restante arquitectura civil mantém a traça tradicional de uma época anterior. Irá ser este hibridismo que predominará sempre, com as raras excepções do século XVIII. Porque as tentativas de construção no Porto de uma praça maior totalmente planeada frustraram-se sucessivamente, e também porque a prática intensiva do urbanismo colonial utilizou sobretudo princípios em prejuízo da definição formal (1), parece-nos lícito aceitar a observação de Reynaldo dos Santos: "... não estará no nosso espírito a arte requintada e clássica do renascimento italiano" (2); as nossas obras são pontuais e muito mais ao nível da peça arquitectónica do que do desenho urbano.

E no espírito dos espanhóis estaria essa arte requintada que os conduziria a um comportamento diferente para com o espaço construído? Se não estava, eles tinham, pelo menos, actuações diferentes em épocas anteriores, como demonstram as suas *villas novas* bastante próximas em concepção das *bastides* francesas. Logo no período pós-muçulmano dão especial importância a dois elementos urbanos - a *Calle Mayor* e a *Plaza Mayor* e ao longo da sua

(1) - Conforme já visto no capítulo II, p. 152. Veja-se José Eduardo Horta Correia, "Urbanismo", in *Dicionário da arte Barroca em Portugal*, pp. 507-513

(2)- Reynaldo dos Santos, *Oito séculos de arte portuguesa*, vol. II, p. 206

história urbana conservam-lhe a importância. É certo que os portugueses também têm a rua Direita e uma praça que é chamada de Principal, ou Grande, do Pelourinho ou Praça Nova, isto é, com diversas designações que não têm a veemência dada pelos espanhóis à sua *plaza mayor* existente em muitas urbes. Entre nós aconteceu mesmo que depois de meados do século XIX, os topónimos tradicionais fossem substituídos por outros derivados dos ideais políticos da altura. A Praça Grande de Évora, começou a ter a designação de praça do Giraldo a partir de 1860; como Évora, em muitas outras localidades principais aconteceu a mesma perda de toponímia tradicional.

Para os dois países ibéricos pode afirmar-se, como o fez Dalché para Espanha, que à medida que a administração urbana foi evoluindo, da participação das paróquias para um governo global e centralizado, formando-se o município, é que se criaram as necessárias condições para o surgimento de um espaço público principal (1). Porém, esse processo comum foi diferenciado com os Reis Católicos ao intentarem uma política de remodelação das cidades à luz das ideias do frade espanhol, D. Rodrigo D'Eximeniz, o mais importante teórico do urbanismo da época, para além das influências dos tratados italianos... A *Plaza Mayor* tornou-se então essencialmente uma praça municipal dominada pela *Casa do Concejo*, onde funciona o mercado e ocorrem os usos de ócio, lúdicos ou político-

(1) - Cf. Jean Gautier Dalché, "La place et les structures municipales en vieille Castille", in *Plazas et socialité en Europe et Amérique Latine*, pp. 53-59

sociais. Ou seja, a *Plaza Mayor* não se vê tão marcada pelo edifício da igreja como a praça portuguesa, embora na região Vasca e da Andaluzia hajam aproximações (1).

A época barroca reportada a um amplo cenário de representações encontra na cidade um meio propício à sua concretização. São nas razões de ordem psicológica que Wolfflin fundamenta a necessidade sempre existente dos estilos evoluírem (2), por via duma *fadiga da forma existente* ocorrida no Renascimento, quando a imaginação dos artistas começou a sobrepor-se ao cânones de então; o mesmo voltou a acontecer nos períodos subsequentes.

Munford justifica as transformações da cidade sobretudo em função das condições sociais dominantes e de alguns progressos técnicos, tal como a vulgarização dos veículos de rodas e a consequente rectificação e alargamento da rua; a isso junta-se o gosto pelo desfile de tropas e o aumento do controle policial, como processo de combater a marginalidade e afirmação do poder (3).

Duma forma ou outra, as novas avenidas geométricas que vão surgindo um pouco por toda a Europa passam a imprimir às praças com que se relacionam uma característica de utilização dinâmica que antes não tinham, tornando-se enlances de confluências viárias. Este processo

(1) - Cf. Bruno Vayssière, "La plaza mayor dans l'urbanisme hispanique", in *Forum et Plaza Mayor dans le monde hispanique*, pp. 43-77

(2)- Cf. Henrich Wolfflin, *Renascimento y Barroco*, p. 80

(3) - Veja-se Lewis Mumford, *A cidade na história*, pp. 399-400

teve início nas transformações de Roma promovidas por Sixto V (1585-1590) e atingiu a maior evidência nas propostas do concurso público de 1765 para as transformações de Paris.

Lavedan apoiado em autores como Wölfflin, Focillon e Eugenio D'Ors, adopta as definições do barroco definidas por eles, como sendo a preferência pelas curvas e contracurvas em oposição à linha recta e ao círculo ou curva geométrica da arte clássica, mas considera que não existe um urbanismo barroco (1). Lavedan ignora aqui outros atributos do barroco e que o desenho da cidade não pode ser identificado com o espaço pictórico de um Rubens, com a escultura de um Bernini, ou mesmo com a arquitectura de uma igreja barroca. No entanto Lavedan não se esquece de referir Versailles, São Petersburgo e Washington, criações dos séculos XVII e XVIII, impensáveis sem o contexto cultural que os determinaram, e onde o ideal de transformação do meio, a subordinação da paisagem a um desenho imposto e a liberdade de concepção sobrepõem-se à procura do equilíbrio da época anterior (2). A praça ocorre então nas mais variadas situações e com novas soluções formais, algumas inimagináveis em épocas anteriores. Citem-se como marcos de referência a Piazza del Campidoglio, de Miguel Angelo, iniciada em 1538. Pertence a um período em que a relação a Portugal corresponderá ao Renascimento, mas que

(1) - "... as cidades do século XVII e XVIII não são feitas senão por linhas directas e curvas simples não procurando o irracional e por isso não podem ser ditas barrocas" - Pierre Lavedan, *L'Urbanisme à l'époque moderne*, p. 79

(2) - Veja-se Eugenio D'Ors, *O Barroco*, p. 79

em Itália inscreve-se bem, pelas suas características cinestésicas ao período seguinte ; aliás como Rasmussen reforça ao referir-se ao facto desta obra estar em oposição às ideias renascentistas das praças, para as quais eram prescritas figuras geométricas regulares, concebidas como unidades espaciais independentes da cidade. Com a Praça do Capitólio e outras aconteceu o inverso - procuraram uma extensão, abrindo-se para a cidade como se de um palco se tratasse, situação que "o arquitecto, sobretudo do primeiro renascimento, era incapaz de pensar como uma composição aberta e infinita" (1).

Outra praça paradigmática é a de S. Pedro, de Roma; construída entre 1586-1613, constituirá o exemplo mais bem acabado do urbanismo barroco. "*Nunca antes houvera na cultura ocidental, afirma Pahl, nem nas suas precursoras imediatas, uma praça que criasse e apresentasse um carácter público tão vasto e uma tal uniformidade na expressão arquitectónica*" (2). Esta praça, ao contrário da Praça do Capitólio, de modestas dimensões e de um grande aproveitamento formal da modelação do pavimento e das formas em planta, impõem-se pela dimensão, aliada a formas envolventes que contrastam com o restante tecido urbano, como a basílica monumental e a arcada recta de hemiciclos.

A Piazza di Spagna é outra obra do barroco

(1) - Cf. Paolo Favole, *Piazze D'Italia*, p. 107

(2) - Jurgen Pahl, "La plaza publica desde la edad media hasta la época barroca", in *Culturas*, p. 41

romano referenciável pela sua originalidade. Em todas as soluções urbanísticas conhecidas até aí, as escadarias estavam subordinadas à praça ou ao edifício, sendo meros elementos de ligação embora desempenhando, por vezes, papel relevante, como acontece na Praça do Capitólio. Mas na Praça de Espanha a relação inverte-se, tornando-se a escadaria uma peça arquitectónica autónoma, tão importante como os demais elementos definidores do espaço. Para além de servir de ligação entre dois níveis bastante diferenciados, a escadaria é concebida também como espaço de estadia, com plataformas adequadas e embelezadas, como se de uma praça tradicional se tratasse. A solução representa um extraordinário espaço cenográfico, pelas inúmeras perspectivas viáveis, conjugadas com uma forte afirmação simbólica decorrente da ascensão à igreja de *S. Trinitá dei Monti*.

Apesar da extraordinária qualidade de muitas praças que possui, a Itália não conseguiu impor um modelo formal. As soluções foram ocorrendo com grande variedade, sendo em muitos casos relevantes a adaptação ao sítio, quer seja pela concepção do pavimento (Praça do Capitólio, Praça de Espanha, Praça Ducal Vigevano, etc) pelo envolvimento arquitectónico (Praça de S. Pedro, São Marcos, de Veneza, Piazza della Signoria, de Florença, etc), ou apenas pelos elementos isolados que adornam, como esculturas, obeliscos, fontes monumentais (S. Pedro, Piazza della Signoria, Piazza Pretoria, de Palermo, Piazza Navona, de Roma, Piazza di Trevi, de Roma, etc).

Se com o Renascimento se esboçou uma procura de

uniformidade e regularização, ordem e programa das praças, com o Barroco desapareceram as intensões de regra e uniformização e o que imperou foi cada solução de *per si*, mantendo-se a simetria axial mas evidenciando-se o gosto por uma arquitectura de paramentos encurvados com profusão de ornamentos, desníveis de pavimentos e aberturas de perspectivas.

A França começou por afirmar o seu barroquismo nos jardins e nos imensos parques que André Le Nôtre levou a efeito em Vaux-le-Viconte, cinco anos antes da colunata de Bernini da praça de S. Pedro, em Roma. Mas as primeiras praças reais de Paris foram ainda muito subordinadas aos cânones renascentistas: a figura geométrica perfeita para a planta, a simetria de todos os elementos e a regularidade e ordem para toda a arquitectura enquadrante. Assim aconteceu com a primeira praça programada da Paris, a Place Dauphine, acabada em 1614. A sua forma triangular fechada constitui uma solução invulgar (1), não só pela forma como também pelo facto de não envolver a estátua do rei, colocada esta de frente a uma das entradas.

Ao contrário das praças italianas, feitas quase sempre para enquadrarem uma igreja ou um edifício notável, a praça real francesa é empreendida, ela própria, pelo rei, a partir da construção de edifícios para habitação. Talvez que essa decisão não adviesse duma necessidade de alojamen-

(1) - Um lado da praça foi demolido em 1875, alterando-se então as características iniciais.

tos: para Branfels o principal móbil foi o *desejo de levantar ao rei um monumento num enquadramento urbanístico adequado* (1). Rasmussen adianta outra opinião, afirmando que as promoções imobiliárias reais foram movidas pelo desejo do rei de controlar a nobreza que até aí habitava nos castelos e palácios rurais (2). Em síntese poderemos adiantar que as praças reais francesas resultaram de um poder autocrático que as promoveu para seu proveito.

A divulgação por toda a França das praças reais levou a que perdessem a característica de uso habitacional predominante, para se tornarem num espaço de enquadramento de edifícios prestigiados, como o Hôtel de Ville ou a Bolsa, o que, em termos de forma, se traduziu na substituição da regularidade da moldura, pensada para enquadramento da estátua real, por outra situação em que a própria arquitectura passa também a ter a função evocativa. É este tipo de arquitectura envolvente que também vigora na *plaza mayor* espanhola, a qual não tem a preocupação de ser moldura de estátua, mas antes de todas as celebrações e acontecimentos em que a praça é o espaço cénico.

Alliás, a estátua do rei em França, como elemento organizador do espaço, foi perdendo importancia gradualmente, passando de equestre a simples estátua de corpo

(1) - Wolfgang Braunfels. *Urbanismo Occidental*, p. 265.

(2) - "...a praça real pode ser considerada como um esforço manifesto para integrar e controlar a aristocracia e impor-lhe um papel de figurantes, em proveito da monarquia"
-Steen Eiler Rasmussen, *Villes et architectures* p. 62.

inteiro, enquanto o espaço envolvente se foi abrindo para os grandes eixos perspecticos. A praça tornou-se, por via desta evolução, uma consequência do desenho da cidade e não um dos seus elementos geradores. Neste contexto, são particularmente interessantes as praças encadeadas de Nancy: - place Stanislau, place de la Carrière e place du Hemicycle; outro desenho urbano notável é a praça Amalienborg, em Copenhague, octógono limitado por quatro edifícios de maior porte e quatro menores que os ligam e simultaneamente se deixam atravessar por quatro vias perpendiculares (1).

A praça Inglesa não deixa de integrar-se neste período áureo do urbanismo dos séculos XVII e XVIII, com soluções bastante *sui generis*, resultantes de um contexto cultural onde uma das componentes é o gosto por uma forma de habitat em contacto com a natureza e pelo simultâneo desfrute de uma habitação confortável (2).

Apoiando-se nestas premissas e procurando a obtenção de lucros sobre os solos disponíveis, os donos das terras levaram a cabo operações de loteamentos para a construção de habitações em torno de praças ajardinadas, construídas para uso exclusivo dos moradores. A sua localização era desviada dos grandes eixos de circulação, visando a preservação do ambiente. Como é óbvio, as

(1) - Para uma descrição mais pormenorizada consulte-se Steen Eiler Rasmussen, *Villes et architectures*, pp.125-141.

(2) - Para um maior aprofundamento destes aspectos consulte-se, entre outros, Raymond Williams, *The country and the city*, trad. brasileira "O campo e a cidade", p. 11 e seguintes; Wolfgang Braunfels, *Urbanismo occidental*, p. 272; S. Giedion, *Espacio, tiempo y arquitectura*, p. 652.

características das *squares* inglesas opuseram-se à urbanidade das praças tradicionais, fruto da polifuncionalidade e de uma área de influência muito mais alargada do que a dos estreitos moradores.

A forma predominante da praça inglesa é a do rectângulo onde, por vezes, se destaca a casa do proprietário original dos terrenos, ou então a igreja. A grande preocupação de integração do jardim na praça levou ao surgimento de formas circulares, como na cidade de Bath. Aí o cenário procurado é não só o da praça como também o que fica para além dela. Mas na maioria das soluções a praça teve uma limitação espacial quadrangular, com a zona central rectangular, oval ou circular, ajardinada por paisagistas notáveis, como Humphrey Repton (1).

Do programa das praças inglesas não se evidenciam as preocupações cenográficas análogas às das praças reais francesas. Estas têm como referência paradigmática a *place Vendôme*, definida de início apenas pelas paredes das fachadas dos edifícios, como processo de viabilizar a colocação central da estátua do rei. Das componentes enunciadas deriva uma vincada diferença entre a "*place royale*" e a "*square*" inglesa. Nas praças francesas está patente a ostentação representativa e sempre que possível a monumentalidade; enquanto que nas praças londrinas o propósito seguido foi o de se obterem áreas habitacionais cómodas, intimizadas pelo afastamento do tumulto viário circundante,

(1) - Para mais informações veja-se, entre outros, A. Morris, *História de la forma urbana*, pp. 294-309.

sem grandes pretensões arquitectónicas, mas com forte caracterização espacial, dada pela continuidade dos edifícios e pela fácil ligação com o jardim central, sugerindo reminiscências do claustro medieval (1). Pelo ambiente aprazível que proporcionaram, as praças inglesas inspiraram, para o bem e para o mal, as praças continentais ajardinadas. Curiosamente, uma das primeiras praças a sofrer essa influência foi a place Royale, de Paris (2).

Formalmente semelhante à place Royale francesa, a plaza Mayor espanhola difere daquela pelos usos que inclui; não desejando ser uma moldura da estátua real, é antes, pelo edifício municipal, comércio e serviços que integra, um espaço de intensa actividade urbana, cenário de múltiplos acontecimentos sociais, de divertimentos, com a tourada como espectáculo de eleição.

Em Portugal não existem praças que possam ser designadas, em toda a acessão da palavra, de barrocas. É certo que continuaram a ter como um dos temas principais o enquadramento da igreja ou de edifício notável, mas a expressão barroca fica-se apenas pelo edifício ou pela fonte monumental, não abrangendo o restante envolvimento arquitectónico, para além da regularização dos planos de fachada. As grandes obras barrocas portuguesas apresen-

(1) - Cf. Paul Zucker, *Town and square*, pp.202-203.

(2) - Veja-se Pierre Francastel, "Paris et la cration urbaine en Europe au XVIII e. siècle, in *L'Urbanisme de Paris et l'Europe* , p.193; Luis Lhardent, *Zonas verdes y espacios en la ciudad*, pp. 15-54.

tam-se isoladas no espaço, sobretudo no Norte do país.

O quadro seguinte procura dar uma visão geral, necessariamente não exaustiva, do tipo de obras barrocas e situações onde se encontram.

SITUAÇÕES POSSÍVEIS DE EDIFÍCIOS BARROCOS E SUA RELAÇÃO COM AS PRAÇAS

SITUAÇÃO	OBRA E LOCAL
Igrejas destacadas na paisagem urbana tanto pela forma, implantação individualizada e volumetria diferenciada por altas torres ou cúpulas, com pouca relação com uma praça enquadrante.	Igreja dos Clérigos - Porto Igreja de Santa Engrácia - Lisboa Basílica da Estrela - Lisboa Bom Jesus - Barcelos
Igrejas de peregrinação em locais elevados ou isoladas, forma dos aglomerados urbanos, tornando-se pontos de referência importantes na paisagem.	Bom Jesus do Monte - Braga Nã Sra dos Remédios - Lamego Nã Sra de Aires - Viana do Alentejo Santuário do cabo Espichel Igreja da Madalena - Falperra
Mosteiros e palácios localizados em meios rurais que originaram o desenvolvimento de povoações e um terreiro pouco limitado, sem grandes preocupações urbanísticas.	Mosteiro de Refojos - Cabeceiras de Basto Convento de Mafra Palácio de Queluz
Praças definidas por importante edifício barroco ou projectadas segundo uma óptica barroca, ainda que pouco expressa.	Praça do Município - Braga (1754) Campo do Reduto ou Praça Mouzinho de Albuquerque - Braga Praça da Ribeira - Porto
Praças que se caracterizam por possuírem elementos isolados de forte expressão barroca, tais como chafarizes e fontes monumentais.	Santo Antão do Tojal (fonte monumental e chafariz) Castelo Novo (Chafariz) Alpedrinha (chafariz) Largo das Necessidades - Lisboa (fonte) Largos da Esperança, Janelas Verdes e Praça da Armada - Lisboa (chafarizes)

As nossas principais obras barrocas têm pouca ou nenhuma relação com as praças. Para edifícios tão importantes como o convento de Mafra, o palácio de Queluz, a basílica da Estrela, de Lisboa, ou a igreja dos Clérigos, do Porto, foi, senão esquecido, renegado para um secundaríssimo plano o enquadramento urbanístico por uma praça, de que resultasse uma valorização mútua. A arquitectura ficou limitada ao edifício, não se extrapolando para a configuração de todo o espaço, moldando-o, configurando-o de maneira a que disso resultasse uma cenografia completa.

Neste contexto, as praças surgidas de um planeamento, ainda que parcial são, de facto, raras. A praça do Município, de Braga, poder-se-á dizer barroca, apenas porque é limitada em dois lados opostos por arquitecturas afins e sublinhada tardiamente pela fonte joanina do Pelicano. Mas nem a configuração da praça nem a restante arquitectura envolvente, de expressão tradicional, têm qualquer evocação barroca. A praça Mouzinho de Albuquerque, de Braga, surge como uma excepção em todo o país; já em construção em 1750 (conforme *Mapa das ruas de Braga*, elaborado pelo Pe. Ricardo Rocha), surgiu de uma operação de planeamento global, do urbanismo e da arquitectura envolvente, ainda com a singularidade de ser projectada apenas para edifícios de habitação e não para enquadrar qualquer edifício notável. É ainda de salientar a invulgar configuração desta praça: um quadrado com as ruas aos

cantos coincidentes com as diagonais, ou seja, as ruas focalizam as perspectivas no centro da praça, o que entre nós é raro no urbanismo pré-pombalino realizado em Portugal continental.

FORMAS DAS PRAÇAS

PRAÇAS NÃO GEOMÉTRICAS OU PARCIALMENTE GEOMETRIZADAS

FORMA	LOCAL	Nº
Rectangulares	Alcácer do Sal, Aveiro, Barcelos, Campo Maior, Castelo Branco Lagos, Porto - P. Liberdade - Ribeira, Tomar, Vila do Conde	10
Rectangulares bastante alongadas	Beja, Caldas da Rainha, Mértola, Nazaré	4
Quadradas	Braga - L. Paço, Ponte de Lima, Vila Viçosa	3
Trapezoidais	Almeida, Azambuja, Braga-P.Município, Bragança, Chaves-P.Repú.	5
Triangulares	Alcobaça, Amarante, Cabeceiras de Basto, Santarém	4
Irregulares	Caminha, Chaves - L. Infantaria. Guimarães, Miranda do Douro Óbidos, Póvoa do Varzim, S. Vicente da Beira, Viseu	10
Irregulares bastante alongadas	Aguiar da Beira, Arraiolos, Coimbra, Évora, Faro, Setúbal, Viana do Castelo	7
Irregulares com espaços articulados	Alenquer, Aviz, Chaves, Elvas, Guarda	5
PRAÇAS GEOMÉTRICAS		
Rectangulares	Lisboa - Rossio	6
Quadradas	Braga - P. Mouzinho Albuquerque, Lisboa - P. Comércio, Porto Covo, Vila Real de Santo António	
Poligonais	Manique do Intendente	

4.2 - ORIENTAÇÃO GEOGRÁFICA DOS EIXOS DOMINANTES DAS PRAÇAS E INSOLAÇÃO DAS FACHADAS

O quadro seguinte mostra-nos o agrupamento das praças em função da orientação dos seus eixos principais. A sua análise indica não ser possível concluir que exista uma orientação preferencial, uma vez que as quatro orientações consideradas comportam um número aproximado de ocorrências. Existem seis casos onde a atribuição do eixo dominante é duvidosa; mas esse número não é suficiente para influenciar definitivamente o resultado.

O apuramento das exposições das fachadas voltadas à praça, pelos edifícios dominantes - igrejas, câmaras municipais, solares, etc., oferece resultados mais compensadores, como se verifica pelo respectivo diagrama. A maior ocorrência é para as fachadas voltadas a Sudeste, Oeste e Sul, ou seja, as têm melhor insolação no período do inverno. Não nos parece que este aspecto resulte apenas da procura de melhor salubridade; o desejo de evidenciar esses edifícios, colocando-os em posição duma melhor iluminação da fachada ao longo do ano, poderá ser um factor a ter em conta.

Existe um outro aspecto a considerar para o caso das igrejas com fachadas expostas a Oeste, resultante dos antigos cânones litúrgicos, os quais prescreviam que as cabeceiras ficassem voltadas para oriente.

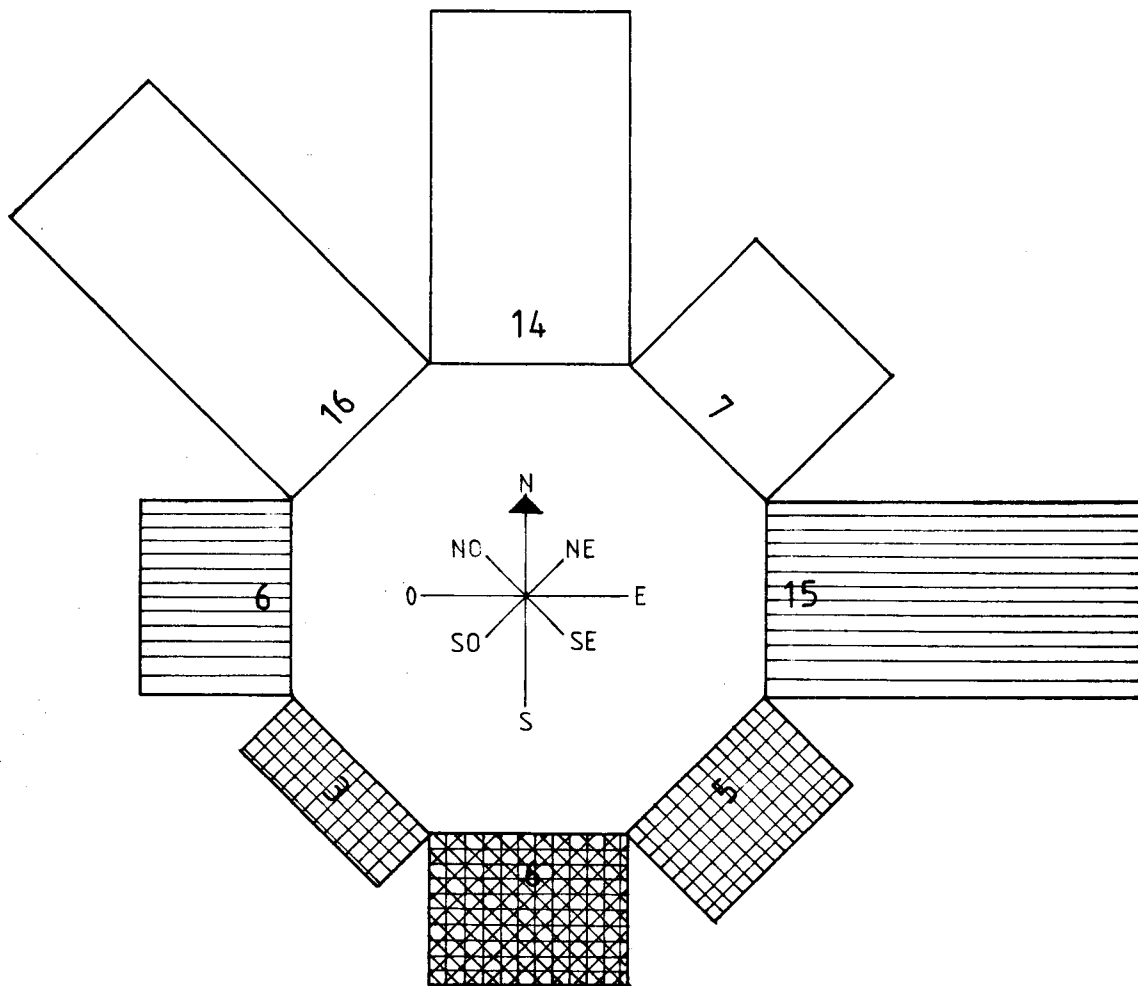
Três praças não foram consideradas para este apuramento, pelo facto de não apresentarem edifícios domi-

nantes nem apresentarem qualquer outro indício de exposição preferencial.

INSOLAÇÃO DAS FACHADAS DOS EDIFÍCIOS DOMINANTES NAS PRAÇAS - Igrejas, Câmaras Municipais, etc

EXPOSIÇÃO	EDIFÍCIO / LOCALIDADE	Nº
Norte	Câmaras Municipais- Azambuja, Braga, Évora(demolido) Lateral de igreja - Bragança, Chaves, Guarda	3 3
Sul	Solar, paço - Almeida, Braga, Bragança, Castelo Branco, Vila do Conde Lat. igreja - Alcácer, Amarante, Azambuja, S. Vic. da Beira Igreja - Aveiro(demolido), Vila Real de Stº António Câmara Municipal - Guimarães, Manique do Intendente, Porto- P. Liberdade (demolida)	14
Este	Paço, palácio - Braga, Vila Viçosa Câmara municipal - Campo Maior, Miranda do Douro, S. Vic. da Beira Tomar	6
Oeste	Mosteiro,convento- Alcobaça, Cabeceiras de Basto Câmara Municipal - Castelo Branco, Guarda, Óbidos, Setúbal, Vila Real de Santo António Igrejas - Coimbra, Faro, Guimarães, Miranda do Douro, Óbidos, Setúbal, Tomar, Vila Viçosa	15
Noroeste	Câmara Municipal - Aveiro Igreja - Chaves, Lagos, Viseu Lateral igreja - Santarém	5
Nordeste	Câmara Municipal - Mértola Igreja - Coimbra, Porto Covo	3
Sudoeste	Câmara Municipal - Aguiar da Beira, Alenquer, Beja, Santarém, Viana do Castelo Igreja - Aveiro Edifícios notáveis-Faro	7
Sudeste	Câmara Municipal - Arraiolos, Caldas da Rainha, Caminha, Chaves, Lagos, Póvoa do Varzim Igreja, capela - Alenquer, Beja, Caldas da Rainha (capela), Caminha, Évora, Viseu Edifícios notáveis-Lagos, Lisboa- Rossio, Viana do Castelo	16

GRAFICO DA DISTRIBUIÇÃO DAS ORIENTAÇÕES DOS
EDIFÍCIOS DOMINANTES NAS PRAÇAS



ORIENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO EIXO DOMINANTE DAS PRAÇAS

ORIENTAÇÃO APROXIMADA	LOCALIDADES	Nº
Norte-Sul	Braga - P. Município, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Guimarães, Manique do Intendente, Miranda do Douro, Porto - P. Liberdade, Porto - Ribeira, Setúbal, Vila Real de Santo António	11
Este-Oeste	Alcácer do Sal, Almeida, Bragança, Cabeceiras de Basto, Campo Maior, Nazaré, Óbidos, Ponte de Lima, S. Vicente da Beira, Tomar, Vila do Conde, Vila Viçosa	12
Noroeste-Sudeste	Aguiar da Beira, Alenquer, Aveiro, Azambuja, Barcelos, Beja, Chaves - P. República e P. Camões, Elvas, Évora, Lisboa - - Rossio e P. Comércio, Viseu	13
Sudoeste-Nordeste	Amarante, Arraiolos, Caldas da Rainha, Chaves - R. Infantaria Lagos, Mértola, Porto Covo, Póvoa do Varzim, Viana do Castelo	9
Sem orientação definida	Alcobaça, Aviz, Braga - P. Mouz. Albuq., Caminha, Faro, Santarém	6

A orientação aleatória dos eixos das praças, a que se contrapõe a preferência por determinadas exposições para os edifícios pretigiados, parece-nos traduzir um semi-planeamento da praça. Ou seja, existem determinadas opções, as quais contrariam a ideia de uma construção global espontânea, feita de vicissitudes.

4.3 - A DIMENSÃO

Desde Vitrúvio que nos é indicada a necessidade da relação entre as dimensões da urbe e da respectiva praça (1).

No Renascimento foram retomadas as teorias das proporções e procurada a sua conjugação com as leis da perspectiva. Para Alberti, o fórum romano media na largura dois terços do comprimento, mas não indica qualquer medida real (2). Como recomendação, determina que a forma tenha uma planta onde se inscreva dois quadrados e será a altura dos edifícios a determinar a dimensão da praça, para que se cumpra a relação de 1:3 a 2:7 entre as alturas e as larguras (3), no máximo 1:12 (4). A indicação geral é de que a praça não deva parecer demasiado grande se os edifícios ao redor forem baixos, nem demasiado pequena se forem muito altos. Ou seja, não são as medidas em si que importam, mas a impressão que causam no observador.

Camillo Sitte retoma modernamente o tema e afirma: "...na arte de espaço tudo depende das proporções relativas - as dimensões absolutas têm pouca

(1) - "A superfície destas praças públicas deve estar em proporção com a densidade da povoação de modo que nem resultem insuficientes pela sua capacidade, dadas as necessidades, nem pareçam demasiado desertas devido ao escasso número de utentes" - Marco Lúcio Vitruvio, *De Architectura*, trad. espanhola "Los diez Libros de arquitectura", p. 109.

(2) - Leon Battista Alberti, *L'Architettura*, p. 712.

(3) - *Ibidem*

(4) - Cf. Leon Battista Alberti, *De re aedificatoria*, tradução espanhola de Veneza, 1565, p. 249 (Biblioteca Nacional de Madrid).

importância" (1), e conclue das suas observações:

1 - *As praças principais das grandes cidades são maiores que das pequenas.*

2 - *Em todas as cidades, algumas das suas praças têm dimensões máximas, enquanto que as outras demais mantêm-se dentro de uma medida mais discreta (2).*

Verifica-se que também Sitte não consegue estabelecer qualquer valor de proporcionalidade entre a urbe e as respectivas praças.

Estas tentativas de autores, hoje considerados clássicos nas áreas do urbanismo e da arquitectura, não impediram que autores contemporâneos prosseguissem as investigações sobre o tema. É o caso de Arnheim, que ao introduzir a psicologia na observação de espaços e formas, afirma: *Em geral, a altura sobre uma praça fechada imagina-se como três ou quatro vezes a altura do edifício mais alto da praça. Parece ser maior sobre as praças que estão dominadas por um edifício proeminente, enquanto que nas praças amplas e abertas, como a place de la Concorde, em Paris, a distância visual ao céu percebe-se vagamente (3).*

Zucker tem uma posição semelhante ao considerar como determinante o envolvimento arquitectónico, a expansão do pavimento e o tecto imaginário da praça, abaixo do céu;

(1)- Cf. *Construcion de ciudades segun principios artisticos*, p.55.

(2)- *Ibidem*

(3) - Rudolf Arnheim, *La forma visual de la arquitectura*, p. 25

mas todos estes elementos percebidos através duma experiência cinestésica e não de medidas absolutas (1).

Outra via possível do estudo da percepção das praças é-nos dado por Rapoport (2), utilizando observações da antropologia:

Distâncias limite:	Para conversar	1 - 3 m
	Reconhecer a expressão facial	15 m
	Reconhecer a pessoa	25 m
	Distinguir o sexo	150 m

A estes limites da capacidade da visão podem ser agregados os limites para outros sentidos, como o fez Christopher Alexander ao introduzir a audição e pondo em questão não só as qualidades cinestésicas do espaço, mas também as condições sensoriais do utente e os seus sentimentos de relação com a comunidade, tema tão caro à moderna psicologia ambiental (3). Não importa a estes autores a apreciação formal do espaço mas sobretudo as condições para que a praça seja usufruída com êxito, de maneira a não parecer acanhada nem deserta como, aliás, também os autores clássicos consideravam, proporcionando as melhores condições de sociabilidade.

Apesar das alegações de Alexander, parece-nos

(1) - Paul Zucker, *Town and square*, pp. 6-7

(2) - Cf. Amos Rapoport, *Aspectos humanos de la forma urbana*, p. 174

(3) - Cf. *Un language de patrones*, p. 290

que as dimensões preferenciais por ele indicadas (1), correspondentes a um círculo de 20 metros de diâmetro, terão êxito em praças secundárias, porque actualmente todas as praças principais de vilas e cidades têm dimensões acima desse valor. Note-se que nas praças de maiores dimensões podem igualmente satisfazer-se as condições de convívio consideradas importantes, basta que as pessoas institua locais para tal. É o que acontece na praça do Giraldo, de Évora, ou no Rossio de Lisboa e outras, onde se instituíram áreas definidas para determinadas actividades.

Embora as anteriores conclusões não incitem ao prosseguimento de pesquisas, procuramos estabelecer relações comparativas entre as dimensões das praças e as respectivas dimensões das localidades indicadas pelos censos populacionais. Dessa apreciação retiramos as seguintes conclusões:

1 - Aos centros urbanos de maior dimensão correspondem, de facto, praças de maior área, como é evidente para Lisboa, Porto, Coimbra ou Braga. E além disso também têm um maior número de praças de dimensões médias.

2 - A relação anterior tem excepções, como é o caso de Vila Viçosa, uma pequena vila de 8 500 habitantes, possuindo uma praça com 15 755 m², maior que as praças

(1) - "O rosto de uma pessoa é perfeitamente identificável a uns 20 metros: e nas condições típicas do ruído urbano, uma voz pode ouvir-se a essa distancia. Isto faz, por ventura, que as pessoas se sintam unidas semiconscientemente em praças com diâmetros menores aos vinte metros, donde podem distinguir-se nitidamente os rostos e escutar as meias graças dos demais; e este sentimento de estar unido aos outros perde-se nos espaços maiores". - op.cit., p. 290

principais da maioria das cidades. O mesmo acontece com algumas praças derivadas de antigos terreiros conventuais, como de Acobaça e Cabeceiras de Basto.

3 - Outros casos também apresentam disparidades: Caminha, Elvas e Évora possuem praças que rondam os 4000 m² de área, no entanto as suas populações variam de 15 881 a 51 572 habitantes.

4 - Igualmente verificável é o facto de muitos indicadores não transmitirem a situação actual de urbe, uma vez que consideramos apenas uma praça principal do centro histórico de cada localidade, o que significa darem uma imagem errada onde existiu um grande crescimento acompanhado da criação de novas praças. O caso mais flagrante será o de Barcelos que, como se sabe, possui um vasto rossio de feira e outros espaços públicos alternativos.

5 - Outro aspecto é o das pequenas localidades resultantes de acções de planeamento:

Porto Covo	- 2 209 m ²	—	555 habitantes
Manique do Int.-	3 607 "	—	997 "
V.R. Sto. Ant.	- 5 270 "	—	16 347 "

Estas praças apresentam-se com áreas semelhantes às de urbes de maiores dimensões e não de acordo com a sua dimensão real.

6 - Uma comparação pelas pequenas e médias aglomerações urbanas dá-nos a indicação (pela informação complementar que possuímos também) que, conforme o aumen-

to da população, vai aumentando o número de espaços públicos, sem que isso implique forçosamente um aumento de área por espaço. Povoações pequenas e com reduzida dinâmica de desenvolvimento (verifique-se a progressão da população dada pelos censos) tendem a manter a praça única - Mértola, Miranda do Douro, Óbidos, Almeida, Arraiolos, Aguiar da Beira, etc.. Nas povoações de grande dinamismo sucedeu o contrário - Guimarães, Braga, Porto, Viseu, Aveiro, Coimbra, Lisboa, etc..

Poderemos concluir que existe, de facto, uma relação lógica entre a dimensão da urbe e a superfície dos seus espaços públicos, lógica essa facilmente alterável por múltiplos factores intervenientes na vida de cada localidade, que levam ao progresso ou à recessão, ao prestígio ou à decadência, e tornam falível as relações estritas e definitivas.

SUPERFÍCIES DAS PRAÇAS E A DIMENSÃO POPULACIONAL DAS URBES

LOCALIDADE	ÁREA DAS PRAÇAS m ²	CENSOS POPULACIONAIS		
		1911	1941	1981
Barcelos	344	51 069	68 184	103 773
Mértola	720	22 309	29 218	11 693
Miranda Douro	870	11 210	12 584	9 948
Castelo Branco	924	41 887	58 700	54 908

Continuação:

Chaves- P.República R.Infantaria L.Camões	1 032 1 104 2 744	37 834	47 527	45 883
Guimarães	1 376	58 997	82 120	146 959
Amarante	1 412	35 235	41 288	54 159
Braga-L. Paço P.M. Albuq. P. Município	1 517 5 325 7 500	60 737	75 846	125 472
Óbidos	1 666	19 283	10 799	10 538
Almeida	1 842	17 220	16 606	10 524
Arraiolos	1 840	9 518	13 148	8 883
Alenquer	1 890	26 384	32 597	34 575
Aguiar da Beira	2 000	8 866	9 625	7 285
Porto-P. Ribeira P. Liberdade	2 088 9 086	194 009	258 548	327 388
Porto Covo	2 209	?	?	555
S. Vicente Beira	2 258	?	?	2 265
Bragança	2 437	31 307	34 295	35 380
Viana do Castelo	2 650	49 890	62 856	81 009
Santarém	2 699	48 745	59 124	62 896
Viseu	2 713	55 665	68 115	83 261
Campo Maior	2 796	6 376	6 620	8 549
Aveiro	2 808	28 063	14 820	60 284
Tomar	2 961	35 287	44 210	45 672
Azambuja	3 060	12 623	15 776	19 768
Nazaré	3 168	10 148	11 614	15 436
Ponte de Lima	3 360	34 664	40 832	43 797
Guarda	3 570	43 634	47 862	40 360
Aviz-Praças contínuas	3 584	7 542	6 364	5 890

Continuação:

Manique do Intend.	3 607	?	?	997
Beja	3 851	29 505	42 113	38 246
Caminha	4 064	15 147	16 414	15 883
Évora	4 131	30 257	42 683	51 572
Elvas	4 175	21 610	19 740	24 981
V. R. Sto António	5 270	11 134	12 955	16 347
Caldas da Rainha	5 440	24 240	33 523	41 018
Lagos	5 856	16 259	16 457	19 700
Faro	6 086	35 834	31 747	45 109
Setúbal	9 101	47 783	49 765	98 366
Cabeceiras Basto	11 005	17 448	19 234	18 997
Vila do Conde	11 200	29 990	39 827	64 402
Coimbra	11 959	62 423	85 702	138 930
Póvoa do Varzim	13 480	24 508	32 272	54 248
Alcobaça	15 675	32 564	43 518	52 347
Vila Viçosa	15 755	7 578	9 819	8 546
Lisboa- Rossio P. Comércio	19 488 36 839	435 359	694 389	807 937

Noutro tipo de avaliação possível utilizamos o apuramento das frequências das dimensões maiores e menores das praças, no universo de casos considerados.

A irregularidade dos espaços dificulta bastante o apuramento rigoroso das dimensões-tipo mais frequentes. Considerando em vários casos as dimensões médias, menores ou maiores, elaboramos o quadro anexo, (não tendo em conta

alguns raros casos de difícil atribuição de valores) retiramos as conclusões seguintes:

- A dimensão menor da praça aparece colocada com mais frequência no escalão de 30 a 40 metros (1), com 12 casos. O escalão anterior, dos 20 aos 30 metros está próximo em número de casos apurados, enquanto o escalão seguinte, dos 40 aos 50 metros surge-nos mais distanciada, com menos cinco ocorrências. Para além destes parâmetros, as ocorrências reduzem-se bastante, tendo uma relativa elevação no escalão dos 70 a 80 metros.

- Na dimensão maior observa-se uma muito maior amplitude de valores, o que confere à dimensão menor a qualidade de mais determinativa. As maiores ocorrências estão situadas nos escalões dos 40 aos 50 metros e dos 70 aos 80 metros, com 8 ocorrências cada. Um terceiro escalão, dos 90 aos 100 metros, surge ainda com 6 ocorrências.

Como se compreende, este apuramento não dá para se concluir acerca das dimensões globais da praça, uma vez que os dois parâmetros avaliados podem ou não estar relacionados entre si. Só a comparação das áreas respectivas poder-nos-á dar outros termos de avaliação. De qualquer forma, o grupo de três parâmetros que indicam lados menores, entre os 20 e 50 metros, num total de 29, representam 55 % das praças avaliadas, o que nos parece bastante significativo e digno de ser tomado em conta.

(1) - é curioso notar que P. Lavedan e J. Huguency referem em *L'Urbanisme au moyen age*, p. 125, a ocorrência frequente da dimensão da praça medieval com 35 metros aproximadamente, resultante da omissão de um quarteirão de 35 x 35 ou de 35 x 70 metros.

FREQUÊNCIA DE DIMENSÕES DAS PRAÇAS

Lado Menor - metros / número de ocorrências

0-20	20-30	30-40	40-50	50-60	60-70	70-80	90-100	110-120	180-190
13	29	31	40,5	52	61	72,6	96	115	187
15	21	37	47	56	70	71			
20	29,5	32	46	55	62,4	75			
19,5	24	36	50			77			
20	30	36	46			71			
20	23	32,5	50						
	29	35	42,7						
	26,5	33							
	25	33							
	28	32,5							
		35							
		34							
6	10	12	7	3	3	5	1	1	1

Lado Maior

20-30	30-40	40-50	50-60	60-70	70-80	90-100	100-110	110-120	120-130	130-140
26,5	35	48	57,5	67	72	92	106	118,5	125	137
30	35	44	52,5	63	75	100		118	130	
30	34	46	54		71,5	100				
		44	60		79	96				
		41			75	96				
		47			76	100				
		47			72,6					
		50			75					
3	3	8	4	2	8	6	1	2	2	1

Continuação:

50-160	160-170	190-200	200-210	210-220	270-280	
160	164	197	203	216	280	
155						
160						
3	1	1	1	1	1	

Procurando uma arrumação por escalão das áreas das praças, tal como é observável nos quadros seguintes, chega-se à conclusão da predominância dos escalões de 1 000 a 2 000 m² e de 2 000 a 3 000 m², representando cada um deles 21,2 % do total das praças. Segue-se o escalão de 3 000 a 4 000 m², com 13,5 %. Estes três escalões somam 55,9 % .

Até ao limite de 6 000 m² ainda se encontram um número a considerar de casos, mas para além disso tornam-se cada vez mais factos isolados, surgidos de condições locais particulares.

Se efectuarmos o alargamento do universo considerado, cremos que sairão reforçados os escalões já predominantes, uma vez que incluímos muitas das praças de grandes áreas. Por exemplo, Lisboa, já está considerada com duas das suas maiores praças; outras localidades incluídas, com praças acima de 4 000 m², dificilmente encontrarão congéneres.

As 52 praças consideradas não incluem alguns

grandes espaços urbanos secundários; como se sabe, durante os séculos XVIII e, principalmente, nos dois seguintes, foram delineados grandes espaços derivados de terreiros informais existentes. O Campo de Santana, em Lisboa, a praça da República, do Porto, o Campo de Santana, em Braga, a praça da República e avenida Sá da Bandeira, de Coimbra, as alamedas centrais de Guimarães, Lamego, Vila Real, etc., inscrevem-se numa dinâmica de aproveitamento de terreiros, com raras exceções (Guimarães, por exemplo, parte terreiro era tecido antigo que foi demolido). Todos estes espaços são actualmente importantes no quotidiano das respectivas cidades, mas não têm as características polarizadoras das praças principais. São essencialmente espaços dinâmicos que o cidadão percorre mas onde raramente permanece em reunião. A sua importância evidencia-se mais ao nível da rede viária e da profunda alteração da paisagem urbana produzida pela vegetação ordenada em alamedas e jardins.

Os terreiros, campos e alamedas começaram por ser espaços livres periféricos; com o crescimento das cidades e a influência do *boulevard* francês, transformaram-se em espaços especialmente cuidados para responderem aos conceitos oitocentistas de estética urbana.

SEQUÊNCIA ORDENADA DE PRAÇAS EM FUNÇÃO DAS RESPECTIVAS ÁREAS

LOCALIDADE	PRAÇA	DIMENSÕES/metros	ÁREA / M ²
Barcelos	L. do Apoio	13 x 26, 5	344
Mértola	P. Luis de Camões	15 x 48	720
Miranda do Douro	P. D. João III	29 x 30	870
Castelo Branco	P. Camões	21 x 44	924
Chaves	P. República	35 x (35+24/2)	1 032
Chaves	R. Infantaria 19	46 x 24	1 104
Guimarães	P. Sta Maria da Oliv.	31 x 44 (dim. médias)	1 376
Amarante	P. da República	(58x28/2)+(40+20/2)x20 Forma irregular	1 412
Alcácer do Sal	L. Pedro Nunes	37 x 41	1 517
Braga	L. do Paço	41 x 37	1 517
Óbidos	P. Sta Maria	(30x35)+(19,5x23)+(12x14) Forma irregular	1 666
Almeida	P. 25 de Abril	32 x 57,5	1 840
Arraiolos	P. Lima de Brito	20 x 92	1 840
Alenquer	P. Luis de Camões	52,5 x 36	1 890
Aguiar da Beira	P. Mon. Nacionais	20 x 100 (dim. médias)	2 000
Porto	P. da Ribeira	29 x 72	2 088
Porto Covo	P. Marquês de Pombal	47 x 47 (quadrado)	2 209
S. Vic. Beira	P. da República	(47x36)+(13x32)+(15x10) Forma irregular	2 258
Bragança	P. da Sé	(43 + 22 / 2) x 75	2 437
Viana do Castelo	P. da República	26,5 x 100 (dim. médias)	2 650
Santarém	P. Visc. Serra Pilar	(48x27)+(48x14)+(50x4,5)+(18x17) Forma irregular	2 699
Viseu	L. da Sé	40,5 x 67 (dim. médias)	2 713

Continuação:

Chaves	P. Luis de camões e L. Caetano Ferreira	$(65+78/2) \times 25 + (48 \times 23)$ Forma irregular	2 744
Campo Maior	P. da República	35 x 79	2 796
Aveiro	P. da República	52 x 54	2 808
Tomar	P. da República	47 x 63 (dim. médias)	2 961
Azambuja	P. Serpa Pinto	$(50 \times 50) + (20 \times 28)$ Inclui adro frontal	3 060
Nazaré	P. Sousa Oliveira	33 x 96	3 168
Ponte de Lima	L. Luis de Camões	56 x 60	3 360
Guarda	P. Luis de Camões	$(60 + 32 / 2) \times 75$	3 570
Aviz	P. Serpa Pinto	$(33 \times 34) + 58(13 + 22/2) + (70 \times 16) +$ $+(13 \times 23)$	3 584
Manique do Intendente	P. Imperadores ou L. da Forca	Forma exagonal inscrita em Círculo de 76 m de diâmetro Mediatrizes - 65 m, Lados 32 m	3 607
Beja	P. da República	32,5 x 118,5	3 851
Caminha	P. Cons. Silva Torres	$(36 \times 68/2) + (50 \times 67) + (17 + 27/2 \times 24) +$ $+(27 + 22/2 \times 26)$ F. irregular	4 064
Évora	P. do Giraldo	$(42 + 28 / 2) \times 125$	4 131
Elvas	P. da República	28 x 106 (dim. médias)	4 175
V. R. Sto António	P. Marquês de Pombal	72,6 x 72,6 (quadrado)	5 270
Braga	P. Mouzinho Albuquerque	71 x 75	5 325
Caldas da Rainha	P. da República	$(30 + 38/2) \times 160$	5 440
Lagos	P. da República	61 x 96	5 856
Faro	P.D. Francisco Gomes	50 x 130 (dim. médias)	6 086
Braga	P. do Município	$(57 + 93/2) \times 100$	7 500
Porto	P. da Liberdade	77 x 118	9 086
Setúbal	P. de Bocage	55 x 164 (dim. médias) irregular	9 101
Cabeceiras Bastos	P. da República	$(27 + 115/2) \times 155$	11 005

Continuação:

Vila do Conde	P. da República	70 x 160	11 200
Coimbra	P. do Comércio	42,7 x 280 (dim. médias)	11 959
Póvoa Varzim	P. do Almada	62,4 x 216 (dim. médias)	13 480
Alcobaça	P. Município	(285 x 110) / 2	15 675
Vila Viçosa	Terreiro Paço	115 x 137	15 755
Lisboa	Rossio	96 x 203	19 488
Lisboa	P. do Comércio	187 x 197	36 839

AGRUPAMENTO DAS PRAÇAS EM ESCALÕES DETERMINADOS PELAS ÁREAS

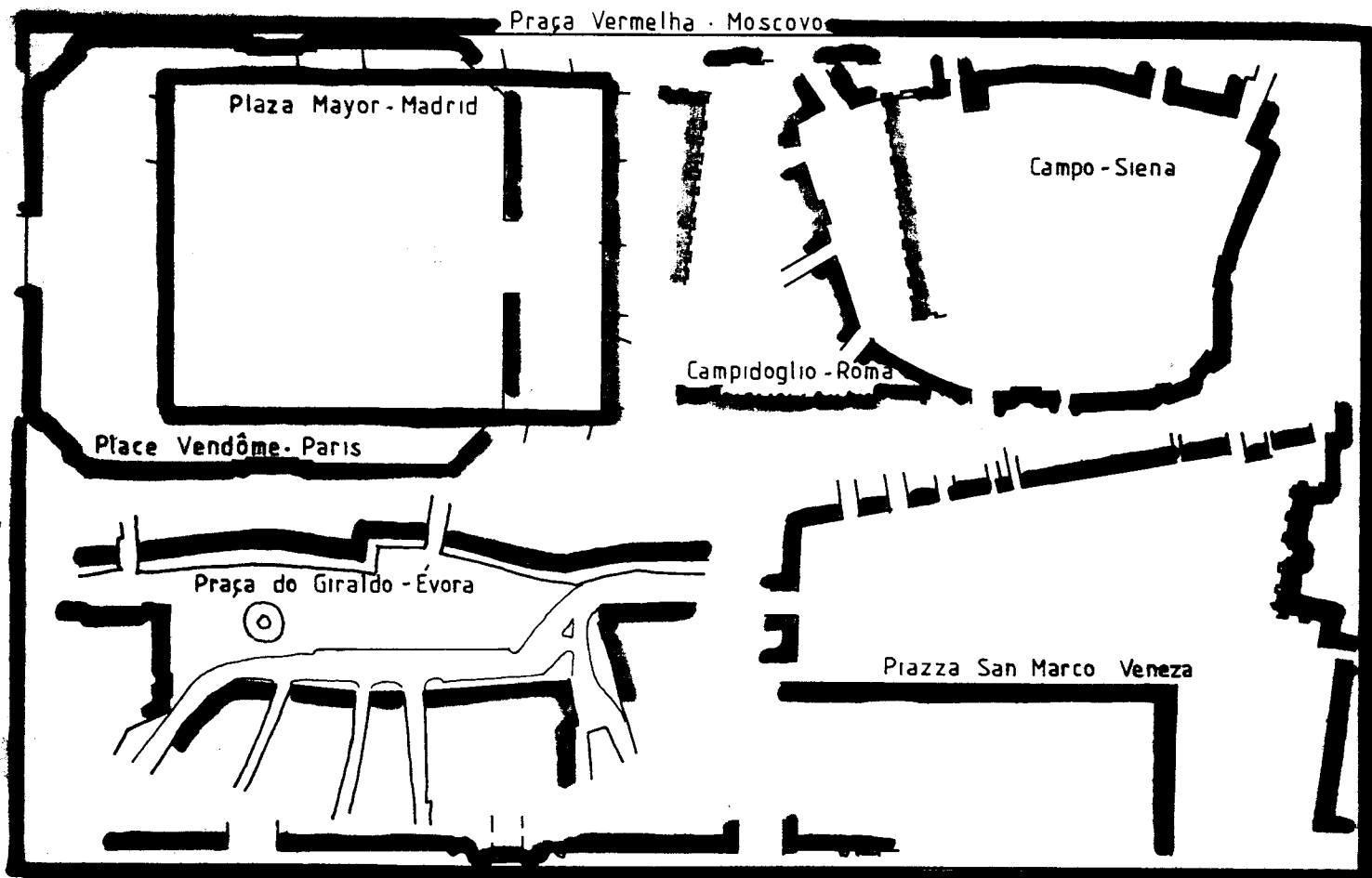
ESCALÕES DE ÁREAS - m ²	Nº DE PRAÇAS	%
Menos de 1000	4	7,7
1000 - 2000	11	21,2
2000 - 3000	11	21,2
3000 - 4000	7	13,5
4000 - 5000	3	5,8
5000 - 6000	4	7,7
6000 - 7000	1	1,9
7000 - 8000	1	1,9
8000 - 9000	-	-
9000 - 10000	2	3,8
10000 - 11000	-	-
11000 - 12000	3	5,8
12000 - 13000	-	-
13000 - 14000	1	1,9
14000 - 15000	-	-

Continuação:

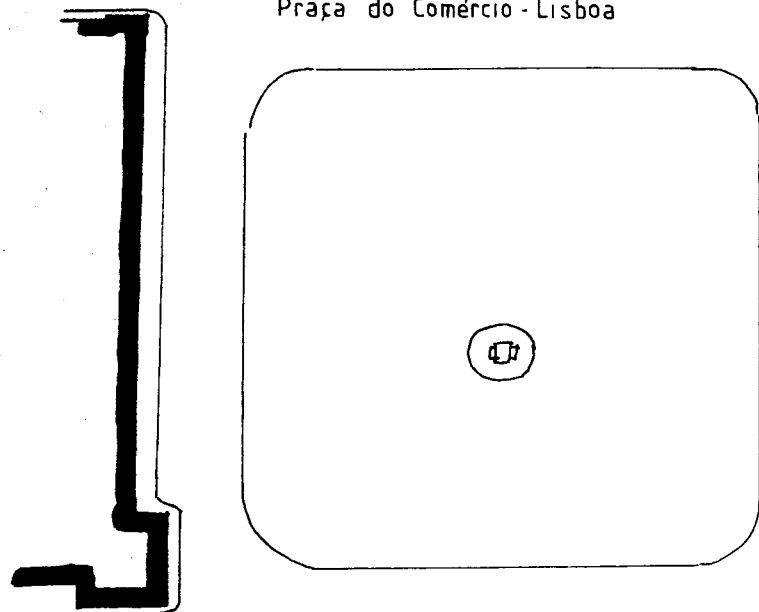
15000 - 16000	2	3,8
16000 - 17000	-	-
17000 - 18000	-	-
18000 - 19000	-	-
19000 - 20000	1	1,9
Mais de 20000	1	1,9

COMPARAÇÃO DAS AREAS DE ALGUMAS PRAÇAS
PORTUGUESAS COM OUTRAS EUROPEIAS

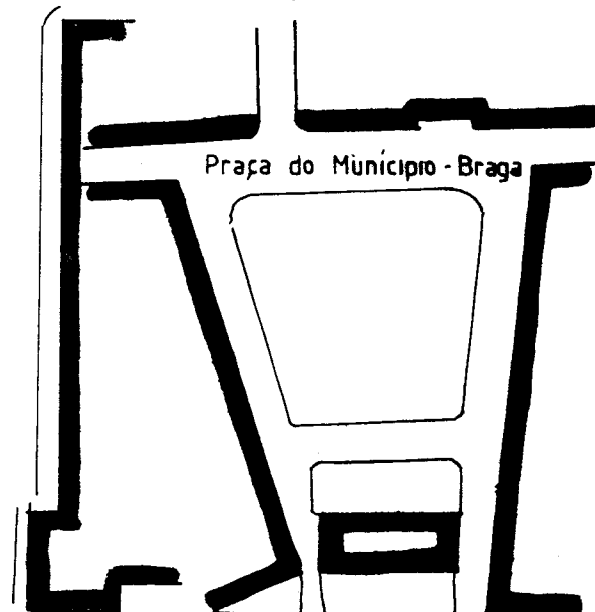
Escala 1:2 000



Praça do Comércio - Lisboa



Praça do Município - Braga



4.4 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

A arquitectura que limita uma praça marca todo o espaço de maneira decisiva, sendo com frequência alvo de especial atenção.

À partida, somos tentados desde logo a proceder às avaliações através de processos comparativos com arquitecturas de outros lugares. A praça italiana é uma referência constante, mas também outras que se notabilizaram no contexto europeu. Comparação difícil, senão ilegítima, por se tratarem de países com processos históricos muito diferentes do nosso e também porque das localizações geográficas resultaram outras oportunidades. A Itália foi por vários séculos um centro europeu de acontecimentos culturais, enquanto que Portugal e mesmo toda a Península Ibérica mantiveram-se na periferia do processo.

Disto resultaram ritmos diferentes de evolução, mais ou menos apego à cultura local, mais ou menos aptidão para inovar. No passado (como na actualidade?) Portugal não progrediu porque não teve meios e não teve meios porque não progrediu... O atraso cultural, aliado às dificuldades económicas persistentes de um país sem grandes aptidões para centralizar o comércio colonial, nem a posterior industrialização, seguido de guerras e cataclismos de diversa ordem, reforçaram as inviabilizações e pediram um esforço suplementar para nos emparceirarmos com os restantes povos europeus.

Em face disto, parece-nos que temos de começar por estabelecer que o espaço urbano português em geral, e a arquitectura em particular, não tiveram condições para se afirmarem com a qualidade idêntica à de outros países. As excepções surgidas foram mais ou menos episódicas e por isso com dificuldade em conseguirem imprimir um cunho nacional suficientemente forte. O gosto português pela improvisação e a relutância ao planeamento (aspecto abordado no capítulo I desta dissertação), não será uma consequência deste estado de coisas?

Justifica-se, em grande parte pelo que atrás se disse, a primeira constatação a retirar da presente análise da arquitectura das praças portuguesas: são raríssimos os casos onde se tenha atingido um carácter unitário, com uma monumentalidade própria, a tornar a praça o lugar excepcional da urbe. De facto, as nossas praças caracterizam-se, entre outros aspectos, por nelas coexistir a variedade de

expressões arquitectónicas dos edifícios envolventes, com frequência construídos em épocas diferentes. Esta variedade e o respectivo gosto estão de tal forma enraizados na cultura que dificilmente alguém aceita construir um edifício que não se destaque o suficiente daqueles que lhe são contíguos. Os arquitectos, salvo raras excepções, colaboram nesse tipo de gosto, dando preferência à obra arquitectónica afirmativa, diferente, pouco se esforçando pela submissão ao conjunto, sujeitando-se, quanto muito, aos regulamentos indicadores dos planos de fachada e das cérceas. Isto significa a valorização do objecto arquitectónico à custa da imagem global, para a qual não existe, normalmente um plano.

A frequência com que se implantam na praça igrejas, conventos, paços de conselho, palácios e solares, constituindo edifícios destacados, permite dizer que a praça principal dos centros urbanos (1), são lugares privilegiados para a representação dos poderes instituídos em cada época, apetecidos também por todos aqueles que desejaram ver o seu estatuto social reconhecido mediante a localização do seu edifício na praça. No século actual assiste-se às transformações das anteriores relações simbólicas, mediante a emergência do poder económico representado por outras entidades - bancos, companhias, centros

(1) - Com frequência o termo "centro urbano" corresponderá ao centro histórico. Só não utilizamos sistematicamente este último dada a indefinição legal que persiste. No entanto, o facto de serem seleccionadas para estudo apenas urbes consolidadas, de formação anterior ao presente século, parece-nos justificar o uso optativo.

comerciais, etc., as quais estão a tornar-se as novas "igrejas" da praça.

Apesar da diversidade de expressões referida, é possível encontrar determinados princípios contributivos da unidade espacial, que passamos a discriminar:

- Os planos de fachada - A implantação dos edifícios obedecendo a planos de conjunto ou frentes comuns, como é frequente, reduzem as irregularidades da planta e favorecem a percepção global do espaço.

- A cércea - Embora exista com frequência um ou mais edifícios a sobreporem-se ao conjunto, com uma cércea mais alteada, os restantes edifícios tendem a ter cérceas iguais ou aproximadas. A silhueta produzida pela cércea apresenta-se, com frequência, como um elemento fortemente unificador do espaço.

- semelhança de materiais - Outro aspecto compensatório da diversidade formal poderá ser a relação estabelecida pela semelhança de materiais dos diversos edifícios. É através dessa semelhança que a praça do Sul e do interior do país apresenta um carácter de espaço com maior afirmação unitária. Noutras regiões, mais sujeitas a contrastes dos materiais, pela utilização de pedra à vista, rebocos pintados a cores vivas, ou revestimentos com materiais cerâmicos, é patenteada variedade de texturas e uma policromia tendente a captar e a diversificar a



atenção (1).

- Pavimento - Através dele percorremos a praça, sentindo o seu contacto enquanto as texturas e desenhos introduzem fortes marcas da unidade do espaço.

A praça italiana dá-nos muitos exemplos do aproveitamento do pavimento como suporte da expressão artística. Entre nós surgiram interessantes exemplos a partir de meados do século XIX, como foi o caso do Rossio de Lisboa, com a aplicação do que então se chamou "mosaico ondulado", desenho bem sucedido, quase ex-libris da calçada portuguesa. A partir dos anos 30-40 do presente século, quando o Estado Novo passou a ter uma acção significativa na recuperação de monumentos, foram também construídos novos pavimentos de praças. O desenho normalmente utilizado foi o da quadrícula marcada com fiadas de lages de pedra granítica e preenchida com calçada de pedra de menores dimensões. Estes desenhos estabelecem linhas que reforçam a perspectiva, sugerindo maior profundidade e unidade. Alguns raros pavimentos antigos chegados até nós apontam para a utilização apenas de seixos rolados de várias tonalidades, como o branco, preto, cinzento e castanho, constituindo padrões decorativos de variados e interessantes desenhos. É possível observar obras deste tipo nas praças dos municípios do Sabugal e do Prior do Crato. A pedra em lages

(1) - Em muitas obras de recuperação arquitectónica a cor revela-se um valioso instrumento de unificação global e de recriação de ambientes. Évora, conservou o seu carácter, em parte, à custa das medidas restritivas impostas pelo município desde as primeiras décadas deste século, as quais foram um poderoso contributo para que as influências exteriores não conseguissem implantar-se.

só aparecia tradicionalmente em zonas nobres, como adros de igrejas, conventos, ou acessos de palácios (1).

- Arcada - Este elemento arquitectónico possui uma poderosa força unificadora do espaço, pelo ritmo que imprime à ligação entre os diversos edifícios. O seu valor é acrescentado pelas oportunidades de uso que dá ao espaço que protege. A ocorrência de alpendres nas praças é noticiada desde os séculos XIII (2), ocorrendo em diversas praças do país, de Norte a Sul, como é verificável em Arraiolos, Beja, Évora, Lisboa, Guimarães, e Viana do Castelo. Por vezes abrangem apenas um único edifício, como em Braga, Bragança, Caminha, Lagos, Miranda do Douro, Óbidos, Setúbal e Tomar.

Poder-se-á dizer que a arcada é um elemento de ocorrência frequente nas praças, porém, os atentados à preservação do espaço público durante o século XIX, contribuíram para a decadência deste importante elemento.

Por outro lado, ao não vingar em Portugal a praça planeada, com arcadas, o antigo prestígio destas ressentiu-se. O exemplo da praça do Comércio, de Lisboa, foi insuficiente, e o Porto não conseguiu realizar o projecto setecentista da Ribeira. Actualmente é em Évora que nos resta o mais expressivo exemplo português duma

(1) - Como indicação das datações das novas formas de empedrado, executado com pedra cortada em paralelepípedos, temos, o Rossio de Lisboa, de 1848-49. O Porto terá vista empedrada a sua antiga praça D Pedro IV não muito longe da de Lisboa, mas as sucessivas alterações não deixaram rasto. O empedrado da praça do Giraldo, de Évora, é de 1863, data da inauguração da estação do comboio vindo do Barreiro, promotor de vários melhoramentos urbanos.

(2) - Cf. Gomes, 1987, p.51; Beirante, 1980, p. 75.

arcada de raiz medieval, e onde é possível observar a força polarizadora que possui; apesar de estar adjacente a uma importante área peatonal, é através da arcada que se processa sempre o maior fluxo dos percursos peatonais.

- Paisagem envolvente - Verificamos que um espaço público de qualidade, envolvido por edifícios baixos, mais facilmente está exposto a alterações da sua imagem envolvente. A construção de edifícios de grande porte, ainda que para além dos limites da praça, provocam-lhe um forte impacto visual; vejam-se os exemplos da praça de Bocage, em Setúbal e da praça Marquês de Pombal, de Porto Covo (1), onde é possível sentir a necessidade da existência de uma área de proteção, tal como acontece para os edifícios de classificação patrimonial. Parece-nos necessário e urgente a salvaguarda dos espaços públicos principais dos centros urbanos, enquanto não existirem planos mais abrangentes. E essa salvaguarda passará, quanto a nós, pela preservação de certas paisagens abrangentes das praças e que são de fruição colectiva. Repare-se na importância das colinas envolventes para o Rossio de Lisboa, da praça Rodrigues Lobo, de Leiria e da sua ligação ao visual ao castelo ou da praça da República de Viana do Castelo, donde se avista a igreja de Santa Luzia.

Como se infere da diversidade de épocas de construção dos edifícios, torna-se bastante difícil datar

(1) - Consulte-se as respectivas fichas das localidades, insertas no volume II desta dissertação.

uma praça ou atribuir-lhe um estilo arquitectónico relacionável com uma época. Só quando a praça resultou de um planeamento global é que não deixa lugar a dúvidas; mas mesmo nestas circunstâncias ocorrem resultados diversos. Veja-se, por exemplo, a praça do Almada, da Póvoa do Varzim, planeada mas onde apenas existe um edifício do século XVIII, correspondente à época em que a praça foi delineada e os terrenos vendidos em lotes, os quais deram origem a uma arquitectura predominante do século XIX.

Na falta de mais informações, no quadro que se anexa intentamos arrumar as praças por épocas, em função de edifícios existentes. Mas consideramos, no entanto, ser uma proposta discutível, dado que a vetustidade de um elemento não é suficiente para garantir a época de formação do espaço como praça; são apenas referências, eventualmente úteis. Neste, como noutros aspectos, só os estudos monográficos aprofundados da evolução da estrutura fundiária poderão trazer luz ao processo de constituição dos espaços.

A distribuição das 50 praças tratadas no quadro seguinte, em termos percentuais, indica-nos uma maior incidência de arquitecturas do século XVI - (38 %), seguidas pelas do século XVIII - (24 %), o que estará de acordo com os surtos urbanísticos ocorridos. As menores expressões vão para os séculos XV e XIX, que consideramos corresponderem a épocas de transição do processo urbanístico português.

DISTRIBUIÇÃO DAS PRAÇAS POR ÉPOCAS EM FUNÇÃO DA ANTIGUIDADE DE ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS (50 lugares - 46 localidades)

ÉPOCA	LOCALIDADE / ELEMENTO ARQUITECTÓNICO	x
Até ao século XIV	<p>Aguiar da Beira - torre medieval e fonte ameada Alcobaga - portal da igreja do mosteiro Barcelos - casa do condestável, junto ao largo Chaves - torre românica da igreja matriz Coimbra - igreja românica de S. Tiago - séc XII Évora - arcada gótica - séc. XIV Guarda - Sé - séc. XIV ou XV Guimarães - igreja de N. Sra da Oliveira e Casa da Câmara</p>	16
Século XV	<p>Alcácer do Sal - igreja do Espírito Santo Óbidos - alpendre da praça, anterior a 1430</p>	4
Século XVI	<p>Alenquer - igreja da Misericórdia - 1595 Arraiolos - portal manuelino Aveiro - igreja da Misericórdia Azambuja - igreja matriz Beja - igreja Misericórdia Braga - ala do paço episcopal , 1593 - L. do Paço Bragança - Sé Caldas da Rainha - capela de S. Sebastião Caminha - igreja da Misericórdia e torre da muralha Castelo Branco - Paços do Concelho e Porta do Pelame Elvas - igreja matriz, 1517 Faro - igreja da Misericórdia Miranda do Douro - Casa da Câmara Ponte de Lima - fonte - (ponte romana e edif. do séc. XIX) Santarém - igreja de Marvila São Vicente da Beira - Casa da Câmara, igreja Setúbal - igreja de S. Julião Tomar - igreja de S. João Batista Viana do Castelo - Casa da Câmara e Misericórdia</p>	38
Século XVII	<p>Amarante - convento do séc. XVI-XVII Aviz - igreja matriz e pelourinho Cabeceiras de Basto - mosteiro Lagos - mercado de escravos (?) Vila Viçosa - palácio ducal Viseu - Sé (grande parte da fachada desta época; edif. anterior)</p>	12

Continuação:

Século XVIII	Almeida - solar Braga - P. do Município - Paço de 1741/56 e Câmara de 1756 Braga - P. Mouz. Albuq. - toda a praça Campo Maior - Paços do Concelho Lisboa - P. do Comércio - toda a praça Lisboa - Rossio - toda a praça Manique do Intendente - toda a praça	
Séc. XVIII cont.	Porto - P. da Ribeira - Lado Oeste e fonte monumental Porto Covo - toda a praça Póvoa do Varzim - Paços do Concelho Vila do Conde - Solar dos Vasconcelos Vila Real de Santo António - toda a praça	24
Século XIX	Mértola - Câmara e tribunal Nazaré - capitania Porto - P. da Liberdade - toda a praça, embora o lado Sul resulte de remodelações de convento anterior	6

4.5 - ELEMENTOS CONSTRUÍDOS ISOLADOS

Da observação sistemática sobre este tema, torna-se claro que a maioria das praças têm ou já tiveram um elemento, centralizado ou excêntrico, mas isolado no interior da praça. Elementos plenos de significados simbólicos, como os pelourinhos e os cruzeiros; honoríficos, representados por estátuas ou quaisquer outras obras evocativas; utilitários, como as fontes, chafarizes, poços, cisternas, e modernamente os coretos e os quiosques, etc., são frequentes.

Já tivemos ocasião de abordar no capítulo II a importância dos pelourinhos nas praças portuguesas; eles são os elementos que melhor indicam a ancestralidade do lugar, através da relação histórica que evocam. São raros os elementos anteriores ao século XVI, embora hajam honrosas excepções, como é o caso do cruzeiro com templete da praça de Nã Sã da Oliveira, em Guimarães, obra do século XIV, ou da Torre e fonte ameada da Aguiar da Beira (1). Não incluímos aqui peças pré-históricas modernamente colocadas em praças, de que é exemplo a "porca de Murça".

As fontes ou chafarizes monumentais, cuja razão de construção começou por ser essencialmente utilitária, atingiram assinalável valor plástico, tornando-se, a partir do século XVI, importantes para o embelezamento das praças. Também os pelourinhos e alguns cruzeiros atingiram interessante expressão plástica.

No quadro seguinte ordena-se a distribuição dos elementos isolados, existentes nas praças tratadas, referenciando-se, sempre que possível, a respectiva data ou época. Verifica-se ainda que muitos dos antigos elementos existentes foram substituídos nos séculos XIX e XX por elementos honoríficos dedicados a um personagem; ou então por pequenas construções utilitárias, ao geito romântico da época em que se divulgaram, como aconteceu com os coretos, quiosques e alguns raros chafarizes-bebedouros.

Em resumo, poderemos afirmar que as nossas

(1) - Também a Tribuna da Praça do Município de Linhares poderá ser obra de período anterior.

praças principais integram, quase sempre, elementos simbólicos importantes, quer relacionados com os poderes, quer com a representação de crenças ou valores sociais.

ELEMENTOS CONSTRUÍDOS ISOLADOS

TIPO	LOCALIDADE / DATA OU ÉPOCA
Pelourinhos	Aguiar da Beira - séc. XVI Arraiolos - 1634 Aviz - 1589 Azambuja - séc. XVI-XVII (?) Beja - séc XVI (reconstruído) Campo Maior - séc. XVIII (?) Chaves - ? Coimbra - ? (reconstruído) Manique do Intendente - séc. XVIII Óbidos - séc. XVI Póvoa do Varzim - séc. XVI S. Vicente da Beira - séc. XVI
Fontes ou chafarizes	Barcelos - 1621 Braga - P. Município - séc. XVIII - L. do Paço - 1723 - Mouz. Albuq. - séc. XVIII Caminha - séc. XVI Évora - séc. XVI Óbidos - séc. XVI Ponte de Lima - séc. XVI Porto Covo - séc. XX Santarém - séc. XIX (?) Setúbal - séc. XIX, substituindo o anterior de 1697 Viana do Castelo - 1554 Vila do Conde - ?
Elementos simbólicos religiosos - cruzeiros	Bragança - cruzeiro de 1689 Cabeceiras de Basto - cruzeiro de 1737 Guimarães - cruzeiro com templete do séc. XIV Viseu - cruzeiro do séc. XVIII

Continuação:

<p>Estátuas e obras escultóricas honoríficas</p>	<p>Alicobaça - séc. XX Alcácer do Sal - séc. XX Alenquer - séc. XX Aveiro - séc. XIX Braga - Mouz. Albuq. - séc. XIX Chaves - séc. XX Guarda - séc. XX Lagos - séc. XX Lisboa - P. Comércio - séc. XVIII Lisboa - Rossio - séc. XIX Mértola - séc. XX Porto - P. Liberdade - 1866 Póvoa do Varzim - séc. XX Setúbal - 1871 Tomar - séc. XX V. Real Sto. António - séc. XVIII Vila Viçosa - séc. XX</p>
<p>Elementos utilitários hodiernos - quiosques pavilhões e coretos</p>	<p>Amarante - quiosque do séc. XX Elvas - quiosque do séc. XX Faro - quiosque do séc. XX Lagos - quiosque do séc. XX Póvoa do Varzim - coreto do séc. XIX Santarém - quiosque do séc. XX Setúbal - quiosque do séc. XX Viana do Castelo - coreto amovível do séc. XX</p>

4.6 - VEGETAÇÃO

O levantamento da vegetação existente nas praças em estudo, e outras, levou-nos à conclusão de que é possível referir dois grandes grupos tipológicos:

1 - As praças que não possuem quaisquer vegetação e que por isso nos transmitem uma imagem global imediata, facilitando a apreciação das suas qualidades espaciais, da sua arquitectura envolvente e dos diversos usos que ocorrem. Podemos incluir neste grande grupo as praças onde a ocorrência de vegetação é bastante contida e

localizada.

2 - As praças que contêm suficiente vegetação, capaz de alterar a leitura global da praça, as suas características ambientais e até os seus usos, conforme o grau de densidade dessa vegetação.

As múltiplas observações que fizemos, sobretudo em núcleos urbano-rurais imbuídos ainda de um grande arcaísmo, como são as aldeias de Moreira de Rei, Porto de Ovelha, Idanha-a-Velha, e Marialva, onde a vegetação se resume sistematicamente a uma árvore frondosa, viabilizando uma boa área de sombra dada por um ulmeiro ou um freixo. A sua localização na praça é perto da igreja, ou seja, onde ao domingo muitos dos homens se reúnem. É de crer que em núcleos urbanos mais populosos exista mais que uma árvore, mas a intenção original continuaria - proporcionar um local aprazível à reunião e nunca a decoração um tanto abstracta e desligada das necessidades culturais.

Este tipo de aplicação da vegetação, por ventura derivado de costumes ancestrais, é hoje raro nas vilas e cidades. Podemos apontar exemplos, como Almeida, Chaves, e Óbidos e pouco mais. A praça de Santa Maria da Oliveira, em Guimarães, é um caso à parte e ainda mais raro: a árvore, uma oliveira, ultrapassou a estrita função de ensombramento para se tornar num elemento sacralizado, a partir de um acontecimento do século XIV (1).

(1) - Segundo a tradição, a oliveira original floriu a partir da construção próxima do cruzeiro, facto ao qual foi atribuído o milagre. Veja-se António Lino, *Monografia de Guimarães e seu termo*, p. 69.

Actualmente é enorme o número de praças onde, a partir do século XIX, foi introduzida a vegetação. Por vezes essas obras pretenderam ser arremedos do Passeio Público lisboeta, através da construção de jardins nos tabuleiros centrais das praças, cercados por uma vedação e com um regulamento de acesso público, à imagem das clássicas *squares* londrinas. Um dos melhores exemplos deste tipo de intervenção foi-nos dado pelo Largo do Toural, de Guimarães, hoje totalmente remodelado.

Das atitudes de intervenção paisagista nas praças resultaram alterações, que poderemos resumir em dois tipos:

- Intervenções que alteraram a imagem da praça mas a favoreceram em termos ambientais, permitindo zonas de sombra mas deixando um grande espaço livre central para usos diversos. A este tipo pertencem um grande número de praças, discriminadas no quadro anexo.

- Intervenções que alteraram completamente a imagem e o uso das praças, não tendo em atenção o valor patrimonial do espaço. Os casos mais flagrantes podem ser observados nas praças de Alcobaça, Cabeceiras de Basto, Lagos e Faro.

Parecem-nos pertinentes algumas considerações:

- um espaço exterior, público ou não, pode possuir um valor patrimonial concedido por determinada ocorrência extraordinária - os campos de Aljubarrota, por exemplo - ou por um uso sistemático ao longo dos séculos - estamos a lembrarmo-nos do espaço correspondente à antiga

praça de touros seicentista, junto ao adro da igreja da Concelção, em Atouguia da Baleia. Aí existem uns tantos esteios de pedra, antigamente usados como suportes de um sistema amovível de cercar a espaço, adequando-o à tourada. É um sistema único no país, tanto quanto sabemos, e que bem justificava uma especial protecção e até reutilização.

Outros espaços, como os de feira, rossios e terreiros conventuais, espaços importantes na história das urbes, com características ambientais muito próprias, parece-nos que também deveriam ser objecto de uma cuidada preservação, em que fossem mantidas reminiscências dos antigos usos. Cremos que, actualmente, não se pode entender que a preservação patrimonial vise apenas obras construídas, porque, como diz o poeta, é tão importante aquilo que é, como o que não é (1)... O espaço pode inscrever-se perfeitamente nestas condições, tal como o lendário freixo do rei Vamba, em Idanha-a-Velha, as centenárias oliveiras de Serpa ou o portentoso plátano do Rossio de Portalegre.

Nos dois quadros seguintes, num agrupam-se as praças segundo o tipo da intervenção paisagista e no outro listam-se espécies vegetais predominantes, observadas nas praças.

(1) - Veja-se p.12

FORMA DE INTERVENÇÃO PAISAGISTA

TIPO DE ARBORIZAÇÃO	LOCALIDADE
Arborização tradicional proveniente pelo menos do séc. XIX	Almeida, Chaves Guimarães, Óbidos
Arborização perimetral deixando a maior parte do tabuleiro livre	Amarante, Aviz, Azambuja, Beja, Braga, Caldas da Rainha, Caminha, Campo Maior, Elvas, Lisboa - Rossio, Mértola, Nazaré, Ponte de Lima, Porto, Porto Covo, S. Vicente da Beira, Vila Real de Santo António
Arborização e ajardinamentos em grandes tabuleiros centrais	Braga - Mouz. Albuq., Faro, Lisboa - Afonso Albuq. Porto - P. República, Póvoa do Varzim, Vila Conde
Arborizações excessivas, com ou sem ajardinamento, descaracterizadoras do espaço ou impeditivas de leituras correctas do mesmo	Alcobaça, Cabeceiras de Basto Lagos, Santarém
Ajardinamentos diminutos, com expressão insuficiente para marcar a praça	Aguiar da Beira, Coimbra Guarda, Setúbal
Praças sem qualquer tipo de vegetação	Alcácer do Sal, Arraiolos, Aveiro, Barcelos, Bragança, Castelo Branco, Évora, Lisboa - P.Comércio Manique do Intendente, Miranda do Douro, Tomar Viana do Castelo, Vila Viçosa, Viseu

ESPÉCIES VEGETAIS PREDOMINANTES NAS PRAÇAS OBSERVADAS

LOCAL	ESPÉCIES
Aguiar da Beira	Pequeno ajardinamento lateral e recente de herbáceas, arbustos diversos e Ciprestes - <u>Chamaecyparis lawsoniana</u>
Alcobaça	Jardim dos anos 40 com múltiplas espécies de árvores e arbustos que substituiu a antiga arborização com Plátanos <u>Platanus acerifolia</u> .
Almeida	Apenas um Ulmeiro - <u>Ulmus glabra</u>
Amarante	Cinco Freixos - <u>Fraxinus angustifolia</u>
Aviz	Laranjeiras - <u>Citrus sp.</u>
Azambuja	Choupos em fiadas - <u>Populus sp.</u>
Beja	Fiadas de Tílias - <u>Tilia cordata</u>
Braga	Tílias, Laranjeiras e sebes de Buxo (<u>Buxus sempervirens</u>)

Cabeceiras de Basto	Tílias - <u>Tilia cordata</u> , Palmeira - <u>Phoenix canariensis</u> e arbustos diversos - <u>Lagostoenia indica</u> e <u>Hibiscus syriacus</u> , etc
Caldas da Rainha	Tílias em fiadas - <u>Tilia cordata</u>
Caminha	Tílias em plantação densa e restrita - <u>tilia cordata</u>
Campo Maior	Fiadas periféricas de Ácer - <u>Acer negundo</u>
Chaves	Um "Negrilho" ou Ulmeiro - <u>Ulmus Glabra</u>
Coimbra	Recente arranjo paisagístico com Araucárias - <u>Araucaria heterophylla</u> , Cedros - <u>Cupressus sp</u> e Ciprestes - <u>Cupressus sempervirens</u>
Elvas	Fiadas periféricas de Laranjeiras <u>Citrus sp.</u>
Faro	Palmeiras - <u>Phoenix canariensis</u> , Peseudoacácias - <u>Robinia pseudocaria</u> e Jacarandás - <u>Jacaranda mimosifolia</u>
Guimarães	Uma Oliveira - <u>Olea europaea</u>
Lagos	Várias árvores - Alfarrobeiras <u>Ceratonia siliqua</u> , Araucárias <u>Araucaria heterophylla</u> e Palmeiras <u>Phoenix canariensis</u>
Lisboa - Rossio	Lodões - <u>Celtis australis</u> e Peseudoacácias - <u>Robinia pseudoacacia</u>
Mértola	Laranjeiras - <u>Citrus sp.</u>
Nazaré	Filas laterais de Mélias - <u>Melia sp.</u> e de Peseudoacácias - <u>Robinia pseudoacacia</u>
Óbidos	Seis Plátanos - <u>Platanus acerifolia</u> , em zona limitada
Ponte de Lima	Fiadas perimetrais de Tílias - <u>Tilia cordata</u> e Ulmeiros - <u>Ulmus glabra</u>
Porto	Fiadas laterais de Ligustros <u>Ligustrum sp.</u>
Porto Covo	Plantação perimetral de Pseudoacácias - <u>Robinia pseudoacacia</u> e herbáceas diversas
Póvoa do Varzim	Tílias - <u>Tilia cordata</u> Palmeiras - <u>Phoenix canariensis</u> e Ciprestes <u>Cupressus sempervirens</u>
S. Vicente da Beira	Duas fiadas de Olaias - <u>Cercis siliquastrum</u>
Santarém	Choupos - <u>Populus sp.</u>
Setúbal	Plátanos - <u>Platanus acerifolia</u> e Olaias - <u>Cercis siliquastrum</u> recém-plantadas e alguns Choupos - <u>Populus sp.</u> isolados a Norte da praça
Vila do Conde	Plátanos - <u>Platanus acerifolia</u> Freixos <u>Fraxinus angustifolia</u> , sebes de buxo e herbáceas diversas
V. R. Sto António	Larãjeiras - <u>Citrus sp</u> perimetrais ao tabuleiro

4.7 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Da análise efectuada, a primeira constatação que retiramos é de que a vitalidade (1) de uma praça está dependente de um processo urbano complexo, o qual não se res-tringe, de forma alguma, ao estrito espaço da praça, mas amplia-se muito para além dela, ultrapassando até a malha urbana, indo relacionar-se com o território. Um exemplo simples: se uma praça beneficia da passagem de uma estrada regional que lhe passa próxima e se ocorre um novo traçado viário desviando o trânsito, de imediato a praça ressent-se com a alteração introduzida (2), sobretudo se é uma pequena vila sem grandes recursos alternativos imediatos.

Outros exemplos que mostram bem como a praça pode estar dependente do território envolvente, são dados pelos aglomerados localizados no litoral, junto a praias, onde a frequência do uso sazonal destas faz alterar completamente os usos, como sucede nas praças da Nazaré, Lagos, Faro, Póvoa do Varzim, etc. Decorrentes da localização

(1) - Entendemos a "vitalidade" de uma praça como a capacidade que possui para oferecer uma boa diversidade de usos, o que não significa, necessariamente, intensidade. Os usos podem ser muito intensos mas limitados, por exemplo, à circulação automóvel apenas. "Vitalidade" deverá significar o uso regular e continuado, com variações de intensidade, como é normal, mas não com variações bruscas e sistemáticas, como acontece nas praças principais das grandes cidades, onde a ocupação funcional foi tornada desequilibrada.

(2) - Modernamente são muitos os exemplos em que por via do culto da funcionalidade viária e da economia da construção foi acelerado o processo de decadência de povoações para as quais a via de trânsito próxima era um factor importante. Aspectos deste tipo tem um forte impacto nas zonas do interior do país, já por si sujeitas a um processo de desertificação, em benefício do litoral ou, pelo menos, das respectivas capitais de distrito.

geografia, acontecem outros fenómenos nas povoações fronteiriças, sujeitas ao uso em função dos câmbios das moedas.

Os fenómenos exógenos, de que se deram alguns exemplos atrás, complementam-se com outros de natureza interna. Um deles pode ser o aumento da população e o respectivo crescimento da urbe ou, se se quiser, o aumento da sua área de influência, acarretando alterações na estrutura existente. Isto, por sua vez, pode mostrar o grau de persistência da estrutura para manter-se, verificando-se que as de traçado radiocêntrico persistem mais, submetendo-se facilmente ao congestionamento do centro. Outras estruturas são mais adaptativas, criando novos centros funcionais que complementam ou até suplantam os mais antigos. Este processo da alternância da praça central pode ser observado em localidades como Alcobaça, Alcácer do Sal, Alenquer, Barcelos, Braga, Bragança, Chaves, Guarda, Lisboa, Ponte de Lima, Porto, Póvoa do Varzim. Com novos centros funcionais suplantando em uso o centro histórico, temos casos como Barcelos, Campo Maior, Castelo Branco, Guimarães, Lagos, Mértola, Santarém e Viseu.

Para o equilibrado uso da praça torna-se necessária uma ocupação suficiente de habitações, associada a comércios de uso diário e ocasionais, de maneira a existir uma normal afluência diária.

O quadro seguinte propõe o agrupamento das praças em termos de capacidade para desenvolverem as necessárias actividades diferenciadas. O primeiro grupo inclui as praças consideradas com bastante vitalidade; o

segundo grupo, a que têm regular vitalidade e o terceiro grupo reúne as praças com pouca vitalidade. As fichas das localidades, contidas no volume II, indicam as ocupações funcionais respectivas.

Se o primeiro grupo - *praças com bastante vitalidade* - não oferece grandes dúvidas, para o segundo grupo temos que indicar os critérios que levaram à classificação:

- Por não terem atingido a polifuncionalidade necessária e terem uma sub ocupação de habitação : Almeida, Azambuja, Bragança, Cabeceiras de Basto, Miranda do Douro e Lisboa - praça do Comércio.

- Por terem perdido a antiga funcionalidade em benefício de novas zonas centrais : Alcácer do Sal, Alcobaça, Alenquer, Aveiro, Chaves, Tomar.

- Por terem perdido antigos usos importantes, como, o mercado ou o porto de pesca : Amarante, Arraiolos, Faro, Guarda, Guimarães - praça de S.Tiago, Lagos, Óbidos e Santarém.

- Por terem sofrido substituições na antiga ocupação funcional : Lisboa - Rossio, Porto - praça da Liberdade.

- Por terem ocorrido alterações recentes na estrutura viária : Ponte de Lima, Vila do Conde.

O terceiro grupo - *praças com pouca vitalidade* - são aquelas onde as razões que se evocam para a regular funcionalidade têm reduzida expressão. A exclusiva ocupação com serviços (Lisboa - praça do Comércio), ou de habitação

(Braga - praça Mouzinho de Albuquerque) ou de insuficiências várias, são razões importantes, sem significar que sejam únicas e exclusivas, uma vez que só a análise de toda a complexidade urbana poderá definir com mais precisão as diversas causas locais.

Como é compreensível, as classificações em termos funcionais não têm correspondência com outras possíveis, como por exemplo a qualidade espacial ou a tipologia das praças.

Mas nem tudo se restringe ao tipo de ocupação funcional existente; outros aspectos são importantes para a vitalidade da praça, observando-se que a morfologia do local e a situação perante a envolvência são características que a tornam mais ou menos adequada às determinadas funções. Isto é evidente nas "praças portuárias", muito ligadas às tarefas da faina marítima e à vida do porto, tão característica na costa mediterrânica. Aí ocorrem os comércios de artigos de pesca e apetrechos para os barcos, mas também os bares, os restaurantes, as pensões. Quando estas condições se alteram toda a praça se ressentem. O exemplo de Faro, com a substituição drástica do cais dos barcos de pesca, junto à praça central da cidade, pelo porto de barcos de recreio, retirando-lhe toda a azáfama que possuía, é eloquente. Para além disso, as praças abertas ao mar ou a cursos de água constituem espaços fortemente polarizadores de estadia. Só os usos inadequados contrariam a capacidade intrínseca que a praça possa ter.

GRAU DE VITALIDADE DAS PRAÇAS CONSIDERADAS (1)

Praças que se conservam com bastante vitalidade	Beja, Braga - P. do Município, Caldas da Rainha, Caminha, Coimbra, Elvas, Évora, Nazaré, Póvoa do Varzim, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real de Santo António.
Praças com regular vitalidade	Alcácer do Sal, Alcobaça, Alenquer, Almeida, Amarante, Arraiolos, Aveiro, Azambuja, Bragança, Cabeceiras de Basto, Chaves, Faro, Guarda, Guimarães, Lagos, Lisboa - Rossio, Mértola, Miranda do Douro, Óbidos, Ponte de Lima, Porto - P. Liberdade, Santarém, Tomar
Praças com pouca vitalidade	Aguiar da Beira, Aviz, Barcelos, Braga - Mouz. Albuquerque, Campo Maior, Castelo Branco, Lisboa - P. do Comércio, Manique do Intendente, Porto Covo, S. Vicente da Beira, Vila do Conde, Vila Viçosa, Viseu

Da mesma maneira, as praças ligadas a cruzamentos de estradas regionais oferecem especiais condições para o comércio e troca de serviços. Viseu (Rossio), Évora e Beja são bons exemplos disso.

Por vezes é a topografia da praça que não a favorece, porque os declives acentuados dificultam os acessos e o uso diversificado do espaço. Estão nestas condições Aguiar da Beira, Aveiro, Guarda e Vila do Conde.

Outros factos, que não podemos esquecer, prendem-se com as transformações espaciais; podem ser positivas, como o condicionamento do trânsito automóvel ou a montagem de estruturas efémeras para exposições, espectáculos, etc.

(1) - A consulta das fichas de levantamento, que compõem o 2º volume desta dissertação, fornecem elementos de pormenor sobre a ocupação funcional das praças em estudo.

Mas também podem significar atentados a valores patrimoniais quando o espaço é totalmente transformado. Estão neste caso os terreiros dos conventos e adros de igrejas, onde regularmente ocorriam grandes reuniões e que intensos ajardinamentos dificultaram ou mesmo inviabilizaram. Veja-se Alcobaça e Cabeceiras de Basto.

A transformação das praças em grandes parques de estacionamento é outra das grandes pragas que lhes foi votada. A cidade vai-se ferindo e entregando à ruína, por não encontrar saídas adequadas, um pouco como o escorpião desorientado por não encontrar saída. Olhamos confrangidos para o atafalhamento de "lataria" que ocupa algumas das nossas mais belas praças durante os dias da semana, para fora disso as deixarem desertas, sem utilização, à espera. A cidade é um acto de vontade (1), mas da vontade de todos os cidadãos. Por isto, a implementação de funções adequadas ao espaço ou a preservação de outras que se mostram equilibradas, são das tarefas mais difíceis de resolver. Os regulamentos e disposições legais podem propiciar determinadas ocorrências favoráveis, mas não conseguem fazer tudo o que só as decisões colectivas viabilizam.

(1) - Cf. Edmund Bacon, *Design of cities*, p. 13

4.8 - PERCEPÇÃO

Utilizamos esta rubrica no sentido de elaborarmos uma avaliação perceptiva global das relações físicas e ambientais, ou do carácter do lugar, decorrente da observação local das praças consideradas. Isto significa que esta análise resulta dum relação pessoal entre nós e o espaço observado, relação dual onde apenas uma parte se procura explicitar. Ou seja, comunicamos a nossa visão e apreciação mas não conseguimos transmitir os porquês dela, porque isso inscreve-se já no foro da psicologia e da psicanálise do observador, o que nos escapa completamente.

Depois dos trabalhos de análise urbana de Kevin Lynch, (1), Gordon Cullen (2) e de Appelyard, Lynch e Myer (3), abriram-se múltiplas perspectivas para investigar a paisagem urbana e as suas relações com os espaços construídos, de tal maneira que o arquitecto, só por si, não consegue dominar todo o conhecimento que os especialistas em psicologia ambiental, sociologia e geografia, etc. acumularam nas últimas décadas (4).

Evitamos as apreciações de indole sociológica,

(1) - *Image of the city*, 1960.

(2) - *Townscape*, 1961.

(3) - *View from the road*, 1964.

(4) - Para recensões críticas dos processos de análise, consulte-se, entre outros: Sylvie Rimbert, *Les paysages urbaines*, 1973 ; J. Douglas Porteous, *Environment & behavior, planing and every day urban life*, 1977; Antoine Bailly, *La perception de l'espace*, 19. , Paul Claval, *La logique des villes*, 1981.

só é possível falar com propriedade sobre as mesmas após estudos específicos, o que ultrapassa o âmbito da presente dissertação. Os levantamentos efectuados da ocupação funcional, são indicadores parciais, adstritos à análise do espaço.

No sentido de reduzirmos as apreciações aleatórias, contrárias às visões de síntese desejáveis, procuramos estruturar a análise perceptiva a partir dos processos adoptados na análise da estrutura do espaço (1), da qual adoptamos os seguintes parâmetros, orientados sobretudo para a avaliação qualitativa dos aspectos morfológicos das praças, fundamentada nas situações espaciais apresentadas.

- Acessos - inserção e aproximação da praça
- Limites visuais envolventes - fechado / aberto
- Dimensões
- Relação largura / altura
- Claro / escuro
- Arquitectura e edifícios dominantes
- Escala
- Carácter do espaço: . introvertido / extrovertido
 - . original / banal
 - . complexo / simples
 - . dominante / não dominante
 - . agradável / desagradável

(1) - Cf. Jean Castex e Philippe Panerai, *Notes sur la structure de l'espace urbain*, 1970, pp. 30 - 33 ; Abraham Moles e Elisabeth Rohmer, *Labyrinthes du vécu*, 1982, pp.140 - 141.

A inclusão dos temas seguintes neste sub-capítulo e não no de análise morfológica da praça, justifica-se pela grande repercussão que têm na percepção do espaço.

OS ACESSOS ÀS PRAÇAS

Os diversos aspectos possíveis que os acessos às praças contêm, desde a dimensão, ao número e à forma de inserção, à intensidade e características de uso, não podem deixar de ser tomados em consideração. Aspectos relacionados também com a morfologia do sítio, como sucede com a topografia, a qual leva à construção de ruas ascendentes ou descendentes para a praça, rampas e escadas, determinando percepções diferentes do acesso, de resultados relevantes. Note-se que é frequente a praça ser um espaço sensivelmente plano, ainda que conseguido à custa de nivelamentos do terreno, de maneira a constituir uma chaneira entre os desníveis das ruas envolventes (1)

No quadro seguinte, "tipos de acesso às praças", procura-se a relação com as vias dominantes, especificando-se se é de trânsito regional, provocando um fluxo

(1) - Quando o espaço central nivelado, hoje designado por tabuleiro, é envolvido por ruas desniveladas, é popularmente designado por cais, como apuramos em algumas localidades.

regular, ou se a ligação é sómente a ruas secundárias de menor intensidade de uso. As diversas situações encontradas indicam-nos 11 grupos possíveis; alguns destes grupos formaram-se apenas para darem uma indicação de como a praça se relaciona com a estrutura urbana, como é o caso da adjacência a rua Direita, ou seja, ao antigo eixo viário principal do interior da urbe. Da mesma maneira, a ligação da praça a rua Corredoura indica a relação com o território envolvente da urbe. Outra situação particular é-nos dada pela inserção da praça num sistema viário radiocêntrico, proporcionando-lhe maior centralidade.

Quanto à forma de localização da rua na praça, torna-se importante avaliar se é simétrica ao espaço, estabelecendo eixos enfáticos de aproximação a edifícios, ou, pelo contrário, é assimétrica e sem relação com esquemas perspécticos ou de significado preestabelecidos.

A análise do quadro leva-nos às seguintes conclusões:

- 21 praças, significando pouco menos de metade do universo considerado, possuem ruas implantadas tangencialmente aos lados, algumas cruzando o centro, que são de trânsito regional, de que resulta uma sobrecarga de afluência de tráfego.

- Podemos considerar que não possuímos praças fechadas, desviadas intensionalmente dos eixos de circulação, constituindo-se como espaços reclusos com acessos exclusivos. O único caso onde isso é verificável é o da

Praça da República, de Campo Maior. A praça portuguesa é essencialmente aberta aos acessos, sendo em pouco mais de metade dos casos acessos locais, com ligação aos eixos viários principais. Essa ligação apresenta-se mais ou menos directa, conforme o tipo de estrutura viária e seu processo de crescimento (1).

- Situações como as de ligação às antigas ruas Direitas ou à ruas Corredouras asseguravam a essas praças especial importância polarizadora, pelo que, apesar dos acessos condicionados, continuam a possuir um intenso uso peatonal. O mesmo pode suceder quando uma via principal passa muito próxima, por exemplo, como em Coimbra.

- Situações engenhosas, onde a praça se liga com acessos em escadaria ou rampas inclinadas, encontram-se em Alenquer, Amarante, Aveiro, Coimbra, Mértola e Óbidos, de que resultam perspectivas de acesso muito variáveis e interessantes.

- A grande maioria dos acessos localizam-se aos cantos das praças e são complementados com outros distribuídos irregularmente. São raros os acessos centrais localizados de maneira intensional. Este aspecto é determinante da forma como o espaço é percebido (2). Com os cantos da praça fechados e acessos centralizados temos

(1) - é exemplar o caso de Évora, onde algumas décadas atrás, a praça do Giraldo era o local de chegada das diversas estradas regionais, nela se localizando as únicas bombas de combustível existentes.

(2) - Na aproximação por um acesso central à praça a percepção de todo o espaço faz-se de maneira mais imediata do que quando é feito por acesso tangencial, em que a limitação do ângulo lateral de visão provoca uma percepção global mais demorada.

apenas a praça de Campo Maior. Podemos por isso concluir que a maioria das nossas praças não teve, quanto às formas de acesso, grande influência do urbanismo renascentista ou barroco, inserindo-se nas estruturas onde os traçados medievais, ainda que geometrizados, foram determinantes. Embora as igrejas e câmaras municipais sejam edifícios dominantes, a praça anterior ao século XVIII não apresenta eixos bem definidos de acesso a esses edifícios, os quais são apenas esboçados em Elvas, Évora, Beja e nas situações onde a praça nasceu, em boa parte, do convento, como em Amarante, Alcobaça e Cabeceiras de Basto.

Encontramos, com frequência, igrejas que preservaram o adro de o virarem directamente para a praça, oferecendo-lhe o alçado lateral. Em alguns casos a igreja manteve-se isolada no espaço, ao contrário do que sucedeu nas praças italianas observadas por Sitte (1). Disto decorre frequentes situações de ligação entre sub-espacos, como o adro frontal, de dimensões contidas, e a praça, de maiores dimensões, abrangendo todo o alçado lateral da igreja. Em alguns raros casos, aqui não tratados, o espaço envolvente da igreja foi completamente preservado da praça através da construção duma plataforma elevada, limitada com balaustrada ou grades. Torre de Moncorvo oferece, talvez, o melhor exemplo dessa demarcação do espaço exterior afecto à igreja, separando-o da praça.

(1) - Cf. Camillo Sitte, *Construcción de ciudades segun principios artisticos*, pp. 227-233. Note-se que a situação é diferente nas povoações modernas, onde a igreja procurou uma implantação centralizada à praça, voltando-lhe a fachada principal.

No quadro "Distribuição das praças quanto ao seu números de acessos", podemos verificar a existência de dois conjuntos que se evidenciam, perfazendo mais de 50 % do total, e onde existem 5 ou 6 acessos distintos. Com apenas 4 acessos ainda se encontra um número razoável, mas para além disso, tanto para menos como para mais, o número diminui significativamente.

É evidente que quanto mais numerosos são os acessos, mais a praça se abre à envolvimento. Mas há que atender às reduzidas larguras que muitos dos acessos possuem, sobretudo quando são numerosos, não provocando a fragmentação do espaço na proporção em que ocorrem. Exemplos como Évora, com 10 acessos, Caldas da Rainha, com 11, ou Setúbal com 13 acessos, nem por isso deixam de transmitir a sensação de espaços unitários, bem limitados.

Do que se disse, concluímos que os acessos às praças contribuem com as suas características para imporem uma maior diversidade de situações, ao contrário das praças planeadas, cuja tendência é de serem mais restritivas, seguindo modelos estabelecidos. A diversidade viabiliza, por si, uma maior gama de situações espaciais inesperadas, decorrendo daí o interesse de nossas das nossas praças.

É só com o urbanismo afirmado em Portugal nas primeiras décadas deste século que ocorrem novos desenhos urbanos, com grandes eixos viários cruzando a praça, sem a intenção de valorizar algum dos seus edifícios.

TIPOS DE ACESSOS ÀS PRAÇAS

SITUAÇÃO	LOCALIDADES	TOTAIS
Com um lado adjacente a via de trânsito regional para além de outros acessos locais	Aguiar da Beira, Azambuja, Caldas da Rainha Lagos, Ponte de Lima, Vila Viçosa	6
Com atravessamento por via(s) de trânsito regional, para além de outros acessos locais	Alcobaça, Amarante, Arraiolos, Bragança, Cabeceiras de Basto, Porto Covo	6
Adjacente a avenida marginal ou cais, com outros acessos locais	Alcácer do Sal, Faro, Liaboa - P. Comércio, Nazaré, Porto - P. Ribeira, Setúbal, Vila do Conde	7
Acesso por vias secundárias de ligação às vias principais	Alenquer, Almeida, Avis, Braga - P.Município, Braga - P.Mouz.Albuq., Castelo Branco, Chaves - P.Camões e Inf.19, Coimbra, Elvas, Guimarães, Manique do Intendente, S. Vicente da Beira, Viana do Castelo, Viseu	15
Adjacente ou muito próxima de via principal da urbe, para além de outros acessos locais	Aveiro, Caminha	2
Com um lado adjacente a antiga rua Direita da urbe	Barcelos, Braga - L. Paço, Chaves - P. Repúb. Guarda, Miranda do Douro, Óbidos, Santarém	7
Praça com localização radio - cêntrica e eventual acesso de vias regionais.	Beja, Évora	2
Praça atravessada por vias principal da urbe	Lisboa - Rossio, Porto - P.Liberdade, Póvoa do Varzim	3
Com acessos secundários localizados a meio, dos lados da praça	Campo Maior	1
Praça adjacente a antiga rua Corredoura	Caminha, Tomar	2
Com acessos só pelos cantos	Vila Real de Santo António	1

DISTRIBUIÇÃO DAS PRAÇAS QUANTO AO NÚMERO DE ACESSOS

Nº DE ACESSOS	LOCALIDADES	TOTAIS
2	Braga - L. Paço	1
3	Alenquer, Campo Maior, Chaves - R.Inf.19	3
4	Alcácer do Sal, Amarante, Aveiro, Braga - - P. Mouz.Albuq., Mértola, Vila Viçosa, Viseu	7
5	Alcobaça, Almeida, Arraiolos, Avis, Azambuja, Barcelos, Braga - P.Município, Cabeceiras de Basto, Guimarães, Miranda do Douro, Ponte de Lima, Porto - P.Liber. S. Vicente da Beira, Vila do Conde	14
6	Bragança, Caminha, Castelo Branco, Chaves- - P.República, Chaves - P. Camões, Elvas, Manique do Intendente, Nazaré, Óbidos, Porto Covo, Póvoa do Varzim, Santarém, Tomar, Viana do Castelo	14
7	Coimbra (2 acessos peatonais - escadas), Lagos, Lisboa - P.Comércio	3
8	Aguiar da beira, Guarda, V. Real de Santo António	3
9	Beja, Faro, Lisboa - Rossio	3
10	Évora	1
11	Caldas da Rainha	1
12	-	-
13	Setúbal	1

LIMITES VISUAIS DA ENVOLVÊNCIA DAS PRAÇAS

O quadro seguinte indica-nos de forma clara que grande parte das nossas praças têm uma relação visual com a paisagem envolvente, quer seja por serem praças abertas por um dos lados, quer por possibilitarem enfiamentos visuais

através das ruas ou sobre a silhueta dos telhados.

Raramente a praça nos transmite a sensação de espaço fechado, como, acontece em Campo Maior. Se as vistas são limitadas à própria praça, existe sempre alguma sugestão de continuidade espacial através dos pequenos espaços com que se articula ou das ruas que nela desembocam. Esta frequente característica de espaço aberto ou semi-fechado, importante em termos perceptivos, não impede que o espaço da praça se afirme completamente, numa leitura clara, tanto mais que continua a existir nos nossos centros históricos um grande contraste de dimensões entre os perfis transversais das ruas e o perfil da praça, ou seja, manteve-se, em grande parte, a estrutura fundiária antiga, renovando-se os edifícios. Só as grandes cidades foram, eventualmente, sujeitas a reconstrução da estrutura central, com abertura de vias de muito maior dimensão de perfil, provocando grandes interrupções espaciais no envolvimento da praça.

Os casos de indefinição espacial da praça em parte dos seus limites, como acontece com a praça da Liberdade, do Porto, com a praça Francisco Gomes, de Faro, ou com a praça da República, de Lagos, são pouco frequentes. Mesmo quando ocorrem articulações da praça com espaços contíguos, como sucede em Avis, Guarda, Santarém, S.Vicente da Beira, Viseu e Chaves, o espaço correspondente à praça é facilmente percebido através da sugestão global que o contorno nos transmite.

AGRUPAMENTO DAS PRAÇAS QUANTO AO TIPO DE LIMITES VISUAIS DA ENVOLVÊNCIA

SITUAÇÃO	LOCALIDADES	TOTAIS
Praças abertas à paisagem envolvente, viabilizando a sua fruição	Aguiar da Beira, Alcácer do Sal, Alenquer, Amarante, Faro, Lagos, Lisboa - P.Comércio, Mértola, Nazaré, Ponte de Lima, Porto - P.Ribeira, Vila do Conde	12
Praças semi-fechadas que permitem enfiamentos visuais interessantes para além dos seus limites, através de ruas ou sobre a silhueta envolvente	Alcobaça, Aveiro, Barcelos, Braga - P.Mouz. Albuquerque, Cabeceiras de Basto, Caminha, Castelo Branco, Chaves, Lisboa - Rossio, Óbidos, Porto - P.Liberdade, Porto Covo, Setúbal, Tomar, Viana do Castelo, Vila Viçosa, Viseu	17
Praças semi-fechadas com perspectivas limitadas em grande parte pelo perímetro e ruas adjacentes	Almeida, Arraiolos, Avis, Azambuja, Beja, Braga, Caldas da Rainha, Coimbra, Elvas, Évora, Guarda, Guimarães, Manique, Miranda do Douro, Póvoa do Varzim, Santarém, S. Vicente da Beira, V. Real Sto. António	18
Praças que transmitem a sugestão de espaço fechado	Campo Maior	1

RELAÇÃO LARGURA / ALTURA DA PRAÇA

Esta forma de avaliar uma das proporções da praça foi já utilizada por Vitruvius e depois por Alberti (1), o qual voltou a utilizá-la, estabelecendo que a relação entre a cêrcea dos edifícios e a largura da praça deverá ser compreendida entre a proporção de 1:3 a 1:6 ,

(1) - Cf. Leon Battista Alberti, *De re aedificatoria*, Veneza, 1565, L. XVIII, p. 249, trad. espanhola - B.N. de Madrid.

proposta que Palladio reafirmou (1). Estas proporções foram modernamente reavaliadas, não sofrendo grandes alterações: A fisiologia da visão indica que a melhor observação de um edifício é feita sob um ângulo vertical de 27 graus, a qual corresponde a um triângulo com os catetos na relação de 1:2. Ao tratar-se de um conjunto de edifícios, o ângulo deverá baixar para 18 graus, correspondendo a um outro triângulo em que os catetos têm a relação de 1:3 (2). Confirma-se, portanto, a relação mínima entre a altura dos edifícios e a largura da praça, prevista pelos clássicos.

Apesar da maioria das nossas praças não terem surgido de regras préestabelecidas, ensaiamos o cálculo das proporções das praças avaliadas, conforme quadro anexo. Mas é importante ter em conta que, dada a irregularidade das plantas e das cercas, os valores obtidos resultam, por vezes, de médias calculadas, susceptíveis de outras interpretações. Algumas praças não foram consideradas, dada a dificuldade em avaliar este tipo de relações.

O quadro mostra-nos uma maior incidência de praças onde a proporção é de 1:5, (27 %). Isto significa uma secção aberta mas, frequentemente equilibrada por um ou mais edifícios dominantes, como a igreja ou os paços do concelho, de maior porte e que em termos perceptivos traduz uma redução na proporção obtida pela média das alturas.

Próximos estão também os grupos com as

(1) - Cf. Pierre Lavadan e outros, *L'Urbanisme a l'époque moderne*, p. 48.

(2) - Cf. Carlos Caro e Juan de las Rivas, *Arquitectura urbana*, p. 51

proporções de 1:3 e 1:6, (19 % e 10 % , respectivamente). Resumindo, 56 % das praças poderão considerar-se dentro das proporções canónicas. Pode ainda observar-se que fora destes limites são mais numerosas as praças com proporções correspondentes a grande abertura, do tipo 1:7 a 1:15, do que as que apresentam proporção de praças fechadas, do tipo 1:2, muitas destas já próximas da relação do grupo seguinte, como sucede com Évora e Viana do Castelo, com 1:2,9, e Nazaré com 1:2,7. As praças de perfil mais fechado são as de Barcelos e de Coimbra, mas por razões diferentes: a primeira, pelas reduzidas dimensões da planta, enquanto que a segunda é por ter uma volumetria de todo o envolvimento bastante elevada, invulgar em praças principais de centros históricos. Embora o quadro não indique, poderá verificar-se pelas fichas das localidades (volume II), a predominância de edifícios de poucos pisos a envolverem a maioria das praças tratadas. Também é interessante verificar que as praças mais abertas, com relações que vão de 1:8 a 1:15, referem-se a espaços planeados ou resultantes de acções de planeamento que de algum modo determinaram plantas de áreas mais vastas. Isto é, a variação da área é o factor que mais influencia as mudanças da relação altura/largura e não os edifícios envolventes.

Como resultado destas características espaciais, poderemos dizer em síntese, que as praças avaliadas são predominantemente abertas, com uma agradável relação reportada à escala humana, que lhe dá o envolvimento de pouca

altura, de que também resultam espaços bastante luminosos e contrastantes com as ruas envolventes, estreitas e ensombradas.

O perfil típico, aliado às características arquitectónicas, dão como resultado praças não monumentalistas, mas onde, de maneira geral, um ou dois edifícios são predominantes. Isto faz com que exista uma diferença entre a relação que temos vindo a tratar, indicadora das proporções de volume, e aquilo a que Bacon designa por "meeting the sky" (1), ou seja, como que um tecto perceptivo da praça, resultante não só da altura média da maior parte dos edifícios, mas também da influência que exerce, por exemplo, uma torre ou um volume mais destacado do conjunto. Dado que a ocorrência do edifício destacado também é frequente, poderemos concluir que este facto provoca um fecho perceptivo das praças, aproximando-as das proporções ideais.

(1) - Edmund Bacon, *Design of cities*, p.24

AGRUPAMENTO DAS PRAÇAS QUANTO À RELAÇÃO ALTURA / LARGURA

LARGURA / ALTURA	LOCALIDADES	TOTAIS	%
2,2 2,2 2,9 2,7 2,9	Barcelos Coimbra Évora Nazaré Viana do Castelo	5	12 %
3,3 3,6 3,4 3,7 3,5 3,2 3,4 3,8	Arraiolos Beja Braga - L.Paço Caldas da Rainha Castelo Branco Chaves Guimarães Óbidos	8	19 %
4,4 4,1	Santarém Viseu	2	4 %
5,3 5,0 5,3 5,7 5,0 5,8 5,1 5,0 5,0 5,1 5,7 5,2	Almeida Amarante Aveiro Avis Bragança Campo Maior Elvas Mértola Miranda do Douro Porto - P.Liberdade Setúbal Tomar	12	27 %
6,8 6,9 6,1 6,6 6,0	Alcácer do Sal Azambuja Guarda Ponte de Lima S. Vicente da Beira	5	11 %
7,6 7,7	Caminha Vila do Conde	2	4 %
8,3 8,3 8,1 8,0	Braga -P.Município Faro Lagos Lisboa - Rossio	4	9 %

Continuação:

9,5 9,7 9,7	Póvoa do Varzim Vila Real Sto. António Vila Viçosa	3	7 %
10,8	Manique do Intendente	1	2 %
11,8 11,8	Braga - P.Mouz.Albuq. Cabeceiras de Basto	2	4 %
15,6	Porto Covo	1	2 %

ASPECTOS DO CLARO ESCURO OU INSOLAÇÃO DA PRAÇA

Este aspecto determinante da análise perceptiva é dependente de vários factores, tais como condicionamentos geográficos, forma dominante das praças, dimensões, relações de largura / altura, orientações dominantes e arquitectura envolvente.

As condicionantes geográficas, enfatizadas pelos contrastes entre o Norte e o Sul ou entre o interior e o litoral do país, trazem diferenças como a intensidades luminosa, temperaturas, humidades médias e materiais disponíveis, provocando adaptações consequentes da arquitectura e ambientes de distintas qualidades.

As formas dominantes das praças, vistas em anterior sub-capítulo, não nos dão indicações precisas, a não ser para as formas de proporções mais extremadas, como as designadas por "rectangulares bastante alongadas" ou "irregulares bastante alongadas". Uma apreciação detalhada destas formas indica-nos terem os seus eixos dominantes, ou maiores, predominantemente orientações oblíquas em relação

ao equador, o que lhes permite uma insolação mais regular para os diversos períodos. Apenas no caso da Nazaré temos a orientação Este-Oeste, ou seja, com um lado maior exposto a Norte, de insolação deficiente. Ocorrem outras praças com o eixo dominante com esta orientação, mas são formas mais abertas ou de proporções mais harmónicas, onde o lado exposto a Norte é de menor dimensão.

As praças abertas por omissão de um dos lados, oferecem normalmente melhor insolação, tanto por terem menores elementos de sombreamento como por terem as aberturas voltadas ao quadrante Sul. Apenas dois casos - Lagos e Ponte de Lima, apresentam aberturas a Nordeste e a Noroeste, respectivamente.

As dimensões das praças é outro factor a considerar na percepção dos claros-escuros da praça, sobretudo através das relações altura de edifícios/largura da praça, indicadoras do grau de fecho à insolação e que, no caso das nossas praças, é bastante reduzido, como atrás se viu através do respectivo quadro de síntese. Disto resultam espaços bastante luminosos, pouco ensombrados.

As orientações dominantes, indicadas pelo eixo considerado principal ou maior, surgem distribuídas com poucas diferenças pelas quatro situações consideradas atrás, não permitindo ilacções para o presente tema. O mesmo não acontece para a exposição dos edifícios dominantes, os quais mostram uma evidente preferência pelas exposições ao quadrantes Sul ou Oeste, deixando aos

edifícios secundários as exposições mais ensombradas. Note-se que estes edifícios são muitas vezes de menor porte, pelo que o impacto provocado pela deficiente exposição é consideravelmente reduzida.

ARQUITECTURA E EDIFÍCIOS DOMINANTES

As formas dominantes nas praças são de pouca altura. Generalizando, podemos dizer que a maior incidência é de edifícios entre dois a quatro pisos (para uma maior pormenorização, consulte-se os levantamentos da ocupação funcional nas fichas das localidades, no volume II). À pouca altura decorrente do número de pisos, alia-se a tipologia dominante de telhado com beirado para a frente. São raras as soluções de fachadas terminadas em empena, com telhados de inclinação acentuada drenando para os alçados laterais, como é usual no centro da Europa.

Verificamos que em 52 praças analisadas, 26, ou seja, 50 % , comportam uma igreja como peça dominante do conjunto envolvente. Em cerca de 27 % , um pouco mais de metade do conjunto, para além da igreja existe também os Paços do Concelho. Considerando apenas o edifício municipal, vemos que a sua ocorrência na praça é de 48 % , com pouca desvantagem, pois, em relação à igreja. Mas esta relação é válida apenas para as praças principais; num contexto mais alargado a outras praças, a igreja ocorre com

bastante mais frequência, enquanto que o edifício dos Paços do Concelho apenas existe um por localidade. As expressões destas duas tipologias dominantes são bastante diferentes : a igreja apresenta uma acusada verticalidade, levando à percepção de um tecto mais alto da praça, contrastando com a horizontalidade do edifício concelhio.

Em percentagem ainda considerável temos praças onde se evidenciam apenas edifícios notáveis, tais como palácios, torres, antigas portas de muralhas ou monumentos diversos. Os contrastes tipológicos são bastante variáveis; tanto podem ser muito fortes, por exemplo, através duma torre medieval, como de um palácio ou solar de arquitectura mais integrável na praça.

Em 11 % das praças não encontramos edifícios que se destaquem consideravelmente do conjunto, muito embora surjam a par expressões diferentes coexistindo edifícios barrocos a par de neoclássicos ou novecentistas, unidos apenas pelo plano de fachada e pela cércea. Este último é o elemento que actualmente está mais exposto a adulterações; as praças das Caldas da Rainha e da Póvoa do Varzim dão-nos dois flagantes exemplos da destruição da unidade através da cércea.

Quando se fala nas diversas expressões arquitectónicas da praça que actualmente temos (1), falamos também dos contrastes de texturas e de cores dos diferentes

(1) - É importante reforçar aqui o termo "actualmente", uma vez que se verifica que em épocas passadas os contrastes não seriam tão fortes, devido a uma maior sobriedade de formas e de materiais.

materiais utilizados. Em termos perceptivos consideramos que os fortes contrastes que procuram evidenciar cada edifício de *per si* provocam uma pulverização dos pontos de interesse em prejuízo do conjunto e, portanto, duma possível monumentalidade que a praça transmita. Se a *cércea* é importante, deve-se ao seu poder unificador das partes. O mesmo sucede com as arcadas e os materiais, quando contribuem para a percepção da visão das partes como um todo.

Como se compreende, é impossível generalizar os aspectos que mais influenciam a percepção, porque variam com as condições ambientais de cada região, com os materiais disponíveis e as formas tradicionais de construir.

As fachadas são interrompidas por vãos pequenos, mais frequentes para o Norte do país, complementados por varandas de guardas metálicas "rendilhadas", de que resulta uma impressão de agradável ligeireza. Sensação reforçada quando a estrutura das varandas é de madeira, como ainda é possível observar belos exemplares nas praças de Chaves. Para o Sul, os paramentos dos edifícios são mais fechados, tendendo para uma maior sobriedade decorativa em benefício de jogos de volumes (aspectos estes mais evidentes na arquitectura popular ou sua derivada). Poder-se-á dizer que a praça do Sul é mais luminosa, graças aos paramentos brancos ou de cores claras, embelezados com molduras ou frisos de cores mais fortes aplicadas em áreas reduzidas.

Um outro aspecto importante, condicionador da

arquitectura, está nos contrastes das estruturas fundiárias das diversas regiões. É fácil verificar que nas zonas de povoamento intensivo os solos adquirem um valor mais elevado, ocorrendo um maior parcelamento e um lote urbano de frente mais estreita. Esta reduzida frente determina os edifícios esguios do Norte, enquanto que no Sul o lote tende a ter maior frente. Este aspecto não tem significado nos solares ou casas apalaçadas, onde os proprietários procuraram sempre as maiores frentes, como forma de aparato. A horizontalidade dos edifícios do Sul contrapõe-se à verticalidade expressa no Norte, confronto entre a continuidade e a multiplicidade formal.

Do parcelamento menos fragmentado do Sul resultou também uma maior regularidade da malha urbana e das tipologias arquitectónicas, com espaços mais desafogados e de maior unidade expressiva, de ambientes menos irriquiets de cores e formas. Mas, em qualquer região, a praça como lugar privilegiado que é, obriga a especiais cuidados com a arquitectura envolvente. Diz uma quadra popular:

*Quem fez a casa na praça,
A muito se aventurou:
Uns dizem que ficou baixa
Outros que d'alta passou (1)*

(1) - Quadra de Celorico da Beira, citada por J. Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol.II, p.314 .

Desta exigência de esmero a que levam as obras na praça, ressaltam os cuidados postos no embelezamento dos vãos através de molduras, quer sejam de pedra talhada ou de ressaltos na massa do reboco, pintados de outra cor. Os portais principais das melhores casas, de fábrica anterior ao presente século, pelo menos, são destacados por maior dimensão de vãos e ornamentos mais elaborados, reforçando-lhe a conotação simbólica de "sítio de passagem".

AGRUPAMENTO DAS PRAÇAS QUANTO À PEÇA ARQUITECTÓNICA DE MAIOR DESTAQUE

Edifício ou peça dominante	Localidade	Nº	%
Igreja ou mosteiro	Alcobaça, Amarante, Avis, Bragança, Cabeceiras de Basto Chaves-P. República, Coimbra, Lagos, Óbidos, Porto Covo Santarém, Viseu	12	23%
Igreja e Paços do Concelho	Alcácer do Sai, Aveiro, Azambuja, Beja, Braga/P. Município Chaves/P. Camões, Elvas, Évora (C.M. demolida), Guarda, Guimarães, S. Vicente da Beira, Setúbal, Tomar, Vila Real de Santo António	14	27%
Paços do Concelho	Alenquer, Arraiolos, Campo Maior, Castelo Branco, Manique do Intendente, Mértola, Miranda do Douro, Póvoa do Varzim	8	15%
Paços do Concelho e edifícios notáveis	Caminha, Chaves/R. Inf. 19, Viana do Castelo	3	6%
Palácios ou peças notáveis- portas, torres, pelourinhos	Aguiar da Beira - torre e fonte medievais, pelourinho Braga- paço; Faro - Porta da Vila; Lisboa/Rossio-teatro Lisboa/P. Comércio - arcos, estátua; Vila Viçosa - paço	6	11%
Fonte - elemento dominante	Barcelos, Ponte de Lima, Porto/Ribeira	3	6%
Sem edifícios demarcantes do conjunto	A Almeida, Barcelos, Braga/P. Mouz. Albuq., Caldas da Rainha, Nazaré, Vila do Conde	6	11%

O CARÁCTER DA PRAÇA

Os vários aspectos atrás citados contribuem para a definição do carácter da praça, mas não são suficientes para o definirem. Dele fazem parte, por exemplo, a história e a vida quotidiana nos seus múltiplos aspectos. Uma luz particular incidindo num edifício ou a geografia sentimental da zona, as mudanças com as estações, os significados simbólicos de muitos elementos. Tudo contribui para que a percepção do espaço seja de uma maneira e não de outra, e de cada lugar se tenha um sentimento composto de uma amálgama de pequenos nadas, integráveis numa poética da cidade (1). Porque, como diria Marco Polo nas suas descrições ao imperador Kublai Kan, *os olhos não vêem coisas mas sim figuras de coisas que significam outras coisas (...)* (2). Questões subtis, extremamente difíceis de integrar nesta análise global das praças portuguesas. Socorramo-nos dos parâmetros propostos no início:

- Carácter introvertido/extrovertido

A nossa praça não tem vocação para se afirmar como espaço absolutamente introvertido. Pelo contrário, em várias situações abre-se para a paisagem, quer por omissão

(1) - Pierre Sansot em *Poétique de la ville*, dá-nos um extraordinário exemplo de um olhar sensível e profundo sobre a cidade, ressaltando a importância de muitos desses pequenos nadas que acabam por constituir a forma de viver de quem nela habita.

(2) - Cf. Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, p.17. Esta obra vale muito pela chamada de atenção ao facto de que também é possível existir a cidade alicerçada em ideias, ainda que subsista a dúvida da sua realidade física.

de um lado, quer por enfiamentos visuais que frequentemente permite. O português, ao contrário do espanhol, não cultivava o gosto pelos espaços públicos reclusos, talvez por serem diferentes as heranças culturais (1).

Concorrem para o carácter extrovertido da praça as frequentes ruas que nela desembocam e a pouca altura dos edifícios envolventes. Isto não significa que exista uma total extroversão, o que só acontece com as praças-rotundas, o que não é o caso.

A extroversão da praça é paga pelo uso indiferenciado que dela é feito, não existindo nenhum exemplo em que o espaço da praça esteja totalmente afecto aos peões. As praças que actualmente mais se aproximam disso são as de Coimbra e Setúbal, com acessos condicionados para os automóveis aos extremos, deixando liberto o restante espaço.

- Praça dominante / não dominante

Não sendo uma praça de grande afirmação monumental, com um envolvimento arquitectónico globalmente cuidado, é no entanto evidente que o seu espaço contrasta muito com a malha envolvente, muito ao geito da estrutura medieval, de que em muitos casos manteve o traçado. O espaço da

(1) - Conforme Carlos M. Caro e Juan L. de las Rivas, em *Arquitectura urbana*, p.45, os espanhóis possuem a tendência para os espaços reclusos e em franca contradição com o tecido viário da cidade, o que pode ter um antecedente nos pátios fechados das mesquitas.

praça domina tanto pelas dimensões como qualidades, funções que alberga, etc., mas também pelos significados histórico-sociais que normalmente contém.

- Original / banal

A praça nunca é um espaço banal. Pode-se alterar a sua importância por vicissitudes várias inerentes à urbe, mas fica permanecendo como espaço diferenciado. Pelo contraste espacial é facilmente reconhecível, sendo raros os exemplos onde ocorre a indefinição de limites. Mas também isto não significa que na praça tudo seja diferente: sendo construída por adição de partes, por sucessivas reconstruções ou renovações, tem arquitecturas que também podem ser encontradas numa rua qualquer. Embora seja na praça que se procuram localizar as instituições mais prestigiadas, reflectindo nos seus edifícios o desejo de afirmação.

- Complexo / simples

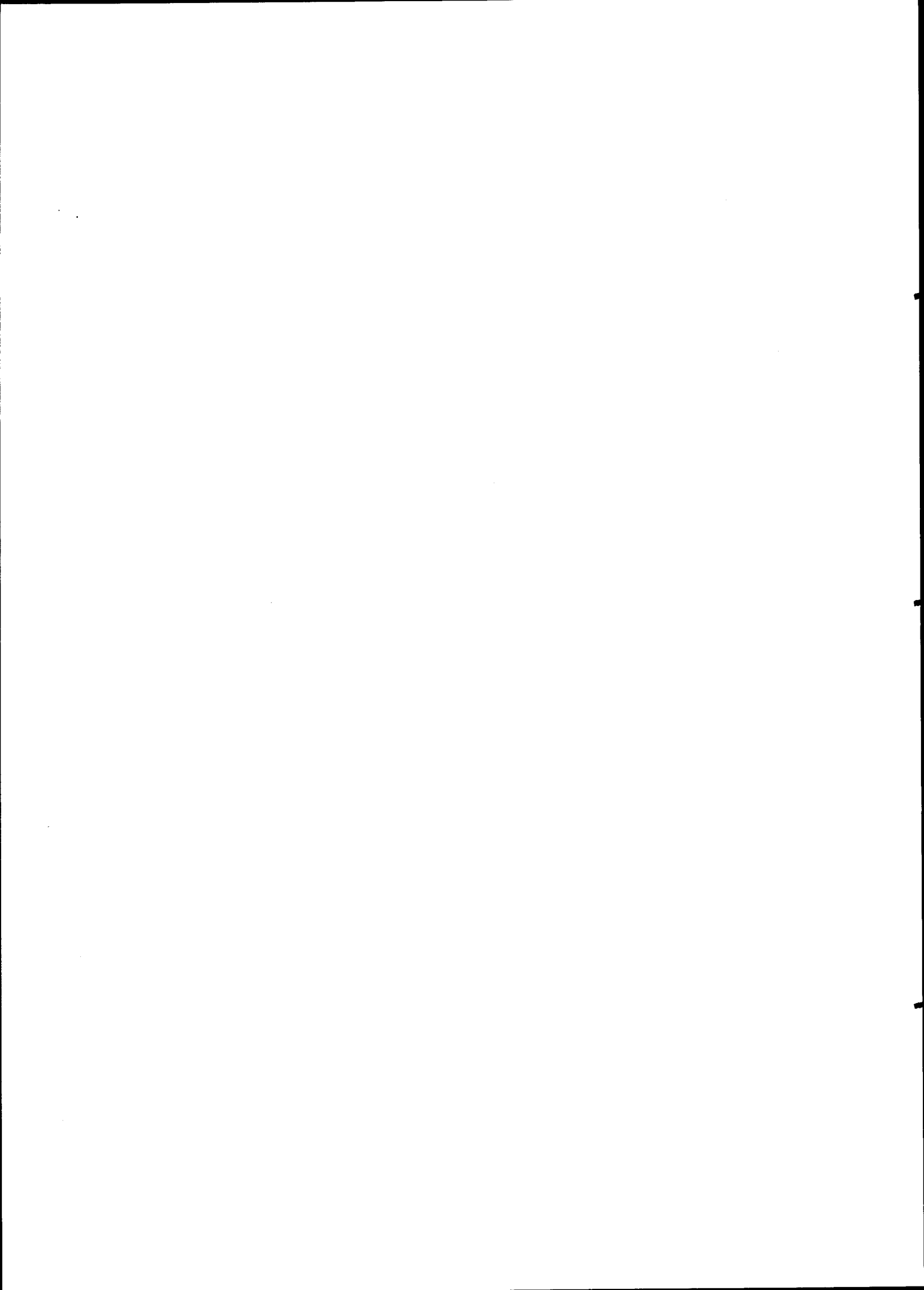
A praça raramente tem um carácter possível de definir como "simples", tanto pelas múltiplos aspectos físicos e funcionais contidos, como pelos inúmeros significados existentes. De cada praça é possível produzir uma história repleta de descrições e de enumeração de factos. A sua complexidade é dinâmica, aumentando com o decorrer do tempo, como tudo o que envelhece acumulando vivências de ordens várias.

- Agradável / desagradável

Este, é como que um parâmetro de síntese da avaliação perceptiva. É o que resulta duma apreciação mais imediata e espontânea, embora se admita que é susceptível de correcção através do aprofundamento do conhecimento.

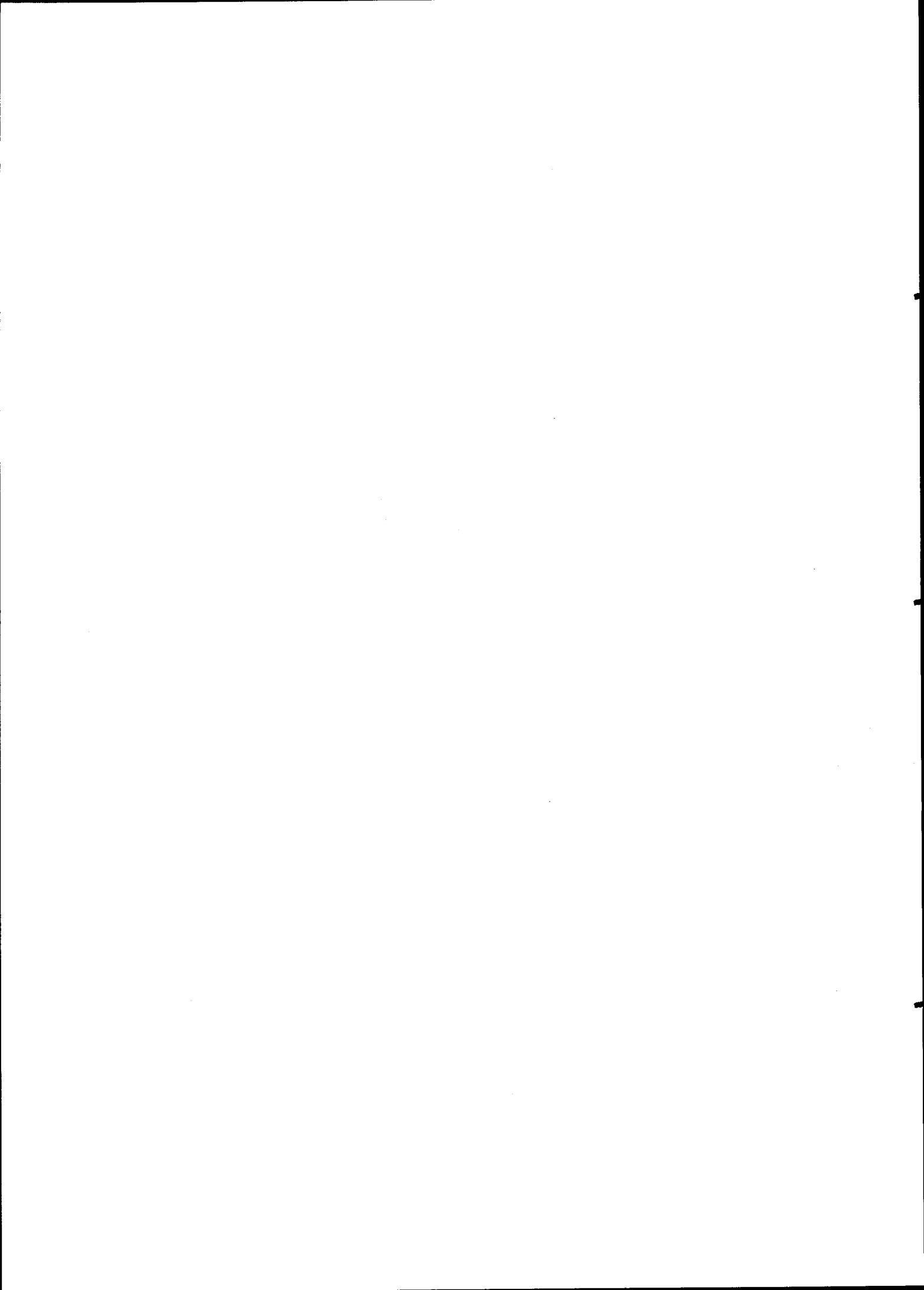
Consideramos desagradável o espaço adverso ao acolhimento, quer seja em termos ambientais como, por exemplo, sombrio, ventoso, com vistas desagradáveis, mal cuidado ou frequentado, etc. Nenhum destes aspectos é típico entre nós, o que nos permite afirmar que a praça portuguesa é um espaço agradável. Isto não significa obrigatoriamente que possua outras qualidades com que normalmente se conota a avaliação do espaço, como seja a qualidade arquitectónica ou espacial. A sua agradabilidade advem-lhe da conjugação de factores tais como uma boa escala, tanto em superfície como em altura da envoltória, uma boa insolação e ligação á paisagem envolvente, sem perder a clara identidade do espaço. Mas, como atrás já se referiu, a impressão de um espaço não se forma apenas pelos elementos materiais; há que ter em conta o observador (1).

(1) - "(...) L'image n'est pas seulement formée d'éléments spatiaux mémorisés, elle est également symbolique. Les individus ont un potentiel pour enrichir leur expérience de l'environnement. La perception est un processus actif et créatif;" -Antoine Bailly, *La perception de l'espace urbain*, p. 22 .



CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES



Como se depreende dos váriados aspectos apresentados pela praça, estas conclusões terão que limitar-se às questões mais relevantes, deixando para a leitura de por menor as restantes.

Adoptamos aqui a estratégia seguida ao longo de toda a dissertação, ou seja, chegar aos aspectos relevantes da praça através dos condicionamentos da urbe, procurando que uma ajude a compreender a outra.

Das urbes portuguesas, um dos aspectos a realçar será a sua idade ou época de formação, o que muito determinou a paisagem urbana, a estrutura e a morfologia dos centros, onde a praça principal está contida.

O *Numeramento de 1527 - 1532* indica-nos a existência de 14 cidades e 384 vilas distribuídas entre as latitudes de Leiria e de Serpa, significando que grande parte dos centros urbanos actuais já estavam constituídos.

Referências históricas do século XIII indicam-nos entre os reinados de D. Afonso III e de D. Dinis foram realizadas várias fundações ou reconstruções de urbes, localizadas em áreas de povoamento necessário ou de defesa das fronteiras estabelecidas (1).

Estas urbanizações, sem o rigor de traçado de outras idênticas da França e de Espanha, surgem-nos no entanto, bastante regulares, adoptando o modelo de rua central principal, orientada desde uma porta das muralhas até o outro extremo, porta ou castelo, tendo a meio a

(1)- Veja-se cap. II, p. 94

praça. A forma desta é rectangular e adjacente à rua principal ou Rua Direita e é obtida pela omissão de um quarteirão ou pelo recuo do lado maior. Nessa praça medieval localizam-se as principais instituições de culto, governação ou assistência e também elementos fundamentais à sobrevivência da população, como seja o poço ou cisterna. Os exemplos que perduram não nos deixam dúvidas de ter existido um planeamento, embora levado à prática sem o rigor absoluto dado pelo cordel e pelo esquadro.

A partir do século XIV, pelo menos, possuímos documentação indicando claramente a necessidade de abertura de novos espaços mais amplos, para neles funcionarem os mercados e para "desafrontarem" as igrejas. D. João I dá-nos o exemplo desta atitude, chegando até a explicitar conceitos estéticos para a nova praça (1).

O apogeu de construção de novas praças, desafogadas, próprias aos diversos usos, incluindo os jogos de canas, as touradas e outras festas, religiosas e profanas, que os tempos afortunados requeriam, ocorre com D. Manuel I. Os exemplos de Elvas e Beja são eloquentes, mas o de Vila do Conde ultrapassa-os, indo ao pormenor do monarca estabelecer as dimensões da praça a abrir no casario existente, junto à nova Sé (2).

Os municípios e instituições como as

(1)- Veja-se Cap. II, p. 106

(2)- Cf. Cap. II, p. 120

Misericórdias reforçaram a importância da praça, sobretudo a partir do século XIV, instalando-se na praça, complementando o prestígio da igreja, e contribuindo para a nuclearização do espaço. O policentrismo urbano primitivo, originado nas paróquias dispersas, foi-se reduzindo e hierarquizando a partir da existência da praça nitidamente principal (1).

A por vezes aludida polinuclearização das praças portuguesas parece-nos pouco correcta, na medida em que existe sempre uma hierarquia impeditiva das várias praças terem iguais funções e significados. O mesmo sucede noutros países da Europa, apesar de possuírem em algumas cidades, e só em algumas, praças monumentais planeadas, que não impediram a existência de outras.

Para além das iniciativas régias, a partir do século XVI surgiram também iniciativas urbanísticas do clero. As mais relevantes são as de Braga, Coimbra, Évora e Porto. Esta situação também significa a exclusiva intervenção no espaço, em acções planeadas, pelas classes detentoras do poder. Os municípios mantêm-se reduzidos às tarefas da administração, por não terem capacidade financeira ou de decisão, mas também por não possuírem homens ilustrados, conhecedores das realidades de outros países, como acontecia no clero e alguma nobreza (2).

Foram os homens viajados que contribuíram para a

(1)- Cf. Cap. II, p. 150

(2)- Veja-se Cap. II, p. 138

importação das ideias renascentistas. Mas estas não chegaram a provocar a construção de praças formalmente programadas, com nítidas preocupações de simetria, cânones da proporção ou da perspectiva. Mas não parece restar dúvidas que dessa época surgiu uma outra escala de intervenção no espaço público urbano. Os exemplos de Braga e de Coimbra são eloquentes.

Os vários aspectos referidos nesta dissertação parece-nos suficientes para contrariar a possível ideia de que a praça portuguesa apenas surgiu duma maneira espontânea ou orgânica. Prova-se que em várias situações, por vezes insuspeitadas por não apresentarem uma geometria evidenciada, de forma regular, a praça foi expressamente construída, obrigando a demolições do tecido urbano existente (1).

Ainda que planeada na definição espacial, a praça portuguesa não teve, por tradição, o planeamento global da arquitectura envolvente (2). Aliás, também aqui a situação portuguesa não nos parece diametralmente oposta da de outros países, onde as praças construídas segundo um plano global são em percentagem reduzida. A grande maioria das praças europeias não foram sujeitas a planeamentos globais. Poderá dizer-se, quanto muito, que noutros países

(1)- No Cap. II referem-se casos concretos relativos ao planeamento das praças. Veja-se para o urbanismo medieval, p. 94 e seguintes, p. 106 e seguintes; para o período manuelino veja-se p. 120 e seguintes.

(2)- Variados são os exemplos onde a definição espacial da praça e até o loteamento da sua envolvente não conduziram a uma arquitectura preocupada com a unidade do conjunto. Veja-se no volume II, os casos de Braga, p. 108; Elvas, p. 207; Nazaré, p. 343; Porto-P. da Ribeira, p. 374; Póvoa do Varzim, p. 404.

existiu desde bastante cedo uma preocupação pela aplicação dos conceitos estéticos à paisagem urbana, o que se traduziu numa melhor integração das peças arquitectónicas em conjuntos, numa preferência pelo resultado global em detrimento das afirmações isoladas. Sobre este aspecto o português não nos parece mostrar a mesma sensibilidade.

Poder-se-á dizer que possuímos uma arquitectura menos refinada, mais popular que erudita, mas esse aspecto é comum a toda a nossa arquitectura e não só à que circunda a praça. A situação só é alterada no século XVIII, principalmente após as intervenções pombalinas. A praça Mouzinho de Albuquerque, de Braga, será dos raros exemplos pré-pombalinos, senão o único, com planeamento urbanístico e arquitectónico (1).

O urbanismo colonial português também, da mesma forma não se mostra rígido, preciso, como foi o urbanismo colonial de outros países, nomeadamente dos espanhóis e holandeses. Isto não significa que os portugueses não tenham utilizado um conjunto de princípios orientadores e de normas que adaptaram aos diferentes sítios das novas urbes (2). Isto levou-nos a levantar a hipótese da influência da psicologia do homem português na atitude perante a construção do espaço (3). Actualmente percebe-se

(1)- Veja-se Vol. II, p. 118

(2)- Cf. Vol II, p. 156

(3)- Cf. Vol. I, Cap. I, p. 77

ser arriscado avançar com determinismos estritos, uma vez que algumas anteriores "verdades" são actualmente postas em causa. Por isto, é, no mínimo, arriscado, afirmar categoricamente o peso da psicologia do homem português nas realizações urbanísticas. O mesmo homem deu-nos também outros exemplos de extraordinárias capacidades, nomeadamente perante situações dramáticas vividas no país.

A praça portuguesa é, por regra, um espaço polifuncional (1). Esta característica afirmou-se após o século XVI; na Idade Média houve a pretensão de separar minimamente a praça de mercado do adro ou praça da igreja. Mas a separação traduz-se no facto de uma praça ser fronteira ao portal principal da igreja e a outra desenvolver-se a partir do alçado lateral. Estabelece-se a separação, mas os espaços são contíguos. Quem vai à igreja facilmente vai ao mercado e vice-versa. Interessante exemplo desse desejo de separação de funções foi-nos dado por Vila do Conde, em que o clero, por interposta petição ao rei, conseguiu que fosse mudado o pelourinho da praça fronteira à igreja, para que os penitenciados não interferissem nos actos litúrgicos.

A polifuncionalidade foi facilitada pela localização baricêntrica que a praça sempre procurou ter.

A evolução dos aglomerados de crescimento unidireccional ou de declives acentuados, mostra-nos que a

(1)- Consulte-se no Vol II os levantamentos funcionais e respectivas apreciações críticas das praças analisadas. Os casos mais evidentes de polifuncionalidade serão: Alcobaça, p. 19; Beja, p. 105; Braga, p. 114; Caldas da Rainha, p. 145; Caminha, p. 156; Coimbra, p. 201; Póvoa do Varzim, p. 409; Setúbal, p. 448; Viana do Castelo, p. 477

partir de certa altura constituiu-se uma segunda praça, complemento ou substituta da mais antiga (1). Este é outro aspecto que traduz a existência de um planeamento, embora empírico, o qual procurou sempre a maior acessibilidade para a praça principal. Estão documentadas acérrimas controvérsias medievais quando o município desejava mudar o local da praça do mercado, porque o novo local era tido como de pior acessibilidade (2). Como a igreja era, em muitos casos, o primeiro edifício público a polarizar determinado espaço, a ela se chegavam as outras funções e edifícios, procurando um benefício mútuo.

A débil afirmação pública dos municípios sobre o território perdurou até bastante tarde. O espaço público da praça era considerado propriedade real, dependendo as alterações espaciais da respectiva autorização (3). Desta tradição decorrem ainda as praças programadas pombalinas, resultantes das decisões régias ou das de nobres por elas influenciadas. Nas localidades onde o clero tinha poder soberano sobre a cidade, como em Braga, as decisões eram exclusivamente da igreja (4).

(1)- Veja-se no Vol. II: Alcácer do Sal, p. 28; Alenquer, p. 36; Bragança, p. 128; Castelo Branco, p. 171; Chaves, p. 180; Coimbra, p. 196; Lisboa, p. 289; Porto, p. 374; Santarém, p. 418; Vila do Conde, p. 485

(2) - Veja-se capítulo II, p.(30)

(3) - Cf. capítulo II, p.(39)

(4)- Consulte-se Vol. II: p. 114, Braga; p. 199, Coimbra; p. 380-381, Porto

O urbanismo em Portugal não beneficiou de um progresso contínuo, como sucedeu na maior parte dos países da Europa Central. O processo histórico do país provocou avanços e estagnações, senão mesmo retrocessos. Os momentos de prosperidade económica ou da construção de edifícios emblemáticos da nação (Batalha, Torre de Belém, Jerónimos, etc.,) não conduzem à construção de praças enquadrantes desses monumentos, ficando-se as obras pela regularização de terreiros anexos. É este outro aspecto que nos poderá mostrar o pouco empenho na construção monumental do espaço, não acompanhando o pretendido pelos edifícios que limitam.

A atracção regional que exerciam os nossos conventos, promovendo peregrinações, feiras e festas importantes, deram origem a grandes praças limitadas pelo caseario envolvente aos terreiros. Esses grandes espaços, como em Alcobaça, Cabeceiras de Basto ou Amarante, resultaram essencialmente dessas anteriores funções (1).

Podemos dizer que as ideias renascentistas e barrocas tiveram pouca determinação na construção de praças. Exemplos como os de Braga, de Coimbra, não se repetiram noutras localidades. O exemplo mais flagrante é dado pela expansão da Lisboa manuelina, em que os novos bairros crescem por adição de traçados de ruas sensivelmente em quadrícula, sem que tenham sido organizados em torno de praças. As ampliações dos espaços públicos ocorridos em Beja, Elvas, Vila do Conde, serão mais o resultado

(1)- Consulte-se Vol. II: p. 13, p. 50, p. 136 e seguintes

duma época em que a corte desejou manifestar a sua prosperidade, fausto e diversão, sem continuidade nos reinados seguintes (1).

Se até ao século XVIII tudo dependeu do clero e da nobreza, por vezes influenciados pelos letrados, com o século XIX e as lutas entre liberais e absolutistas, a burguesia procurou a sua afirmação participando na gestão dos municípios, os quais pretenderam impor-se pela construção da sua praça municipal, desligada da igreja ou do mercado existente.

É também no século XIX que novos critérios de beleza da paisagem urbana se divulgam, levando à construção de jardins públicos, de passeios, avenidas e alamedas, onde a vegetação é o principal atractivo (2). A nova tendência de trazer a natureza para a cidade decorre duma necessidade de compensar o adensamento das edificações, a intensidade de trânsito, o ritmo acelerado da vida urbana que então começara a sentir-se. Mas não só, porque também todo o clima romântico oitocentista, prolongado pelas primeiras décadas deste século em algumas artes, nomeadamente na pintura e na arquitectura, contribuem para esse interesse paisagista na cidade. Daí que muitas praças tenham sido também aproveitadas para arborizações ou ajardinamentos. Essas novas intervenções, em muitos casos projectadas por engenheiros, jardineiros ou até por curiosos com responsa-

(1)- Cf. Vol. II, p. 104; p. 210; p. 212; p. 486

(2)- Veja-se Cap. II, p. 207 e seguintes

bilidade na gestão municipal, nem sempre atendem às antigas funções da praça como local de reuniões, de mercados, feiras, etc (1). Muitos dos antigos usos da praça são passados para o interior de pavilhões construídos para o efeito, como os mercados, ou para espaços periféricos da cidade. As múltiplas praças ajardinadas passam a ser então frequentadas por passeantes ou pequenos grupos.

Noutros casos não é a vegetação que ocupa a praça, é o trânsito que a retalha e a ocupa com estacionamentos. O Rossio, de Lisboa, e a praça da Liberdade, do Porto, são os melhores exemplos dessas infelizes intervenções. Por esta via, a praça tende a perder muitos dos simbolismos herdados da Idade Média e épocas posteriores, como sejam o pelourinho, o cruzeiro, a torre da igreja, a fonte, o grupo de árvores marcando o local de reunião. Enfim, como tantos elementos propiciadores da aglutinação que foram sendo substituídos por outros funcionando precisamente ao contrário. Nem tudo é culpa das alterações espaciais da praça, como é óbvio, porque, entretanto, a sociedade também evoluiu. Muitos dos acontecimentos de ar livre desertaram da praça para se instalarem no interior dos edifícios. Por outro lado os poderes municipais mostraram-se inoperantes para construir a cidade em função duma conveniente organização dos espaços públicos; são os promotores particulares as molas do processo, e

(1)-Veja-se no Vol. II especialmente os casos de: Alcobaça, p. 13; Cabeceiras de Basto, p. 136; Faro, p. 239; Póvoa do Varzim, p. 404

esses têm perspectivas diametralmente opostas, ou seja, o que lhes interessa são os espaços privados.

A análise de um conjunto de casos concretos evidencia a dependência da praça quanto à forma da urbe e esta quanto às condições naturais do sítio onde se implanta.

Por sua vez os sítios das urbes portuguesas raramente são planos. Mas a praça procura sempre implantar-se nas zonas com menores desníveis, atenuando-os, quando necessário, com plataformas construídas por aterros ou desaterros, servindo de transição entre os desníveis adjacentes. As praças que não conseguiram superfícies suficientemente planas vêm algumas funções dificultadas (1).

As condições naturais dos sítios, eventualmente conjugadas com outras de ordem cultural, como, por exemplo, o pouco gosto pelos espaços introvertidos, contribuem para que a praça portuguesa não seja um espaço fechado. Em situações várias apresenta-se francamente aberta à paisagem; noutras, possibilita enfiamentos visuais de ligação ao território envolvente, sem perder nunca a clara definição dos limites espaciais da praça (2).

A estrutura viária das praças principais dos centros urbanos mantém um forte cunho da herança medieval;

(1)- Veja-se no Vol. II as praças adaptadas à topografia; Alenquer, p. 36; Braga- P. do Município, p. 110; Castelo Branco, p. 170; e aqueles em que a topografia as condicionou muito; Aguiar da Beira, p. 7; Aveiro, p. 68; Guarda, p. 253; Mértola, p. 325; Óbidos, p. 353

(2)- Como espaços especialmente ligados à paisagem envolvente veja-se no Vol. II: Alcácer do Sal, p.33; Alenquer, p. 39; Amarante, p. 51; Lagos, p. 282; Lisboa, p. 305; Mértola, p. 333; Nazaré, p. 350; Óbidos, p. 361; Ponte de Lima, p. 371; Porto- Ribeira, p. 389; Setúbal, p. 450; Tomar, p. 468; Vila do Conde, p. 494; Viseu, p. 534

as ruas inserem-se nos cantos, complementando-se com outras desembocando nos lados, sem preocupação de simetria. Só com as praças planeadas do século XVIII é que ocorrem manifestos rigores geométricos para a inserção das ruas. Se nos lembrarmos que a *piazza dell'Annunziata*, de Florença, teve o início de construção em 1419, poderemos ter uma referência de como o urbanismo português se manteve arredo à influência renascentista.

Para além das relações de ordem morfológica e de localização, evidencia-se uma relação entre a dimensão da praça e a dimensão do aglomerado traduzida pela população existente. Porém, diversos factores contribuem para a ocorrência de desvios a uma relação estrita permanente (1).

Para as dimensões em si, verificamos existir uma predominância entre os 30 e os 40 metros para o lado menor da praça. Para o lado maior as dimensões apresentam-se mais dispersas, com predomínio dos escalões entre os 40-50 e os 70-80 metros. Disto parece-nos lícito podermos concluir que, embora não existam dimensões, nem relações de ordem canónica entre os lados, é o lado menor da praça que estabelece o limite inferior das suas dimensões (2).

Quanto à dimensão em área, a maior ocorrência vai para as praças situadas entre os 1 000 a 3 000 m², as quais representam 42,4 % do universo considerado. Seguem-se

(1)- Veja-se Cap. III, pp. 286-287

(2)- Veja-se Cap. III, pp. 289-291

praças com áreas compreendidas entre os 3 000 a 4 000 m², representando 13,5 % do total. Para além destes valores, tanto para cima como para baixo, as ocorrências reduzem-se muito. As maiores áreas são de praças planeadas (1).

Encontramos dificuldades em estabelecer relações comparativas entre as dimensões anteriores e as praças de outros países, para os quais não encontramos estudos senão parciais. A maior parte dos exemplos que nos chegam dizem respeito às realizações excepcionais, deixando-nos a dúvida sobre o que é mais frequente. Podemos, no entanto, afirmar que existem praças famosas pela sua qualidade global, como as praças italianas de Pienza, Annunziata, de Florença, ou a do Capitólio, de Roma, com áreas comparáveis às dimensões médias portuguesas. Outras grandes praças europeias planeadas, como a place Royale, de Paris, com 19 000 m², Covent Garden, de Londres, com 11 316 m², plaza Mayor, de Madrid, com 11 280 m² ou a de Salamanca, com 6 400 m², não conseguem sobrepor-se aos 36 839 m² da nossa praça do Comércio, de Lisboa. São até menores que o terreiro do Paço de Vila Viçosa, por exemplo. Isto não significa que não existam outras praças europeias com dimensões bastante maiores, como a de S. Pedro, de Roma, o conjunto de praças encadeadas de Nancy, a praça Vermelha, de Moscovo, etc. Mas todos esses casos são excepcionais e destacados do que é mais frequente. Pelo que poderemos admitir não ser a área da praça portuguesa o elemento diferenciador no contexto europeu.

(1)- Veja-se Cap. III, pp. 291-295

Quanto à forma, a nossa praça é predominantemente semi-regular, com as actuais conformações obtidas por sucessivas regularizações e acertos, ou então por implantações não subjugadas ao absoluto rigor geométrico, quer por dificuldades impostas pelo lugar ou pela estrutura fundiária mantida desde a Idade Média. Como é sabido por documentos existentes, sempre que foi decidido abrir-se uma praça em tecido urbano existente, tornou-se necessário proceder a indemnizações das propriedades expropriadas, entrar em litígios, contornar a falta de meios financeiros, etc. Tal como na actualidade, a falta de planeamento atempado teria implicado dificuldades, as quais só foram ultrapassadas em determinados momentos históricos (1).

Verificamos não existir uma orientação geográfica predominante para a praça, não ocorrendo o mesmo com as implantações dos edifícios mais prestigiados, os quais escolheram voltar as suas fachadas aos quadrantes de melhor insolação, quer por razões de conforto quer por um melhor destaque luminoso do edifício (2).

A arquitectura envolvente da praça é, normalmente, diversificada, destacando-se os edifícios dominantes, como a igreja, os paços do concelho, o tribunal, a Misericórdia e as casas solarengas ou apalaçadas, da maioria dos edifícios enquadrantes da praça. Mesmo as tipologias semelhantes diferem entre si, preferindo seguir o

(1)- Veja-se Cap. III, pp. 252-263

(2)- Veja-se Cap. III, pp. 337-339

gosto pela individualização da peça arquitectónica. Isto contribui para que a praça não atinja a expressão monumentalista dos grandes conjuntos edificados, senão nos escasos exemplos planeados setecentistas. A nossa praça contrapõe à uniformidade formal a diversidade, a abertura, a multiplicidade de pormenores, as texturas, as cores por vezes alacres, provocando uma observação com múltiplos centros de interesse. Constituem, por isso, espaços com uma leitura fragmentária e demorada (1).

A diversidade referida é compensada pela continuidade dos planos de fachada e pela cércea acompanhado a maior parte dos edifícios, alteando-se sómente naqueles que presidem à praça.

As condições ambientais e as respectivas arquitecturas de cada região não deixam de marcar as praças. Porém, ao ser um lugar privilegiado, a arquitectura da praça recebe uma forte influência da arquitectura erudita, oscilando, por vezes, entre esse dois apelos.

A maioria dos edifícios da praça são de pouca altura, do que resultam as relações entre a altura dos edifícios e a largura da praça com valores da ordem de 1:5, correspondendo a 27 % dos casos, ou valores inferiores noutros casos. Significa isto uma secção baixa, bastante exposta à insolação e aberta às vistas sobre a silhueta

(1)- Cf. Cap. III, pp. 339-343 e Vol II, todas as praças sem planeamento estricto.

envolvente (1).

Sob o aspecto de usos, verifica-se que a poli-funcionalidade típica é um decisivo contributo para a vitalidade da praça. Parte de actual decadência das praças centrais é devida às alterações das funções, que não tomam em consideração a teia de relações existentes, vitais para que a dinâmica da praça (2).

As características relevantes para a percepção da praça, para além das que já foram referidas, parece-nos ser a diferenciação espacial quanto ao tecido envolvente e a agradabilidade do espaço, devida à diversidade de aspectos morfológicos e funcionais, à escala e às relações mantidas com a paisagem envolvente.

Os variados aspectos que foram citados ao longo desta dissertação demonstram que, apesar da quase ausência de planeamento global, a praça apresenta muitas características comuns. Estas, poderão ser entendidas como autênticos factos culturais, contrárias a definições simplistas. A praça principal do centro urbano não resultou de um mero encontro de ruas, de um alargamento viário ou de um qualquer aspecto aleatório.

As actuais alterações de uso das praças devem-se a uma nova dinâmica sócio-cultural e a formas de planeamento urbano que não atenderam à necessidade da sua

(1)- Veja-se Cap. III. pp. 332-337

(2)- Sobre as alterações de uso das praças veja-se no Vol. II especialmente os casos de: Faro, p. 244; Lisboa- Rossio, p. 300; Porto- Liberdade, p. 383; Santarém, p. 423; Vila do Conde, pp. 489-490

preservação. Como é óbvio, sai do âmbito desta dissertação qualquer proposta concreta de recuperação de espaços urbanos, uma vez que tal implicaria um estudo de pormenor abrangente de todos os centros urbanos considerados. De qualquer forma, a conclusões a que chegamos, tanto sobre as formas de uso como das intervenções feitas, quer paisagísticas, quer urbanísticas, parecem-nos imprescindíveis para servirem de base a propostas futuras.

A variedade de contributos para a génese da praça e as diversas situações de ocorrência demonstram a complexidade urbanística que este espaço representa, como é perceptível pelo quadro classificativo em função dos elementos geradores e da respectiva representação gráfica, nas páginas seguintes (1).

Tal como o poeta que citamos no início, também consideramos que é tão importante o espaço que é como o que não é, ou seja, tanto o que é cheio como o que é vazio, tanto o espaço ocupado como o que é mantido livre.

A praça, ao não ser, é o verdadeiro reverso, a outra face de um todo que deve ser mantido indissociável, para que a cidade mantenha um tecido rico de potencialidades, de carácter, adequada ao fim último para que foi criada - a felicidade dos cidadãos.

(1)- Ver pp. 366-367 e respectivas plantas que se seguem.

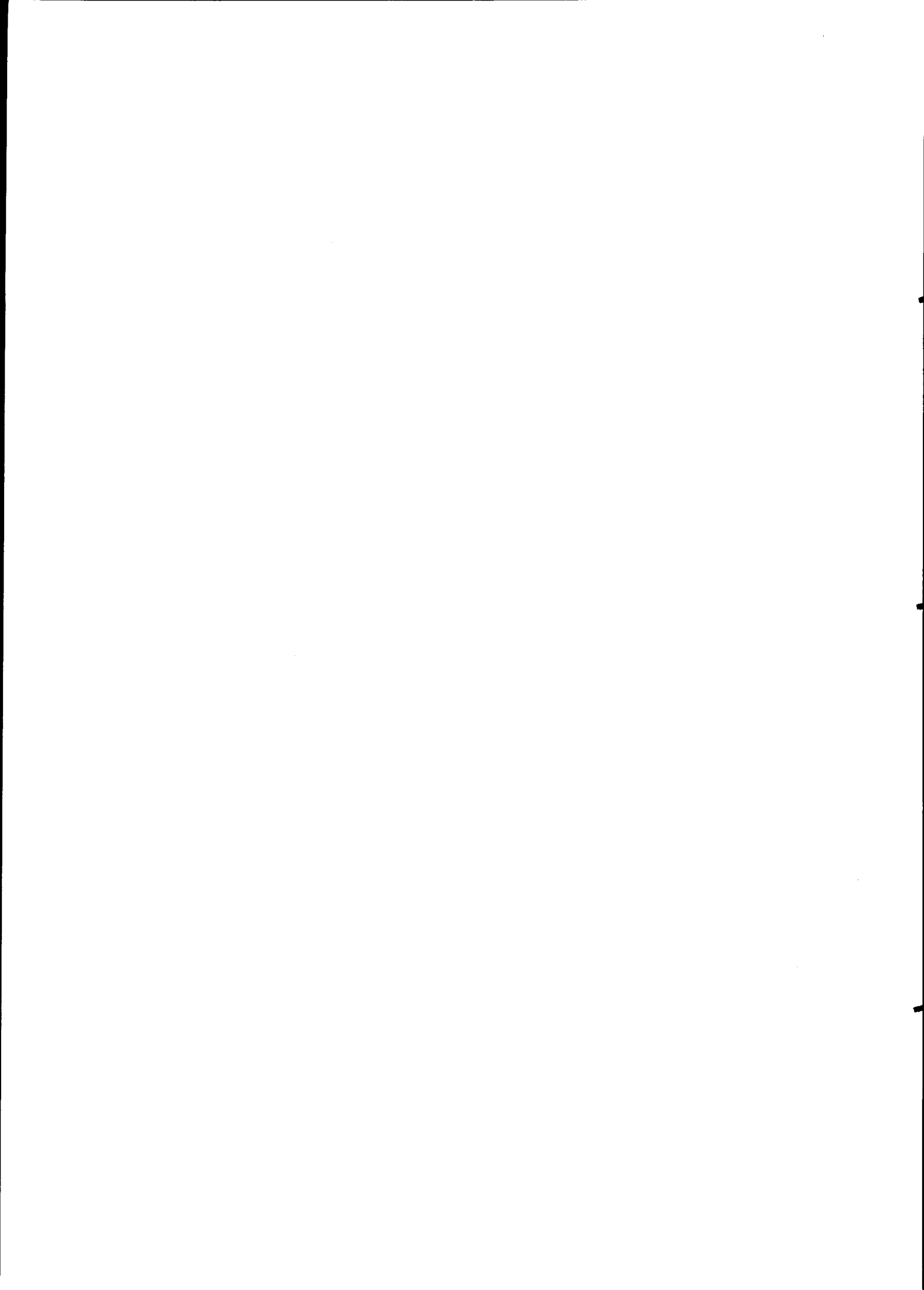
CLASSIFICAÇÃO DAS PRAÇAS EM FUNÇÃO DOS ELEMENTOS GERADORES

REFª	CLASSIFICAÇÃO	LOCAL
1	Praça derivada de adro frontal ampliado, juntando-se-lhe a Casa da Câmara	Aveiro, Elvas, Guimarães, Óbidos, Tomar
2	Praça derivada de adro lateral ampliado	Avis
3	Praça derivada de adro lateral ampliado com Casa da Câmara e mercado eventual	Azambuja, Guarda, Santarém, São Vicente da Beira
4	Praça de mercado resultante da junção de dois adros. Com edifícios públicos.	Coimbra
5	Praça resultante da junção de adro e de átrio da Câmara	Setúbal
6	Praça resultante da reunião de dois adros a que se juntaram edifícios prestigiados	Viseu
7	Praças encadeadas resultantes de ampliações frontais e laterais de adro ou adros com Casa da Câmara e outras instituições	Chaves,
8	Terreiro conventual de actos religiosos, mercado, feiras e festividades cíclicas	Alicobaça, Cabeceiras de Basto
9	Praça derivada da proximidade de ponte ligada a via importante, com terreiro conventual	Amarante
10	Praça de mercado com Casa da Câmara	Arraiolos, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Miranda do Douro
11	Praça de mercado com igreja e Casa da Câmara	Aguiar da Beira, Beja
12	Praça de mercado localizada no cruzamento de vias principais	Barcelos
13	Praça derivada de rossio, com mercado ou feira, igreja e outros edifícios notáveis	Caminha, Évora, Guimarães - Tourai
14	Praça derivada de rossio, com Casa da Câmara e outros edifícios importantes	Viana do Castelo

Continuação:

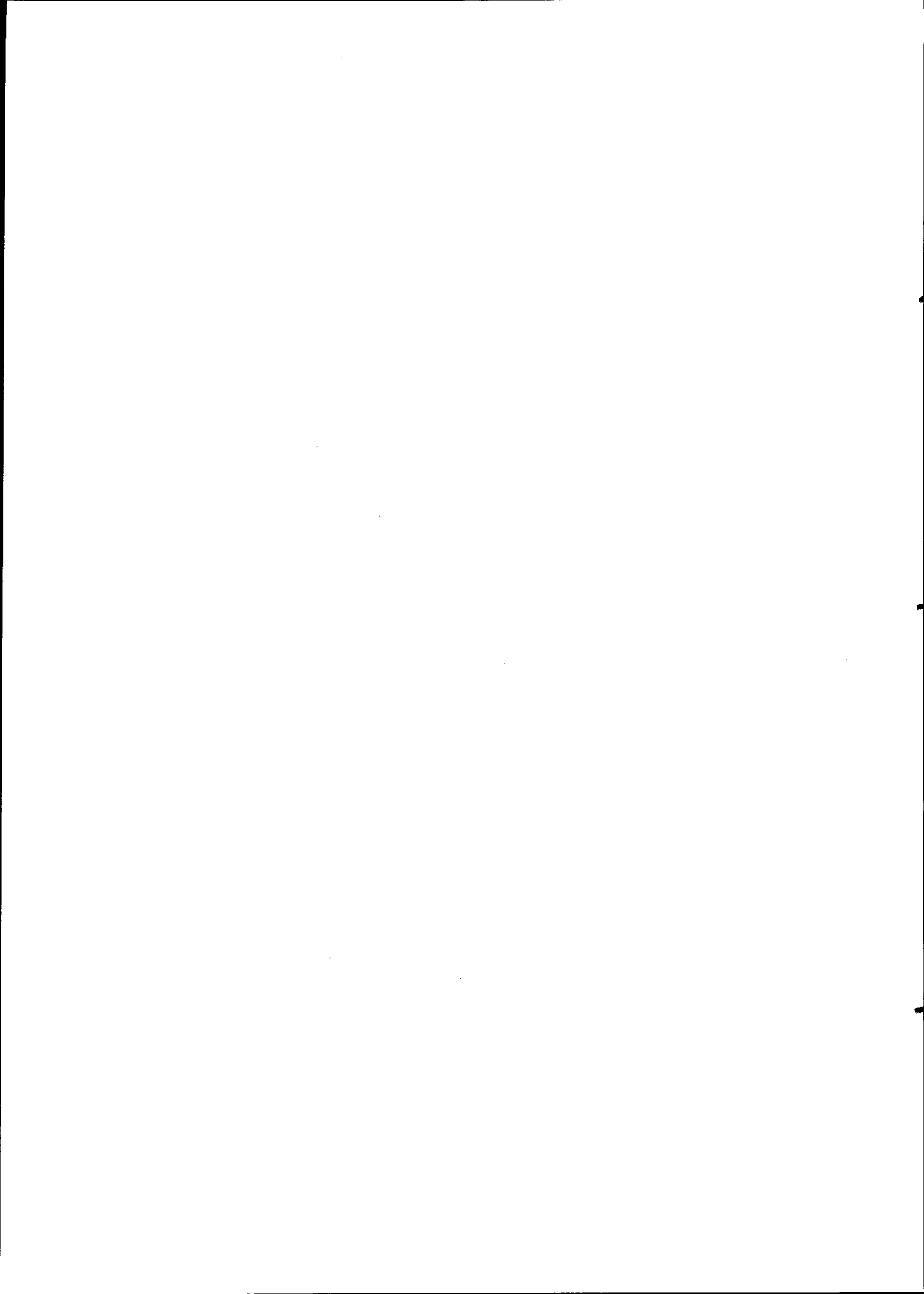
15	Praça derivada de rossio com mercado, reordenada urbanisticamente	Lisboa - Praça D.Pedro IV Porto - Praça da Liberdade
16	Praça de mercado, com igreja secundária	Almeida, Guimarães - P.Santiago
17	Praça portuária, com serviços estatais ou municipais. Eventual igreja	Lisboa - Praça do Comércio Alcácer do Sal
18	Praça portuária exercendo as funções de	Faro, Vila do Conde, Nazaré (antes do desvio do rio)
19	Praça interiorizado pelas muralhas, com localização periférica, próxima do porto, com Casa da Câmara, igreja (Lagos)	Lagos, Mértola, Porto - P.Ribeira
20	Praça derivada da proximidade de ponte e via regional	Ponte de Lima
21	Praça resultante da convergência de ruas principais, com igreja e solares	Bragança
22	Praça planeada para átrio de palácio	Braga - Largo do Paço
23	Praça átrio de palácio para grandes manifestações	Vila Viçosa
24	Praça átrio de palácio, ampliado, com Paços do Concelho	Braga - Praça do Município
25	Praça planeada apenas urbanisticamente com Paços do Concelho e serviços	Aienquer, Campo Maior, Póvoa do Varzim
26	Praça planeada urbanística e arquitectónicamente	Braga - Praça Mouz.Albuquerque, Manique do Intendente, Porto Covo, Vila Real de Santo António

Para complemento gráfico desta classificação, seguem-se as plantas das praças, desenhadas à escala de 1:2.000, agrupadas em função do quadro estabelecido.

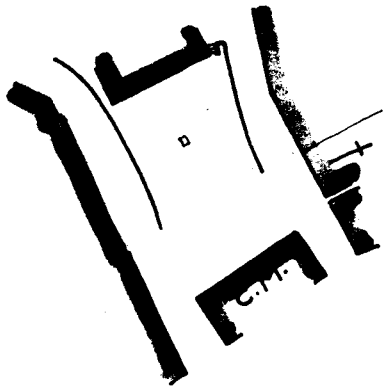


**AGRUPAMENTO GRAFICO DAS PRAÇAS DE ACORDO COM
A CLASSIFICAÇÃO DERIVADA DOS ELEMENTOS
GERADORES**

Escala 1:2000

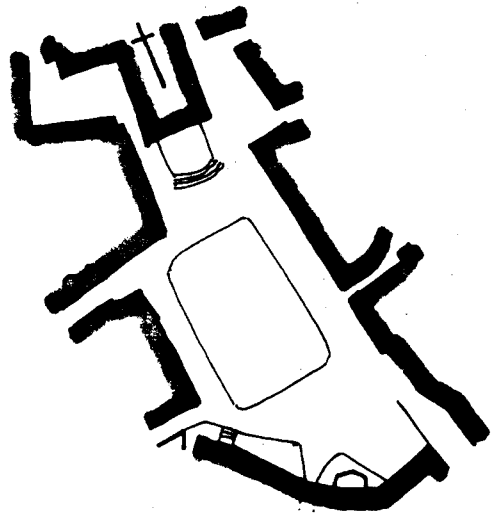


1



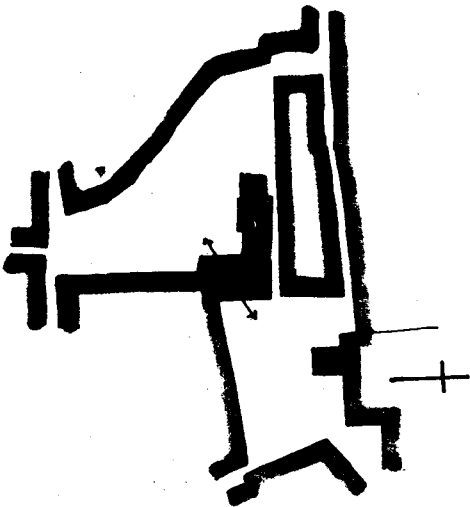
AVEIRO

1



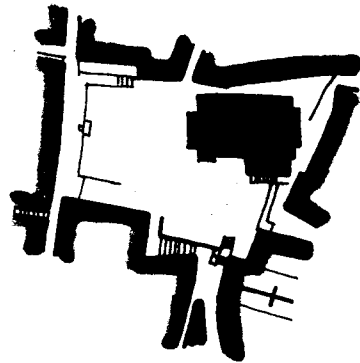
ELVAS

1



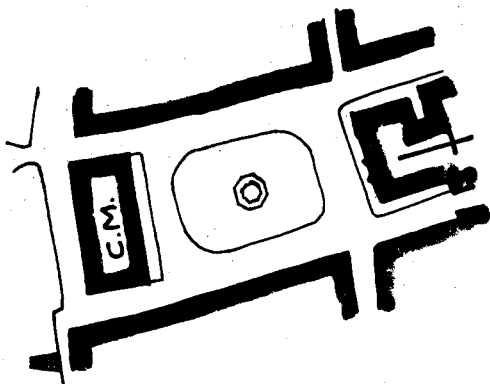
GUIMARÃES

1

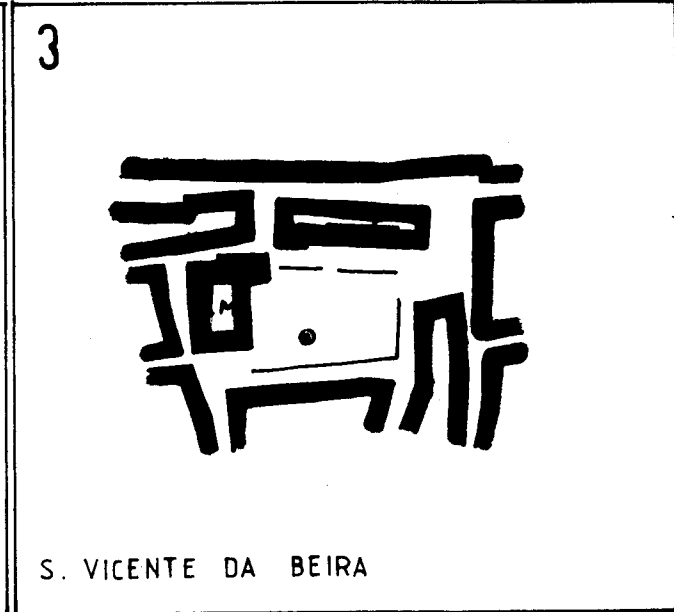
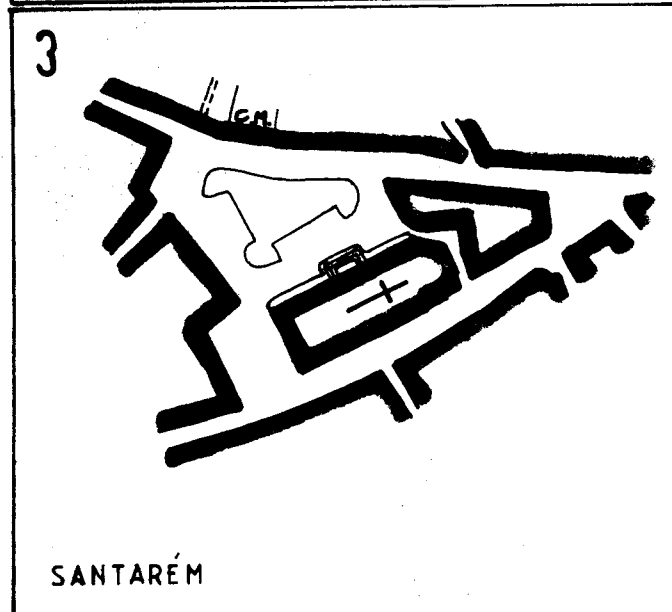
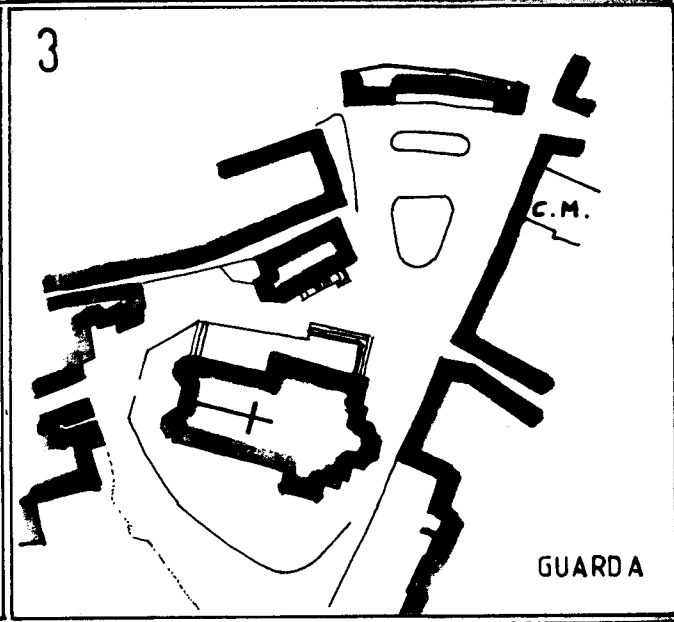
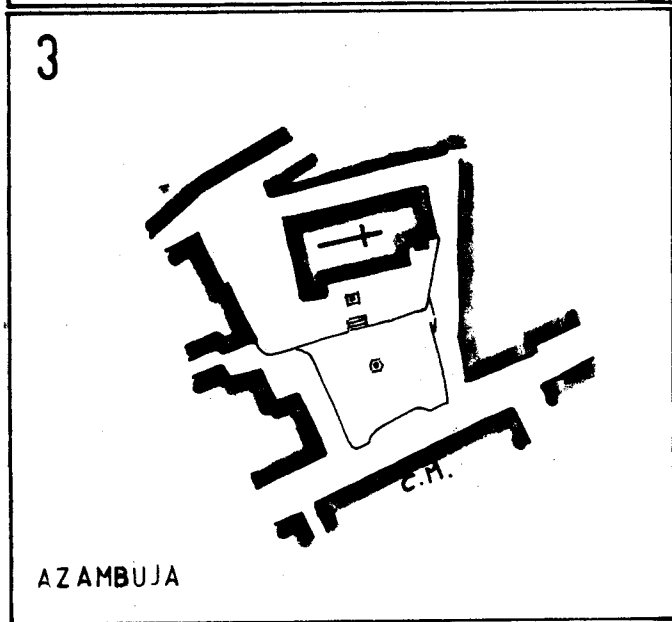
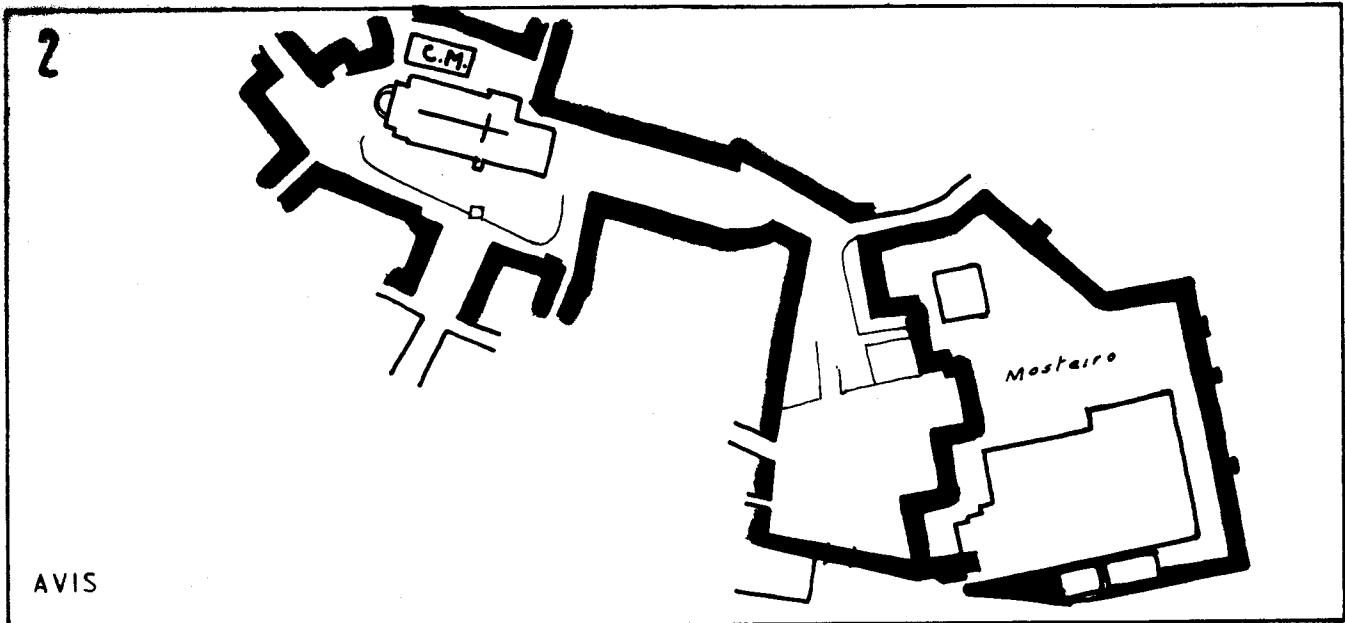


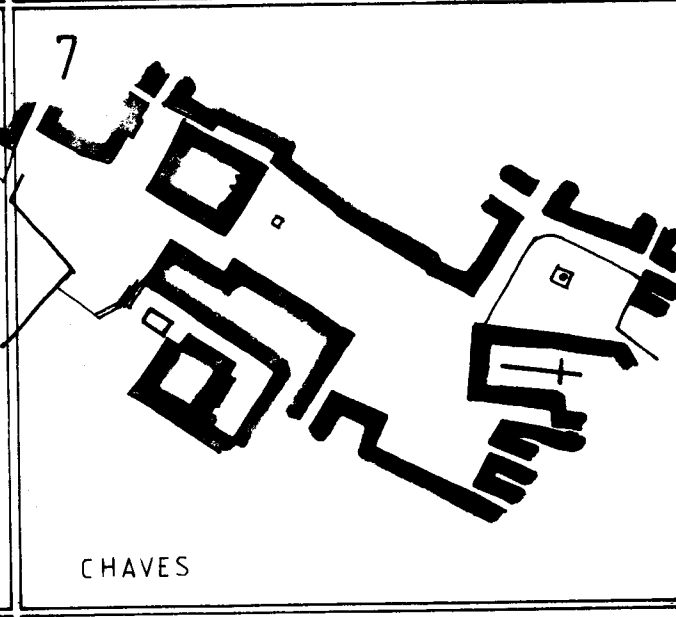
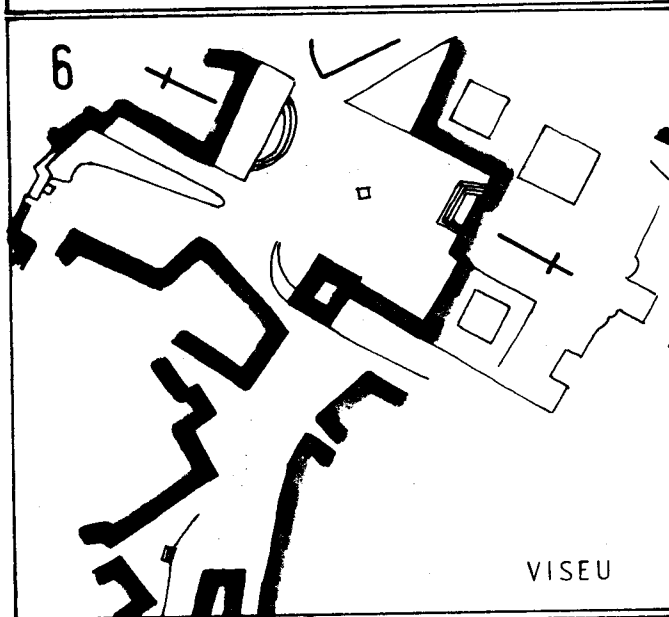
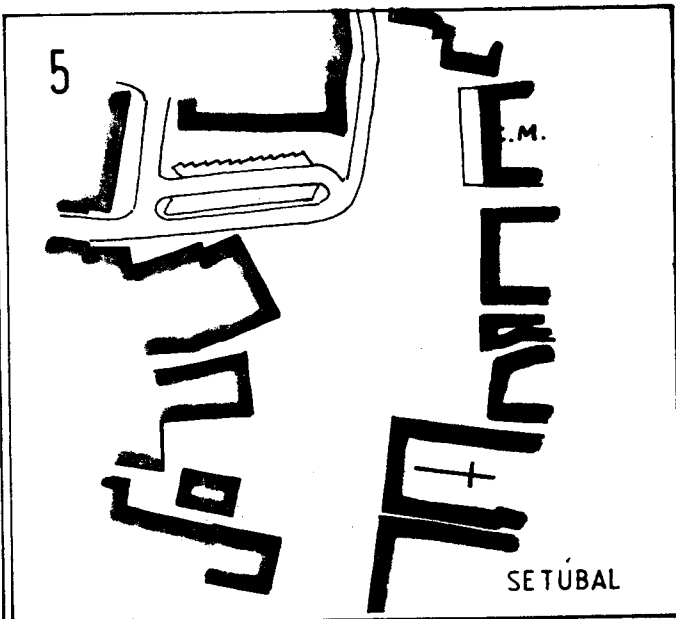
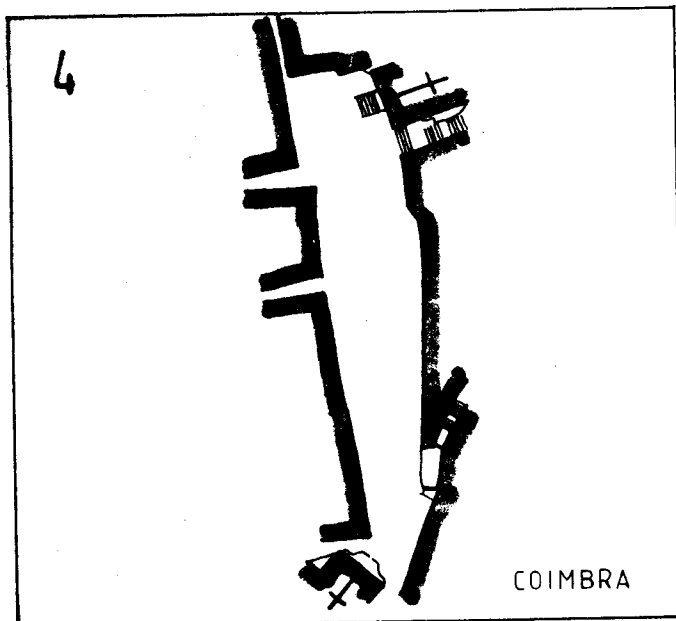
ÓBIDOS

1

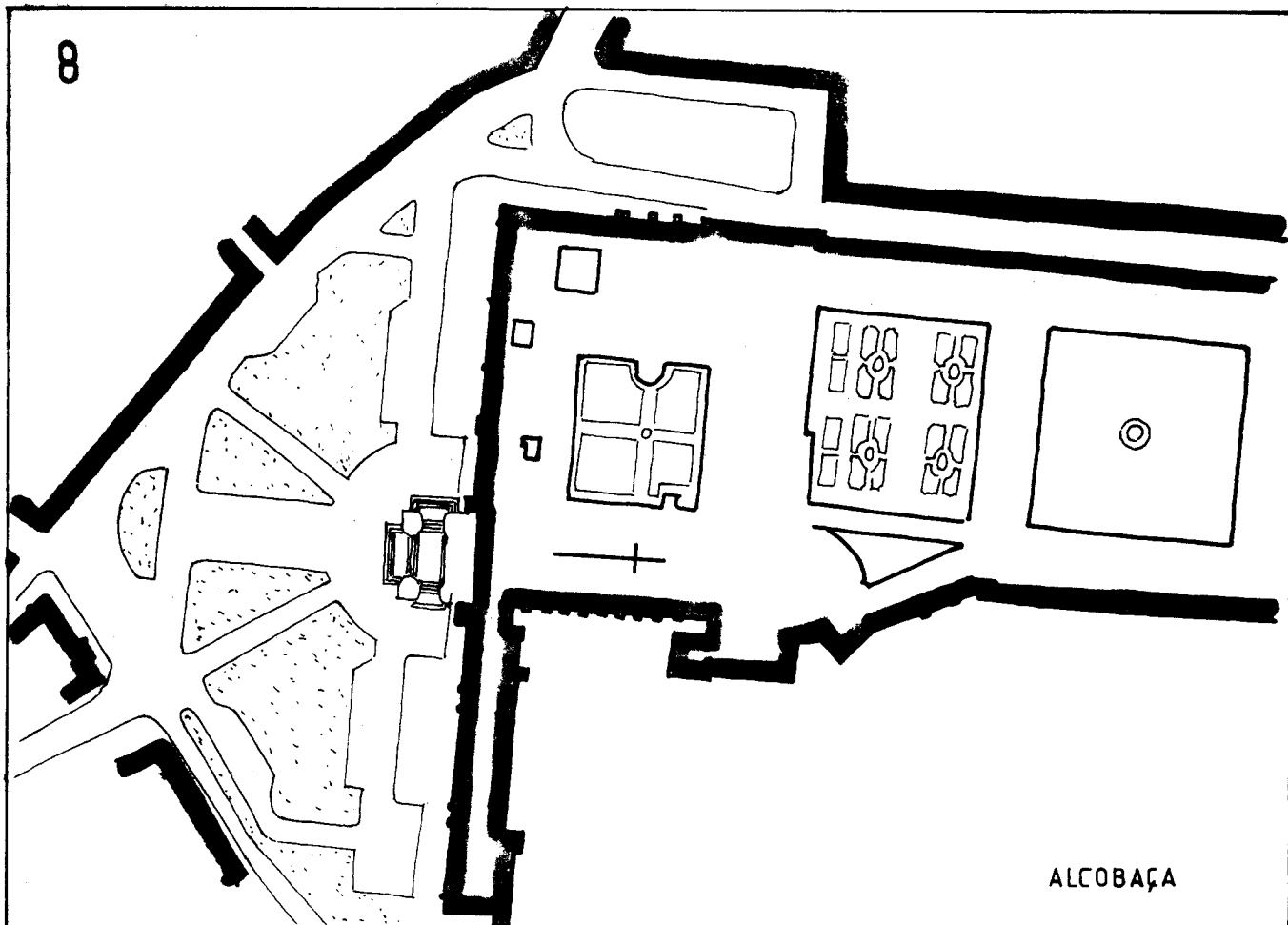


TOMAR



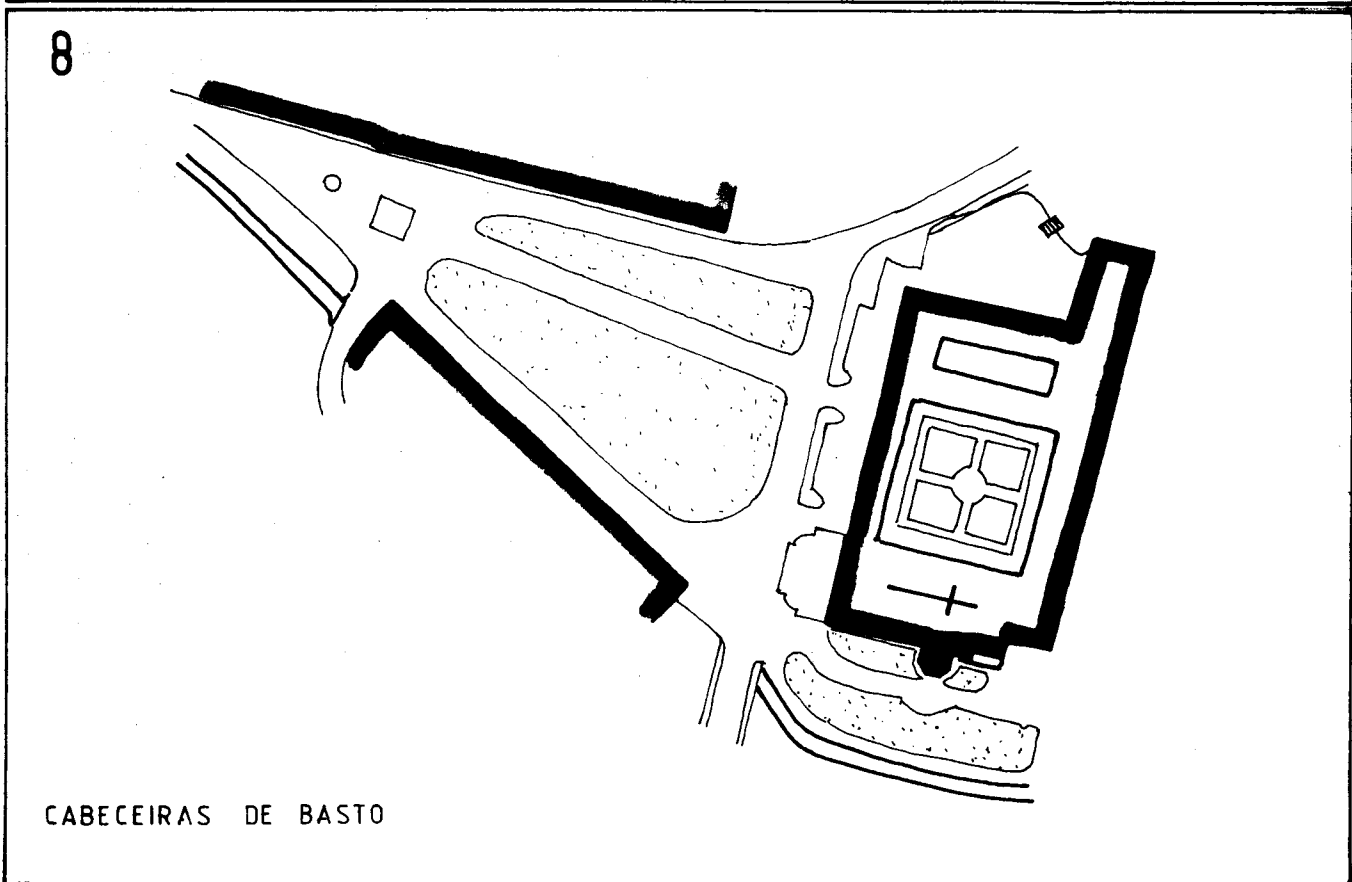


8

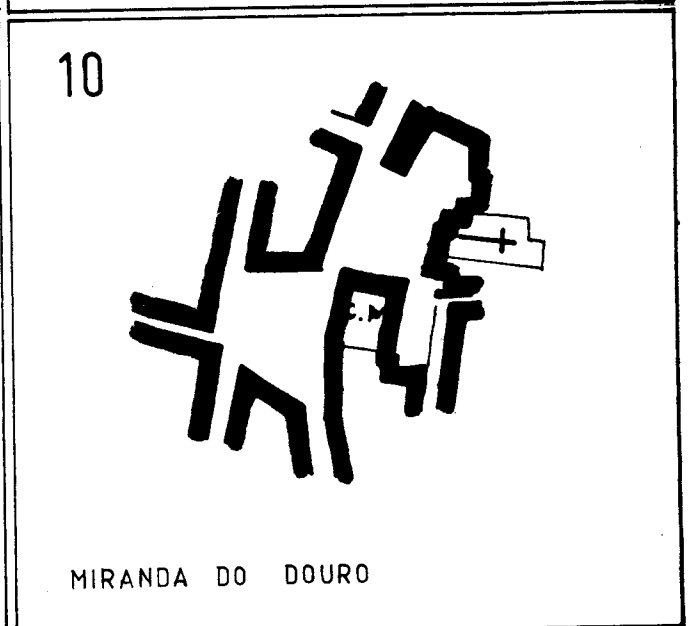
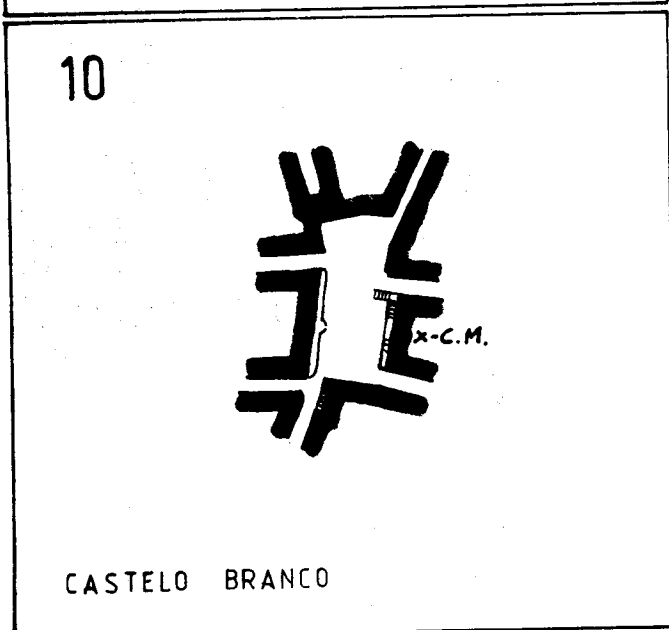
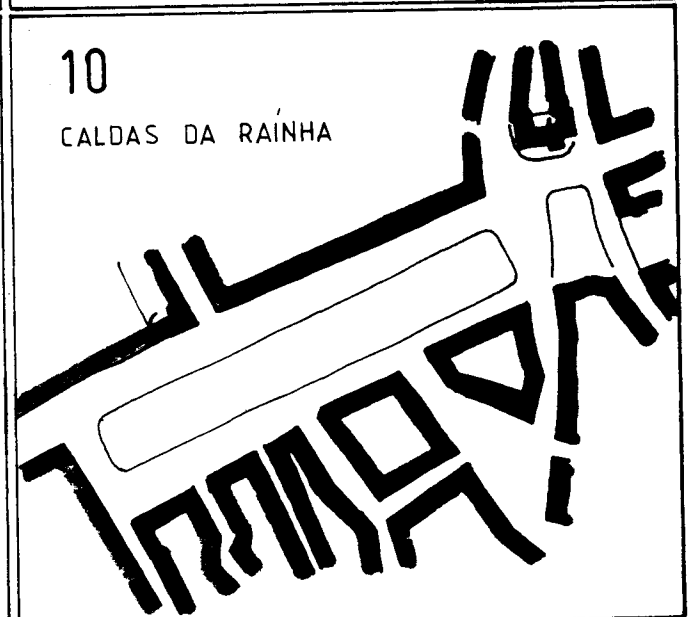
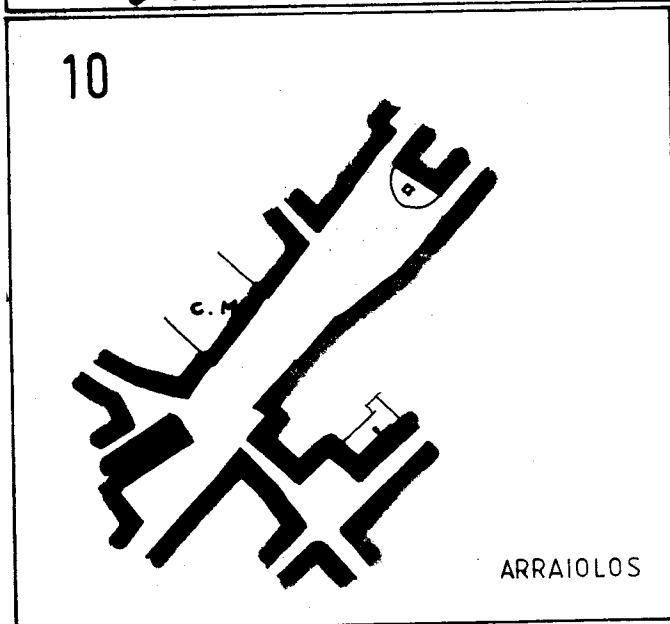
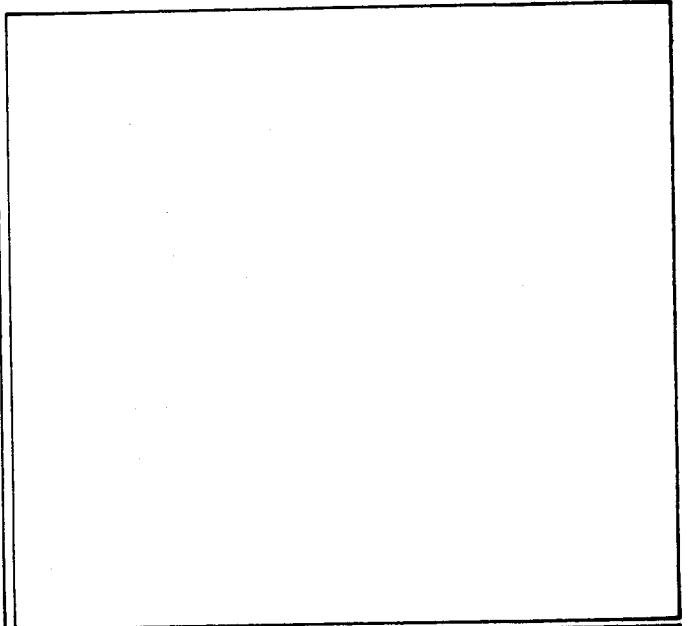
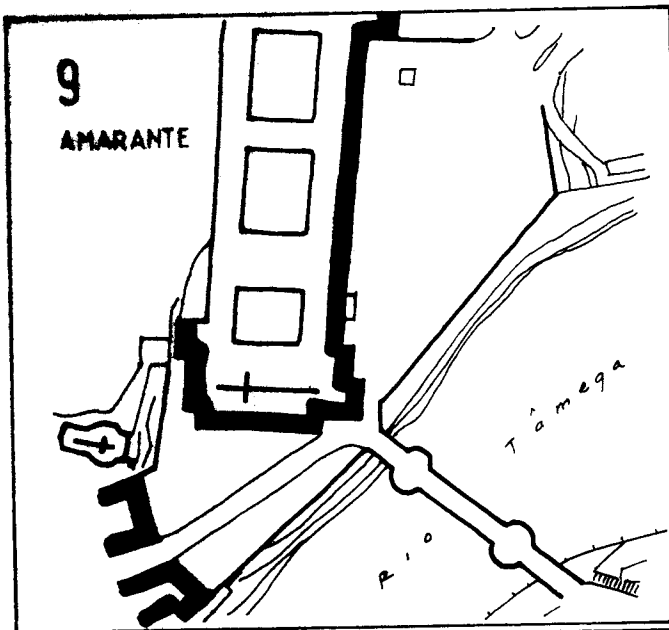


ALCOBAÇA

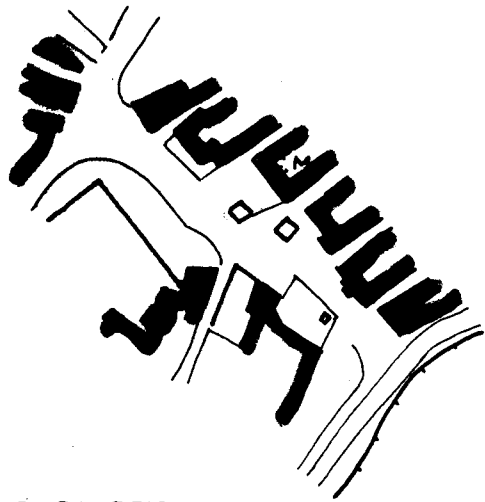
8



CABECEIRAS DE BASTO

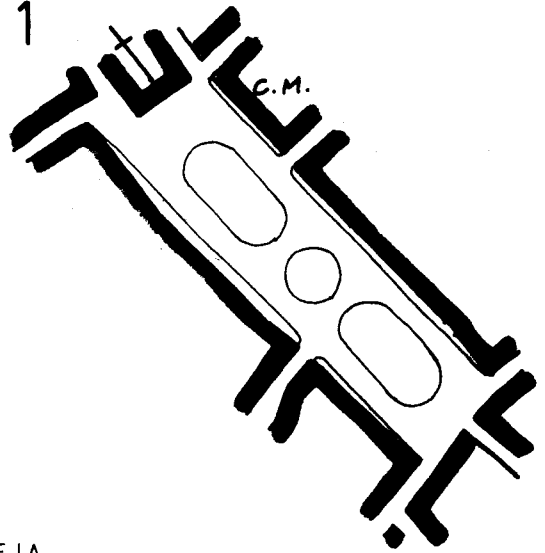


11



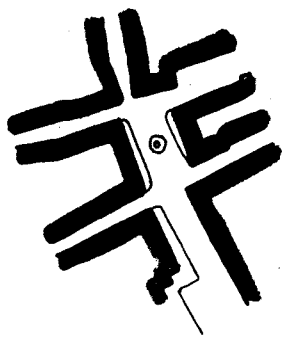
AGUIAR DA BEIRA

11



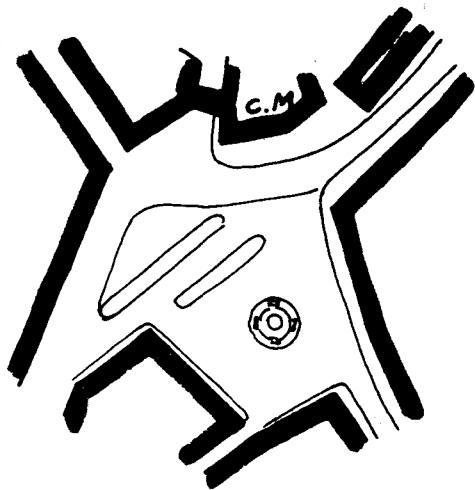
BEJA

12



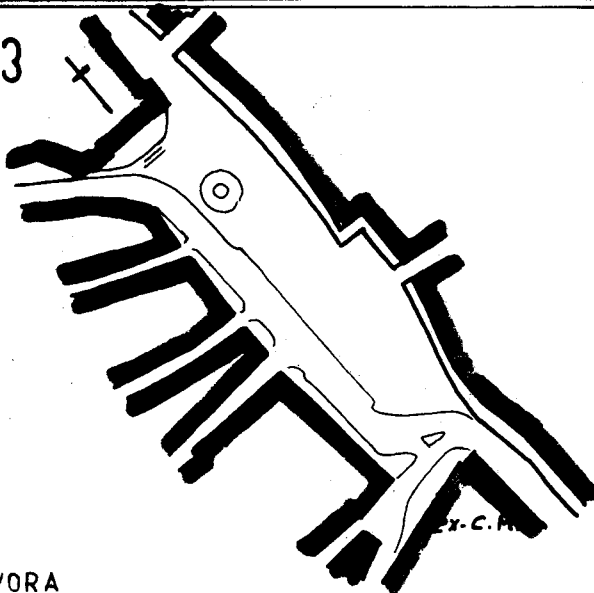
BARCELOS

13



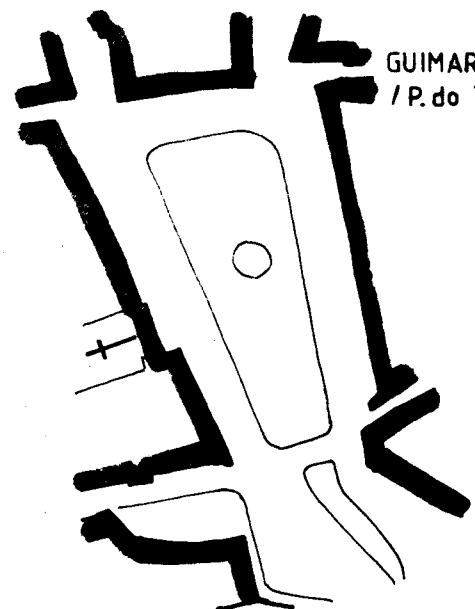
CAMINHA

13



ÉVORA

13



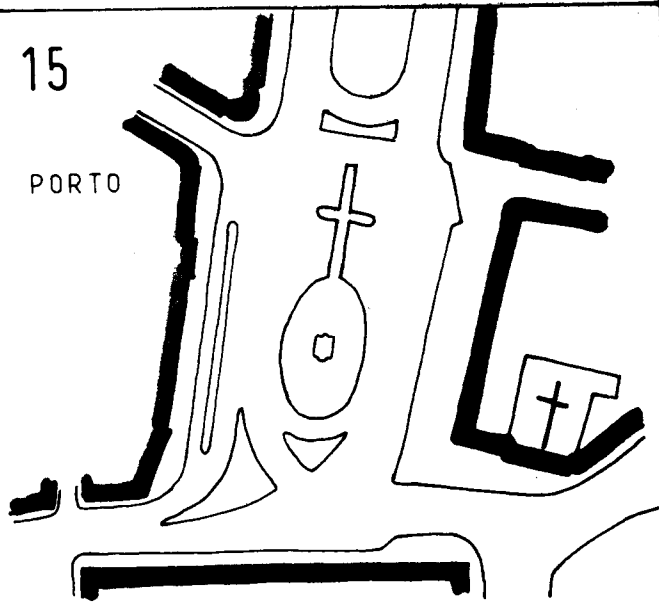
GUIMARÃES /
/ P. do Toural

14



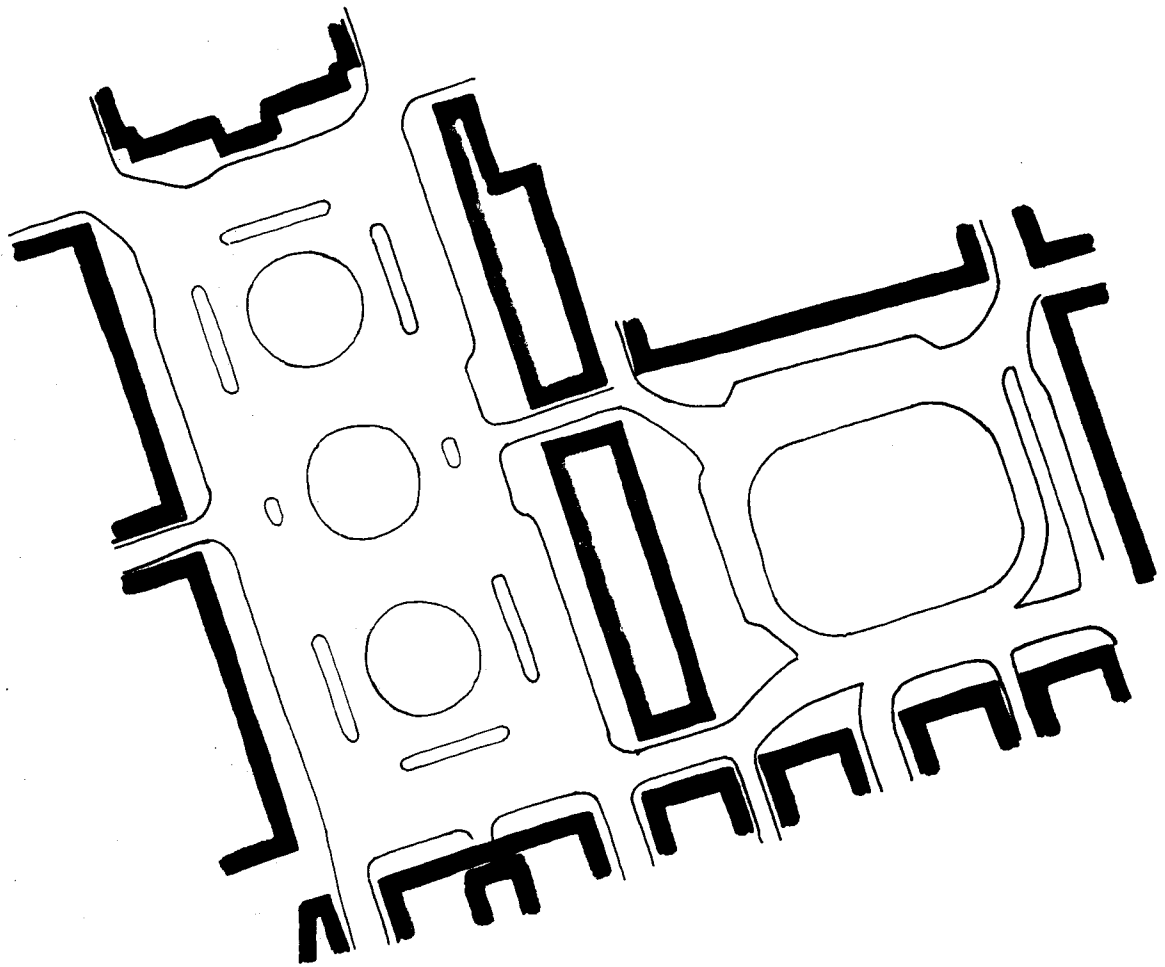
VIANA DO CASTELO

15



PORTO

15



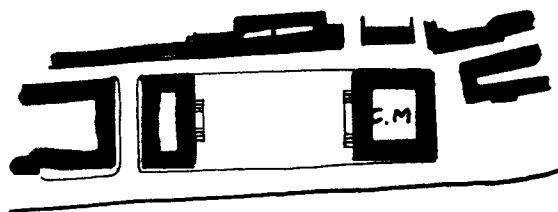
LISBOA / P. D. Pedro IV

16



ALMEIDA

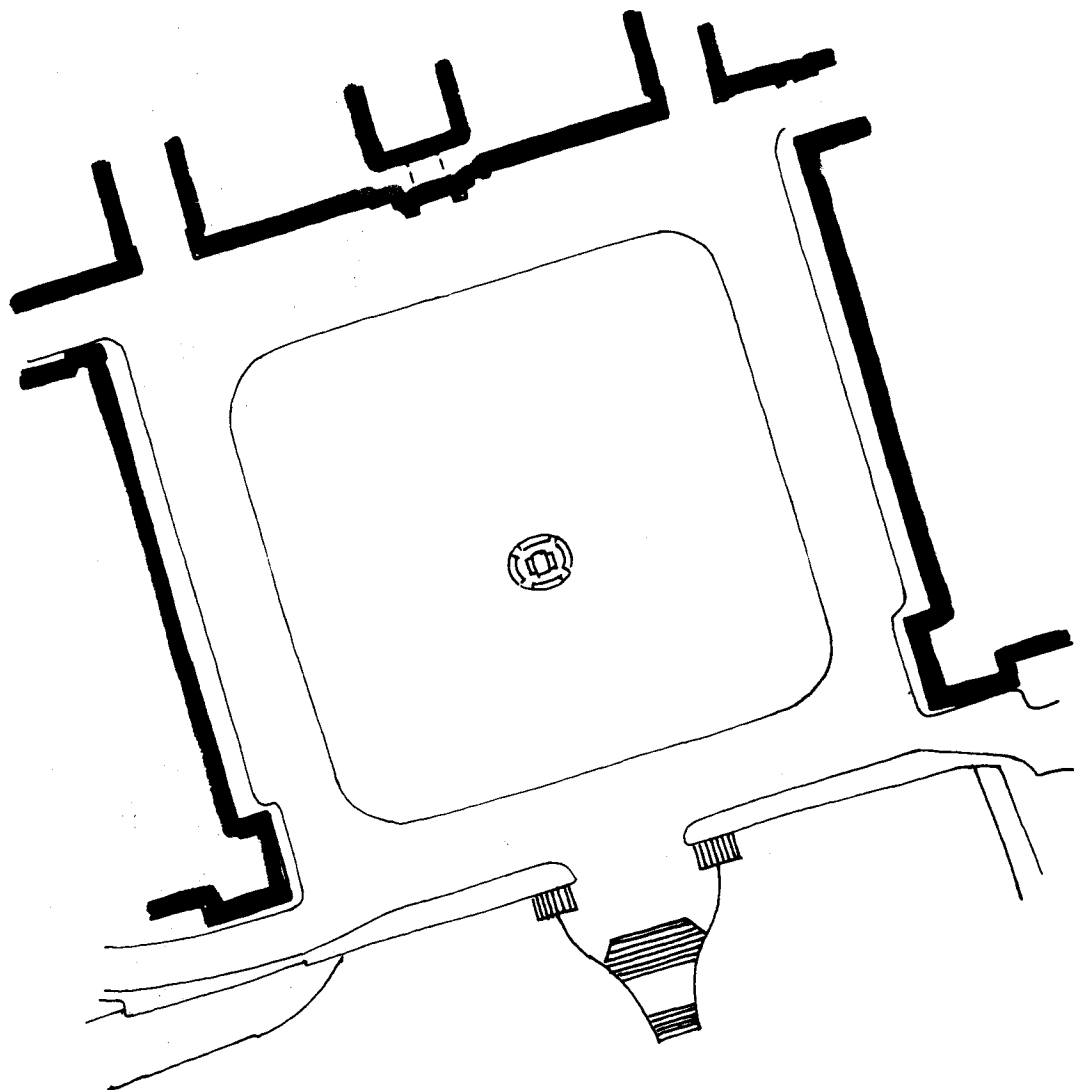
17



Rio Sado

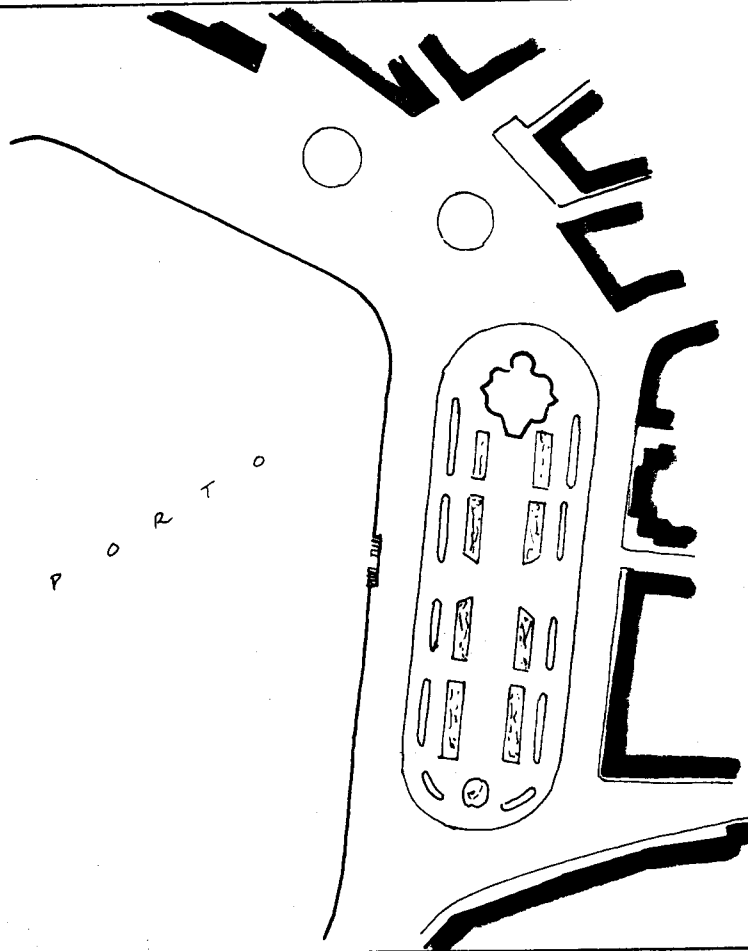
ALCÁCER DO SAL

17



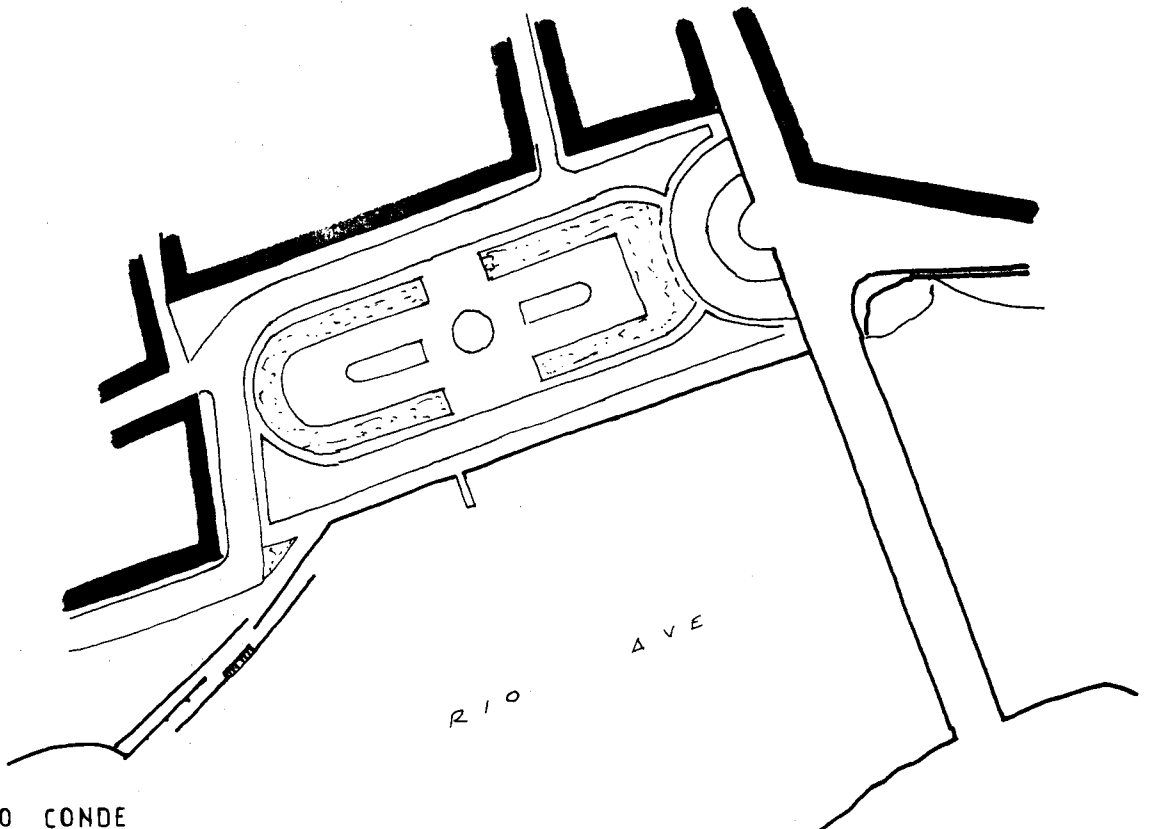
LISBOA / P. do Comércio

18

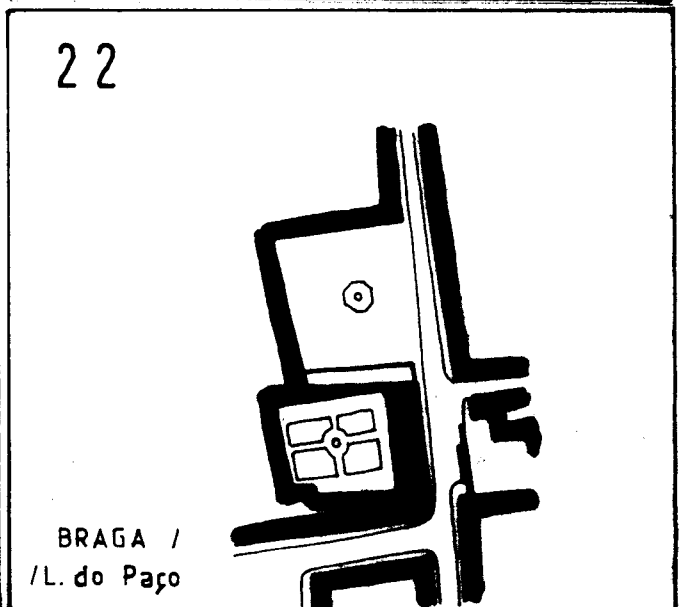
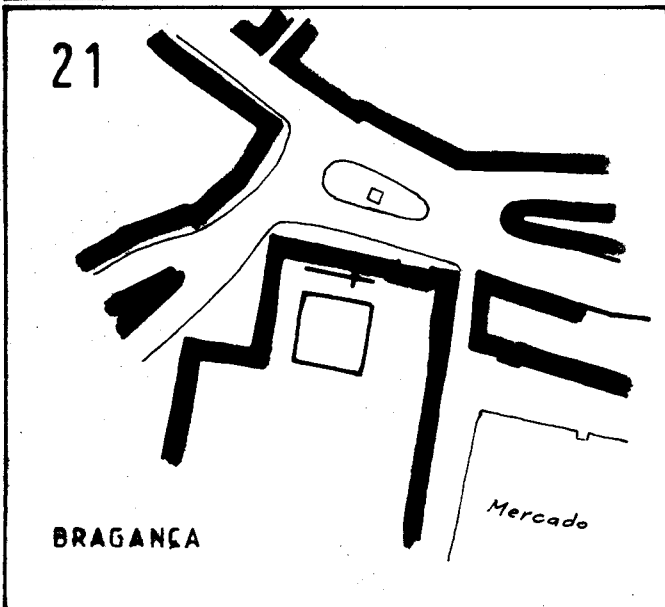
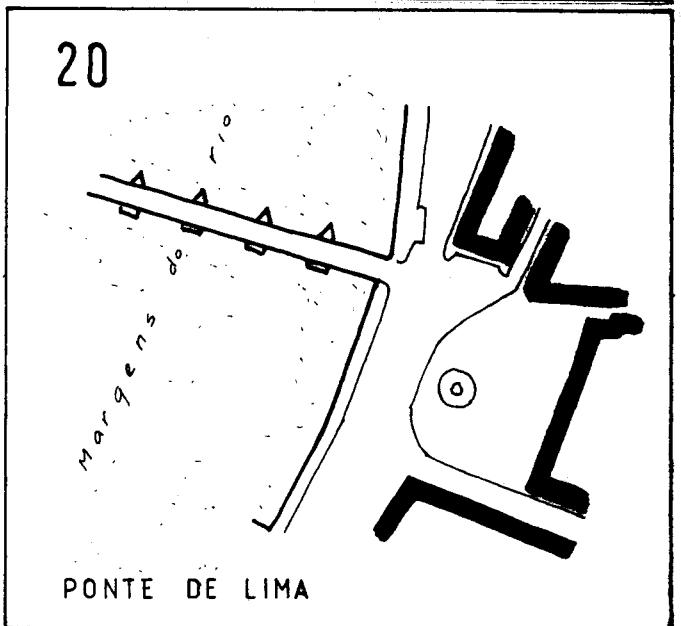
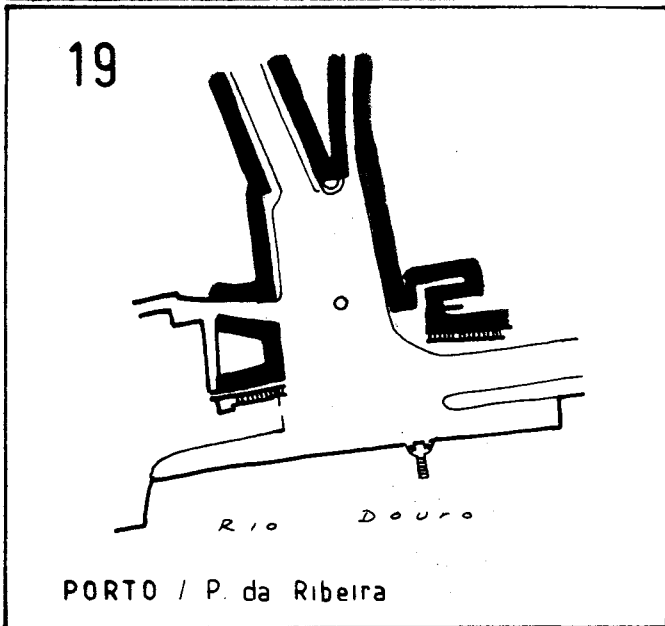
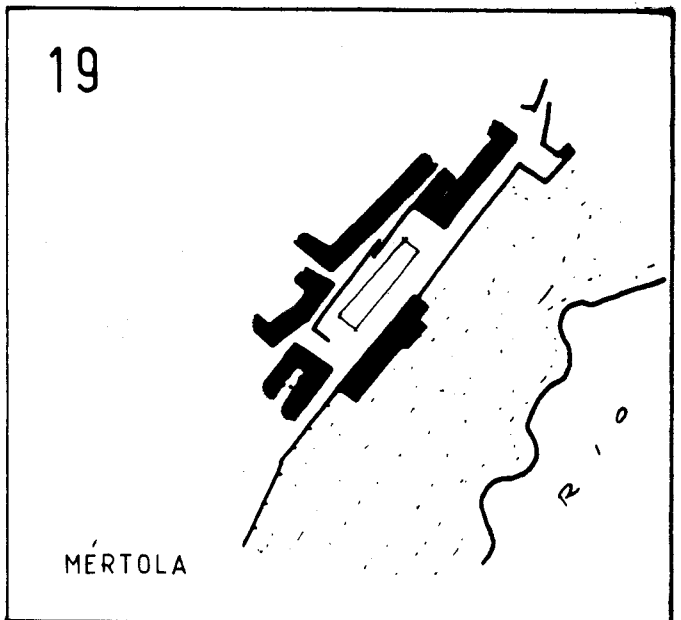
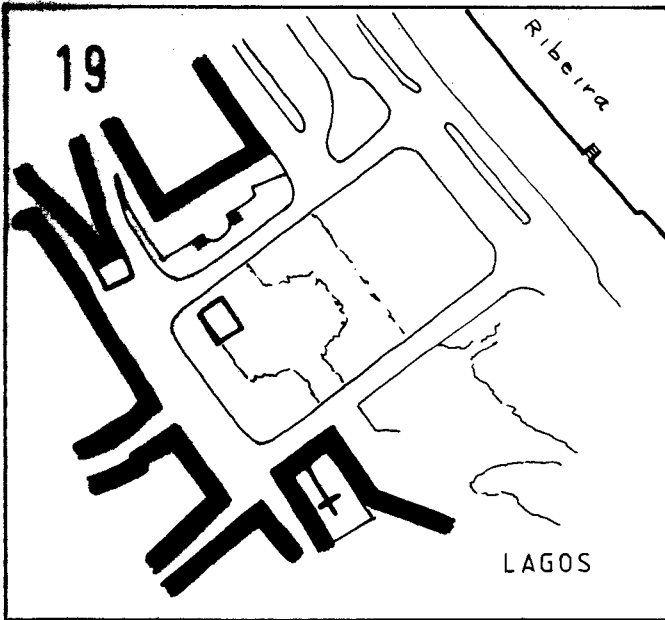


FARO

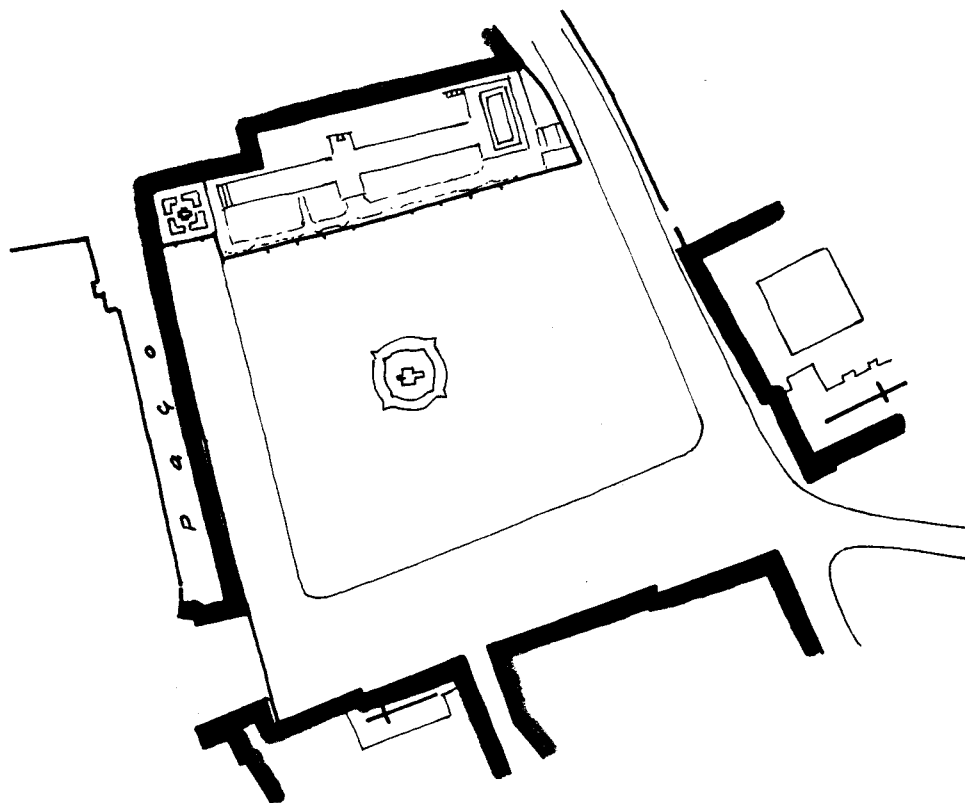
18



VILA DO CONDE

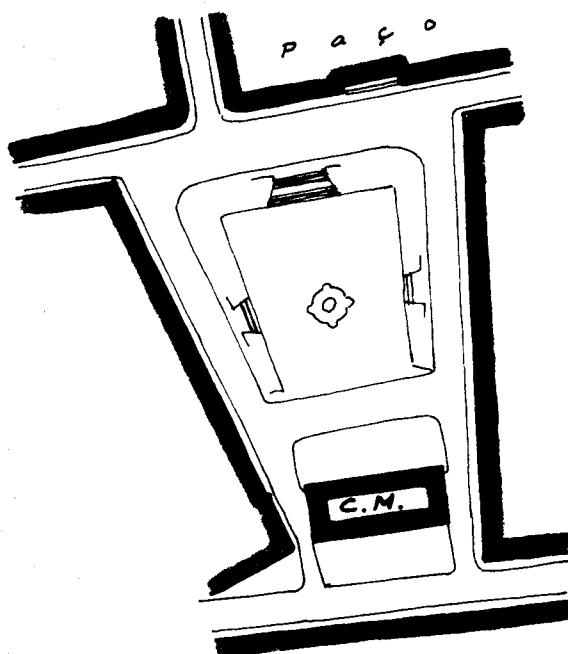


23



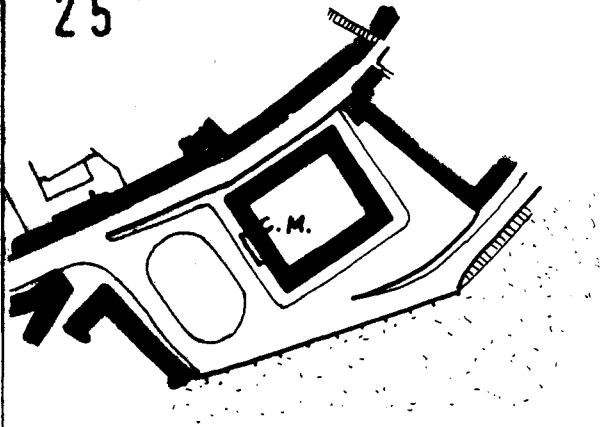
VILA VIÇOSA

24



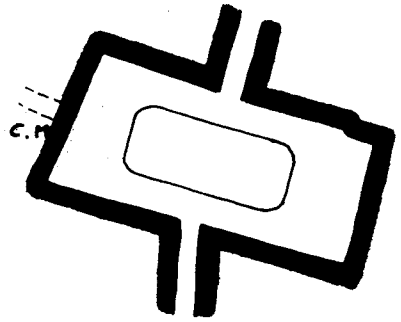
BRAGA / P. do Município

25



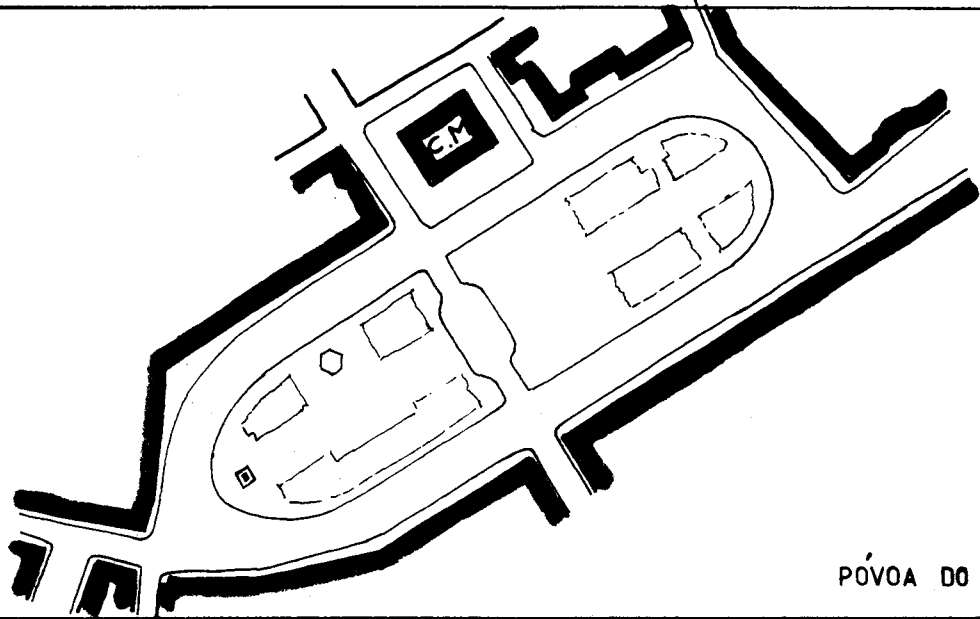
ALENOUER

25



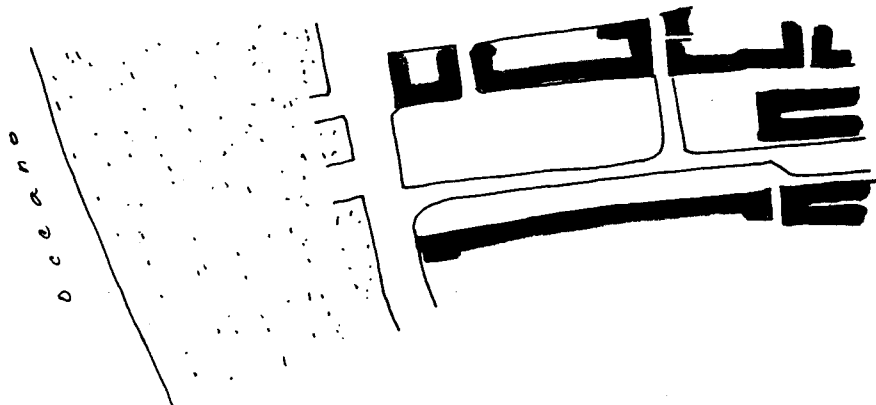
CAMPO MAIOR

25



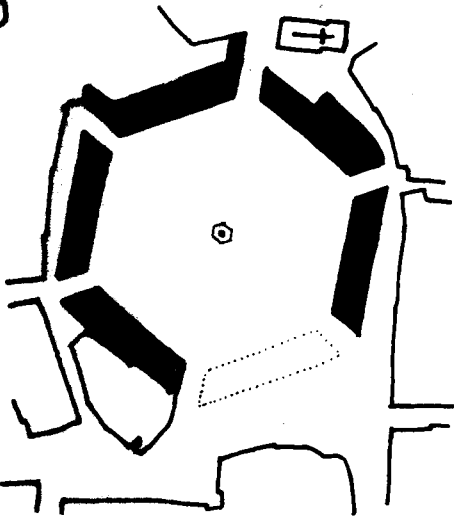
PÓVOA DO VARZIM

25



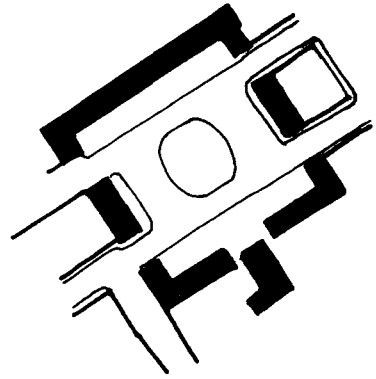
NAZARÉ

26



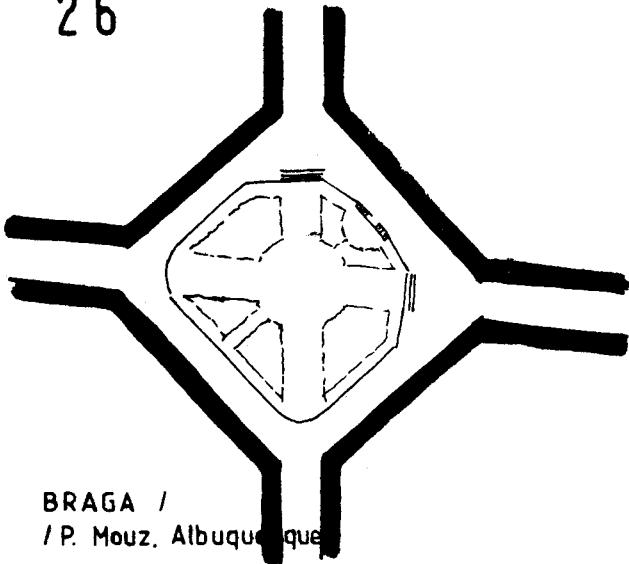
MANIQUE DO INTENDENTE

26



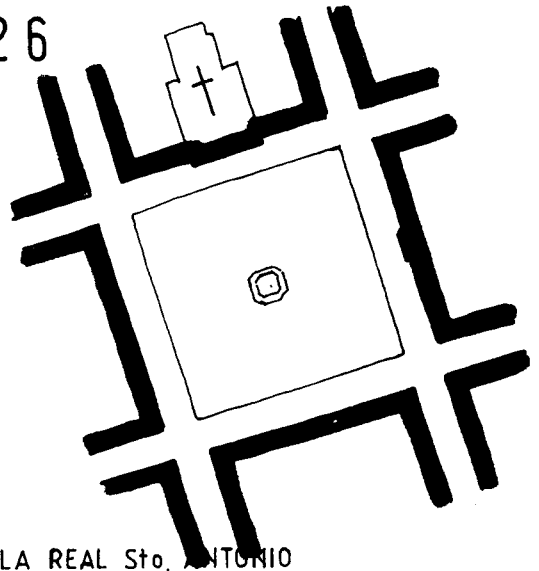
PORTO COVO

26

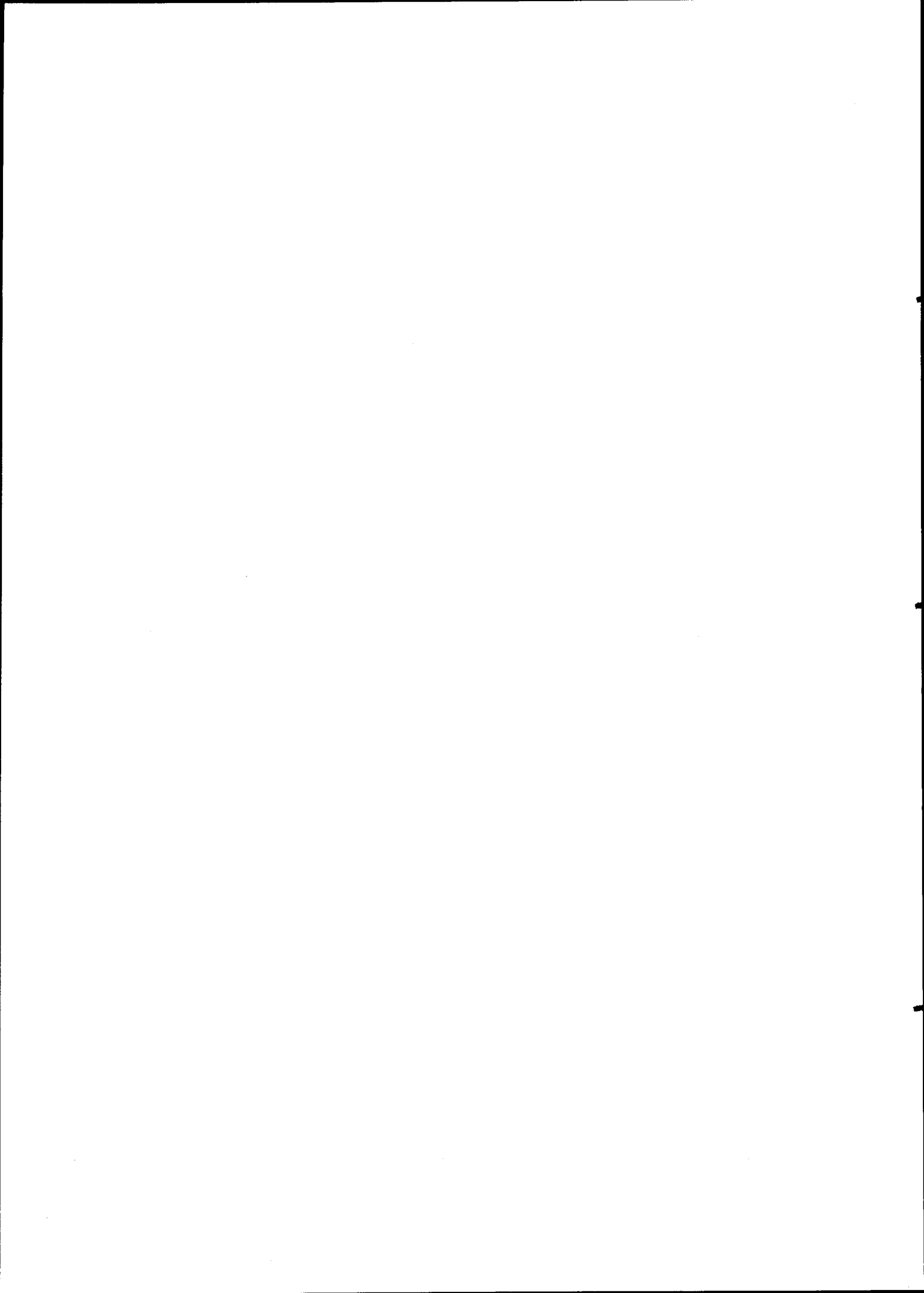


BRAGA /
/ P. Mouz. Albuquerque

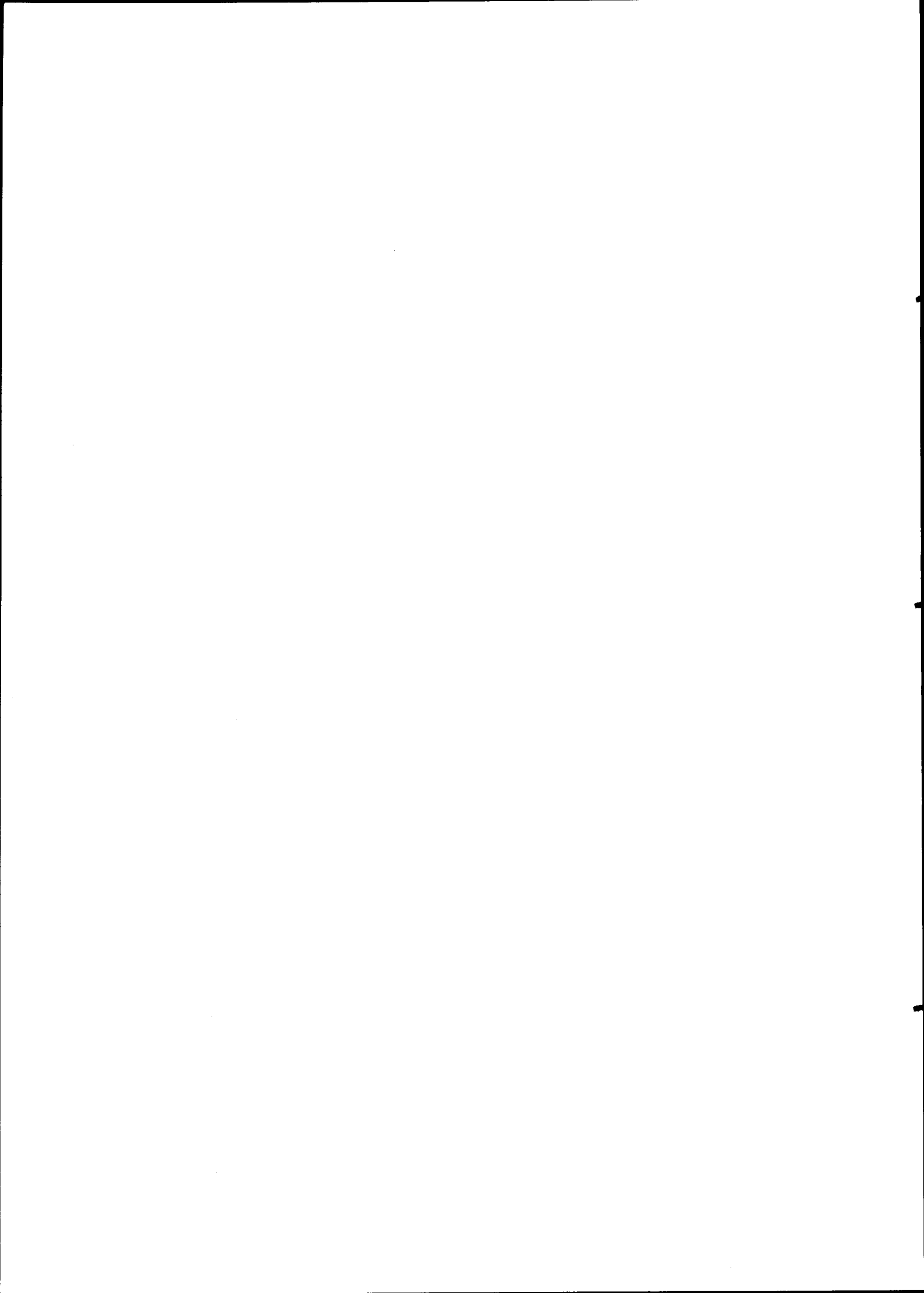
26



VILA REAL Sto. ANTONIO



BIBLIOGRAFIA



- AIRES, Firmino, *Toponímia Flaviense*, Chaves, C.M.C., 1990
- ALARCAO, Jorge, *Portugal Romano*, Lisboa, Ed. Verbo, 1974
- ALBERTI, Leon Battista, *L'Architettura*, (1483), Milão, Il Polifilo, 1966
- *De re Aedificatoria*, (1565), Trad. espanhola de Veneza, (Bib. Nac. Madrid)
- ALEXANDER, Christopher, *Un Language de Patrones*, Barcelona, Ed. G.G., 1980
- ALMEIDA, Carlos Alberto F. de, *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1987
- *Barcelos*, Lisboa, Editorial Presença, 1990
- ALMEIDA, Gen. João de, *Roteiros dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, Ed. do autor, 1946
- ALMEIDA, José Ferreira de, (cord.), *Tesouros Artísticos de Portugal*, Lisboa, Selecções Reader's Digest, 1976
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, "A Arquitectura do Século XVIII em Portugal", in *Bracara Augusta*, Braga, 1973
- ALVES, Eugénio Ferreira, *Urbanismo no Porto no Século XVIII*, (Tese Dout.), Porto, Fac. Letras da U. P.
- AMARAL, Francisco Keil, e outros, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961
- ANDRADE, Amélia A. Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990
- ARAÚJO, Ilídio de, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, Lisboa, M.O.P. - D.G.S.U., 1962
- "Raízes do Jardim Urbano", in *Arquitectura*, Lisboa, 1971
- ARENAS, José Fernandez, *Renacimiento y Barroco en España*, Barcelona, G.G., 1982
- ARIES, Philippe, *História da Vida Privada*, Ed. Afrontamento, 1989
- ARISTÓTELES, *Política*, Madrid, Alianza Aditorial, 1986
- ARNHEIM, Rudolf, *La Forma Visual de la Arquitectura*, Barcelona, G.G., 1978
- ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Livro III, *D. João I*, Carta folha 64

- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 12
- ATANAZIO, Manuel, *Largo do Paço*, Braga, Universidade do Minho, 1975
- ATANAZIO, Mendes, *A Arte do Manuelino*, Lisboa, Presença, 1984
- AZEVEDO, Estevam de Moura e, *Notícias das Antiguidades, Aumento e Estado Presente da Villa de Campo Maior*, Biblioteca de Elvas, manuscrito 12889, s/d
- AZEVEDO, João Lúcio, *O Marquês de Pombal e a sua época*, Lisboa, Seara Nova, s/d
- *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Clássica Editora, 1988
 - *Elementos para a História Económica de Portugal*, Lisboa, INAPA, 1990
- AZEVEDO, Padre Torquato Peixoto de, *Memórias da Antiga Guimarães*, 1845
- BACON, Edmund N., *Design of Cities*, Londres, Thames and Hudson, 1992
- BALBAS, Leopoldo Torres, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, MAE-DGRC-IHAC, s/d
- e outros, *Resumen Histórico del Urbanismo en España*, Madrid, IEAL, 1968
- BARBOSA, Inácio Vilhena, *Cidades e Vilas da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, T.P., 1860
- BARBOSA, Viriato, *A Póvoa do Varzim*, ed. do autor, 1972
- BEIRANTE, Maria Angela, *Santarém Medieval*, V.N.L.-F.C.S.H., 1980
- *Évora na Idade Média*, (Tese Dout.), F.L.-U.L., 1988
- BELCHIOR, Maria de Lourdes, "O Labirinto da Saudade", in *História Económica e Social*, Lisboa, Nº 4, 1979
- BENÉVOLO, Leonardo, *Historia de la Arquitectura del Renacimiento. La Arquitectura Clássica (del siglo XV al siglo XVIII)*, Barcelona, G.G., 1981
- BERTRAND, Michel Jean, LISTOWSKI, H., *Les Places dans la Ville*, Paris, Dunod, 1984
- BONET CORREA, Antonio, "Le concept de Plaza Mayor en Espagne depuis le XVI s.", in *Forum et Plaza dans le Monde Hispanique*, Paris, Casa de Velasquez, 1978
- *Morfología y Ciudad*, Barcelona, G.G., 1978
 - "Les Places Octogonales en Espagne au XVIII Siècle", *Colóquio-Artes*, Lisboa, 1972
- BORAH, Woodrow, "La Influência Cultural Europeia en la Formacion del primer Plano para Centros Urbanos que Perdura Hasta Nuestros Dias", in *La Influência Europeia en*

- La Formacion del Primero Plano*, Caracas, C.I.H.C., 1973
- BOTTINEAU, Yves, *Baroque Ibérique*, Fribourg, Office du Livre, 1969
- BRANCO-CASTELO, F., *Lisboa Seicentista*, Lisboa, C.M.L., 1957
- BRANDIS, Dolores, "Forma y Funcion de las Plazas de Madrid", in *Rev. Estudios Geográficos*, Madrid, 1975
- BRAGA, Teófilo, *História da Poesia Portuguesa*, Porto, Tipografia Lusitana, s/d
- *O Povo Português, nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, Lisboa, D. Quixote, s/d.
- BRAUNFELS, Wolfgang, *Urbanismo Occidental*, Madrid, Alianza Forma, 1983
- BURY, John, *Arquitectura e Arte no Brasil Colonial*, São Paulo, No1ul, 1991
- COELHO, A. Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, s/d
- CALDAS, João Vieira, GOMES, Paulo Varela, *Viana do Castelo*, Lisboa, Presença, 1990
- CALVINO, Italo, *As Cidades Invisíveis*, Lisboa, Editorial Teorema, 1993
- CAMARA, Maria A. Trindade, "Os Espaços Teatrais da Lisboa Setecentista", in *Adágio*, Nº 7
- 1991
- CAMARA, Teresa Bettencourt da, *Óbidos - Arquitectura e Urbanismo - Séc. XVI e XVII*, Lisboa, C.M.O./I.N.C.M., 1990
- CANCIO, Francisco, *Ribatejo - Casas e Tradições*, Santarém, J.P.R., 1948
- CARITA, Helder, *Bairro Alto*, Lisboa, C.M.L., 1990
- CARO, Carlos M., RIVAS, Juan Luis de las, *Arquitectura Urbana*, Madrid, E.Bellisco, 1990
- CARUSO, Fernando, (dir.), e outros, "la Place et la Ville", *Nuovi Argomenti*, IICP, 1985
- CARVALHO, A., *Guimarães de Tempos Idos*, Guimarães, C.M.G., 1947
- CARVALHO, Gen. Ribeiro de, *Chaves Antiga*, Lisboa, Soc. Nac. Tipografia, 1929
- CARRÊVE, J. B., *Panorama de Lisboa no Ano de 1796*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989
- CASTELO-BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, C.M.L., 1957
- CASTEX, Jean, PANERAI, Philippe, "Notes sur la Structure de L'Espace Urbain", in *Architecture D'Aujourd'hui*, Nº 153, 1971

- CASTILHO, Júlio, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, Lisboa, C.M.L., 1935
- *Lisboa Antiga*, Lisboa, C.M.L., 1936
 - *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, C.M.L., 1964
- CHAVES, Luis, *Os Pelourinhos Portugueses*, Gaia, Ed. Apolino, 1930
- *Os Pelourinhos*, Lisboa, Ed. José Fernandes Junior, 1939
- CHICÓ, Mário, "A Cidade Ideal do Renascimento e as Cidades Portuguesas da Índia", in *Revista da Junta de Missões Geográficas e Investigação do Ultramar*, 1956
- CHILDE, Gordon, *O Homem Faz-se a Si Próprio*, Lisboa, Cosmos, 1947
- CIARDINI, F., FALINI, P., *Los Centros Históricos*, Barcelona, G.G. 1983
- CLAVAL, P., *La Logique des Villes*, Paris, Litec, 1981
- COLLINS, George, COLLINS, Christiane, *Camillo Sitte y el Nacimiento del Urbanismo Moderno*, Barcelona, G.G., 1980
- CONDE, Manuel Alves, *Tomar Medieval*, (Disser. Mestrado), F.C.S.H.-U.N.L., s/d
- CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António*, (Tese Dout.), F.C.S.H.-U.N.L., 1984
- "O Urbanismo em Portugal", in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1988
- CORREIA, Vergílio, *Obras*, Coimbra, U.C., 1946
- e GONÇALVES, Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal - Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947
- COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, Livraria Civilização, 1948
- COSTA, Padre António Carvalho, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, Oficina Valentim da Costa Deslandes, 1708
- COSTA, Fernando Santos, ALVES, João Sequeira, *Aguiar da Beira*, Aguiar da Beira, C.M.A.B., 1985
- COULANGES, Fustel de, *A Cidade Antiga*, Lisboa, Clássica Editora, 1980
- CRUZ, Maria Alfreda, "Caminha", Sep. Rev. *Finisterra*, Lisboa, C.E.G., 1967

- "Setúbal", *Finisterra*, Lisboa, CEG, 1968
- CUBERO, Rafael Vioque, e outros, *Las Plazas del Casco Histórico de Sevilla*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 1987
- CULLEN, Gordon, *El Paisaje Urbano*, Barcelona, Ed. Blume, 1974
- CUNHA, Victor, *Monografia de Cabeceiras de Basto*, Cabeceiras de Basto, C.M.C.B., 1958
- DARMAS, Duarte, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Ed. Império, 1943
- DEWITTE, Jacques, "Agrophobie et Agoraphilie", in *La Ville Inquiète*, Paris, Gallimard, 1987
- DIAS, Augusto, *Lamego do Século XVI*, Lamego, Ed. Beira Douro, 1947
- DIAS, Marina, *O Rossio*, Lisboa, Ibis, 1990
- DIAS, Nuno José Pinto, "Chaves Medieval", in *Aquae Flaviae*, Chaves, Nº 3, 1990
- DIAS, Jorge, *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, I.N.-C.M., 1986
- DIAS, Pedro, *Coimbra- Arte e História*, Porto, Paisagem Editora, 1983
- DINIS, Marcos Blanch, "Arquitectura Civil em Faro Após o Terramoto de 1755" in *Sep. Anais do Município de Faro*, Faro, 1981
- DIONÍSIO, Sant'Anna, *Museu-Biblioteca de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, 1947
- D'ORS, Eugenio, *O Barroco*, Lisboa, Vega, s/d
- DUBY, George, *Histoire de la France Urbaine*, Paris, Ed. du Seuil, 1981
- *História da Vida Privada*, Lisboa, Afrontamento, 1990
- ELIADE, Mircea, *O Sagrado e o Profano*, Lisboa, Livros do Brasil, 1956
- *Tratado de História das Religiões*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1977
- ELIAS, Norbert, *O Progresso Civilizacional*, Lisboa, Dom Quixote, 1989
- ENCICLOPÉDIA LUSO BRASILEIRA DE CULTURA, Lisboa, Verbo, 1963
- ESCUELA TECNICA SUPERIOR DE ARQUITECTURA, *La Expression Arquitectónica de la Plaza Mayor*, Madrid, Colégio Oficial de Arquitectos, 1977-78
- ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha, *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa*, Redondo, Tipografia F. de Carvalho, 1892

- *Memórias de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, (1849), C.M.V.V., 1983
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal - Évora*, Lisboa, A.N.B.A., 1966
- FARIA, Edgar Silvío, e outros, *Arte no Brasil*, S. Paulo, Abril Cultural, 1979
- FAVOLE, Paolo, *Piazze d'Italia*, Milão, Bramante Editrice, 1972
- FERREIRA, Monsenhor Augusto, *Villa do Conde e seu Alfoz*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1923
- FERREIRA, José A., *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, Braga, Mitra Bracarense, 1928-1932
- FERREIRA, J. A. Pinto, "A Praça da Ribeira", in *Boletim Cultural da C. M. P.*, 1952
- FERNANDES, Joaquim, (Coord.), *Guimarães do Passado e do Presente*, Guimarães, C.M.G., 1985
- FERNANDES, José Manuel, "A Arquitectura", in *Sínteses da Cultura Portuguesa*, Lisboa, I.N.-C.M., 1991
- *Angra do Heroísmo*, Lisboa, Presença, 1989
- FERNANDEZ, Jose Luis, ROUCO, Lena Saladina, *La Plaza en la Ciudad*, Madrid, Blume, 1986
- FERRÃO, Bernardo José, *Projecto e Transformação Urbana na Época dos Almadás*, Porto, F.A.U.P., 1989
- FIERENS, Paul, *La Grand Place de Bruxelles*, Bruxelas, Ed. du Cercle D'Art, 1945
- FONSECA, Francisco da, *Évora Gloriosa*, Évora, 1728
- FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Bertrand, 1967
- *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Horizonte, 1974
- *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1977
- *A Arte em Portugal no Século XX*, Lisboa, Bertrand, 1991
- *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, I.C.C.P., 1989
- FRANCASTEL, Pierre, "Paris et la Creation Urbaine en Europe au XVIII Siécle", in *L'Urbanisme de Paris et L'Europe*, Paris, Klincksieck, 1969
- FRANCO, M. Manuel Guerra, *Elvas Vista Numa Perspectiva Geográfica*, Elvas, C.M.E., 1991
- FRAZÃO, A. C., *Novo Dicionário Corográfico de Portugal*, Porto, D. Barreira, s/d
- FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957

- FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra*, Funchal, 1873
- GAMA, Eurico, *Roteiro Antigo de Elvas*, 1986
- GALEGO, Júlia, DAVEAU, Suzanne, *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*, Lisboa, C.E.G., 1986
- GARCIA Y BELLIDO, A., *Urbanística de las Grandes Ciudades del Mundo Antiguo*, Madrid, C.S.I.C., 1985
- GARCIA, José Manuel, "Em Torno de Scalaris", in *Santarém a Terra e os Homens*, J.D.S., 1977
- GASPAR, João, *A Diocese de Aveiro no Século XVIII*, Lunda, Comp. Diamantes Angola, 1974
- GASPAR, Jorge, "A Morfologia Urbana de Padrão Geométrica na Idade Média", in *Finisterra*, Lisboa, 1989
- "A Propósito da Originalidade da Cidade Muçulmana", *Finisterra*, Lisboa, 1989
 - *A Área de Influência de Évora*, Lisboa, F.L.-C.E.G., 1972
 - "As Cidades Portuguesas", in *Guide International D'Histoire Urbaine*, Paris Klincksieck, 1977
 - *Portugal em Mapas e Números*, Lisboa, Horizonte, (1979), 1981
- GAUTIER-DALCHE, Jean, "La Place et les Structures Municipales en Vieille-Castille", in *Plazas et Sociabilite en Europe et Amerique Latine*, Paris, D. Boccard, 1982
- GIEDION, Sigfrid, *Espacio, Tiempo y Arquitectura*, Madrid, Ed. Dossat, 1978
- GIRAO, Amorim, *Geografia de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1949-51
- "Origens e Evolução do Urbanismo em Portugal", in rev. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, Lisboa, I.N.E., 1945
- GLOTZ, Gustave, *La Cité Grecque*, Paris, Albin Michel, 1968
- GOIS, Damião de, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, (1566), Coimbra, U.C., 1955
- *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Horizonte, 1958
- GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Presença, s/d
- GOMES, Rita Costa, *A Guarda Medieval*, Lisboa, Sá da Costa, 1987

- GOMES, Soeiro Pereira, *Praça da Jorna*, Rev. da Org. dos Técnicos Agrícolas, Lisboa, 1976
- GONÇALVES, A. Nogueira, *Inventário Artístico de Aveiro*, Lisboa, A.N.B.A., 1959
- GONÇALVES, Iria, *Posturas Municipais e Vida Urbana na Baixa Idade Média: O Exemplo de Lisboa*, Porto, F.L.-U.P., 1986
- GOUVION, Colette, VAN DE MERT, François, *Le Symbolisme des Rues et des Cités*, Paris, Ber International, 1974
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Lisboa-Rio de Janeiro, Enciclopédia, s/d
- GRIMAL, Pierre, *Les Villes Romaines*, Paris, P.U.F., 1983
- GUTKIND, E.A., *Urban Development in Southern Europe: Spain and Portugal*, London, Collier-Macmillan, 1967
- HALL, Edward, *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio D'Água, 1986
- HOLANDA, Francisco da, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, (1571), Lisboa, Horizonte, 1981
- HOMERO, *A Ilíada*, Lisboa, Europa-América, 1988
- HORTA, João Gomes, *A Réplica Arquitectónica do Discurso Mítico da Fundação de Vila Real de Santo António*, Comun. ao Colóq. "A memória da nação", Lisboa, 1987
- INSTITUT, Français D'Architecture, *Places et Monuments*, Bruxelas, P. Mardaga, 1984
- JACOBS, Jane, *Muerte y Vida de las Grandes Ciudades*, Madrid, Ed. Península, 1973
- KEIL, Luis, *Inventário Artístico de Portugal- Portalegre*, Lisboa, S.N.B.A., 1943
- KOROSEC-SERFATY, Perla, *La Grand Place*, Paris, C.N.R.S., 1986
- KRIER, Leon, e outros, *Architecture Rationaile*, Bruxelas, A.A.M., 1978
- KRIER, Robert, *L'Espace de la Ville*, Bruxelas, A.A.M., 1980
- KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes, (1521-1706)*, Lisboa, Vega, s/d
- LAUGHANS, Franz, "Organização Administrativa Local", in *Dicionário de História de Portugal*, Dir. Joel Serrão, Porto, Figueirinhas, 1984
- LAVEDAN, Pierre, *Geographie des Villes*, Paris, Gallimard, 1936
- "Projets D'Urbanisme a Paris au XVIII s.", in *Colóquio-Artes*, Lisboa, 1972

- e HUGUENEY, Jeanne, *L'Urbanisme au Moyen Age*, Genève, Droz, 1974
- e HUGUENEY, Jeanne, HEURAT, Philippe, *L'Urbanisme a L'Époque Moderne*, Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1982
- LEAL, A. de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Ed. Mattos Moreira, 1873
- LEÃO, Duarte Nunes, *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão, 1975
- LEÃO, Francisco Cunha, *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores, 1971
- LEDRUT, Raymond, *Les Images de la Ville*, Paris, Anthropos, 1973
 - *L'Espace en Question ou le Nouveau Monde Urbain*, Paris, Anthropos, 1977
- LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Lisboa, Estampa, 1983
- LEQUAY, Jean-Pierre, *La Rue au Moyen Age*, Rennes, Ouest France, 1984
- LEVI-PROVENÇAL, E., *La Civilización Árabe en España*, Madrid, Espasa-Calpe, 1982
- LINO, António, *Monografia de Guimarães e seu Termo*, Lisboa, I.F.P.M., 1984
- LINO, Raúl, *Casas Portuguesas*, Lisboa, Valentim de Carvalho, 1933
- LOPES, João B. da Silva, *Diccionario Postal e Chorographico do Reino de Portugal*, Lisboa, I.N., 1891
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1988
- LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Ed. 70, 1982
- MACEDO, Luis Pastor de, *Lisboa de Lés a Lés*, Lisboa, C.M.L., 1940
- MACHADO, João, *Catálogo da Exposição Documental sobre a Nazaré*, Museu da Nazaré, 1989
- MAGALHAES, Ernesto, *Barcelos no Passado e no Presente*, Barcelos, Papelaria Liz, 1958
- MAIOR, Diogo P. Sotto, *Tratado da Cidade de Portalegre, (1619)*, Lisboa, C.M.P., 1984
- MANCUSO, Franco, "Piazza et Plaza", in *Forum et Plaza Mayor dans le Monde Hispanique*, Paris, Casa de Velasquez, 1978
- MANDROUX-FRANÇA, Marie Térése, "Quatre Phases de L'Urbanisation du Porto au XVIII Siécle", in *Colóquio-Artes*, Lisboa, F.C.G., 1972
- MANTAS, Vasco Gil, *Arqueologia Urbana e Fotografia Aérea, I Encontro de Arqueologia Urbana*, Setúbal, I.P.P.C., 1985

- MARQUES, A.H. Oliveira, *Antologia da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Europa-América, 1974
- *História de Portugal*, Lisboa, Palas editora, 1977
 - "Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa", in *Bracara Augusta*, Braga, 1981
 - "Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV", in *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, 1987
 - *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988
- MARQUES, Bernardo de Serpa, "Formação e Evolução do Concelho de Amarante", in *Entremuros*, 1990
- MARQUES, Helder, FERNANDES, José A. Rio, MARTINS, Luís Paulo, *Porto, Percursos nos Espaços e Memórias*, Afrontamento, 1990
- MARQUES, José, *Braga Medieval*, Braga, 1983
- MARTIN, Roland, *L'Urbanisme dans la Grèce Antique*, Paris, A & Picard, s/d
- MARTINS, Bertino Coelho, *Lapas. A Praça dos Homens*, polic., Santarém, Biblioteca Municipal, 1991.
- MARTINS, Jorge Costa, e outros, *Beja - Centro Histórico. Plano de Salvaguarda e Recuperação*, Beja, FADEPA, 1981
- MATTOSO, José, *Identificação de um País*, Lisboa, Estampa, 1985
- MEDEIROS, Carlos Alberto, e outros, *A Descoberta de Portugal*, Lisboa, Selecções Reader's Digest, 1982
- MELO, Romualdo, "Ruas de Tomar e sua Toponímia", in *Boletim da C.M.T.*, 1981
- MÉTRAUX, Guy, "Espacios Públicos: el Occidente y el Islám", in *Cultures*, Paris, UNESCO, 1978
- MONIZ, Manuel Carvalho, *A Praça do Giraldo*, Évora, Ed. autor, 1984
- MONTEIRO, José Rodrigues, *80 Centenário do 1º Foral de Bragança*, Bragança, C.M.B., 1988
- MORAIS, A. de, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Confluência, 1955
- MOREIRA, Rafael F. D., *Uma Utopia Pombalina: O Tratado de Ruação de José de*

- Figueiredo Seixas, Lisboa, FCSH/UNL, 1982
- "Engenharia Militar", in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*,
Lisboa, Alfa, 1985
- MORRIS, A. E. S., *História de la Forma Urbana*, Barcelona, G.G., 1984
- MUNFORD, Lewis, *A Cidade na História*, S. Paulo, Martins Fontes, 1982
- OSBERNO, Cruzado, *Conquista de Lisboa aos Mouros, (1147)*, Lisboa, C.M.L., 1936
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1984
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa,
C.M.L., 1942
- OLIVEIRA, Frei Nicolau de, *Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Vega, 1991
- PACHECO, Helder, *Porto*, Lisboa, Presença, 1984
- PAHL, Jurgen, "La Plaza Pública desde la Edad Media hasta la época Barroca", in rev.
Cultures, Paris, UNESCO, 1978
- PALLADIO, Andrea, *Los Cuatro Libros de Arquitectura*, Madrid, Akal, 1988
- PANERAI, Philippe, e outros, *Elements D'Analyse Urbaine*, Bruxelas, A.A.M., 1980
- PANOFSKY, Erwin, *La Perspectiva como Forma Simbólica*, Barcelona, Turquets, 1985
- PAULA, Rui, *Lagos. Reabilitação Urbana*, Lagos, C.M.L., 1982
- PEREIRA, Carlos, "O Rossio de Lisboa das Origens à Actualidade", in *Rev. História*, 1979
- PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricas da Cidade de Évora*, Évora, 1891
- PEREIRA, José Fernandes, (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa,
Presença, 1989
- *O Santuário do Senhor da Pedra*, Óbidos, C.M.O., 1988
- PEREIRA, Nuno Teotónio, FERNANDES, José Manuel, "A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a
1959", in *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia*, Lisboa, Fragmentos,
1987
- PESSOA, Fernando, "Mar Português", in *Mensagem*, Ática, 1967
- PINA, Rui de, "Crónica de D. Dinis", in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello &

Irmão, 1975

- PIRENNE, Henri, *As Cidades da Idade Média*, Lisboa, Europa-América, 1964
- PIRES, A. Thomaz, *As Ruas de Elvas*, Elvas, Tip. A. J. T. Carvalho, 1924
- PLATAO, *Las Leyes*, Madrid, Akal, 1988
- POËTE, Marcel, *Introduction à L'Urbanisme*, Paris, Anthropos, 1967
- POÇAS, J. C., *Nazareth*, Alcobaca, Tip. A. M. de Oliveira, 1901
- PORTAS, Nuno, "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação", in Bruno Zévi, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa, Arcádia, 1970
- PORTEONS, J. Douglas, *Environment & Behavior - Planning and Everyday Urban Life*, Massachusetts, Addison-Wesley P.C., 1977
- PORTOGHESI, Paolo, *Dizionario Enciclopedico di Architectura e Urbanismo*, Roma, I.E.R., 1969
- *La Piazza Come Luogo Degli Squardi*, Roma, Gangemi, 1990
- PROENÇA, Raúl, e outros, *Guia de Portugal*, Lisboa, F.C.G., 1964
- QUADROS, António, *Portugal, Razão e Mistério*, Lisboa, Guimarães Editores, 1988
- QUARESMA, A. Martins, *Porto Covo - Um Exemplo de Urbanismo das Luzes*, Sep. dos Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana, Santiago do Cacém, 1988
- RAPOPORT, Amos, *Aspectos Humanos de la Forma Urbana*, Barcelona, G.G., 1978
- RASMUSSEN, Steen Eiler, *Villes et Architectures*, Paris, L'Equerre, 1984
- REAL, Manuel Luis, TAVARES, Rui, "Bases para a Compreensão do Desenvolvimento Urbanístico do Porto", in rev. *Povos e Culturas*, Lisboa, U.C.P., 1987
- "Como Nasceu a Câmara Municipal do Porto", in *Ponto de Encontro*, Porto, C.M.P., 1991
- REBELO, Fernando, *Aveiro e sua Região*, Comissão Municipal de Turismo de Aveiro, s/d
- REIS FILHO, Nestor Goulart, *Evolução Urbana do Brasil*, S. Paulo, U.S.P., 1968
- RIBEIRO, José Silvestre, *Beja no ano de 1845*, Beja, C.M.B., s/d
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1967
- *Mediterrâneo*, Lisboa, F.C.G., 1968

- "A Rua Direita de Viseu", in *Geographica*, Lisboa, 1968
 - "Proémio Metodológico ao Estudo das Pequenas Cidades Portuguesas", in rev. *Finisterra*, Lisboa, 1969
 - "Portugal", in *Geografia de España y Portugal*, Dir. Manuel Tóran, Barcelona, Montaner y Simón, s/d
 - "Las Ciudades Ibéricas Tradicionales y su Expansion por el Mundo", in *IX Colóquio Ibérico de Geografia*, Universidade de Salamanca, 1981
 - *Geografia e Civilização*, Lisboa, Horizonte, 1982
 - "Cidade", in *Dicionário da História de Portugal*, Dir. Joel Serrão, Figueirinhas, 1984
 - E outros, *Geografia de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1987
- RICARD, Robert, "La Plaza Mayor en Espagne et en Amérique Espanhole", in *Annales*, Paris, 1947
- "Apuntes Complementarios sobre la Plaza Mayor Espanhola y el Rossio Português", in *Estudios Geográficos*, Madrid, I.J.S.E., 1952
- RIMBERT, Sylvie, *Les Paysages Urbains*, Paris, A. Colin, 1973
- RIVARA, J. Cunha, *Memórias da Villa de Arrayolos*, C.M.A., 1983
- ROCHA, Manuel, "As Forças Militares de Lagos nas Guerras da Restauração", in *Monografia*, Porto, Typographia Universal, 1910
- ROCHA, Padre Ricardo da, *Mapa das Ruas de Braga*, Braga, 1750
- RODRIGUES, Adriano Vasco, *Monografia, Artística da Guarda*, Guarda, C.M.G., 1984
- RODRIGUES, M. João Madeira, *Olinda e Recife, uma Situação de Bipolaridade no Urbanismo Colonial Português*, Lisboa, Bol. A.N.B.A., 1979
- RODRIGUEZ, Virginia Pires, "Primer Urbanismo Colonial de Tazado Regulador en la Provincia de Jaen y su Influência en el Urbanismo Hispano-Americano", in *Ciudad y Territorio*, Madrid, I.E.A.L., 1984
- ROJAS-MIX, Miguel, *La Plaza Mayor. El Urbanismo Instrumento de Dominio Colonial*, Barce-

- Tona, Muchnik, 1978
- ROSA, Amorim, *História de Tomar*, Gabinete de Estudos Tomarenses, Tomar, 1965
- ROSA, José I. da Costa, "Nascimento e Evolução Urbana de Tomar até ao Infante D. Henrique", in *Boletim Cultural da C.M.T.*, 1981
- ROSA, José Pinheiro, "Faro em 1349", in *Anais do Município de Faro*, 1986
- ROSEIRA, Maria João, *Lamego, um Passado Presente*, Lisboa, INIC/CEG, 1981
- SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal, uma geografia urbana*, Porto, Afrontamento, 1992
- SAMPAIO, Alberto, *As Vilas Do Norte de Portugal*, Lisboa, Vega, 1979
- SANSOT, Pierre, *Poétique de la Ville*, Paris, Meridieus Klincksieck, 1988
- SANTOS, Paulo F., "Formação de Cidades no Brasil Colonial", V *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1968
- SANTOS, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, 1970
- SARDINHA, Francisco de Moraes, *Parnoso de Vila Viçosa*, Man. de 1618, B.N.L., cod. 107
- SEIXAS, José de Figueiredo, *Tratado de Arruação para Emenda das Ruas das Cidades, Villas e Logares D'Este Reino*, Man. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1762-65
- SENNETT, Richard, *O Declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade*, S. Paulo, Schwarcz, 1988
- SERJEANT, R. B., *La Ciudad Islámica*, Paris, Serbal/UNESCO, 1982
- SERRÃO, Joel, (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1984
- e MARQUES, A.H.Oliveira, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, 1987
- SERRÃO, Vitor, "Maneirismo", in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986
- SILBERT, Albert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Horizonte, 1972
- SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, C.M.L., (1899) 1987
- SILVA, C. Tavares da, COELHO, Soares, *A Praça de Bocage (Setúbal) na época Romana*, Setúbal, 1980
- SILVA, Jorge Henriques Pais da, *Pretérito Presente*, Lisboa, Comissão Organizadora da

Campanha Nacional para a Defesa do Património, 1975

- SILVA, José Custódio Vieira, *Setúbal*, Lisboa, Presença, 1990
- SILVA, Manuela Santos, *Óbidos Medieval*, Dissert. Mest., F.C.S.H./U.N.L., 1987
- SILVEIRA, Luis, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, J.N.I.U., s/d
- SITTE, Camillo, *Construccion de Ciudades Segun Principios Artisticos*, Barcelona, G.G., 1980
- SMARDON, Richard C., e outros, *Foundations for Visual Project Analysis*, New York, John Wiley & Son, 1986
- SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *Tratado da Cidade de Portalegre*, Lisboa, I.N./C.M.P., (1619) 1984
- SOUSA, Frei Luis de, *A Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Lisboa, I.N.-C.M., (1619) 1984
- THADIM, Manuel da Silva, *Diário Bracarense*, Braga, 1764
- TORGA, Miguel, *Portugal*, Coimbra, Ed. Autor, s/d
- VASCONCELLOS, J. Leite de *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, I.N.-C.M., 1936
- "O Povo Português", in *Etnografia Portuguesa*, 1942
- VASCONCELOS, Luis Mendes de, *Do Sítio de Lisboa*, Org. e Notas de José da Silva Felicidade Alves, Lisboa, Horizonte, (1608) 1990
- VAYSSIÈRE, Bruno, "La plaza Mayor dans L'Urbanisme Hispanique. Essai de Typologie", in *Forum et Plaza Mayor dans le Monde Hispanique*, Paris, Casa Velasquez, 1978
- VERA, Luis Cervera, *Plazas Mayores de España*, Madrid, Espasa-Calpe, 1990
- VICENTE, António Pedro, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes*, F.C.G., 1983
- VIEIRA, Raúl, VERISSIMO, Clara, "As Casas dos Emigrantes na Região de Aveiro", in *Arquitectura*, 1982
- VIEIRA, Rui Rosado, *Campo Maior*, 1986
- VILHENA BARBOSA, Inácio de, *As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa*, Lisboa, Typo-



graphia do Panorama, 1860

VIOQUE, Cubero, RODRIGUEZ, M. Vera, LÓPEZ, N. López, *Apuntes Sobre el Origen y Evolución*

Morfológica de las Plazas del Casco Histórico de Sevilla, Sevilla, A.S., s/d

VITERBO, Sousa, *A Jardinagem em Portugal*, Coimbra, U.C., 1906

VITRUVIO, Marco Lucio, *Los Diez Libros de Arquitectura*, Barcelona, Imp. Juvenil, 1986

WEBB, Michael, *The City Square*, Londres, Thames and Hudson, 1990

WILLIAMS, Raymond, *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*, S. Paulo, Schwarcz

Lda., 1990

WOLFFLIN, Henrich, *Renascimento y Barroco*, Madrid, Comunicación, 1977

ZUCKER, Paul, *Town and Square, from the Agora to the Village Green*, Cambridge, Man y

London, 1970/1973